Proc. Administrativo 020/2026

De: Luiz S. - SMMAS

Para: GAB-PREF - GABINETE DO PREFEITO

Data: 13/03/2026 às 13:38:22

Setores envolvidos:

GAB-PREF, SMMAS

Fornecimento e instalação de geomembrana, drenagem e sistema de exaustão de gases para nova vala do aterro sanitário municipal

Fornecimento e instalação de geomembrana, drenagem e sistema de exaustão de gases para nova vala do aterro sanitário municipal

_

Luiz Fernando Santiago
ADMINISTRATIVO

Anexos:
DFD_gel_membrana.pdf

Assinado por 2 pessoas: LUIZ FERNANDO SANTIAGO e ROSILDA GOMES DA SILVA
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://palmitalpr.1doc.com.br/verificacao/1400-5A4E-8938-42CF e informe o código 1400-5A4E-8938-42CF

Município De Palmital
CNPJ: 75.680.025/0001-82

DFD – DOCUMENTO DE FORMALIZAÇÃO DE DEMANDA	
OBJETO:	Contratação de empresa especializada para **fornecimento e instalação de geomembrana, sistema de drenagem de chorume e sistema de exaustão de gases para impermeabilização de nova vala do aterro sanitário municipal**, conforme especificações técnicas constantes no **Projeto Complementar das Valas do Aterro Sanitário Municipal**.
UNIDADE REQUISITANTE:	**Secretaria Municipal do Meio Ambiente e Saneamento**
GRAU DE PRIORIDADE:	( ) Normal (x) Prioritário
FORMA DE CONTRATAÇÃO SUGERIDA:	(X) Pregão ( ) Concorrência (exclusivo para obras e serviços de engenharia) ( ) Dispensa/Inexigibilidade ( ) Adesão a Ata de Registro de Preço de Outro Órgão
FORMA DE ENTREGA:	( ) Parcelada (x) Única
DATA PRETENDIDA PARA A CONCLUSÃO DA CONTRATAÇÃO:	90 Dias
FONTE DE RECURSO:	(x) Recurso próprio ( ) Emenda/Convênio ( ) Contrapartida

JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO

A presente contratação tem como finalidade viabilizar a **implantação de nova vala de disposição final de resíduos sólidos no aterro sanitário municipal**, garantindo a continuidade da operação do sistema de destinação final de resíduos sólidos urbanos.

A execução da vala exige a instalação de **sistema de impermeabilização com geomembrana de alta densidade, sistema de drenagem de chorume e sistema de exaustão de gases**, componentes fundamentais para evitar a contaminação do solo e das águas subterrâneas, bem como para garantir o adequado controle ambiental da área.

O projeto técnico prevê as dimensões da vala, as áreas de impermeabilização e os sistemas de drenagem necessários para o correto funcionamento do aterro sanitário.

Dessa forma, a contratação de empresa especializada é indispensável para o fornecimento dos materiais e execução dos serviços técnicos necessários para implantação da estrutura, assegurando o atendimento às normas ambientais vigentes e garantindo a continuidade da gestão adequada dos resíduos sólidos do município.

QUANTIDADE DO PRODUTO/SERVIÇO A SER CONTRATADO:

Assinado por 2 pessoas: LUIZ FERNANDO SANTIAGO e ROSILDA GOMES DA SILVA
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://palmitalpr.1doc.com.br/verificacao/1400-5A4E-8938-42CF e informe o código 1400-5A4E-8938-42CF

Rua Moisés Lupion, 1001 – Centro – CEP 852700-000 – Palmital – PR – Fone: (42) 3657-1222 www.palmital.pr.gov

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QUANT
01	*Geomembrana 2 mm para vala principal*	***m²***	**3.483,10**
02	*Geomembrana para cobertura da vala principal*	***m²***	**2.366,00**
03	*Geomembrana para valas de retenção de chorume*	***m²***	**1.800,00**
04	*Cobertura das valas de retenção*	***m²***	**1.000,00**
	*Fornecimento e instalação de **tubos de exaustão de gases***		
05	*Tubo Perfurado 200mm p/ drenagem de chorume*	***MT***	**20**
06	*Tela Alambrado ou similar*	***m²***	**40**
	Vala de drenagem		
07	*Manta Geotêxtil (bidin)*	***m²***	**1.100**
08	*Tubo Perfurado 400mm*	***MT***	**63**
09	***Serviços técnicos especializados de instalação**, incluindo mão de obra, equipamentos e EPIs.*		

RESPONSÁVEIS PELA DEMANDA

Luiz Fernando Santiago
Equipe de Planejamento
Assinatura Digital conforme o Decreto Municipal nº 07/2026

Rosilda Gomes da Silva
Secretária Municipal do Meio Ambiente e Saneamento
Assinatura Digital conforme o Decreto Municipal nº 07/2026

Assinado por 2 pessoas: LUIZ FERNANDO SANTIAGO e ROSILDA GOMES DA SILVA
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://palmitalpr.1doc.com.br/verificacao/1400-5A4E-8938-42CF e informe o código 1400-5A4E-8938-42CF

VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS

Código para verificação: 1400-5A4E-8938-42CF

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

LUIZ FERNANDO SANTIAGO (CPF 023.XXX.XXX-81) em 13/03/2026 13:38:48 GMT-03:00
Papel: Parte
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

ROSILDA GOMES DA SILVA (CPF 599.XXX.XXX-72) em 13/03/2026 13:40:36 GMT-03:00
Papel: Parte
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

https://palmitalpr.1doc.com.br/verificacao/1400-5A4E-8938-42CF

Proc. Administrativo 1- 020/2026

De: Roberto R. - GAB-PREF

Para: COT - Central de controle e cotações

Data: 12/05/2026 às 10:35:54

Setores envolvidos:

GAB-PREF, SMMAS, COT

Fornecimento e instalação de geomembrana, drenagem e sistema de exaustão de gases para nova vala do aterro sanitário municipal

Processo Administrativo 20/2026

Objeto: Contratação de empresa especializada para fornecimento e instalação de geomembrana, sistema de drenagem de chorume e sistema de exaustão de gases para impermeabilização de nova vala do aterro sanitário municipal, conforme especificações técnicas constantes no Projeto Complementar das Valas do Aterro Sanitário Municipal.

Considerando a solicitação encaminhada pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Saneamento através do Documento de Formalização de Demanda - DFD, o qual aponta a necessidade de aquisição de geomembrana para conclusão da instalação da nova vala do Aterro Sanitário Municipal;

Considerando que a medida é necessária, inclusive, para a conclusão da renovação da licença ambiental do aterro sanitário junto ao IAT;

Considerando que a contratação pretendida deverá observar as disposições da Lei Federal nº 14.133/2021, bem como as demais normas aplicáveis às contratações públicas;

Considerando a necessidade de formalização da contratação mediante regular procedimento licitatório, precedido da elaboração dos documentos de planejamento pertinentes, tais como Estudo Técnico Preliminar, Termo de Referência e estimativa de preços, conforme exigências legais;

AUTORIZO a abertura de procedimento administrativo visando à realização de processo licitatório para contratação de empresa especializada no fornecimento de geomembrana para instalação na nova vala do aterro sanitário municipal, sob a gestão da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Saneamento.

Determino o encaminhamento dos autos à Secretaria Municipal solicitante para elaboração dos documentos de planejamento da contratação, especialmente Estudo Técnico Preliminar, Termo de Referência e pesquisa de preços.

Posteriormente encaminhe-se ao Setor de Licitações e Contratos, para adoção das providências necessárias à instauração e condução do certame, nos termos da legislação vigente.

Após as providências cabíveis, retornem os autos para análise e demais deliberações.

Palmital, 12 de Maio de 2026.

_

Assinado por 1 pessoa: ROBERTO CARLOS ROSSI
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://palmitalpr.1doc.com.br/verificacao/9305-4AC2-F9EE-8084 e informe o código 9305-4AC2-F9EE-8084

Roberto Carlos Rossi
Prefeito Municipal

Assinado por 1 pessoa: ROBERTO CARLOS ROSSI
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://palmitalpr.1doc.com.br/verificacao/9305-4AC2-F9EE-8084 e informe o código 9305-4AC2-F9EE-8084

VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS

Código para verificação: 9305-4AC2-F9EE-8084

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

ROBERTO CARLOS ROSSI (CPF 864.XXX.XXX-91) em 12/05/2026 10:36:12 GMT-03:00
Papel: Parte
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

https://palmitalpr.1doc.com.br/verificacao/9305-4AC2-F9EE-8084

Proc. Administrativo 2- 020/2026

De: Jessica F. - COT

Para: SMMAS - SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE E SANEAMENTO

Data: 18/05/2026 às 14:10:02

Setores envolvidos:

GAB-PREF, SMMAS, COT

Fornecimento e instalação de geomembrana, drenagem e sistema de exaustão de gases para nova vala do aterro sanitário municipal

Devolução de DFD, para correção da descrição e unidade de medida dos itens.

_

Jessica Fernanda Monteiro Vaz Fernandes
DIRETORA DO DEPTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

Assinado por 1 pessoa: JESSICA FERNANDA MONTEIRO VAZ FERNANDES
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://palmitalpr.1doc.com.br/verificacao/170F-0D5A-8135-583B e informe o código 170F-0D5A-8135-583B

VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS

Código para verificação: 170F-0D5A-8135-583B

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

JESSICA FERNANDA MONTEIRO VAZ FERNANDES (CPF 080.XXX.XXX-13) em 18/05/2026 14:11:02 GMT-03:00
Papel: Parte
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

https://palmitalpr.1doc.com.br/verificacao/170F-0D5A-8135-583B

Proc. Administrativo 3- 020/2026

De: Luiz S. - SMMAS

Para: COT - Central de controle e cotações - A/C Jessica F.

Data: 14/07/2026 às 13:18:26

–

Luiz Fernando Santiago
ADMINISTRATIVO

Anexos:

DFD_gel_membrana.pdf

Município De Palmital
CNPJ: 75.680.025/0001-82

DFD – DOCUMENTO DE FORMALIZAÇÃO DE DEMANDA	
OBJETO:	Contratação de empresa especializada para o fornecimento de materiais, execução dos serviços e instalação completa do sistema de impermeabilização da nova vala do aterro sanitário municipal, compreendendo geomembrana em PEAD, sistema de drenagem de chorume, sistema de exaustão de gases e demais componentes, materiais, equipamentos e serviços necessários à perfeita execução do objeto, em conformidade com o Projeto Complementar das Valas do Aterro Sanitário Municipal, especificações técnicas, normas da ABNT e legislação ambiental vigente.
UNIDADE REQUISITANTE:	**Secretaria Municipal do Meio Ambiente e Saneamento**
GRAU DE PRIORIDADE:	( ) Normal (x) Prioritário
FORMA DE CONTRATAÇÃO SUGERIDA:	(X) Pregão ( ) Concorrência (exclusivo para obras e serviços de engenharia) ( ) Dispensa/Inexigibilidade ( ) Adesão a Ata de Registro de Preço de Outro Órgão
FORMA DE ENTREGA:	( ) Parcelada (x) Única
DATA PRETENDIDA PARA A CONCLUSÃO DA CONTRATAÇÃO:	90 Dias
FONTE DE RECURSO:	(x) Recurso próprio ( ) Emenda/Convênio ( ) Contrapartida

JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO

A presente contratação tem por finalidade viabilizar a implantação da nova vala destinada à disposição final ambientalmente adequada dos resíduos sólidos urbanos no aterro sanitário municipal, assegurando a continuidade da prestação dos serviços públicos de manejo de resíduos sólidos e evitando a interrupção das atividades do sistema de disposição final do Município.

Para garantir a adequada proteção ambiental da área, faz-se necessária a execução do sistema completo de impermeabilização da vala, contemplando geomembrana em PEAD, sistema de drenagem de chorume, sistema de exaustão de gases e demais estruturas complementares previstas no Projeto Complementar das Valas do Aterro Sanitário Municipal, componentes indispensáveis para prevenir a contaminação do solo, das águas superficiais e subterrâneas, controlar os efluentes líquidos e gasosos gerados pela decomposição dos resíduos e assegurar a estabilidade operacional do empreendimento.

A contratação de empresa especializada mostra-se indispensável em razão da necessidade de fornecimento de materiais específicos, mão de obra qualificada, equipamentos apropriados e execução conforme as especificações técnicas do projeto, observando as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT, a legislação ambiental aplicável e as boas práticas de engenharia.

A solução pretendida permitirá a continuidade da operação regular do aterro sanitário municipal, garantindo maior segurança operacional, eficiência ambiental, durabilidade da estrutura implantada e atendimento ao interesse público, em conformidade com a Lei Federal nº 12.305/2010 (Política Nacional de Resíduos Sólidos), a Lei Federal nº 14.133/2021 e as demais normas técnicas e ambientais aplicáveis.

Rua Moisés Lupion, 1001 – Centro – CEP 852700-000 – Palmital – PR – Fone: (42) 3657-1222 www.palmital.pr.gov.br

QUANTIDADE DO PRODUTO/SERVIÇO A SER CONTRATADO:

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QUANT.
01	**Contratação de empresa especializada para fornecimento e instalação completa do sistema de impermeabilização da nova vala do aterro sanitário municipal**, contemplando o fornecimento e instalação de **8.649,10 m² de geomembrana em PEAD 2,0 mm**; **1.100 m² de manta geotêxtil (Bidim)**; **20 m de tubo perfurado PEAD Ø 200 mm** para drenagem de chorume; **63 m de tubo perfurado PEAD Ø 400 mm** para drenagem; **40 m² de tela alambrado ou material equivalente**; implantação do **sistema de exaustão de gases**, bem como a execução de todos os serviços técnicos especializados necessários, incluindo mão de obra, equipamentos, ferramentas, transporte, mobilização, soldagem da geomembrana, conexões, acessórios, testes de estanqueidade, EPIs e demais materiais e insumos indispensáveis à perfeita execução do objeto, em conformidade com o Projeto Complementar das Valas do Aterro Sanitário Municipal, especificações técnicas, normas da ABNT e legislação ambiental vigente.	**Serviço**	**01**

RESPONSÁVEIS PELA DEMANDA

Luiz Fernando Santiago
Equipe de Planejamento
Assinatura Digital conforme o Decreto Municipal nº 07/2026

Rosilda Gomes da Silva
Secretária Municipal do Meio Ambiente e Saneamento
Assinatura Digital conforme o Decreto Municipal nº 07/2026

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QUANT
01	*Geomembrana 2 mm para vala principal*	***m²***	**3.483,10**
02	*Geomembrana para cobertura da vala principal*	***m²***	**2.366,00**
03	*Geomembrana para valas de retenção de chorume*	***m²***	**1.800,00**
04	*Cobertura das valas de retenção*	***m²***	**1.000,00**
	*Fornecimento e instalação de **tubos de exaustão de gases***		
05	*Tubo Perfurado 200mm p/ drenagem de chorume*	***MT***	**20**
06	*Tela Alambrado ou similar*	***m²***	**40**
	Vala de drenagem		
07	*Manta Geotêxtil (bidin)*	***m²***	**1.100**
08	*Tubo Perfurado 400mm*	***MT***	**63**
09	***Serviços técnicos especializados de instalação**, incluindo mão de obra, equipamentos e EPIs.*		

Rua Moisés Lupion, 1001 – Centro – CEP 852700-000 – Palmital – PR – Fone: (42) 3657-1222 www.palmital.pr.gov.br

Proc. Administrativo 4- 020/2026

De: Jessica F. - COT

Para: COT - Central de controle e cotações

Data: 28/07/2026 às 10:33:40

Setores envolvidos:

SMMAS, GAB-PREF, COT

Fornecimento e instalação de geomembrana, drenagem e sistema de exaustão de gases para nova vala do aterro sanitário municipal

Segue relatório de cotação de preço.

Anexos:
INCISO_II_I.pdf
INCISO_II_II.pdf
Relatorio_cotacao_de_Precos.pdf

Assinado por 1 pessoa: JESSICA FERNANDA MONTEIRO VAZ FERNANDES
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://palmitalpr.1doc.com.br/verificacao/E436-0CEF-978C-834C e informe o código E436-0CEF-978C-834C

CONTRATO DE FORNECIMENTO DE MERCADORIAS

Contrato de fornecimento de mercadorias nº 604/2026, que entre si celebram de um lado o município de FRANCISCO BELTRÃO e de outro lado a empresa IRRIGABEM SISTEMA DE IRRIGAÇÃO LTDA.

Pelo presente instrumento particular que firma de um lado, o município de FRANCISCO BELTRÃO, com sede na Rua Octaviano Teixeira dos Santos, nº 1000, estado do Paraná, inscrito no CNPJ/MF sob o n° 77.816.510/0001-66, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, senhor ANTONIO PEDRON, inscrito no CPF/MF sob o nº [redacted], doravante designado CONTRATANTE e de outro, IRRIGABEM SISTEMA DE IRRIGAÇÃO LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 10.957.001/0001-82, estabelecida na Rua Aparecida do Oeste, 2974, CEP: 85880025, Centro, na cidade de Itaipulândia/PR, telefone (45) 99925-1022, e-mail irrigabem01@outlook.com, doravante designada CONTRATADA, representada neste ato pelo senhor ROBERTO APARECIDO GIORGI, inscrito no CPF sob o n° [redacted] 00, estando as partes sujeitas as normas da Lei 14.133/21 e suas alterações subsequentes, ajustam o presente contrato de fornecimento de mercadorias em decorrência da licitação realizada através do processo de Pregão nº 90049/2026, mediante as seguintes cláusulas e condições.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O objeto do presente termo é o fornecimento de geomembrana em PEAD (Polietileno de Alta Densidade), materiais complementares e execução de serviços especializados de instalação, soldagem técnica, sistema de drenagem testemunho, ensaios de controle de qualidade e emissão de laudo de integridade do sistema impermeabilizante da nova célula de disposição final de rejeitos do Aterro Sanitário Municipal, de acordo com as especificações abaixo:

Item	Código	Descrição	Marca	Unidade	Quantidade	Valor unitário R$	Valor total R$
1	100035	GEOMEMBRANA PEAD. Fornecimento de geomembrana em PEAD (Polietileno de Alta Densidade), espessura mínima de 2,0 mm, destinada à impermeabilização da nova célula do Aterro Sanitário Municipal de Francisco Beltrão - PR	AZUL PACK/TECH GROUND	M2	12.150,00	33,00	400.950,00
2	100036	INSTALAÇÃO GEOMEMBRANA. Prestação de serviços especializados de instalação de geomembrana em PEAD, incluindo soldagem por termo fusão, realização de testes de qualidade, controle tecnológico das soldas, ensaios técnicos e emissão de laudo de integridade e estanqueidade do sistema impermeabilizante	-	M2	12.150,00	7,09	86.143,50
3	100037	SISTEMA DE DRENAGEM. Execução complementar do sistema de drenagem testemunho da nova célula do Aterro Sanitário Municipal, incluindo fornecimento de manta geotêxtil, tubulações, conexões, drenos, materiais complementares, equipamentos, instalação, mão de obra especializada e demais serviços necessários à completa execução da solução.	-	UN	1,00	39.000,00	39.000,00

PARÁGRAFO ÚNICO - Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição: o Termo de Referência, o Edital do Pregão Eletrônico nº 90049/2026, a proposta da CONTRATADA e eventuais anexos dos documentos citados.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

O presente contrato está sendo firmado com fundamento na Lei nº 14.133/21, e de acordo com as conclusões do Pregão Eletrônico nº 90049/2026, aplicando-se, ainda, os princípios inerentes aos contratos administrativos.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO PREÇO E DO REAJUSTE

O preço total para a execução do objeto deste Contrato é de R$ 526.093,50 (quinhentos e vinte e

Assinado por 1 pessoa: JESSICA FERNANDA MONTEIRO VAZ FERNANDES
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://palmitalpr.1doc.com.br/verificacao/E436-0CEF-978C-834C e informe o código E436-0CEF-978C-834C

seis mil e noventa e três reais e cinquenta centavos).

PARÁGRAFO PRIMEIRO - O pagamento de quaisquer taxas ou emolumentos concernentes ao objeto do presente contrato será de responsabilidade exclusiva da CONTRATADA, bem como demais encargos inerentes e necessários para a completa execução das suas obrigações assumidas pelo presente contrato, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

PARÁGRAFO SEGUNDO - O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos à CONTRATADA dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos ou executados.

PARÁGRAFO TERCEIRO - Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de 01 (um) ano, contado da data do orçamento estimado, em 15/06/2026.

PARÁGRAFO QUARTO - Após o interregno de 01 (um) ano, e independentemente de pedido da CONTRATADA, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo CONTRATANTE, do índice IPCA (Índice de Preços ao Consumidor Amplo) ou o que venha a substituí-lo, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

PARÁGRAFO QUINTO - Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de 01 (um) ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

PARÁGRAFO SEXTO - Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

PARÁGRAFO SÉTIMO - O reajuste será realizado por apostilamento.

CLÁUSULA QUARTA – DO PAGAMENTO E DA MEDIÇÃO

Os pagamentos serão realizados conforme medições em até 30 (trinta) dias após o recebimento da documentação e ateste da execução, devidamente assinada pelo fiscal designado pelo CONTRATANTE e acompanhada ainda das CND's do FGTS, TRABALHISTA e FEDERAL e após o recebimento definitivo do objeto, através de transferência eletrônica para a conta bancária da CONTRATADA indicada pela mesma.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Caberá à CONTRATADA apresentar, juntamente com a nota fiscal, os comprovantes atualizados de regularidade com a Fazenda Federal, mediante a apresentação de Certidão Conjunta de Débitos relativos a Tributos Federais e a Dívida Ativa da União, com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), sob pena de aplicação das penalidades previstas na Cláusula Décima Segunda.

PARÁGRAFO SEGUNDO - As eventuais despesas bancárias decorrentes de transferência de valores para outras praças ou agências são de responsabilidade da CONTRATADA.

PARÁGRAFO TERCEIRO - Havendo vício a reparar em relação à nota fiscal apresentada ou em caso de descumprimento pela CONTRATADA de suas obrigações e responsabilidades pertinentes a este contrato, o prazo constante do *caput* da Cláusula Quarta poderá ser suspenso até que haja reparação do vício ou adimplemento da obrigação.

PARÁGRAFO QUARTO - Em caso de atraso de pagamento motivado exclusivamente pelo CONTRATANTE, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora

Assinado por 1 pessoa: JESSICA FERNANDA MONTEIRO VAZ FERNANDES
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://palmitalpr.1doc.com.br/verificacao/E436-0CEF-978C-834C e informe o código E436-0CEF-978C-834C

serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano.

PARÁGRAFO QUINTO - O CONTRATANTE efetuará o desconto dos impostos do valor contratado, conforme legislação vigente.

PARÁGRAFO SEXTO – Os recursos destinados ao pagamento do objeto de que trata o edital do Pregão Eletrônico nº 90049/2026 e consequente contrato, são provenientes de Recursos livres e taxas de prestação de serviços. Os recursos orçamentários correrão por conta da seguinte dotação:

DOTAÇÕES				
Conta da despesa	Funcional programática	Fonte de recurso	Natureza da despesa	Grupo da fonte
8790	12.002.18.542.1801.2058	511	3.3.90.30.24.00	Do Exercício
8820	12.002.18.542.1801.2058	511	3.3.90.39.16.00	Do Exercício
8821	12.002.18.542.1801.2058	0	3.3.90.39.16.00	Do Exercício

PARÁGRAFO SÉTIMO - A CONTRATADA deverá manter durante toda a vigência do contrato as condições de habilitação especificadas no edital.

PARÁGRAFO OITAVO – A medição dos serviços, a geomembrana em PEAD será realizada em metros quadrados (m²), considerando a área efetivamente instalada e aprovada pela fiscalização, contemplando taludes, fundo da célula, ancoragens, sobreposições técnicas, recortes, perdas operacionais necessárias à execução e demais conformações previstas no sistema impermeabilizante, não sendo admitida medição em duplicidade de áreas sobrepostas.

a) As sobreposições entre mantas, soldagens, ancoragens e ajustes executivos necessários à perfeita estanqueidade do sistema impermeabilizante serão consideradas integrantes da execução da solução, não sendo admitida medição em separado desses serviços.

PARÁGRAFO NONO - Será admitida variação quantitativa da área efetivamente instalada em razão das condições executivas verificadas em campo, especialmente quanto:

a) às conformações da base;
b) aos taludes;
c) às valas de ancoragem;
d) às sobreposições técnicas;
e) aos recortes e ajustes executivos;
f) às condições geométricas reais da célula executada.

PARÁGRAFO DÉCIMO - A medição final da geomembrana instalada deverá ser acompanhada de relatório técnico, croqui, levantamento de campo ou documentação equivalente apresentada pela CONTRATADA e validada pela fiscalização do CONTRATANTE.

a) Não serão aceitos para fins de medição materiais danificados, serviços executados em desconformidade com as especificações técnicas, soldas reprovadas nos ensaios de controle tecnológico ou quaisquer etapas executivas rejeitadas pela fiscalização.

CLÁUSULA QUINTA – DA VIGÊNCIA E DA PRORROGAÇÃO

O prazo de vigência da contratação é de 01 (um) ano(s), contados a partir da assinatura do contrato, na forma do art. 105 da Lei nº. 14.133/2021.

PARÁGRAFO ÚNICO - O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa da CONTRATADA, previstas neste instrumento e de acordo com o art. 111, parágrafo único, da Lei 14.133/2021.

Assinado por 1 pessoa: JESSICA FERNANDA MONTEIRO VAZ FERNANDES
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://palmitalpr.1doc.com.br/verificacao/E436-0CEF-978C-834C e informe o código E436-0CEF-978C-834C

CLÁUSULA SEXTA – DO PRAZO, DO LOCAL E DAS CONDIÇÕES DE ENTREGA DOS MATERIAIS OU DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

A CONTRATADA deverá executar o objeto deste instrumento respeitando as condições estabelecidas no Termo de Referência, no Edital do Pregão Eletrônico nº 90049/2026, na proposta da CONTRATADA, neste Contrato e eventuais anexos dos documentos citados.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - O prazo de execução dos serviços, solicitados pelo MUNICÍPIO à CONTRATADA é de no máximo de 120 (cento e vinte) dias, contados da data do recebimento da nota de empenho.

a) O prazo de que trata este item poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado pelo convocado durante o transcurso do prazo e desde que ocorra motivo justificado aceito pela Administração.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Os serviços deverão ser executados no Aterro Sanitário Municipal. localizado na Linha Menino Jesus, zona rural do Município de Francisco Beltrão – PR, em área adjacente à célula atualmente em operação e às lagoas de acumulação e reciclo de percolado, observando-se o seguinte:

a) A execução dos serviços deverá observar as condições ambientais e operacionais adequadas para instalação da geomembrana, incluindo preparo da superfície, conformação da base, limpeza da área, controle de umidade e demais requisitos técnicos indispensáveis ao correto desempenho do sistema impermeabilizante;
b) A CONTRATADA deverá fornecer todos os equipamentos, ferramentas e dispositivos necessários para execução completa dos serviços, incluindo máquinas de solda por termofusão, extrusoras, equipamentos de teste, controle e inspeção das soldas e demais equipamentos indispensáveis à execução adequada do objeto;
c) Os serviços deverão incluir ensaios de controle tecnológico e testes de qualidade das soldas, incluindo, no mínimo, ensaios de estanqueidade e demais procedimentos necessários para validação técnica do sistema instalado, conforme normas técnicas da ABNT e demais referências aplicáveis.

PARÁGRAFO TERCEIRO - A execução deverá observar integralmente:

a) Memorial Descritivo da célula;
b) normas técnicas da ABNT;
c) normas ambientais aplicáveis;
d) recomendações técnicas do fabricante;
e) exigências de segurança do trabalho.

PARÁGRAFO QUARTO - Por motivo de força maior e desde que seja do interesse do CONTRATANTE, a CONTRATADA poderá entregar um item cuja marca seja diferente daquela especificada na proposta somente após análise técnica e autorização formal do CONTRATANTE mediante processo específico.

PARÁGRAFO QUINTO - Efetivada a entrega ou prestado o serviço, o objeto será recebido:

a) Provisoriamente, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, com verificação concomitante da conformidade do material ou serviço com as exigências contratuais;
b) Definitivamente, pelo gestor do contrato ou da Ata, mediante termo hábil, após verificação do relatório detalhado e da documentação apresentada pelos fiscais do contrato ou da Ata.

PARÁGRAFO SEXTO - Constatadas irregularidades no material entregue ou na prestação do serviço, o CONTRATANTE poderá:

a) Se disser respeito à especificação, rejeitá-lo no todo ou em parte, determinando sua substituição, sem prejuízo das penalidades cabíveis, manifestando-se o gestor

1Doc: Proc. Administrativo 4- 020/2026 17/295
Assinado por 1 pessoa: JESSICA FERNANDA MONTEIRO VAZ FERNANDES
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://palmitalpr.1doc.com.br/verificacao/E436-0CEF-978C-834C e informe o código E436-0CEF-978C-834C

motivadamente sobre o assunto, cabendo à CONTRATADA providenciar a substituição em conformidade com a indicação do gestor, no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis, contados da notificação por escrito;

b) Se disser respeito à diferença de quantidade ou de partes, determinar sua complementação, devendo a CONTRATADA fazê-lo em conformidade com a indicação do gestor, no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis, contados da notificação por escrito, sem prejuízo das penalidades cabíveis.

PARÁGRAFO SÉTIMO - Ao CONTRATANTE não caberá qualquer ônus pela rejeição de materiais ou serviços considerados inadequados pelo gestor.

PARÁGRAFO OITAVO - Independentemente da aceitação, a CONTRATADA garantirá a qualidade do produto fornecido ou serviço prestado pelo prazo estabelecido na respectiva garantia, obrigando-se a repor aquele que apresentar defeito no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis, contados da notificação do gestor.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA SUBCONTRATAÇÃO

Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

São obrigações do CONTRATANTE:

a) Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela CONTRATADA, de acordo com o contrato e seus anexos;
b) Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;
c) Notificar a CONTRATADA, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;
d) Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pela CONTRATADA;
e) Efetuar o pagamento à CONTRATADA do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente contrato e no Termo de Referência;
f) Aplicar à CONTRATADA as sanções previstas na Lei e neste contrato;
g) Providenciar a adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pela CONTRATADA;
h) Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste;
i) A Administração terá o prazo de 45 (quarenta e cinco) dias, a contar da conclusão da instrução do requerimento, para decidir sobre todas as solicitações da CONTRATADA, inclusive pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro, admitida a prorrogação motivada, por igual período;
j) Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais;
k) A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela CONTRATADA com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da CONTRATADA, de seus empregados, prepostos ou subordinados;
l) Verificar, minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos ou serviços executados provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

Assinado por 1 pessoa: JESSICA FERNANDA MONTEIRO VAZ FERNANDES
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://palmitalpr.1doc.com.br/verificacao/E436-0CEF-978C-834C e informe o código E436-0CEF-978C-834C

m) Comunicar a CONTRATADA por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto executado, para que seja substituído, reparado ou corrigido;
n) Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da CONTRATADA, através de comissão/servidor especialmente designado;
o) Realizar a medição dos serviços executados e materiais efetivamente aplicados através da fiscalização, mediante verificação in loco das quantidades executadas, observadas as especificações constantes do Memorial Descritivo, projetos técnicos e demais documentos integrantes do processo.

CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

A CONTRATADA deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

a) Entregar o objeto acompanhado do manual do usuário, se for o caso, com uma versão em português, e da relação da rede de assistência técnica autorizada;
b) Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/90);
c) Comunicar ao CONTRATANTE, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega ou execução, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
d) Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei n.º 14.133/2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;
e) Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
f) Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo CONTRATANTE, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;
g) Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, a CONTRATADA deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os documentos de prova de regularidade especificados no Parágrafo Primeiro da Cláusula Quarta;
h) Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao CONTRATANTE e não poderá onerar o objeto do contrato;
i) Comunicar ao Fiscal do contrato, imediatamente, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual;
j) Paralisar, por determinação do CONTRATANTE, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;
k) Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;
l) Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em Lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116, da Lei n.º 14.133/2021);
m) Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, quando solicitado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único, da Lei n.º 14.133/2021);
n) Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

Assinado por 1 pessoa: JESSICA FERNANDA MONTEIRO VAZ FERNANDES
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://palmitalpr.1doc.com.br/verificacao/E436-0CEF-978C-834C e informe o código E436-0CEF-978C-834C

o) Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133/2021;
p) Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do CONTRATANTE;
q) Alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;
r) Orientar e treinar seus empregados sobre os deveres previstos na Lei nº 13.709/2018, adotando medidas eficazes para proteção de dados pessoais a que tenha acesso por força da execução deste contrato;
s) Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina;
t) Submeter previamente, por escrito, ao CONTRATANTE, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere;
u) Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;
v) Emitir ART referente aos serviços executados e manter responsável técnico habilitado durante toda a execução contratual;
w) Emitir laudo técnico final de integridade e estanqueidade do sistema impermeabilizante após conclusão da execução;
x) Realizar ensaios de controle tecnológico e testes de qualidade das soldas executadas, incluindo ensaios destrutivos e não destrutivos, conforme normas técnicas aplicáveis;
y) Executar o sistema de drenagem testemunho, incluindo fornecimento de manta geotêxtil, tubulações, conexões, drenos e demais materiais complementares necessários;
z) Executar integralmente o objeto contratado em conformidade com o Memorial Descritivo, Estudo Técnico Preliminar, normas da ABNT, especificações técnicas aplicáveis e orientações da fiscalização;
aa) Fornecer geomembrana em PEAD virgem, com espessura mínima de 2,0 mm, atendendo integralmente às especificações técnicas previstas no Memorial Descritivo e normas técnicas aplicáveis;
bb) Garantir a integridade e estanqueidade do sistema impermeabilizante executado pelo prazo mínimo estabelecido neste contrato e na legislação aplicável;
cc) Responsabilizar-se integralmente pela estabilidade, integridade e desempenho do sistema impermeabilizante até o recebimento definitivo do serviço e durante o prazo de garantia;
dd) Manter o local de execução limpo, organizado e em condições adequadas de segurança durante toda a execução contratual;
ee) Responsabilizar-se pela destinação ambientalmente adequada dos resíduos gerados durante a execução dos serviços;
ff) A equipe responsável pela instalação da geomembrana deverá possuir capacitação técnica compatível com execução de serviços de soldagem e instalação de geossintéticos.
gg) A CONTRATADA deverá garantir a integridade, desempenho, estanqueidade e qualidade técnica do sistema impermeabilizante executado pelo prazo mínimo de 05 (cinco) anos, contados do recebimento definitivo;
hh) Durante o período de garantia, a CONTRATADA será responsável pela correção de defeitos, falhas executivas, inconformidades, problemas de soldagem, infiltrações, falhas de estanqueidade ou quaisquer inconformidades técnicas verificadas no sistema executado.

Assinado por 1 pessoa: JESSICA FERNANDA MONTEIRO VAZ FERNANDES
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://palmitalpr.1doc.com.br/verificacao/E436-0CEF-978C-834C e informe o código E436-0CEF-978C-834C

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS OBRIGAÇÕES RELATIVAS A CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE

As boas práticas de otimização de recursos, redução de desperdícios e menor poluição se pautam em alguns pressupostos e exigências, que deverão ser observados pela CONTRATADA, que deverá fazer uso racional do consumo de energia e água, adotando medidas para evitar o desperdício e A CONTRATADA deverá:

a) Colaborar com as medidas de redução de consumo e uso racional da água, cujo(s) encarregado(s) deve(m) atuar como facilitador(es) das mudanças de comportamento.
b) Dar preferência à aquisição e uso de equipamentos e complementos que promovam a redução do consumo de água e que apresentem eficiência energética e redução de consumo.
c) Evitar ao máximo o uso de extensões elétricas.
d) Repassar a seus empregados todas as orientações referentes à redução do consumo de energia e Água
e) Fornecer aos empregados os equipamentos de segurança que se fizerem necessários, para a execução dos serviços.
f) Dar preferência a descarga e torneira com controle de vazão, evitando o desperdício de água.
g) Proporcionar treinamento periódico aos empregados sobre práticas de sustentabilidade, em especial sobre redução de consumo de energia elétrica, de consumo de água e destinação de resíduos sólidos, observadas as normas ambientais vigentes.
h) Proibir quaisquer atos de preconceito de raça, cor, sexo, crenças religiosas, orientação sexual ou estado civil na seleção de colaboradores no quadro da empresa.
i) Conduzir suas ações em conformidade com os requisitos legais e regulamentos aplicáveis, observando também a legislação ambiental para a prevenção de adversidades ao meio ambiente e à saúde dos trabalhadores e envolvidos na prestação dos serviços, como exige a Lei nº 9.985/00.
j) Destinar de forma ambientalmente adequada todos os materiais e/ou insumos que forem utilizados pela empresa na prestação dos serviços, inclusive os potencialmente poluidores, tais como, pilhas, baterias, lâmpadas fluorescentes e frascos de aerossóis, pneumáticos inservíveis, produtos e componentes eletroeletrônicos que estejam em desuso e sujeitos à disposição final, considerados lixo tecnológico.
k) É proibido incinerar qualquer resíduo gerado.
l) Não é permitida a emissão de ruídos de alta intensidade.
m) Priorizar a aquisição de bens que sejam constituídos por material renovável, reciclado, atóxico ou biodegradável.
n) Priorizar o aproveitamento da água da chuva, agregando ao sistema hidráulico elementos que possibilitem a captação, transporte, armazenamento e seu aproveitamento;
o) Colaborar para a não geração de resíduos e, secundariamente, a redução, a reutilização, a reciclagem, o tratamento dos resíduos sólidos e a disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos.

PARÁGRAFO ÚNICO - A CONTRATADA deverá observar no que couber, durante a execução contratual, critérios e práticas de sustentabilidade, como:

a) Dar preferência a envio de documentos na forma digital, a fim de reduzir a impressão de documentos;
b) Em caso de necessidade de envio de documentos ao CONTRATANTE, usar preferencialmente a função “duplex” (frente e verso), bem como de papel confeccionado com madeira de origem legal;
c) Capacitar seus empregados, orientando que os resíduos não poderão ser dispostos em aterros de resíduos domiciliares, áreas de “bota fora”, encostas, corpos d´água, lotes vagos e áreas protegidas por Lei, bem como em áreas não licenciadas;

Assinado por 1 pessoa: JESSICA FERNANDA MONTEIRO VAZ FERNANDES
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://palmitalpr.1doc.com.br/verificacao/E436-0CEF-978C-834C e informe o código E436-0CEF-978C-834C
1Doc: Proc. Administrativo 4- 020/2026 21/295

d) Armazenar, transportar e destinar os resíduos em conformidade com as normas técnicas específicas.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA GESTÃO E DA FISCALIZAÇÃO CONTRATUAL DA RESPONSABILIDADE TÉCNICA

O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133/2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

PARÁGRAFO SEGUNDO - As comunicações entre o CONTRATANTE e a CONTRATADA devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

PARÁGRAFO TERCEIRO - A CONTRATADA deverá indicar preposto, durante o período de vigência, para representá-la sempre que for necessário.

PARÁGRAFO QUARTO – A inadimplência da CONTRATADA em relação aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transferirá à Administração a responsabilidade pelo seu pagamento e não poderá onerar o objeto do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, §1º).

PARÁGRAFO QUINTO - O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §1º).

PARÁGRAFO SEXTO - O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §2º).

PARÁGRAFO SÉTIMO - O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da CONTRATADA, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

PARÁGRAFO OITAVO - Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

PARÁGRAFO NONO - O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

PARÁGRAFO DÉCIMO - O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da CONTRATADA, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO - O gestor do contrato acompanhará os registros realizados

Assinado por 1 pessoa: JESSICA FERNANDA MONTEIRO VAZ FERNANDES
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://palmitalpr.1doc.com.br/verificacao/E436-0CEF-978C-834C e informe o código E436-0CEF-978C-834C

pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

PARÁGRAFO DÉCIMO SEGUNDO - O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133/2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

PARÁGRAFO DÉCIMO TERCEIRO - O fiscal do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou prorrogação contratual.

PARÁGRAFO DÉCIMO QUARTO - A GESTÃO do presente contrato ficará a cargo da Secretária Municipal de Meio Ambiente e Bem-estar Animal, Senhora Ana Paula Nesi Tortelli, inscrita no CPF/MF sob o nº [redacted] e portadora do RG nº [redacted]

PARÁGRAFO DÉCIMO QUINTO - A FISCALIZAÇÃO da execução do presente contrato será exercida pela Servidora Maria Izabel Millani Presoto, Engenheira Civil da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Bem-estar Animal, telefone (46) 3523.6347, e-mail: meioambiente@franciscobeltrao.pr.gov.br.

PARÁGRAFO DÉCIMO SEXTO – O responsável técnico pela execução dos serviços, indicado pela CONTRATADA é o senhor MAURO JOSÉ KOTZ, engenheiro civil, inscrito no CREA sob o nº PR-100331/D e portador do CPF nº [redacted]

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS INFRAÇÕES E DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

a) Der causa à inexecução parcial do contrato;
b) Der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
c) Der causa à inexecução total do contrato;
d) Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
e) Apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
f) Praticar ato fraudulento na execução do contrato;
g) Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
h) Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Serão aplicadas à CONTRATADA que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

I - Advertência, quando a CONTRATADA der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 2º, da Lei nº 14.133, de 2021);
II - Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);
III - Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 5º, da Lei nº 14.133, de 2021).
IV - Multa:

Assinado por 1 pessoa: JESSICA FERNANDA MONTEIRO VAZ FERNANDES
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://palmitalpr.1doc.com.br/verificacao/E436-0CEF-978C-834C e informe o código E436-0CEF-978C-834C

1. Moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 15 (quinze) dias;
   1.a. O atraso superior a 60 (sessenta) dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.
2. Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas "e" até "h" do *caput* da desta Cláusula, de 20% (vinte por cento) a 30% (trinta por cento) do valor do contrato.
3. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista na alínea "c" do *caput* da desta Cláusula, de 20% (vinte por cento) a 30% (trinta por cento) do valor do contrato.
4. Compensatória, para infração descrita na alínea "b" do *caput* da desta Cláusula, a multa será de 15% (quinze por cento) a 20% (vinte por cento) do valor do contrato.
5. Compensatória, para a infração descrita na alínea "a" do *caput* da desta Cláusula, a multa será de 10% (dez por cento) a 15% (quinze por cento) do valor do contrato.
6. Compensatória, para infrações descritas na alínea "d" do *caput* da desta Cláusula, a multa será de 5% (cinco por cento) a 15% (quinze por cento) do valor do contrato.

PARÁGRAFO SEGUNDO - A aplicação das sanções previstas neste contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao CONTRATANTE (art. 156, § 9º, da Lei nº 14.133, de 2021).

PARÁGRAFO TERCEIRO - Todas as sanções previstas neste contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, § 7º, da Lei nº 14.133, de 2021), sendo que a somatória das multas previstas acima não poderá ultrapassar ao percentual de 30% (trinta por cento) sobre o valor total do contrato.

PARÁGRAFO QUARTO - Antes da aplicação da multa, será facultada a defesa da CONTRATADA no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021).

PARÁGRAFO QUINTO - Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo CONTRATANTE à CONTRATADA, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada, se houver, ou será cobrada judicialmente (art. 156, § 8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

PARÁGRAFO SEXTO - Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a diferença da multa não descontada das faturas devidas pelo CONTRATANTE à CONTRATADA poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

PARÁGRAFO SÉTIMO - Se os valores das faturas forem insuficientes ou inexistentes, fica a CONTRATADA obrigada a recolher a importância de multa aplicada no prazo de 30 (trinta) dias, contados da comunicação oficial.

PARÁGRAFO OITAVO - A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa à CONTRATADA, observando-se o procedimento previsto no *caput* e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

PARÁGRAFO NONO - Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, § 1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

a) A natureza e a gravidade da infração cometida;
b) As peculiaridades do caso concreto;
c) As circunstâncias agravantes ou atenuantes, como o caráter educativo da pena e a reincidência de transgressões por parte da CONTRATADA;

Assinado por 1 pessoa: JESSICA FERNANDA MONTEIRO VAZ FERNANDES
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://palmitalpr.1doc.com.br/verificacao/E436-0CEF-978C-834C e informe o código E436-0CEF-978C-834C

d) Os danos que dela provierem para o CONTRATANTE;
e) A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

PARÁGRAFO DÉCIMO - Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159 da Lei nº 14.133, de 2021).

PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO - A personalidade jurídica da CONTRATADA poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com a CONTRATADA, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).

PARÁGRAFO DÉCIMO SEGUNDO - O CONTRATANTE deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ele aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (**CEIS**) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (**CNEP**), conforme art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021, assim como as sanções serão obrigatoriamente registradas no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (**SICAF**) e no Tribunal de Contas do Estado do Paraná (**TCE-PR**).

PARÁGRAFO DÉCIMO TERCEIRO - As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS

Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - A CONTRATADA fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais os acréscimos ou supressões contratuais que se fizerem necessárias em até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

PARÁGRAFO SEGUNDO - As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante.

PARÁGRAFO TERCEIRO - Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

PARÁGRAFO QUARTO - Os casos omissos serão decididos pelo CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

Assinado por 1 pessoa: JESSICA FERNANDA MONTEIRO VAZ FERNANDES
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://palmitalpr.1doc.com.br/verificacao/E436-0CEF-978C-834C e informe o código E436-0CEF-978C-834C

O contrato será extinto quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - O contrato poderá ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o CONTRATANTE, quando este não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem, sendo que a extinção nesta hipótese ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, desde que haja a notificação da CONTRATADA pelo CONTRATANTE nesse sentido com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência desse dia (art. 105, § 1º da Lei nº 14.133. de 2021).

PARÁGRAFO SEGUNDO - Caso a notificação da não continuidade do contrato de que trata o Parágrafo anterior ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação.

PARÁGRAFO TERCEIRO - O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

PARÁGRAFO QUARTO - Para a extinção contratual, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

PARÁGRAFO QUINTO - Se houver alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa sem restringir sua capacidade de concluir o contrato, deverá ser realizado termo aditivo para formalizar a alteração.

PARÁGRAFO SEXTO - A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, *caput*, da Lei n.º 14.133, de 2021), sendo que o pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro deverá ser formulado durante a vigência do contrato e antes de eventual prorrogação nos termos do art. 107 da Lei nº. 14.133, de 2021.

PARÁGRAFO SÉTIMO - O contrato poderá ser extinto caso se constate que a CONTRATADA mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade CONTRATANTE ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021).

PARÁGRAFO OITAVO - O termo de extinção, sempre que possível, será precedido da relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA PUBLICIDADE

Incumbirá ao CONTRATANTE divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA FRAUDE E DA CORRUPÇÃO

As partes declaram conhecer as normas de prevenção à corrupção previstas na legislação brasileira, dentre elas, a Lei de Improbidade Administrativa (Lei Federal nº 8.429/1992), a Lei Federal nº 12.846/2013 e seus regulamentos, se comprometem que para a execução deste contrato nenhuma das partes poderá oferecer, dar ou se comprometer a dar, a quem quer que seja, aceitar

Assinado por 1 pessoa: JESSICA FERNANDA MONTEIRO VAZ FERNANDES
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://palmitalpr.1doc.com.br/verificacao/E436-0CEF-978C-834C e informe o código E436-0CEF-978C-834C

ou se comprometer a aceitar, de quem quer que seja, tanto por conta própria quanto por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou benefícios indevidos de qualquer espécie, de modo fraudulento que constituam prática ilegal ou de corrupção, bem como de manipular ou fraudar o equilíbrio econômico financeiro do presente contrato, seja de forma direta ou indireta quanto ao objeto deste contrato, devendo garantir, ainda que seus prepostos, administradores e colaboradores ajam da mesma forma.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DO TRATAMENTO E DA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

As partes se obrigam a observar fielmente as disposições da Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD) e a proteger os direitos fundamentais de liberdade, de privacidade e de livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural, relativos ao tratamento de dados pessoais a que tiverem acesso em razão da execução do presente ajuste.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - A CONTRATADA declara que tem ciência dos termos da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) e, nas situações em que houver o compartilhamento de dados pessoais pelo CONTRATANTE, compromete-se a adequar todos os procedimentos internos ao disposto na legislação.

PARÁGRAFO SEGUNDO - É vedada às partes a utilização de todo e qualquer dado pessoal compartilhado em decorrência da execução deste ajuste para finalidade distinta daquela do objeto da presente contratação, sob pena de responsabilização administrativa, civil e criminal.

PARÁGRAFO TERCEIRO - As partes se comprometem a manter sigilo e confidencialidade de todas as informações – em especial os dados pessoais e os dados pessoais sensíveis – compartilhados em decorrência da execução deste ajuste, em consonância com o disposto na Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD), sendo vedado o compartilhamento das informações a outras empresas ou pessoas, salvo o decorrente de obrigações legais ou para viabilizar o cumprimento do presente ajuste.

PARÁGRAFO QUARTO – A CONTRATADA fica obrigada a comunicar ao CONTRATANTE em até 24 (vinte e quatro) horas qualquer incidente de acessos não autorizados aos dados pessoais, situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito, bem como adotar as providências dispostas no art. 48 da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais.

PARÁGRAFO QUINTO - Descumprimentos havidos em razão do uso inadequado ou ilícito em relação aos dados pessoais serão apurados conforme estabelecido neste ajuste e nos termos do que dispõem a Seção III, Capítulo VI e o art. 52 da Lei nº 13.709/2018 (LGPD).

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DO FORO

Fica eleito o Foro da Comarca de Francisco Beltrão, estado do Paraná para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, § 1º, da Lei nº 14.133/21.

Francisco Beltrão, 08 de julho de 2026.

ANTONIO PEDRON
CPF Nº [redacted]
PREFEITO MUNICIPAL
CONTRATANTE

IRRIGABEM SISTEMA DE IRRIGAÇÃO LTDA
CONTRATADA
ROBERTO APARECIDO GIORGI
CPF Nº [redacted]

Assinado por 1 pessoa: JESSICA FERNANDA MONTEIRO VAZ FERNANDES
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://palmitalpr.1doc.com.br/verificacao/E436-0CEF-978C-834C e informe o código E436-0CEF-978C-834C

Assinado por 1 pessoa: JESSICA FERNANDA MONTEIRO VAZ FERNANDES
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://palmitalpr.1doc.com.br/verificacao/E436-0CEF-978C-834C e informe o código E436-0CEF-978C-834C

CONTRATO QUE ENTRE SI FAZEM A PREFEITURA MUNICIPAL DE BIRIGUI E A EMPRESA AVISERRA SOLUÇÕES AMBIENTAIS LTDA.

CONTRATO Nº 12.467 / 2026.

Por este instrumento de contrato, de um lado a PREFEITURA MUNICIPAL DE BIRIGUI, CNPJ nº 46.151.718/0001-80, situada na Rua Anhanguera, nº 1.155, Jardim Morumbi, na cidade de Birigui-SP, CEP: 16.200-067, endereço eletrônico: prefeitura@birigui.sp.gov.br, neste ato representada por sua Prefeita, a SRA. SAMANTA PAULA ALBANI BORINI, brasileira, casada, RG nº [redacted] CPF/MF n[redacted], doravante denominada CONTRATANTE, e de outro lado a empresa AVISERRA SOLUÇÕES AMBIENTAIS LTDA , CNPJ/MF nº 04.886.943/0001-14, estabelecida na Avenida Central, 90, IndustriaL, na cidade de Guaporé, CEP: 99.200-000, Estado do Rio Grande do Sul, endereço eletrônico: vendas01@aviserra.com.br, representada neste ato por seu Sócio Proprietário, o SR. LEONARDO COLLA, RG e CPF nº [redacted] adiante denominada CONTRATADA, em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Contrato, decorrente do Pregão Eletrônico n. 67 / 2026, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas:

CLÁUSULA 1ª DO OBJETO

1.1. O objeto do presente instrumento contratual é a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE GEOMEMBRANA EM PEAD (POLIETILENO DE ALTA DENSIDADE), COM ESPESSURA DE 2MM, PARA IMPERMEABILIZAÇÃO DA NOVA CÉLULA DO ATERRO SANITÁRIO DE BIRIGUI - SECRETARIA DE SERVIÇOS PÚBLICOS, CONFORME ESPECIFICAÇÕES DOS ANEXOS I E II – TERMO DE REFERÊNCIA ., conforme especificações dos Anexos I, e conforme as condições estabelecidas no Termo de Referência.

1.2. Vinculam-se a esta contratação, independentemente de transcrição:

1.2.1. O Termo de Referência;

1.2.2. O Edital nº 77/2026 do Pregão Eletrônico nº 67/2026 e seus anexos na íntegra;

1.2.3. A Proposta do contratado;

1.2.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados e demais documentos integrantes do certame.

CLÁUSULA 2ª DO PREÇO

2.1. A CONTRATADA obriga-se a cumprir rigorosamente o objeto contratual, com base no preço ofertado, fixo e irreajustável.

2.2. Dá-se ao presente Contrato o valor total de R$ 523.270,00 (quinhentos e vinte e três mil, duzentos e setenta reais), referente ao lote nº 01.

Assinado por 1 pessoa: JESSICA FERNANDA MONTEIRO VAZ FERNANDES
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://palmitalpr.1doc.com.br/verificacao/E436-0CEF-978C-834C e informe o código E436-0CEF-978C-834C

2.3. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

CLÁUSULA 3ª DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

3.1. O prazo máximo de execução e entrega do serviço é de 30 (tinta) dias contados a partir do recebimento da Ordem de Serviço, conforme disposições deste Edital e seus anexos. A entrega do material e execução do serviço deverá ocorrer no Aterro Sanitário de Birigui/SP, localizado no KM 31 da Rodovia Deputado Roberto Rolemberg (SP-461), conforme disposições do Anexo II – Termo de Referência.

3.1.1. A Contratada deverá executar o objeto, atendendo integralmente as exigências, condições e obrigações preestabelecidas no Termo de Referência – Anexo II do presente Edital.

3.2. O prazo de execução admite prorrogação, mantidas as demais cláusulas, se, antes da sua expiração, a contratada ou detentora protocolar requerimento escrito instruído com justificativas que demonstrem fato imputável exclusivamente à Administração Pública ou caso fortuito e força maior que impeçam o cumprimento do prazo estabelecido, com prévia concordância da requisitante.

3.3. As despesas com a execução do objeto serão por conta da contratada.

3.4. Não será permitida na entrega, a substituição do objeto ofertado, quer em função de outra especificação, etc.

3.5. A contratada será responsável por acompanhar o número de fac-símile ou o endereço de correio eletrônico por ela indicado, não podendo alegar extravio da(s) Ordens de Serviço recebida(s).

3.6. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual;

CLÁUSULA 4ª DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DO OBJETO

4.1. O objeto da presente licitação será recebido:

4.1.1. Provisoriamente, dar-se-á no ato da entrega para posterior verificação de sua conformidade com a especificação;

4.1.2. Definitivamente, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, após a verificação da conformidade com as especificações do Edital.

4.2. Será rejeitado no recebimento, o objeto fornecido com especificações diferentes das constantes nos ANEXOS I e II, e as informadas na PROPOSTA, devendo a sua substituição ocorrer na forma e prazos definidos abaixo.

4.2.1. Constatadas irregularidades no objeto fornecido, a Contratante poderá:

a) se disser respeito à especificação, rejeitá-los no todo ou em parte, determinando sua substituição ou rescindindo a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis;

a.1) na hipótese de substituição, bem como verificados que se encontram em desconformidade, a Contratada deverá fazê-la em conformidade com o objeto do Edital e da proposta, contada da notificação por escrito e de acordo com o anexo II – Termo de Referência, mantido o preço inicialmente contratado;

b) se disser respeito à diferença de quantidade ou de partes, determinar sua complementação ou rescindir a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis;

Assinado por 1 pessoa: JESSICA FERNANDA MONTEIRO VAZ FERNANDES
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://palmitalpr.1doc.com.br/verificacao/E436-0CEF-978C-834C e informe o código E436-0CEF-978C-834C

b.1) na hipótese de complementação, a Contratada deverá fazê-la em conformidade com o objeto do Edital e da Proposta, contado da notificação por escrito e de acordo com o anexo II – Termo de Referência, mantido o preço ini - cialmente contratado.

4.3.1. O recebimento do objeto dar-se-á definitivamente após o recebimento provisório, uma vez verificado o atendimento integral da qualidade e/ou quantidade e das especificações contratadas.

4.3.2. A aceitação definitiva não exclui a responsabilidade da contratada pelo perfeito desempenho do objeto fornecido, cabendo-lhe sanar quaisquer defeitos de fabricação detectados quando da utilização dos mesmos.

4.3.3. Os prazos para o recebimento provisório e definitivo do objeto são aqueles indicados no Art. 42, inciso I do Decreto Municipal nº 7.495/2024.

4.4. Nos termos do Art. 117 da Lei Federal nº 14.133/2021, será designado representante para, gerir, acompanhar e fiscalizar a entrega dos bens/execução dos serviços, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

4.5. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da empresa, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o Art. 119 e 120 da Lei Federal nº 14.133/2021.

4.6. O Fiscal e Gestor dos contratos e/ou registros, contarão com o apoio dos órgãos de assessoramento jurídico e de controle interno para o desempenho das funções essenciais à execução do disposto na Lei Federal nº 14.133/2021, sempre que entender necessário, bem como Diretoria de Gestão de Pessoas quanto a fiscalização trabalhista, e à Divisão de Segurança e Medicina do Trabalho no que se refere à regularidade quanto a segurança durante a execução dos serviços.

4.7. A Contratante ao receber os serviços com a apresentação da respectiva Nota Fiscal do período correspondente, os gestores e fiscais da ADMINISTRAÇÃO, junto com os técnicos da CONTRATADA, lavrarão termo de verificação circunstanciado através da emissão de Termo de Recebimento dos bens/serviços, relatando todos os fatos pertinentes e concedendo prazo, caso necessário, para correção de eventuais falhas.

4.8. O objeto licitado será recebido conforme dispõe o art. 140 da Lei Federal 14.133/2021.

4.9. Ficará assegurada a prerrogativa, durante a fiscalização do termo, de:

a) Exigir a comprovação da regularidade fiscal e trabalhista da Contratada, conforme exigência do Edital em manter a regularidade durante a vigência do termo;

b) Exigir o cumprimento integral dos prazos, especificações, detalhes e também das normas técnicas de execução dos serviços;

c) Rejeitar todo e qualquer material ou serviço de má qualidade ou não especificado, e estipular o pra - zo para a sua correção, sem ônus para a Administração;

d) Exigir a imediata substituição do técnico, funcionário ou operários que não correspondam técnica ou disciplinarmente às necessidades dos serviços, sem prejuízo do cumprimento das condições contratuais, oficiando devidamente a empresa contratada para tanto;

e) Decidir quanto à aceitação do material ou serviço “similar” ou especificado, sempre que ocorra motivo de força maior;

Assinado por 1 pessoa: JESSICA FERNANDA MONTEIRO VAZ FERNANDES
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://palmitalpr.1doc.com.br/verificacao/E436-0CEF-978C-834C e informe o código E436-0CEF-978C-834C

f) Fazer cumprir as obrigações inerentes às normas técnicas de segurança e saúde no trabalho adequadas, sob pena de penalização nos termos da legislação vigente;

g) Acompanhar se os empregados que trabalham na execução dos serviços, correspondem àqueles constantes dos assentamentos da folha de pagamento e se recebem regularmente os salários, fazendo juntar mensalmente às Notas Fiscais, termo de acompanhamento;

h) Caberá também aos Gestores e Fiscalizadores no que se refere à fiscalização trabalhista do funcionário indicado pela Contratada para prestar o serviço à prefeitura do objeto contratado, exigir o cumprimento da quanto:

h.1) Regularidade para com o INSS e FGTS;

h.2) Pagamento de salários no prazo previsto em lei, referente ao mês anterior;

h.3) Fornecimento de vale-transporte e auxílio-alimentação, quando cabível;

h.4) Pagamento do 13º Salário;

h.5) Concessão de férias e correspondente pagamento do adicional;

h.6) Realização de exames admissionais, demissionais e periódicos, quando for o caso;

h.7) Fornecimento de cursos de treinamento e reciclagem exigidos por lei;

h.8) Cumprimento das obrigações contidas em convenção coletiva, acordo coletivo ou sentença normativa em dissídio coletivo de trabalho, e de cumprimento de todas as demais obrigações estabelecidas na legislação laboral em relação aos empregados vinculados ao contrato administrativo;

h.9) Verbas rescisórias.

4.10. A qualquer momento os Gestores e Fiscalizadores poderão solicitar complementação das informações que se fizerem necessárias dos documentos enviados pela Contratada.

4.11. Ao receber a Nota Fiscal, devidamente instruída dos documentos arrolados nessa cláusula, deverá a Contratada apresentar comprovante do pagamento de todas as suas obrigações trabalhistas e sociais do funcionário indicado pela Contratada para prestar o serviço à prefeitura do objeto contratado, sob pena de suspensão do pagamento até a efetiva regularização.

CLÁUSULA 5ª DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO

5.1. A Prefeitura Municipal exercerá a fiscalização, através da Secretaria Requisitante, assegurado o direito de exigir o cumprimento integral do objeto, conforme Anexo I, acordadas neste Edital e também das normas técnicas de execução, conforme abaixo:

5.2. Em atenção ao art. 117 da Lei Federal nº 14.133/2021, ficam definidos pela Secretaria requisitante como gestor do contrato o Sr. Hilário Zerloti – na função de Secretário de Serviços Públicos, portador do CPF nº 557.367.858-20 e como fiscal do contrato o Sr. Danilo de Sousa Ferreira, na função de Secretário Adjunto de Serviços Públicos, portador do CPF nº 226.562.148-07 ou outros que venham a substituí-los para fiscalizar e acompanhar a execução dos serviços do objeto contratual.

CLÁUSULA 6ª - DO PAGAMENTO

6.1. O pagamento será realizado no prazo de até 30 (trinta) dias, em parcelas mensais, após o recebimento definitivo de cada uma, e com a devida aprovação do gestor, mediante apresentação e registro da nota fiscal eletrônica, documentos fiscais e de cobrança, onde deverá constar: descrição do objeto, número do respectivo empenho de acordo com cada Ordem de Serviços (OS), além dos dados bancários, tudo sem quaisquer rasuras ou emendas.

Assinado por 1 pessoa: JESSICA FERNANDA MONTEIRO VAZ FERNANDES
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://palmitalpr.1doc.com.br/verificacao/E436-0CEF-978C-834C e informe o código E436-0CEF-978C-834C

6.1.1. Os dados bancários informados nas Notas Fiscais deverão pertencer à mesma Razão Social e número de CNPJ da licitante vencedora.

6.1.2. Para fins da emissão da Nota Fiscal, os dados a constar são: MUNICÍPIO DE BIRIGUI, CNPJ 46.151.718/0001-80, Endereço: Rua Anhanguera nº 1155, Bairro Jardim Morumbi; CEP 16200-067; Município: Biri - gui; UF: SP, Fone/Fax: (18)3643-6000.

6.1.2.1. O disposto na Cláusula acima não se relaciona com o local da entrega.

6.1.3. Para efeito de pagamento, é obrigatório que seja informado no corpo da Nota Fiscal: os dados bancários (Código e Nome do Banco/Agência/Conta-Corrente) do mesmo CNPJ constante na Autorização de Fornecimento, Nú- mero da Autorização de Fornecimento e Número do Empenho.

6.1.4. A contratada ficará responsável em verificar se as informações conferem com a Ordem de Serviços. Ha- vendo divergências, deverá solicitar a alteração imediatamente, pois o Município não se responsabilizará por informa - ções incorretas. A não inclusão dos referidos dados na Nota Fiscal ocasionará o não pagamento da mesma.

6.1.5. Não será iniciada a contagem de prazo, caso os documentos fiscais apresentados ou outros necessários à contratação contenham incorreções.

6.1.6. A nota fiscal deverá constar a Alíquota IR de acordo com a natureza do bem.

6.1.7. A Nota Fiscal/Fatura que apresentar incorreções, quando necessário, será devolvida e seu vencimento ocorrerá em até 30 (trinta) dias após a data de sua reapresentação válida.

6.2. Não será admitida proposta com condição de pagamento diferente daquela definida em edital.

6.3. A Prefeitura não efetuará pagamento através de cobrança bancária; os pagamentos serão efetuados nas modalidades “ordem de pagamento bancária” ou crédito em conta-corrente, devendo a contratada indicar o número de sua conta-cor- rente, agência e banco correspondente.

6.4. Os documentos fiscais emitidos em desacordo com a legislação vigente serão devolvidos à CONTRATADA, que obrigar-se-á a substituí-los na forma exigida.

6.5. A cada recebimento de valor, a futura contratada deverá fornecer ao Departamento de Contabilidade da Prefeitura, provas de regularidade com a Seguridade Social, com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS e com a Jus - tiça do Trabalho.

6.6. No caso de contratada em situação de recuperação judicial, deverá apresentar declaração, relatório ou documento equivalente de seu administrador judicial, ou se o administrador judicial for pessoa jurídica, do profissional responsável pela condução do processo, de que está cumprindo o plano de recuperação judicial.

6.7. No caso de contratada em situação de recuperação extrajudicial, junto com os demais comprovantes, deverá apre- sentar comprovação documental de que está cumprindo com as obrigações do plano de recuperação extrajudicial.

6.8. A não apresentação das comprovações de que tratam os subitens nº 6.6 e 6.7 asseguram ao Contratante o direito de sustar o pagamento respectivo e/ou pagamentos seguintes.

6.9. Nos termos do Art. 92, inciso V, cumulado com o Art. 95, ambos da Lei Federal nº 14.133/2021, em caso de atraso de pagamento imputável, exclusivamente, à Administração, a CONTRATADA terá direito ao pagamento da parcela de- vida, acrescida de atualização monetária segundo o índice IPCA ou outro que venha a substituí-lo, considerando o perí - odo do prazo final para pagamento até a data de sua efetivação, mediante requerimento da interessada.

Assinado por 1 pessoa: JESSICA FERNANDA MONTEIRO VAZ FERNANDES
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://palmitalpr.1doc.com.br/verificacao/E436-0CEF-978C-834C e informe o código E436-0CEF-978C-834C

6.10. Nos termos do Decreto Municipal nº 7.339, de 25 de maio de 2023, incidirão a título de Imposto de Renda, a retenção sobre os pagamentos à Contratada. (Disponível em: http://www.birigui.sp.gov.br/birigui/controle/arquivo/decreto_7.339.pdf).

CLÁUSULA 7ª DOS RECURSOS

7.1. Todos os custos deste contrato, para esta aquisição correrão por conta das seguintes dotações:

Nº 02.13.00 – 15.452.0012.2.024 / 4.4.90.51.00 – Ficha nº 760 – Secretaria Municipal de Saúde – Recursos Municipais;

7.2. Em observância do COMUNICADO SDG nº 028/2017/TCESP, esclarece-se que a origem do(s) recurso(s) orçamentário(s) indicado(s) na cláusula anterior são MUNICIPAIS.

7.3. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

CLÁUSULA 8ª OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

8.1. São obrigações do Contratante:

8.2. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

8.3. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

8.4. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

8.5. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

8.6. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal em relação à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;

8.7. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;

8.8. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;

8.9. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

8.10. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

8.11. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado, no prazo de 01 (um) mês, a partir do fornecimento das provas pela contratada.

8.12. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

8.13. Comunicar o Contratado na hipótese de posterior alteração do projeto pelo Contratante, no caso do art. 93, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021.

8.14. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

Assinado por 1 pessoa: JESSICA FERNANDA MONTEIRO VAZ FERNANDES
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://palmitalpr.1doc.com.br/verificacao/E436-0CEF-978C-834C e informe o código E436-0CEF-978C-834C
1Doc: Proc. Administrativo 4- 020/2026 34/295

8.15. Comunicar o Contratado na hipótese de posterior alteração do projeto pelo Contratante, no caso do art. 93, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021.

8.16. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA 9ª OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

9.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato, Edital e de seus anexos, independentemente de transcrição, inclusive no que se refere ao Termo de Referência, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

9.1.1. A Contratada, deverá fornecer/executar o objeto, atendendo integralmente as exigências, condições e obrigações complementares e preestabelecidas no Termo de Referência – Anexo II do Edital.

9.2. Promover a execução do objeto dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, em observância às normas legais e regulamentares aplicáveis e às recomendações aceitas pela boa técnica, observadas, especialmente, as disposições do Termo de Referência;

9.3. Efetuar a execução do objeto em perfeitas condições, nos prazos e locais indicados pela Administração, em estrita observância das especificações do Edital e da proposta, acompanhado da respectiva nota fiscal constando detalhadamente as indicações das quantidades e especificações;

9.4. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior (art. 137, II) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

9.5. Comunicar à Administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas antes da execução, caso existam motivos que impossibilitem o cumprimento do pactuado dentro do inicialmente previsto, com a devida comprovação;

9.6. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

9.7. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos;

9.8. Manter, durante a execução do pactuado, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação em compatibilidade com as obrigações assumidas.;

9.9. Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que estiver obrigada;

9.10. Responsabilizarem-se pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamento de pessoal, prestação de garantia e quaisquer outras que incidam ou venham a incidir na execução do contrato;

Assinado por 1 pessoa: JESSICA FERNANDA MONTEIRO VAZ FERNANDES
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://palmitalpr.1doc.com.br/verificacao/E436-0CEF-978C-834C e informe o código E436-0CEF-978C-834C

9.11. Responder pelos danos causados diretamente à Contratante ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, quando da execução das obrigações contraídas, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade à fiscalização ou o acompanhamento pela Contratante;

9.12. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.

9.13. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

9.14. Responsabilizar-se integralmente pela prestação dos serviços, bem como pelo transporte e descarregamento de materiais, funcionários, equipamentos, ferramentas até o local estipulado para prestação dos serviços, dentro do prazo estabelecido;

9.15. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

9.16. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;

9.17. A CONTRATADA em situação de recuperação judicial/extrajudicial deverá comprovar o cumprimento das obrigações do plano de recuperação judicial/extrajudicial sempre que solicitada pelos gestores e, ainda, na hipótese de substituição ou impedimento do administrador judicial, comunicar-lhes tal fato, imediatamente, por escrito.

9.18. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116).

9.19. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único);

9.20. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

9.21. O contratado será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante;

CLÁUSULA 10ª DO REAJUSTE

10.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em *24/04/2026.*

10.1.1. Considera-se como data do orçamento estimado a data da materialização da pesquisa de preços em documento próprio, nos termos do que fixa o art. 3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 65, de 7 de julho de 2021.

10.2. Após o interregno de um ano, e mediante requerimento do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice IPCA/IBGE, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

Assinado por 1 pessoa: JESSICA FERNANDA MONTEIRO VAZ FERNANDES
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://palmitalpr.1doc.com.br/verificacao/E436-0CEF-978C-834C e informe o código E436-0CEF-978C-834C

10.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

10.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

10.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

10.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

10.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

10.8. A manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do Contrato poderá ser solicitada pelas partes, na hipótese de sobrevierem fatos imprevisíveis, ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou ainda em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual, ficando a cargo da interessada a apresentação de planilha analítica dos custos, comprovando que a equação inicial manteve inalterada, ocorrendo apenas a mudança de preço, instruindo-a com todas as provas pertinentes, juntamente para que seu pedido seja aceito e apreciado (Art. 37, inciso XXI da CF c.c. art. 124, II, “d” da Lei Federal nº 14.133/2021).

10.9. Para que os preços estejam sempre atualizados e visando todo processamento necessário, a futura CONTRATADA se obriga a fornecer, em cada ocorrência de majoração ou redução, cópia do documento correspondente a ser utilizado no realinhamento dos preços. Portanto, é de responsabilidade exclusiva da CONTRATADA, o fornecimento dos documentos comprobatórios dessas ocorrências, bem como da planilha de custos onde demonstre detalhadamente os insu - mos que geraram o aumento, destacando valores anteriores e majorados, percentuais, origem do aumento (folha de pa - gamentos, impostos, matéria prima, transporte, etc.), possibilitando a mudança de preço, desde que a equação inicial de custos seja mantida.

10.9.1. Os preços atualizados somente poderão ser praticados após a efetiva assinatura do termo aditivo e modificativo pelas partes.

10.9.2. O objeto deverá ser executado pelo preço efetivamente pactuado. No caso de a contratada solicitar o equilíbrio econômico-financeiro do Contrato somente será concedido, a partir do requerimento devidamente protocolado, abrangendo as Ordens de Serviço emitidas e entregues a partir da data do protocolo.

10.10. O preço será ofertado em moeda corrente no país (real) e não será objeto de atualização financeiro por via de aplicação de qualquer índice de correção monetária, ou mesmo de reajuste inflacionário.

CLÁUSULA 11ª DAS ALTERAÇÕES

11.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

11.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

11.3. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos,

Assinado por 1 pessoa: JESSICA FERNANDA MONTEIRO VAZ FERNANDES
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://palmitalpr.1doc.com.br/verificacao/E436-0CEF-978C-834C e informe o código E436-0CEF-978C-834C

hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

11.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA 12ª DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

12.1. O contrato será extinto quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.

12.2. O contrato poderá ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o contratante, quando esta não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

12.3. A extinção nesta hipótese ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, desde que haja a notificação do contratado pelo contratante nesse sentido com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência desse dia.

12.4. Caso a notificação da não-continuidade do contrato de que trata este subitem ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação.

12.5. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

12.5.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

12.5.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

12.5.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

12.6. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

12.6.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

12.6.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

12.6.3. Indenizações e multas.

12.7. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021).

12.8. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021).

CLÁUSULA 13ª INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

13.1. As licitantes e contratadas que descumprirem obrigações assumidas em virtude do presente Edital e do(s) instrumento(s)contratual(is) que dele se originar(em) estarão sujeitas às sanções e procedimentos previstos nos arts. 155 a 163 da Lei Federal nº 14.133/2021, e regulamentados no Decreto Municipal nº 7536/2024, cujo teor se encontra disponível no link: http://www.birigui.sp.gov.br/birigui/controle/arquivo/decreto_7.536.pdf

Assinado por 1 pessoa: JESSICA FERNANDA MONTEIRO VAZ FERNANDES
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://palmitalpr.1doc.com.br/verificacao/E436-0CEF-978C-834C e informe o código E436-0CEF-978C-834C

CLÁUSULA 14ª DO AMPARO LEGAL E CASOS OMISSOS

14.1. O presente Contrato é regido pelas disposições contidas na Lei Federal nº 14.133 de 1º de abril de 2021 e demais normas regulamentares aplicáveis a espécie, bem como, as disposições contidas no Procedimento Licitatório instaurado na modalidade de PREGÃO ELETRÔNICO, registrado sob nº 67 / 2026, seus Anexos e Proposta Comercial ofertada, tudo fazendo parte integrante do presente instrumento contratual, como se no mesmo transcritos fossem.
14.2. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas regulamentares locais e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA 15ª DA GARANTIA

15.1. A garantia ofertada para o presente certame, salvo especificação diversa nele constante, será aquela legalmente prevista no Código de Defesa do Consumidor e constante no anexo II – Termo de Referência, devendo a mesma ser da própria licitante e conferida mediante termo escrito, não se admitindo a garantia repassada por terceiros estranhos ao certame, sob pena de não recebimento da mercadoria pela requisitante.

CLÁUSULA 16ª DA VIGÊNCIA

16.1. O prazo de vigência da contratação é de 01 (um) ano contado, contado do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogado até o limite permitido por lei, desde que comprovado o preço vantajoso e conforme interesse da Administração.
16.2. A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado, atentando, ainda, para o cumprimento dos seguintes requisitos:

a) Estar formalmente demonstrado no processo que a forma de prestação dos serviços tem natureza continuada;

b) Seja juntado relatório que discorra sobre a execução do contrato, com informações de que os serviços tenham sido prestados regularmente;

c) Seja juntada justificativa e motivo, por escrito, de que a Administração mantém interesse na realização do serviço;

d) Haja manifestação expressa do contratado informando o interesse na prorrogação;

e) Seja comprovado que o contratado mantém as condições iniciais de habilitação.

16.3. A vigência do contrato não exonera a contratada do período de garantia mínima exigida ou ofertada na proposta, a qual consiste na prestação pela contratada de todas obrigações previstas na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 e suas alterações – Código de Defesa do Consumidor.

CLÁUSULA 17ª DA PUBLICAÇÃO

17.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art.

Assinado por 1 pessoa: JESSICA FERNANDA MONTEIRO VAZ FERNANDES
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://palmitalpr.1doc.com.br/verificacao/E436-0CEF-978C-834C e informe o código E436-0CEF-978C-834C

91, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

CLÁUSULA 18ª DA PROTEÇÃO DE DADOS

18.1. As partes deverão observar as disposições da Lei Federal nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Prote - ção de Dados Pessoais), e alterações, quando do tratamento de dados pessoais e dados pessoais sensíveis a que tenham acesso, para o propósito de execução e acompanhamento do Contrato, não podendo divulgar, revelar, produzir, utilizar ou deles dar conhecimento a terceiros estranhos a Contratação, a não ser por força de obrigação legal ou regulatória.

CLÁUSULA 19ª DO FORO

19.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Birigui-SP para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Contrato ou na sua inadimplência que não puderem ser compostos pela conciliação, com exclusão de outro, por mais privilegia - do que seja.

19.2. E, por estarem assim, justas e contratadas, assinam o presente contrato em três vias de igual teor e forma na presença das testemunhas abaixo mencionadas, para que surta os efeitos legais e de direito.

Prefeitura de Birigui, aos 20 de maio de 2026.

SAMANTA PAULA ALBANI BORINI
= PREFEITA MUNICIPAL =

LEONARDO COLLA
SÓCIO PROPRIETÁRIO

HILÁRIO ZERLOTI
SECRETÁRIO DE SERVIÇOS PÚBLICOS

= T E S T E M U N H A S =

_____
Nome:
RG:

_____
Nome:
RG:

Assinado por 1 pessoa: JESSICA FERNANDA MONTEIRO VAZ FERNANDES
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://palmitalpr.1doc.com.br/verificacao/E436-0CEF-978C-834C e informe o código E436-0CEF-978C-834C

Assinado por 1 pessoa: JESSICA FERNANDA MONTEIRO VAZ FERNANDES
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://palmitalpr.1doc.com.br/verificacao/E436-0CEF-978C-834C e informe o código E436-0CEF-978C-834C

MUNICÍPIO DE PORTO UNIÃO
Rua Padre Anchieta, nº 126 – Centro
Porto União – Santa Catarina – 89.400-000
(42) 3135-7500
licitacao@portouniao.sc.gov.br / contratos@portouniao.sc.gov.br

CONTRATO N.º 047/2026

Contrato de prestação de serviços que entre si celebram o Município de Porto União e a empresa **Luana Pedra Hume LTDA**.

O Município de Porto de União, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, inscrita no CNPJ 83.102.541/0001-58 situada na Rua Padre Anchieta, nº 126, Centro, município de Porto União, Santa Catarina, neste ato representada por seu Prefeito, **Sr. Juliano Hassan**, a seguir denominada **CONTRATANTE**, e a empresa **Luana Pedra Hume LTDA**, Pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ sob o nº 10.980.875/0001-50, com sede na Rua Ernesto Piazza, nº 42, Lote 2, Área Industrial, município de Nova Itaberaba, estado de Santa Catarina, CEP 89.818-000, telefone (49) [redacted], e-mail denisescalabrini@gmail.com, neste ato representado pela **Sra. Lelia Denise Heinzen Scalabrini (ou representante legal),** a seguir denominada **CONTRATADA**, acórdão e ajustam firmar o presente contrato nos termos da Lei Federal nº 14.133/21, de 01 de abril de 2021, pelas condições do **Processo Licitatório nº 078/2026**, modalidade **Pregão Eletrônico nº 078/2026**, assim como pelas cláusulas a seguir expressas, definidoras dos direitos, obrigações e responsabilidades das partes.

CLÁUSULA PRIMEIRA – FUNDAMENTAÇÃO

1.1. Este contrato é fundamentado no procedimento realizado pelo **CONTRATANTE** através do **Processo Licitatório nº 078/2026, Pregão Eletrônico nº 078/2026** e na proposta vencedora, e se regerá pelas cláusulas aqui previstas, bem como pelas normas da Lei Federal n.º 14.133/2021, suas alterações e demais dispositivos legais aplicáveis, inclusive os regulamentos editados pelo **CONTRATANTE**.

CLÁUSULA SEGUNDA – OBJETO

2.1. O presente contrato tem por objeto o **fornecimento e instalação de geomembrana PEAD no Aterro Sanitário do Município**, pela **CONTRATADA**.

CLÁUSULA TERCEIRA – PRAZO, FORMA, CONDIÇÕES DE ENTREGA E DA FISCALIZAÇÃO

3.1. Os serviços pertinentes ao objeto deverão ser iniciados em até 10 (dez) dias a partir da solicitação pelo setor competente do município e, a partir dela, serão contados 30 (trinta) dias para conclusão, podendo ser prorrogado desde que em concordância entre as partes.

Assinado por 1 pessoa: JESSICA FERNANDA MONTEIRO VAZ FERNANDES
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://palmitalpr.1doc.com.br/verificacao/E436-0CEF-978C-834C e informe o código E436-0CEF-978C-834C

CONTRATO N.º 047/2026

3.1.1. O setor competente do município poderá solicitar a prestação dos serviços em etapas, caso se verifique necessário.

3.2. O material deverá ser entregue, bem como os serviços deverão ser executados diretamente no aterro sanitário municipal, localizado na Localidade do Legru, a 9 km do centro da cidade com via de boa qualidade de acesso (Coordenadas UTM: 490600.00 X, 7092350.00 Y). Deverá ser respeitado os horários de funcionamento do aterro sanitário, podendo ser verificado junto à Assessoria de Meio Ambiente a possibilidade de ajustes no caso de necessitar horário diferenciado.

3.3. Apresentar a **Anotação de Responsabilidade Técnica (ART)** de execução dos serviços, devidamente registrada no conselho profissional competente, antes do início das atividades;

3.4. O prazo de vigência da contratação será de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado, com base na Lei 14.133/2021, se houver interesse entre as partes.

3.5. Os itens que não atenderem as exigências de qualidade e as do edital serão devolvidos para a empresa fornecedora, a qual deverá retirá-los no local em que se encontram armazenados e promover a substituição dos mesmos imediatamente.

3.6. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui, nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA por quaisquer irregularidades, inexecuções ou desconformidades havidas na entrega do produto.

3.7. A CONTRATANTE reserva-se o direito de rejeitar, no todo ou em parte, o produto ora contratado, caso o mesmo afaste-se das especificações do edital, seus anexos e da proposta da CONTRATADA;

3.8. Para este processo fica designado como Fiscal do Contrato: Adriana Weber, CPF 067.***.***-92 – Engenheira Ambiental, e-mail fiscal.meioambiente@portouniao.sc.gov.br.

3.9. Para este processo, fica designado como Gestor do Contrato Rogê Getúlio de Andrade Pereira, conforme Portaria nº 018/2025.

CLÁUSULA QUARTA – PREÇO

4.1. O preço a ser pago pelo fornecimento do objeto do presente contrato é de **R$ 269.900,00 (duzentos e sessenta e nove mil e novecentos reais)**, conforme a proposta da **CONTRATADA** vencedora da licitação e abaixo discriminada:

ITEM	DESCRIÇÃO	MARCA	QTDE	UN	VALOR UNIT. (R$)	VALOR TOTAL (R$)
01	Fornecimento e instalação de geomembrana PEAD 1,5mm.	Nortene	10.000	m²	26,99	269.900,00

Assinado por 1 pessoa: JESSICA FERNANDA MONTEIRO VAZ FERNANDES
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://palmitalpr.1doc.com.br/verificacao/E436-0CEF-978C-834C e informe o código E436-0CEF-978C-834C

CONTRATO N.º 047/2026

CLÁUSULA QUINTA – PAGAMENTO

5.1. O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias. a contar da entrega do material e de seu aceite, mediante:

a) à apresentação da Nota Fiscal na forma eletrônica, conforme a quantidade solicitada pela Secretaria solicitante, no documento fiscal, em local de fácil visualização, deverá ser discriminado o objeto licitado, bem como o número do processo licitatório e o número do contrato que a originou.

b) A nota fiscal deverá ser entregue exatamente conforme o empenho encaminhado (Deverá ser observado o CNPJ do empenho).

5.2. Considerando o Decreto Municipal 1.749 de 07 de junho de 2023, para fins de Imposto de Renda Retido na Fonte de que trata o art. 158, inciso I, da Constituição da República, a partir do dia 01 de julho de 2023 o Município de Porto União, em todas as suas contratações, efetuará as retenções na fonte do IR sobre os pagamentos que efetuarem às pessoas físicas e jurídicas, pelo fornecimento de bens ou prestação de serviços em geral, inclusive obras.

5.3. Quando do faturamento dos bens e serviços prestados, todos os contratados deverão observar o disposto na IN RFB nº 1.234/2012 e no Decreto Municipal 1.749/2023.

CLÁUSULA SEXTA – RECURSO FINANCEIRO

6.1. As despesas do presente contrato correrão à conta das seguintes dotações orçamentárias:

Órgão 0200 – Poder Executivo Porto União
Projeto 1026 – Melhorias Aterro Sanitário
Modalidade 4490-100 – Aplicações Diretas
Cód. 43

Complemento 44905199 – Outras Obras e Instalações

CLÁUSULA SÉTIMA – REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO

7.1. Diante da ocorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis que venham a inviabilizar a execução do contrato nos termos inicialmente pactuados, será possível a alteração dos valores pactuados visando o restabelecimento do

Assinado por 1 pessoa: JESSICA FERNANDA MONTEIRO VAZ FERNANDES
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://palmitalpr.1doc.com.br/verificacao/E436-0CEF-978C-834C e informe o código E436-0CEF-978C-834C

equilíbrio econômico-financeiro, mediante a correspondente comprovação da ocorrência e do impacto gerado, respeitando-se a repartição objetiva de risco estabelecida.
7.2. O reequilíbrio econômico-financeiro poderá ser indicado pelo **CONTRATANTE** ou solicitado pela **CONTRATADA**.
7.3. Em sendo solicitado o reequilíbrio econômico-financeiro, o **CONTRATANTE** responderá ao pedido dentro do prazo máximo de 10 (dez) dias úteis contados da data do protocolo correspondente, devidamente instruído da documentação suporte.
7.4. Dentro do prazo previsto no item 7**.3.**, o **CONTRATANTE** poderá requerer esclarecimentos e realizar diligências junto a **CONTRATADA** ou a terceiros, hipótese em que o prazo para resposta será suspenso.

CLÁUSULA OITAVA – OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

8.1. São obrigações do **CONTRATANTE**:
8.1.1. Entregar o local devidamente escavado, seco, regularizado e sem materiais que possam danificar a geomembrana;
8.1.2. Efetuar toda e qualquer movimentação de terra para a execução da obra (abertura e fechamento de valas de ancoragem da geomembrana);
8.1.3. Efetuar a instalação das tubulações de entrada e saída dos efluentes;
8.1.4. Entregar as valas no nível correto e com as tubulações também no nível correto de entrada e saída;
8.1.5. Disponibilizar acesso à energia elétrica;
8.1.6. Disponibilizar apoio operacional (servidores ou maquinário), quando previamente solicitado e devidamente justificado pela contratada.

CLÁUSULA NONA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

9.1. São obrigações da **CONTRATADA**:
9.1.1. Fornecer, sempre que solicitado, informações e relatórios sobre o andamento da obra, incluindo registros de instalação, soldagem e ensaios realizados;
9.1.2. Possuir equipe técnica com experiência em instalação e soldagem de geomembranas, composta por, no mínimo, **01 (um) técnico responsável e 02 (dois) auxiliares**, em número suficiente para a adequada execução dos serviços;
9.1.3. Fornecer todos os materiais, ferramentas e utensílios necessários necessárias para a realização dos serviços;
9.1.4. Arcar com todas as despesas de mobilização, desmobilização, transporte, estadia e alimentação da equipe;

Assinado por 1 pessoa: JESSICA FERNANDA MONTEIRO VAZ FERNANDES
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://palmitalpr.1doc.com.br/verificacao/E436-0CEF-978C-834C e informe o código E436-0CEF-978C-834C
1Doc: Proc. Administrativo 4- 020/2026 45/295

9.5. Fornecer os materiais em conformidade com as normas técnicas vigentes e executar os serviços conforme as especificações do contrato;
9.6. Executar controle tecnológico de instalação de geomembranas, incluindo ensaios de soldagem em campo (vácuo, pressão ou equivalentes);
9.7. Fornecer e exigir o uso adequado dos Equipamentos de Proteção Individual (EPIs), conforme legislação vigente;
9.8. Manter, durante toda a execução dos serviços, responsável técnico habilitado presente ou disponível, com poderes para responder técnica e administrativamente perante a contratante;
9.9. Entregar os serviços devidamente testados e aprovados, conforme normas técnicas aplicáveis, responsabilizando-se pela qualidade e integridade da instalação;
9.10. Recolher e descartar adequadamente todo o resíduo produzido durante a realização dos serviços;
9.11. Apresentar a **Anotação de Responsabilidade Técnica (ART)** de execução dos serviços, devidamente registrada no conselho profissional competente, antes do início das atividades;
9.12. Apresentar, sempre que solicitado, relatórios técnicos, diários de obra, registros de instalação, mapas de solda, resultados de ensaios e demais documentos pertinentes à execução;
9.13. A empresa contratada deverá oferecer garantia mínima de 5 (cinco) anos para os materiais e 12 (doze) meses para os serviços de instalação, a partir da data de conclusão, cobrindo eventuais falhas de aplicação/instalação ou defeitos de fabricação.

CLÁUSULA DÉCIMA – GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

10.1. A gestão e a fiscalização do contrato serão feitas observando as regras do Decreto Municipal n.º 1.714 de 27 de março de 2023, que “Regulamenta as funções do agente de contratação, da equipe de apoio e da comissão de contratação, suas atribuições e funcionamento, a fiscalização e a gestão dos contratos, e a atuação da assessoria jurídica e do controle interno no âmbito do Município de Porto União, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021”.
10.2. A gestão do contrato ficará a cargo de responsável designado por Ato oficial.
10.3. Dentre as responsabilidades do(s) fiscal(is) está a necessidade de anotar, em registro próprio, todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, inclusive quando de seu fiel cumprimento, determinando o que for necessário para a regularização de eventuais faltas ou defeitos observados.

Assinado por 1 pessoa: JESSICA FERNANDA MONTEIRO VAZ FERNANDES
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://palmitalpr.1doc.com.br/verificacao/E436-0CEF-978C-834C e informe o código E436-0CEF-978C-834C

10.4. A fiscalização da execução do contrato será exercida pela Secretaria de Cultura e Turismo, à qual competirá zelar pela perfeita execução do contrato, em conformidade com o previsto no edital, no Termo de Referência e na proposta da CONTRATADA. Em caso de eventual irregularidade, inexecução ou desconformidade na execução do contrato, o agente fiscalizador dará ciência à CONTRATANTE do sucedido, fazendo-o por escrito, bem assim das providências exigidas da CONTRATADA para sanar a falha ou defeito apontado. Todo e qualquer dano decorrente da inexecução, parcial ou total, do contrato, ainda que imposto a terceiros, será de única e exclusiva responsabilidade da CONTRATADA.
10.5. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui, nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA por quaisquer irregularidades, inexecuções ou desconformidades havidas na entrega do produto.
10.6. A CONTRATANTE reserva-se o direito de rejeitar, no todo ou em parte, o material ora contratado, caso o mesmo afaste-se das especificações do edital, seus anexos e da proposta da CONTRATADA;

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – RECEBIMENTO DO OBJETO

11.1. O objeto do presente contrato será recebido:
11.1.1. Provisoriamente, de forma sumária, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, designado pelo **CONTRATANTE**, com verificação posterior da conformidade do material com as exigências contratuais. O recebimento provisório deverá ocorrer em até 15 (quinze) dias úteis da entrega do objeto, pela **CONTRATADA**, mediante recibo.
11.1.2. Definitivamente por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante assinatura de termo circunstanciado comprovando o atendimento das exigências contratuais. O recebimento definitivo ocorrerá depois de transcorrido o prazo de 30 (trinta) dias úteis do recebimento provisório.
11.2. O recebimento provisório ou definitivo não eximirá a **CONTRATADA** de eventual responsabilização em âmbito civil pela perfeita execução do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – PENALIDADES

12.1. A **CONTRATADA** estará sujeita às seguintes penalidades:
12.1.1. Advertência, no caso de inexecução parcial do contrato, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.
12.1.2. Multa, no percentual compreendido entre 20% (vinte por cento) do valor do contrato, que poderá ser cumulada com a advertência, o impedimento ou a declaração de inidoneidade de licitar ou de contratar.

Assinado por 1 pessoa: JESSICA FERNANDA MONTEIRO VAZ FERNANDES
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://palmitalpr.1doc.com.br/verificacao/E436-0CEF-978C-834C e informe o código E436-0CEF-978C-834C

12.1.3. Impedimento de licitar e de contratar com o **CONTRATANTE**, pelo prazo de até 3 (três) anos, nas seguintes hipóteses:
12.1.3.1. Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano ao Município, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo.
12.1.3.2. Dar causa à inexecução total do contrato.
12.1.3.3. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame.
12.1.3.4. Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado.
12.1.3.5. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta.
12.1.3.6. Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado.
12.1.4. Declaração de inidoneidade de licitar e contratar com qualquer órgão público da Administração Federal, Estadual, Distrital ou Municipal, direta ou indireta, pelo prazo de 3 (três) a 6 (seis) anos, nas seguintes situações:
12.1.4.1. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato.
12.1.4.2. Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato.
12.1.4.3. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza.
18.1.4.4. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação.
12.1.4.5. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.
12.2. Na aplicação das sanções serão considerados:
12.2.1. A natureza e a gravidade da infração cometida.
12.2.2. As peculiaridades do caso concreto.
12.2.3. As circunstâncias agravantes ou atenuantes.
12.2.4. Os danos que dela provierem para o **CONTRATANTE**.
12.2.5. A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
12.3. Na aplicação das sanções previstas nesta cláusula, será oportunizado à **CONTRATADA** defesa, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados da sua intimação.
12.4. A aplicação das sanções de impedimento e de declaração de inidoneidade requererá a instauração de processo de responsabilização, a ser conduzido por comissão designada pelo **CONTRATANTE** composta de 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o contratado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

Assinado por 1 pessoa: JESSICA FERNANDA MONTEIRO VAZ FERNANDES
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://palmitalpr.1doc.com.br/verificacao/E436-0CEF-978C-834C e informe o código E436-0CEF-978C-834C

CONTRATO N.º 047/2026

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – EXTINÇÃO

13.1. As hipóteses que constituem motivo para extinção contratual estão elencadas no art. 137 da Lei Federal nº 14.133/2021, que poderão se dar, após assegurados o contraditório e a ampla defesa à **CONTRATADA**.
13.2. A extinção do contrato poderá ser:
13.2.1. Determinada por ato unilateral e escrito do **CONTRATANTE**, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta.
13.2.2. Consensual, por acordo entre as partes, desde que haja interesse do **CONTRATANTE**.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS

14.1. As partes deverão cumprir a Lei Geral de Proteção de Dados (13709/2018), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação.
14.2. As partes se comprometem a proteger os direitos fundamentais de liberdade e privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural, relativos ao tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais, nos termos da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD – Lei 13709/2018).
14.3. O tratamento de dados pessoais dar-se-á conforme as bases legais previstas nos artigos 7º, 11 e/ou 14 da Lei 13709/2018 às quais se submeterão os serviços, e para propósitos legítimos, específicos, explícitos e informados ao titular.
14.4. A CONTRATADA, obriga-se ao dever de proteção, confidencialidade, sigilo de toda informação, dados pessoais e base de dados a que tiver acesso, nos termos da LGPD, suas alterações e regulamentações posteriores, durante o cumprimento do objeto descrito no instrumento contratual.
14.5. A CONTRATADA não poderá se utilizar de informação, dados pessoais ou base de dados a que tenham acesso, para fins distintos da execução dos serviços especificados no instrumento contratual.
14.6. Em caso de necessidade de coleta de dados pessoais dos titulares mediante consentimento, indispensáveis à própria prestação do serviço, esta será realizada após prévia aprovação da Prefeitura do Município de Porto União, responsabilizando-se a contratada pela obtenção e gestão.
14.7. Os dados obtidos em razão deste contrato serão armazenados em um banco de dados seguro, com garantia de registro das transações realizadas na aplicação de acesso (log) e com transparente identificação do perfil dos credenciados, tudo estabelecido como forma de garantir inclusive a rastreabilidade de cada transação e a franca apuração, a qualquer momento, de desvios e falhas, vedado o compartilhamento desses dados com terceiros.

Assinado por 1 pessoa: JESSICA FERNANDA MONTEIRO VAZ FERNANDES
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://palmitalpr.1doc.com.br/verificacao/E436-0CEF-978C-834C e informe o código E436-0CEF-978C-834C

CONTRATO N.º 047/2026

14.8. A CONTRATADA obriga-se a implementar medidas técnicas e administrativas de segurança, aptas a promover a proteção, confidencialidade e o sigilo de toda informação, dados pessoais e/ou base de dados que tenha acesso, a fim de evitar acessos não autorizados, vazamento de dados acidentais ou ilícitos que causem destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer outra forma de tratamento inadequado ou ilícito. Tudo isso para reduzir o risco ao qual o objeto do contrato ou a Prefeitura do Município de Porto União está exposta.

14.9. A CONTRATADA deverá manter os registros de tratamento de dados pessoais que realizar, assim como aqueles compartilhados, com condições de rastreabilidade e de prova eletrônica a qualquer tempo.

14.10. A CONTRATADA deverá permitir a realização de auditorias da Prefeitura de Porto União e disponibilizar toda a informação necessária para demonstrar o cumprimento das obrigações relacionadas à sistemática de proteção de dados.

14.11. A CONTRATADA deverá apresentar à Prefeitura do Município de Porto União, sempre que solicitado, toda e qualquer informação e documentação que comprovem a implementação dos requisitos de segurança especificados na contratação, de forma a assegurar a auditabilidade do objeto do contratado, bem como os demais dispositivos legais aplicáveis.

14.12. A CONTRATADA se responsabilizará por assegurar que todos os seus colaboradores, consultores e/ou prestadores de serviços que, no exercício das suas atividades, tenham acesso e/ou conhecimento da informação e/ou dos dados pessoais, respeitem o dever de proteção, confidencialidade e sigilo, devendo estes assumir compromisso formal de preservar a confidencialidade e segurança de tais dados.

14.13. A CONTRATADA deverá promover a revogação de todos os privilégios de acesso aos sistemas, informações e recursos da Prefeitura do Município de Porto União, em caso de desligamento de funcionário das atividades inerentes à execução do presente contrato.

14.14. É dever da CONTRATADA orientar e treinar seus colaboradores sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

14.15. A CONTRATADA deverá exigir de sub operadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

14.16. A CONTRATANTE poderá realizar diligência para aferir o cumprimento desta cláusula, devendo a CONTRATADA atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

14.17. A CONTRATADA não poderá disponibilizar ou transmitir a terceiros, sem prévia autorização por escrito, informação, dados pessoais ou base de dados a que tenha acesso em razão do cumprimento do objeto deste contrato.

Assinado por 1 pessoa: JESSICA FERNANDA MONTEIRO VAZ FERNANDES
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://palmitalpr.1doc.com.br/verificacao/E436-0CEF-978C-834C e informe o código E436-0CEF-978C-834C

CONTRATO N.º 047/2026

14.18. Caso autorizada a transmissão de dados pela CONTRATADA a terceiros, as informações fornecidas/compartilhadas devem se limitar estritamente ao necessário para o desempenho da execução do contrato.
14.19. A CONTRATADA deverá adotar Planos de Resposta a Incidentes de Segurança eventualmente ocorridos durante o tratamento dos dados coletados para a execução das finalidades deste contrato, bem como dispor de mecanismos que possibilitem sua remediação, de modo a evitar ou minimizar eventuais danos aos titulares de dados.
14.20. A CONTRATADA deverá comunicar formalmente e de imediato à Prefeitura do Município de Porto União a ocorrência de qualquer risco, ameaça ou incidente de segurança que possa acarretar comprometimento ou dano potencial ou efetivo ao titular de dados pessoais, evitando atrasos por conta de verificações ou inspeções.
14.21. A comunicação acima mencionada não eximirá a CONTRATADA das obrigações e/ou sanções que possam incidir em razão da perda de informação, dados pessoais e/ou base de dados.
14.22. Encerrada a vigência do contrato ou após a satisfação da finalidade pretendida, a CONTRATADA interromperá o tratamento dos dados pessoais disponibilizados pela Prefeitura do Município de Porto União e, em no máximo 15 dias, sob instruções e na medida do determinado por este, eliminará completamente os dados pessoais e todas as cópias existentes (seja em formato digital ou físico), salvo quando a CONTRATADA tenha que manter os dados para o cumprimento de obrigação legal.
14.23. A CONTRATADA ficará obrigada a assumir total responsabilidade e ressarcimento por todo e qualquer dano e/ou prejuízo sofrido incluindo sanções aplicadas pela Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD) decorrentes de tratamento inadequado dos dados pessoais compartilhados pela Prefeitura do Município de Porto União, para as finalidades pretendidas neste contrato.
14.24. A CONTRATADA ficará obrigada a assumir total responsabilidade pelos danos patrimoniais, morais, individuais ou coletivos que venham a ser causados em razão do descumprimento de suas obrigações legais no processo de tratamento dos dados compartilhados pela Prefeitura do Município de Porto União.
Eventuais responsabilidades serão apuradas conforme o que dispõe a Seção III, Capítulo VI da LGPD.
14.25. O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a Autoridade Nacional de Proteção de Dados, por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.
14.26. Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à ANPD.

Assinado por 1 pessoa: JESSICA FERNANDA MONTEIRO VAZ FERNANDES
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://palmitalpr.1doc.com.br/verificacao/E436-0CEF-978C-834C e informe o código E436-0CEF-978C-834C

CONTRATO N.º 047/2026

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DAS COMUNICAÇÕES OFICIAIS

15.1. Todas as solicitações, requerimentos, notificações, comunicações, pedidos de reequilíbrio econômico-financeiro, prorrogação de prazo, alteração contratual, aplicação ou defesa em penalidades, bem como quaisquer outros atos relacionados à execução do contrato deverão ser formalmente apresentados por um dos seguintes meios:

I – Encaminhamento ao e-mail institucional do Fiscal do Contrato designado pela Administração (Fiscal/cargo/e-mail); ou
II – Protocolo físico junto à recepção do prédio da Prefeitura Municipal de Porto União, localizado na Rua Padre Anchieta, nº 126, Centro, Porto União – SC, CEP 89.400-000, no horário de funcionamento das 12h às 18h (horário de Brasília).

15.2. Considerar-se-á formalmente protocolado:

a) No caso de envio por e-mail, na data do respectivo envio ao endereço eletrônico institucional indicado, desde que não haja devolução automática por erro de entrega;

b) No caso de protocolo físico, na data do respectivo registro de recebimento pela Administração.

15.3. Não produzirão efeitos administrativos comunicações realizadas por meio verbal, telefônico, aplicativos de mensagens instantâneas, redes sociais ou quaisquer outros canais não previstos nesta cláusula.
15.4. A eventual substituição do Fiscal do Contrato ou alteração do endereço eletrônico institucional será formalmente comunicada à contratada.
15.5. A ausência de protocolo por um dos meios expressamente estabelecidos afasta eventual alegação de omissão da Administração.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA FORMALIZAÇÃO DAS COMUNICAÇÕES

16.1. Todas as comunicações entre a CONTRATADA e a Administração referentes à execução contratual deverão ocorrer por meio escrito, exclusivamente através do e-mail institucional do Fiscal do Contrato;
16.2. Não produzirão efeitos administrativos nem gerarão obrigações para a Administração quaisquer comunicações realizadas por meio verbal, telefônico, aplicativos de mensagens, redes sociais ou canais não oficiais.
16.3. A ausência de encaminhamento formal nos termos desta cláusula afasta eventual alegação de omissão da Administração.

Assinado por 1 pessoa: JESSICA FERNANDA MONTEIRO VAZ FERNANDES
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://palmitalpr.1doc.com.br/verificacao/E436-0CEF-978C-834C e informe o código E436-0CEF-978C-834C

CONTRATO N.º 047/2026

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – FORO

17.1. As partes elegem o foro da Comarca de Porto União para dirimir quaisquer questões relacionadas ao presente contrato.
17.2. E, por estarem justos e contratados, firmam o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Porto União (SC), 24 de julho de 2026.

Juliano Hassan	Luana Pedra Hume LTDA
PREFEITO MUNICIPAL	**CONTRATADA**

Assinado por 1 pessoa: JESSICA FERNANDA MONTEIRO VAZ FERNANDES
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://palmitalpr.1doc.com.br/verificacao/E436-0CEF-978C-834C e informe o código E436-0CEF-978C-834C

GOVERNO MUNICIPAL
CASCAVEL
Secretaria Municipal de Planejamento e Gestão

MUNICÍPIO DE CASCAVEL
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E GESTÃO
Departamento de Gestão de Aquisições Públicas
Divisão de Contratos

TERMO DE CONTRATO
Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021
OBRAS, SERVIÇOS COMUNS DE ENGENHARIA - LICITAÇÃO

(Processo Administrativo nº 154164/2025)

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 057/2026, QUE FAZEM ENTRE SI, POR INTERMÉDIO DO MUNICÍPIO DE CASCAVEL E AVISERRA SOLUÇÕES AMBIENTAIS LTDA.

O Município de Cascavel, com sede na Rua Paraná nº 5000, na cidade de Cascavel/PR, inscrito(a) no CNPJ sob o nº 76.208.867/0001-07, neste ato representado por seu Prefeito, Sr. Renato Silva, brasileiro, portador da matrícula funcional nº 34.702-1 residente e domiciliado nesta cidade, doravante denominado CONTRATANTE e a(o) AVISERRA SOLUÇÕES AMBIENTAIS LTDA, inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº 04.886.943/0001-14, sediado(a) na Av. Central, nº 90, Guaporé/RS, CEP: 99.200.000, doravante designado CONTRATADO, neste ato representado(a) por Rodrigo Colla, sócio proprietário, conforme atos constitutivos da empresa, tendo em vista o que consta no Processo nº 154164/2025 em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente Concorrência nº 036/2025, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO (art. 92, I e II)

1.1. O objeto do presente instrumento é a **Impermeabilização de Trincheira para RSU no Aterro Sanitário Municipal, com Geomembrana de PEAD 1 mm espessura, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.**

1.2. Objeto da contratação:

Item	Especificação	Unid	Qtde	Valor Unit (R$)	Valor Total
1	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM IMPERMEABILIZAÇÃO DE TRINCHEIRA PARA RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS (RSU) NO ATERRO SANITÁRIO MUNICIPAL, COM FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE GEOMEMBRANA DE PEAD COM ESPESSURA DE 1 MM.	M²	1	R$400.400,00	R$400.400,00
Valor Total: R$400.400,00 (Quatrocentos mil e quatrocentos reais)					

Assinado por 1 pessoa: JESSICA FERNANDA MONTEIRO VAZ FERNANDES
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://palmitalpr.1doc.com.br/verificacao/E436-0CEF-978C-834C e informe o código E436-0CEF-978C-834C

1.3. Vincula esta contratação, independentemente de transcrição:

O Termo de Referência;

O Edital da Licitação;

A Proposta do contratado;

Eventuais anexos dos documentos supracitados.

1.4. O regime de execução é o de empreitada por preço unitário.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação é de 04 (quatro) meses, contados da assinatura do contrato na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.2. Por se tratar de um contrato por escopo, o prazo de vigência poderá ser prorrogado automaticamente, nos termos do art. 111 da Lei nº 14.133/2021.

2.3. O contrato não poderá ser prorrogado quando o contratado tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público.

2.4. Nos casos em que essa prorrogação automática for efetivada, o contratante deverá formalizar o aditivo contratual, com a assinatura pelo contratado, a anotação do novo prazo de vigência e a publicação no Portal Nacional de Contratações Públicas.

2.5. O contrato não poderá ser prorrogado quando o contratado tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS (art. 92, IV, VII e XVIII)

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

3.2. MATRIZ DE RISCO:

Assinado por 1 pessoa: JESSICA FERNANDA MONTEIRO VAZ FERNANDES
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://palmitalpr.1doc.com.br/verificacao/E436-0CEF-978C-834C e informe o código E436-0CEF-978C-834C

1Doc: Proc. Administrativo 4- 020/2026 55/295

Constituem riscos a serem suportados pelo contratante e pelo contratado os constantes no documento anexo a edital nominado de "Gerenciamento de Riscos".

4. CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

4.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

5. CLÁUSULA QUINTA – PREÇO

5.1. O valor total da contratação é de R$400.400,00 (Quatrocentos mil e quatrocentos reais).

5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

6. CLÁUSULA SEXTA – PAGAMENTO (art. 92, V e VI)

6.1. O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

7. CLÁUSULA SÉTIMA – REAJUSTE (art. 92, V)

7.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado.

7.1.1 O orçamento estimado pela Administração baseou-se nas planilha referencial elaborada em 16/10/2025.

7.2. Após o interregno de um ano, e desde que haja pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do Índice Nacional de Custo da Construção - INCC, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

7.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.4. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

1Doc: Proc. Administrativo 4- 020/2026 56/295
Assinado por 1 pessoa: JESSICA FERNANDA MONTEIRO VAZ FERNANDES
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://palmitalpr.1doc.com.br/verificacao/E436-0CEF-978C-834C e informe o código E436-0CEF-978C-834C

7.4.2 Fica o Contratado obrigado a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

7.5. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

7.6. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

7.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

8. CLÁUSULA OITAVA – OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (art. 92, X, XI e XIV)

8.1. São obrigações do Contratante:

8.2. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

8.3. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

8.4. Notificar o Contratado por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas.

8.5. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

8.6. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

8.7. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal no que se refere à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;

8.8. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;

Assinado por 1 pessoa: JESSICA FERNANDA MONTEIRO VAZ FERNANDES
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://palmitalpr.1doc.com.br/verificacao/E436-0CEF-978C-834C e informe o código E436-0CEF-978C-834C

1Doc: Proc. Administrativo 4- 020/2026 57/295

8.9. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;

8.10. Cientificar a Controladoria Geral do Município para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

8.11. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

A Administração terá o prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

8.12. Responder eventuais pedidos de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 30 (trinta) dias.

8.13. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

8.14. Comunicar o Contratado na hipótese de posterior alteração do projeto pelo Contratante, no caso do art. 93, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021.

8.15. Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do contrato.

8.16. Realizar avaliações periódicas da qualidade dos serviços, após seu recebimento.

8.17. Assegurar que o ambiente de trabalho, inclusive seus equipamentos e instalações, apresentem condições adequadas ao cumprimento pelo Contratado das normas de segurança e saúde no trabalho, quando o serviço for executado em suas dependências ou em local por ela designado.

8.18. Não responder por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

8.19. Previamente à expedição da ordem de serviço, verificar pendências, liberar áreas e/ou adotar providências cabíveis para a regularidade do início da sua execução.

9. CLÁUSULA NONA – OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO (art. 92, XIV, XVI e XVII)

9.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

Assinado por 1 pessoa: JESSICA FERNANDA MONTEIRO VAZ FERNANDES
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://palmitalpr.1doc.com.br/verificacao/E436-0CEF-978C-834C e informe o código E436-0CEF-978C-834C

9.2. Manter preposto aceito pela Administração no local da obra ou do serviço para representá-lo na execução do contrato.

A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.

9.3. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior (art. 137, II); e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

9.4. Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;

9.5. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

9.6. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizada a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos;

9.7. Efetuar comunicação ao Contratante, assim que tiver ciência da impossibilidade de realização ou finalização do serviço no prazo estabelecido, para adoção de ações de contingência cabíveis.

9.8. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do contratante ou do fiscal ou gestor do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;

9.9. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

Assinado por 1 pessoa: JESSICA FERNANDA MONTEIRO VAZ FERNANDES
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://palmitalpr.1doc.com.br/verificacao/E436-0CEF-978C-834C e informe o código E436-0CEF-978C-834C

1Doc: Proc. Administrativo 4- 020/2026 59/295

9.10. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante;

9.11. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.

9.12. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento,

9.13. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

9.14. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato.

9.15. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

9.16. Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere;

9.17. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

9.18. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;

9.19. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116);

9.20. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencherem as referidas vagas (art. 116, parágrafo único);

1Doc: Proc. Administrativo 4- 020/2026 60/295

Assinado por 1 pessoa: JESSICA FERNANDA MONTEIRO VAZ FERNANDES
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://palmitalpr.1doc.com.br/verificacao/E436-0CEF-978C-834C e informe o código E436-0CEF-978C-834C

9.21. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

9.22. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124 II, d, da Lei nº 14.133 de 2021;

9.23. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;

9.24. Manter os empregados nos horários predeterminados pelo Contratante.

9.25. Apresentar os empregados devidamente identificados por meio de crachá

9.26. Apresentar ao Contratante, quando for o caso, a relação nominal dos empregados que adentrarão no órgão para a execução do serviço.

9.27. Observar os preceitos da legislação sobre a jornada de trabalho, conforme a categoria profissional.

9.28. Atender às solicitações do Contratante quanto à substituição dos empregados alocados, no prazo fixado pela fiscalização do contrato, nos casos em que ficar constatado descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço, conforme descrito nas especificações do objeto.

9.29. Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as Normas Internas do Contratante.

9.30. Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executarem atividades não abrangidas pelo contrato, devendo o Contratado relatar ao Contratante toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função.

9.31. Instruir os seus empregados quanto à prevenção de incêndios nas áreas do Contratante.

9.32. Adotar as providências e precauções necessárias, inclusive consulta nos respectivos órgãos, se necessário for, a fim de que não venham a ser danificadas as redes hidrossanitárias, elétricas e de comunicação.

9.33. Estar registrada ou inscrita no Conselho Profissional competente, conforme as áreas de atuação previstas no Termo de Referência, em plena validade.

Assinado por 1 pessoa: JESSICA FERNANDA MONTEIRO VAZ FERNANDES
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://palmitalpr.1doc.com.br/verificacao/E436-0CEF-978C-834C e informe o código E436-0CEF-978C-834C

1Doc: Proc. Administrativo 4- 020/2026 61/295

9.34. Obter junto aos órgãos competentes, conforme o caso, as licenças necessárias e demais documentos autorizações exigíveis, na forma da legislação aplicável.

9.35. Elaborar o Diário de Obra, incluindo diariamente, pelo Engenheiro preposto responsável, as informações sobre o andamento do empreendimento tais como, número de funcionários, de equipamentos, condições de trabalho, condições meteorológicas, serviços executados, registro de ocorrências e outros fatos relacionados, bem como os comunicados à Fiscalização e situação das atividades em relação ao cronograma previsto.

9.36. Refazer, às suas expensas, os trabalhos executados em desacordo com o estabelecido nas especificações, bem como substituir aqueles realizados com materiais defeituosos ou com vício de construção, pelo prazo de 05 (cinco) anos, contado da data de emissão do Termo de Recebimento Definitivo.

9.37. Utilizar somente matéria-prima florestal procedente, nos termos do artigo 11 do Decreto nº 5.975, de 2006, de: (a) manejo florestal, realizado por meio de Plano de Manejo Florestal Sustentável - PMFS devidamente aprovado pelo órgão competente do Sistema Nacional do Meio Ambiente SISNAMA; (b) supressão da vegetação natural, devidamente autorizada pelo órgão competente do Sistema Nacional do Meio Ambiente - SISNAMA; (c) florestas plantadas; e (d) outras fontes de biomassa florestal, definidas em normas específicas do órgão ambiental competente.

9.38. Comprovar a procedência legal dos produtos ou subprodutos florestais utilizados em cada etapa da execução contratual, por ocasião da respectiva medição, mediante a apresentação dos seguintes documentos, conforme o caso:

9.41.1 Cópias autenticadas das notas fiscais de aquisição dos produtos ou subprodutos florestais;

9.41.2 Cópia dos Comprovantes de Registro do fornecedor e do transportador dos produtos ou subprodutos florestais junto ao Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais - CTF, mantido pelo IBAMA, quando tal inscrição for obrigatória, acompanhados dos respectivos Certificados de Regularidade válidos, conforme artigo 17, inciso II, da Lei nº 6.938 de 1981, e Instrução Normativa IBAMA nº 05, de 15/03/2014, e legislação correlata;

9.41.3 Documento de Origem Florestal – DOF, instituído pela Portaria nº 253, de 18/08/2006, do Ministério do Meio Ambiente, e Instrução Normativa IBAMA nº 21, de 24/12/2014, quando se tratar de produtos ou subprodutos florestais de origem nativa cujo transporte e armazenamento exijam a emissão da licença obrigatória; e

9.41.4 Caso os produtos ou subprodutos florestais utilizados na execução contratual tenham origem em Estado que possua documento de controle próprio, o Contratado deverá apresentá-lo, em complementação ao DOF, a fim de demonstrar a regularidade do transporte e armazenamento nos limites do território estadual.

Assinado por 1 pessoa: JESSICA FERNANDA MONTEIRO VAZ FERNANDES
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://palmitalpr.1doc.com.br/verificacao/E436-0CEF-978C-834C e informe o código E436-0CEF-978C-834C

9.39. Observar as diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil estabelecidos na Resolução nº 307, de 05/07/2002, com as alterações posteriores, do Conselho Nacional de Meio Ambiente - CONAMA, aos seguintes termos:

9.42.1 O gerenciamento dos resíduos originários da contratação deverá obedecer às diretrizes técnicas e procedimentos do Programa Municipal de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, ou do Projeto de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil apresentado ao órgão competente, conforme o caso.

9.42.2 Nos termos dos artigos 3º e 10º da Resolução CONAMA nº 307, de 05/07/2002, o Contratado deverá providenciar a destinação ambientalmente adequada dos resíduos da construção civil originários da contratação, obedecendo, no que couber, aos seguintes procedimentos:

9.42.2.1 resíduos Classe A (reutilizáveis ou recicláveis como agregados): deverão ser reutilizados ou reciclados na forma de agregados, ou encaminhados a aterros de resíduos classe A de preservação de material para usos futuros;

9.42.2.2 resíduos Classe B (recicláveis para outras destinações): deverão ser reutilizados, reciclados ou encaminhados a áreas de armazenamento temporário, sendo dispostos de modo a permitir a sua utilização ou reciclagem futura;

9.42.2.3 resíduos Classe C (para os quais não foram desenvolvidas tecnologias ou aplicações economicamente viáveis que permitam a sua reciclagem/recuperação): deverão ser armazenados, transportados e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas;

9.42.2.4 resíduos Classe D (perigosos, contaminados ou prejudiciais à saúde): deverão ser armazenados, transportados, reutilizados e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas.

9.42.3 Em nenhuma hipótese o Contratado poderá dispor os resíduos originários da contratação em aterros de resíduos sólidos urbanos, áreas de "bota fora", encostas, corpos d'água, lotes vagos e áreas protegidas por Lei, bem como em áreas não licenciadas.

9.42.4 Para fins de fiscalização do fiel cumprimento do Programa Municipal de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, ou do Projeto de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, conforme o caso, o Contratado comprovará, sob pena de multa, que todos os resíduos removidos estão acompanhados de Controle de Transporte de Resíduos, em conformidade com as normas da Agência Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, ABNT NBRs 15.112, 15.113, 15.114, 15.115 e 15116, de 2004.

9.40. Observar as seguintes diretrizes de caráter ambiental:"

9.43.1 Qualquer instalação, equipamento ou processo, situado em local fixo, que libere ou emita matéria para a atmosfera, por emissão pontual ou fugitiva, utilizado na execução contratual, deverá respeitar os limites máximos de emissão de poluentes admitidos na Resolução CONAMA nº 382, de 26/12/2006, e legislação correlata, de acordo com o poluente e o tipo de fonte.

Assinado por 1 pessoa: JESSICA FERNANDA MONTEIRO VAZ FERNANDES
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://palmitalpr.1doc.com.br/verificacao/E436-0CEF-978C-834C e informe o código E436-0CEF-978C-834C

1Doc: Proc. Administrativo 4- 020/2026 63/295

9.43.2 Na execução contratual, conforme o caso, a emissão de ruídos não poderá ultrapassar os níveis considerados aceitáveis pela Norma NBR-10.151 Avaliação do Ruído em Áreas Habitadas visando o conforto da comunidade da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, ou aqueles estabelecidos na NBR-10.152 Níveis de Ruído para conforto acústico, da Associação Brasileira de Normas Técnicas ABNT, nos termos da Resolução CONAMA 01, de 08/03/90, e legislação correlata.

9.41. Deverá ser utilizados, na execução contratual, agregados reciclados, sempre que existir a oferta de tais materiais, capacidade de suprimento e custo inferior em relação aos agregados naturais, inserindo-se na planilha de formação de preços os custos correspondentes.

9.42. Responder por qualquer acidente de trabalho na execução dos serviços, por uso indevido de patentes registradas em nome de terceiros, por danos resultantes de defeitos ou incorreções dos serviços ou dos bens do Contratante, de seus funcionários ou de terceiros, ainda que ocorridos em via pública junto ao serviço de engenharia.

9.43. Realizar, conforme o caso, por meio de laboratórios previamente aprovados pela fiscalização e sob suas custas, os testes, ensaios, exames e provas que lhe caibam necessárias ao controle de qualidade dos materiais, serviços e equipamentos a serem aplicados nos trabalhos conforme procedimento previsto nas especificações.

9.44. Providenciar, conforme o caso, as ligações definitivas das utilidades previstas no projeto (água, esgoto, gás, energia elétrica, telefone etc.), bem como atuar junto aos órgãos federais, estaduais e municipais e concessionárias de serviços públicos para a obtenção de licenças e regularização dos serviços e atividades concluídas (ex.: Habite-se, Licença Ambiental de Operação etc.).

10. CLÁUSULA DÉCIMA OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

10.1. As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD) quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independente de declaração ou de aceitação expressa.

10.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

10.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

10.4. A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.

1Doc: Proc. Administrativo 4- 020/2026 64/295
Assinado por 1 pessoa: JESSICA FERNANDA MONTEIRO VAZ FERNANDES
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://palmitalpr.1doc.com.br/verificacao/E436-0CEF-978C-834C e informe o código E436-0CEF-978C-834C

10.5. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

10.6. É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

10.7. O Contratado deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

10.8. O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

10.9. O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

10.10. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com data, acesso, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

10.10.1. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

10.11. O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD, por meio de opiniões técnicas ou recomendações editadas na forma da LGPD.

10.12. Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – GARANTIA DE EXECUÇÃO (art. 92, XII e XIII)

11.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

Assinado por 1 pessoa: JESSICA FERNANDA MONTEIRO VAZ FERNANDES
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://palmitalpr.1doc.com.br/verificacao/E436-0CEF-978C-834C e informe o código E436-0CEF-978C-834C

1Doc: Proc. Administrativo 4- 020/2026 65/295

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV)

12.1. As sanções administrativas são aquelas previstas no edital.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL (art. 92, XIX)

13.1. O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

13.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

13.3. Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do contratado:

a) ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e

b) poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

13.4. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

13.5. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

Indenizações e multas.

Assinado por 1 pessoa: JESSICA FERNANDA MONTEIRO VAZ FERNANDES
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://palmitalpr.1doc.com.br/verificacao/E436-0CEF-978C-834C e informe o código E436-0CEF-978C-834C

1Doc: Proc. Administrativo 4- 020/2026 66/295

13.6. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021).

13.7. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021).

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 92, VIII)

14.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do Município deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

Código Reduzido:	648
Funcional Programática:	1.211.18541.2.310.290.000.000.000.000.000.000
Ação:	1029 Realizar expansão e melhorias na infraestrutura do Aterro Sanitário da Usina de Biogás e Biometano
Vínculo:	511-Taxas Prestação de Serviços
Subelemento:	3.449.051.020.700.000.00-Aterros Sanitários

14.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS CASOS OMISSOS (art. 92, III)

15.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078 de 1990 - Código de Defesa do Consumidor e normas e princípios gerais dos contratos.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – ALTERAÇÕES

16.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

Assinado por 1 pessoa: JESSICA FERNANDA MONTEIRO VAZ FERNANDES
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://palmitalpr.1doc.com.br/verificacao/E436-0CEF-978C-834C e informe o código E436-0CEF-978C-834C

1Doc: Proc. Administrativo 4- 020/2026 67/295

16.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

16.3. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetida à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

16.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – PUBLICAÇÃO

17.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133 de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724 de 2012.

18. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – FORO (art. 92, §1º)

18.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Cascavel/PR para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.

Cascavel, PR, 09 de abril de 2026.

MUNICÍPIO DE CASCAVEL
RENATA SILVA
PREFEITO MUNICIPAL

RODRIGO COLLA:69979910097
Assinado de forma digital por RODRIGO COLLA:69979910097
Dados: 2026.04.09 07:53:43 -03'00'

RODRIGO COLLA

Assinado por 1 pessoa: JESSICA FERNANDA MONTEIRO VAZ FERNANDES
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://palmitalpr.1doc.com.br/verificacao/E436-0CEF-978C-834C e informe o código E436-0CEF-978C-834C
1Doc: Proc. Administrativo 4- 020/2026 68/295

dgf

EXTRATO TERMO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO 057/2025

CONCORRÊNCIA Nº 036/2025

CONTRATANTE: Município de Cascavel, com sede na Rua Paraná nº 5000, na cidade de Cascavel/PR, inscrito(a) no CNPJ sob o nº 76.208.867/0001-07, neste ato representado por seu Prefeito, Sr. Renato Silva.

CONTRATADA: VISERRA SOLUÇÕES AMBIENTAIS LTDA, inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº 04.886.943/0001-14, sediado(a) na Av. Central, nº 90, Guaporé/RS, CEP: 99.200.000, doravante designado CONTRATADO, neste ato representado(a) por Rodrigo Colla.

OBJETO: Impermeabilização de Trincheira para RSU no Aterro Sanitário Municipal, com Geomembrana de PEAD 1 mm espessura.

VALOR: R$ 400.400,00 (Quatrocentos mil e quatrocentos reais).

VIGÊNCIA: 04 (quatro) meses.

FIRMADO EM: 09 de abril de 2026.

ASSINATURAS: Renato Silva

Rodrigo Colla

Assinado por 1 pessoa: JESSICA FERNANDA MONTEIRO VAZ FERNANDES
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://palmitalpr.1doc.com.br/verificacao/E436-0CEF-978C-834C e informe o código E436-0CEF-978C-834C

MUNICÍPIO DE CASCAVEL

HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO CONCORRÊNCIA ELETRÔNICO Nº 36/2025

O Prefeito Municipal de Cascavel, em cumprimento ao disposto na Lei 14.133, de 1 de abril de 2021, e legislação pertinente, torna pública a homologação da licitação na modalidade Concorrência nº 36/2025 - Impermeabilização de Trincheira para RSU no Aterro Sanitário Municipal, com Geomembrana de PEAD 1 mm espessura, e adjudicação do objeto às empresas: AVISERRA SOLUÇÕES AMBIENTAIS LTDA, no item 1, no valor total de R$ 400.400,00 (quatrocentos mil e quatrocentos reais). Cascavel/PR, 01 de abril de 2026.
Renato Silva, Prefeito Municipal.

EXTRATO DE TERMO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 057/2026
CONCORRÊNCIA Nº 036/2025

CONTRATANTE: Município de Cascavel, com sede na Rua Paraná nº 5000, na cidade de Cascavel/PR, inscrito(a) no CNPJ sob o nº 76.208.867/0001-07, neste ato representado por seu Prefeito, Sr. Renato Silva.
CONTRATADA: AVISERRA SOLUÇÕES AMBIENTAIS LTDA, inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº 04.886.943/0001-14, sediado(a) na Av. Central, nº 90, Guaporé/RS, CEP: 99.200.000, doravante designado CONTRATADO, neste ato representado(a) por Rodrigo Colla.
OBJETO: Impermeabilização de Trincheira para RSU no Aterro Sanitário Municipal, com Geomembrana de PEAD 1 mm espessura.
VALOR: R$ 400.400,00 (Quatrocentos mil e quatrocentos reais).
VIGÊNCIA: 04 (quatro) meses.
FIRMADO EM: 09 de abril de 2026.
ASSINATURAS: Renato Silva
Rodrigo Colla

DÉCIMO QUINTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE SERVIÇO Nº 216/2022 SECOM.

Concorrência nº 015/2022
Contratante: MUNICÍPIO DE CASCAVEL
Contratada: N. T. V. IMAGEM PRODAGANDA LTDA
Objeto: Em cumprimento ao solicitado através da Comunicação Interna nº 8433/2026, emitida pela Secretaria Municipal de Comunicação Social, altera-se a dotação do contrato supramencionado, incluindo-se a dotação principal 44, elemento 33903900 subelemento 33903988.
Cascavel/PR, 13 de abril de 2026.

RETIFICAÇÃO DA PUBLICAÇÃO DO EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 053/2026
CONCORRÊNCIA Nº 030/2025

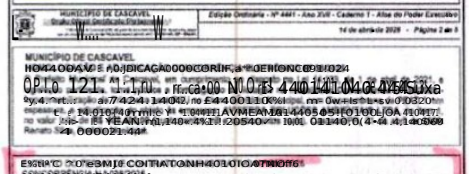
Retifica-se a seguinte informação, publicada na pg 1 do Órgão Oficial do Município e pg 4 do Jornal O Paraná em 11 de abril de 2026, do extrato supracitado, em virtude da correção do contratante.
Onde se lê: Município de Cascavel, com sede na Rua Paraná nº 5000, na cidade de Cascavel/PR, inscrito(a) no CNPJ sob o nº 76.208.867/0001-07, neste ato representado por seu Prefeito, Sr. Renato Silva.
ASSINATURAS: Renato Silva
Marciel Andre Dervanoski
Leia-se: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CASCAVEL, com sede na Rua Pernambuco nº 1.900, na cidade de Cascavel/PR, inscrito(a) no CNPJ sob o nº 09.051.532/0001-22, neste ato representado pelo Secretário Municipal de Saúde Sr. Ali Hassan Haidar, brasileiro, portador da matrícula funcional nº 23.847 e pelo Prefeito do Município de Cascavel, Sr. Renato da Silva, brasileiro, portador da matrícula funcional nº 34.702.
ASSINATURAS: Ali Hassan Haidar
Renato da Silva
Marciel Andre Dervanoski

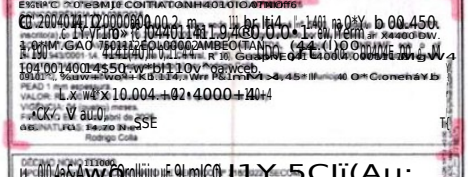
Assinado por 1 pessoa: JESSICA FERNANDA MONTEIRO VAZ FERNANDES
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://portaldeassinaturas.cascavel.pr.gov.br e informe o código 1436 0CEF 1972 834C



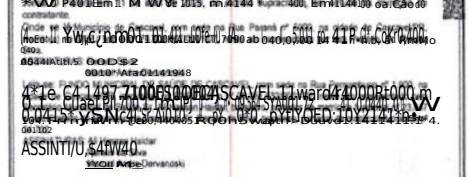
ORÇAMENTO OFICIAL ELETRÔNICO 01/2026 - 01DE CASCAVEL

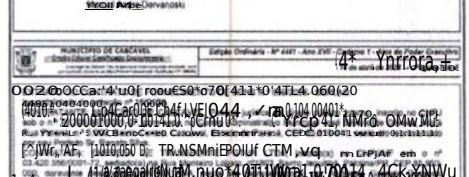


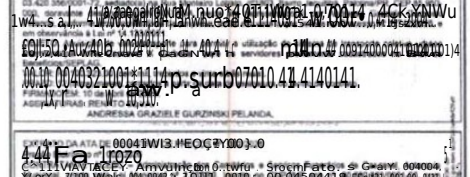




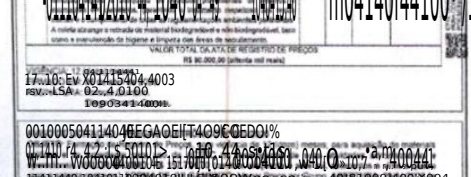


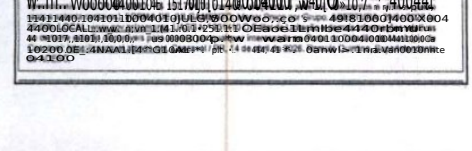


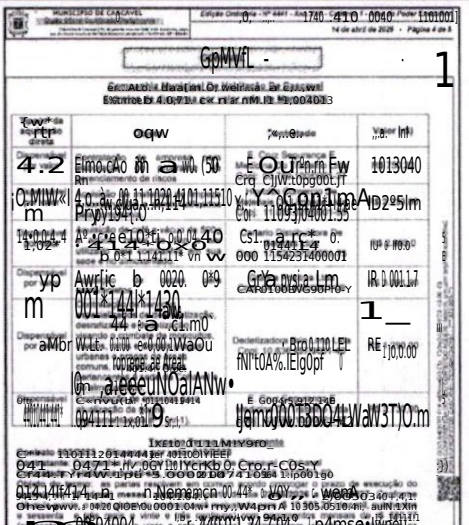


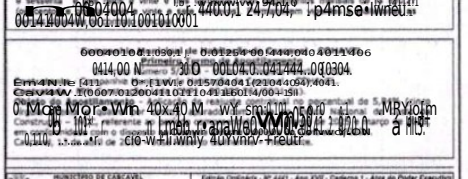


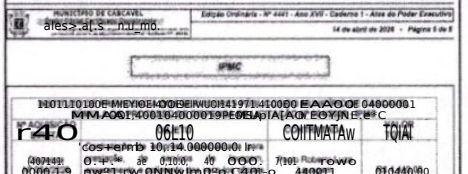


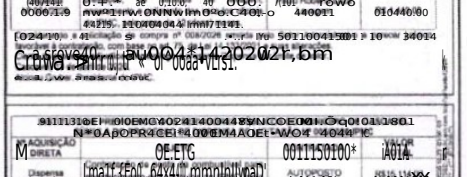




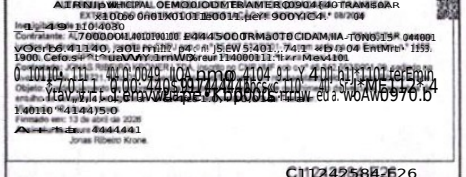


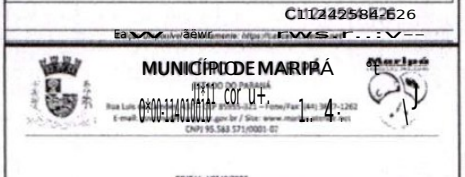




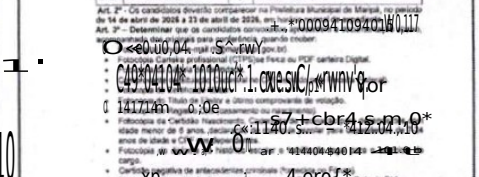


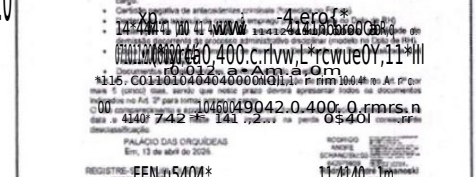


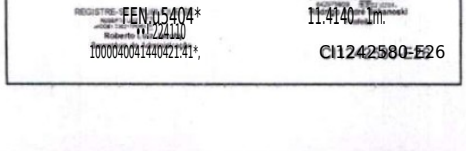


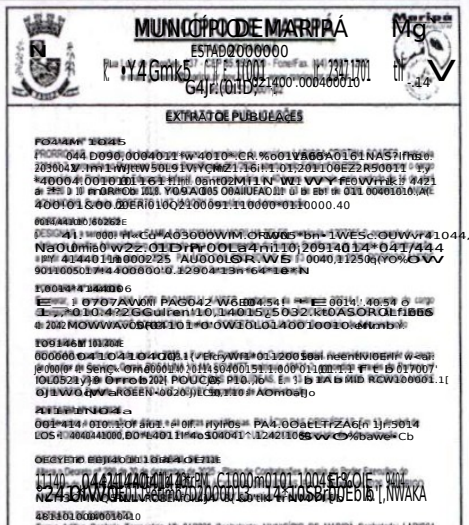








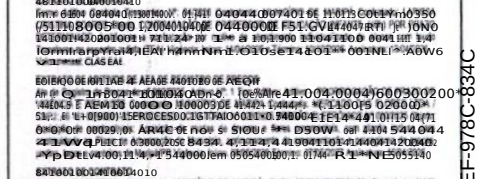


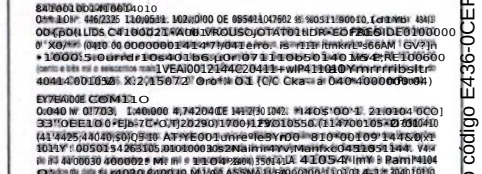


MUNICÍPIO DE MARIPÁ

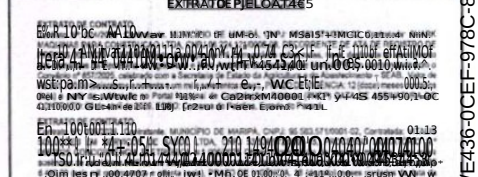
ESTADO DO PARANÁ

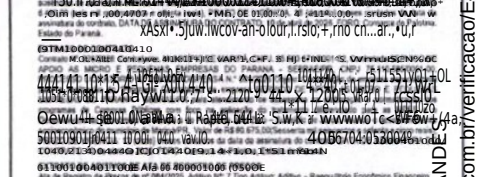
EXTRATO DE PUBLICAÇÕES

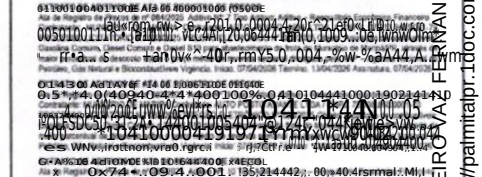


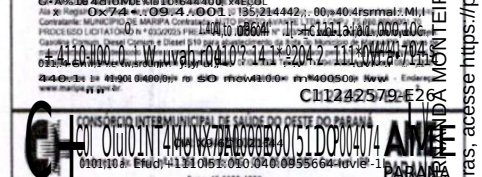


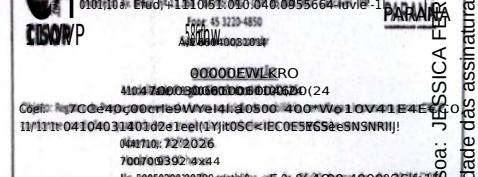


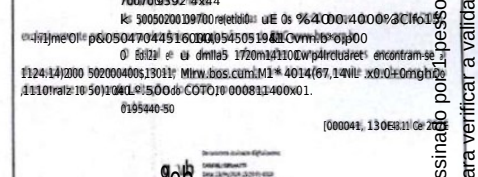


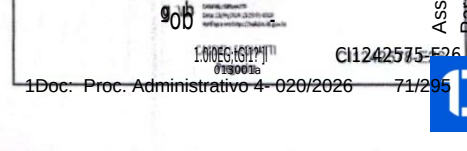












Assinado por 2 pessoas: JESSICA FERNANDA MONTEIRO VAZ FERNANDES
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://palmitalpr.1doc.com.br/verificacao/E436-0CEF-978C-834C e informe o código E436-0CEF-978C-834C

RELATÓRIO DE COTAÇÃO

Objeto: Contratação de empresa especializada para o fornecimento de materiais, execução dos serviços e instalação completa do sistema de impermeabilização da nova vala do aterro sanitário municipal, compreendendo geomembrana em PEAD, sistema de drenagem de chorume, sistema de exaustão de gases e demais componentes, materiais, equipamentos e serviços necessários à perfeita execução do objeto, em conformidade com o Projeto Complementar das Valas do Aterro Sanitário Municipal, especificações técnicas, normas da ABNT e legislação ambiental vigente

Modalidade: Pregão Eletrônico

Fundamentação Legal: Art. 23 [1] da Lei nº 14.133/2021.

Metodologia de Pesquisa

A pesquisa de preços utilizou o(s) inciso(s) II (contratações similares de outros entes públicos no PNCP) do art. 23, §1º, da Lei nº 14.133/2021. Para o inciso II foram coletadas contratações similares publicadas no PNCP (12 meses, valores homologados. Expurgaram-se preços destoantes (IN SEGES/ME nº 65/2021, art. 6º, §4º) e o valor unitário de referência corresponde à média aritmética simples dos preços validados. Os incisos não utilizados foram suprimidos do mapa.

JESSICA FERNANDA MONTEIRO VAZ FERNANDES
DIRETOR DO DEPTO DE COMPRAS E LICITAÇÃO

Assinado por 1 pessoa: JESSICA FERNANDA MONTEIRO VAZ FERNANDES
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://palmitalpr.1doc.com.br/verificacao/E436-0CEF-978C-834C e informe o código E436-0CEF-978C-834C

#	Descrição do Produto	II - contratações similares feitas pela Administração Pública, em execução ou concluídas no período de 1 (um) ano anterior à data da pesquisa de preços, inclusive mediante sistema de registro de preços, observado o índice de atualização de preços correspondente;					Média	Mediana
01	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO COMPLETA DO SISTEMA DE IMPERMEABILIZAÇÃO DA NOVA VALA DO ATERRO SANITÁRIO MUNICIPAL, CONTEMPLANDO O FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE 8.649,10 M² DE GEOMEMBRANA EM PEAD 2,0 MM; 1.100 M² DE MANTA GEOTÊXTIL (BIDIM); 20 M DE TUBO PERFURADO PEAD Ø 200 MM PARA DRENAGEM DE CHORUME; 63 M DE TUBO PERFURADO PEAD Ø 400 MM PARA DRENAGEM; 40 M² DE TELA ALAMBRADO OU MATERIAL EQUIVALENTE; IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA DE EXAUSTÃO DE GASES,	Contrato nº 604/2026 — MUNICÍPIO DE FRANCISCO BELTRÃO/PR (PNCP, homologado)	Contrato nº 12467/2026 — MUNICÍPIO DE BIRIGUI/SP (PNCP, homologado)	Contrato nº 057/2026 — MUNICÍPIO DE CASCAVEL/PR (PNCP, homologado)	Contrato nº 47/2026 — MUNICÍPIO DE PORTO UNIÃO/SC (PNCP, homologado)	—	R$ 429.915,88	R$ 461.835,00
		R$ 526.093,50 em 24/07/2026[2]	R$ 523.270,00 em 24/07/2026[3]	R$ 400.400,00 em 24/07/2026[4]	R$ 269.900,00 em 24/07/2026[5]			

	BEM COMO A EXECUÇÃO DE TODOS OS SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS NECESSÁRIOS, INCLUINDO MÃO DE OBRA, EQUIPAMENTOS, FERRAMENTAS, TRANSPORTE, MOBILIZAÇÃO, SOLDAGEM DA GEOMEMBRANA, CONEXÕES, ACESSÓRIOS, TESTES DE ESTANQUEIDADE, EPIS E DEMAIS MATERIAIS E INSUMOS INDISPENSÁVEIS À PERFEITA EXECUÇÃO DO OBJETO, EM CONFORMIDADE COM O PROJETO COMPLEMENTAR DAS VALAS DO ATERRO SANITÁRIO MUNICIPAL, ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS, NORMAS DA ABNT E LEGISLAÇÃO AMBIENTAL VIGENTE.								
	Total R$ 429.915,88 (quatrocentos e vinte e nove mil e novecentos e quinze reais e oitenta e oito centavos)								

RESULTADO

Item	Descrição do Produto	Und	Qnt.	Valor Uni.	Valor Total
01	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO COMPLETA DO SISTEMA DE IMPERMEABILIZAÇÃO DA NOVA VALA DO ATERRO SANITÁRIO MUNICIPAL, CONTEMPLANDO O FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE 8.649,10 M² DE GEOMEMBRANA EM PEAD 2,0 MM; 1.100 M² DE MANTA GEOTÊXTIL (BIDIM); 20 M DE TUBO PERFURADO PEAD Ø 200 MM PARA DRENAGEM DE CHORUME; 63 M DE TUBO PERFURADO PEAD Ø 400 MM PARA DRENAGEM; 40 M² DE TELA ALAMBRADO OU MATERIAL EQUIVALENTE; IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA DE EXAUSTÃO DE GASES, BEM COMO A EXECUÇÃO DE TODOS OS SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS NECESSÁRIOS, INCLUINDO MÃO DE OBRA, EQUIPAMENTOS, FERRAMENTAS, TRANSPORTE, MOBILIZAÇÃO, SOLDAGEM DA GEOMEMBRANA, CONEXÕES, ACESSÓRIOS, TESTES DE ESTANQUEIDADE, EPIS E DEMAIS MATERIAIS E INSUMOS INDISPENSÁVEIS À PERFEITA EXECUÇÃO DO OBJETO, EM CONFORMIDADE COM O PROJETO COMPLEMENTAR DAS VALAS DO ATERRO SANITÁRIO MUNICIPAL, ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS, NORMAS DA ABNT E LEGISLAÇÃO AMBIENTAL VIGENTE.	UND	1	R$ 429.915,88	R$ 429.915,88
TOTAL: R$ 429.915,88 (quatrocentos e vinte e nove mil e novecentos e quinze reais e oitenta e oito centavos)					

[1] Art. 23. O valor previamente estimado da contratação deverá ser compatível com os valores praticados pelo mercado, considerados os preços constantes de bancos de dados públicos e as quantidades a serem contratadas, observadas a potencial economia de escala e as peculiaridades do local de execução do objeto.
§ 1º No processo licitatório para aquisição de bens e contratação de serviços em geral, conforme regulamento, o valor estimado será definido com base no melhor preço aferido por meio da utilização dos seguintes parâmetros, adotados de forma combinada ou não:
I - composição de custos unitários menores ou iguais à mediana do item correspondente no painel para consulta de preços ou no banco de preços em saúde disponíveis no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP);
II - contratações similares feitas pela Administração Pública, em execução ou concluídas no período de 1 (um) ano anterior à data da pesquisa de preços, inclusive mediante sistema de registro de preços, observado o índice de atualização de preços correspondente;
III - utilização de dados de pesquisa publicada em mídia especializada, de tabela de referência formalmente aprovada pelo Poder Executivo federal e de sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo, desde que contenham a data e hora de acesso;
IV - pesquisa direta com no mínimo 3 (três) fornecedores, mediante solicitação formal de cotação, desde que seja apresentada justificativa da escolha desses fornecedores e que não tenham sido obtidos os orçamentos com mais de 6 (seis) meses de antecedência da data de divulgação do edital;
V - pesquisa na base nacional de notas fiscais eletrônicas, na forma de regulamento

[2] Contrato nº 604/2026 — MUNICÍPIO DE FRANCISCO BELTRÃO/PR (PNCP, homologado) — https://pncp.gov.br/app/contratos/77816510000166/2026/355

[3] Contrato nº 12467/2026 — MUNICÍPIO DE BIRIGUI/SP (PNCP, homologado) — https://pncp.gov.br/app/contratos/46151718000180/2026/51

[4] Contrato nº 057/2026 — MUNICÍPIO DE CASCAVEL/PR (PNCP, homologado) — https://pncp.gov.br/app/contratos/76208867000107/2026/51

[5] Contrato nº 47/2026 — MUNICÍPIO DE PORTO UNIÃO/SC (PNCP, homologado) — https://pncp.gov.br/app/contratos/83102541000158/2026/1622

Assinado por 1 pessoa: JESSICA FERNANDA MONTEIRO VAZ FERNANDES
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://palmitalpr.1doc.com.br/verificacao/E436-0CEF-978C-834C e informe o código E436-0CEF-978C-834C

VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS

Código para verificação: E436-0CEF-978C-834C

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

JESSICA FERNANDA MONTEIRO VAZ FERNANDES (CPF 080.XXX.XXX-13) em 28/07/2026 10:36:07 GMT-03:00
Papel: Parte
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

https://palmitalpr.1doc.com.br/verificacao/E436-0CEF-978C-834C

Proc. Administrativo 5- 020/2026

De: Jessica F. - COT

Para: SMF-DEP-CONT - SMF - Departamento de Contabilidade

Data: 28/07/2026 às 10:37:12

Setores envolvidos:

GAB-PREF, SMF-DEP-CONT, SMMAS, COT

Fornecimento e instalação de geomembrana, drenagem e sistema de exaustão de gases para nova vala do aterro sanitário municipal

solicitação 148/2026 - SMA

_

Jessica Fernanda Monteiro Vaz Fernandes
DIRETORA DO DEPTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

Anexos:
Solicitacao_148.pdf

Assinado por 2 pessoas: JESSICA FERNANDA MONTEIRO VAZ FERNANDES e ROSILDA GOMES DA SILVA
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://palmitalpr.1doc.com.br/verificacao/576A-96B0-8D4C-DC04 e informe o código 576A-96B0-8D4C-DC04

Município de Palmital
Solicitação 148/2026

Solicitação

Número	*Tipo*	*Emitido em*	*Quantidade de itens*
148	**Aquisição de Material**	17/07/2026	1

Solicitante

Código	*Nome*
2980-7	ROSILDA GOMES DA SILVA

Processo Gerado

Número: 0/2026

Local

38 Gabinete do Secretário de Meio Ambiente e Saneamento

Órgão

12 SECRETARIA MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE E SANEAMENTO

Forma de pagamento

Descrição	*Tipo*
MEDIANTE EMISSÃO DE NOTA FISCAL	Depósito bancário

Entrega

Local	*Prazo*
MUNICIPIO DE PALMITAL-PR	Dias

Descrição:

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA O FORNECIMENTO DE MATERIAIS, EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS E INSTALAÇÃO COMPLETA DO SISTEMA DE IMPERMEABILIZAÇÃO DA NOVA VALA DO ATERRO SANITÁRIO MUNICIPAL, COMPREENDENDO GEOMEMBRANA EM PEAD, SISTEMA DE DRENAGEM DE CHORUME, SISTEMA DE EXAUSTÃO DE GASES E DEMAIS COMPONENTES, MATERIAIS, EQUIPAMENTOS E SERVIÇOS NECESSÁRIOS À PERFEITA EXECUÇÃO DO OBJETO, EM CONFORMIDADE COM O PROJETO COMPLEMENTAR DAS VALAS DO ATERRO SANITÁRIO MUNICIPAL, ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS, NORMAS DA ABNT E LEGISLAÇÃO AMBIENTAL VIGENTE.

Lote
001 Lote 001

Código	Nome	Unidade	Quantidade	Unitário	Valor
039940	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO COMPLETA DO SISTEMA DE IMPERMEABILIZAÇÃO DA NOVA VALA DO ATERRO SANITÁRIO MUNICIPAL, CONTEMPLANDO O FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE 8.649,10 M² DE GEOMEMBRANA EM PEAD 2,0 MM; 1.100 M² DE MANTA GEOTÊXTIL (BIDIM); 20 M DE TUBO PERFURADO PEAD Ø 200 MM PARA DRENAGEM DE CHORUME; 63 M DE TUBO PERFURADO PEAD Ø 400 MM PARA DRENAGEM; 40 M² DE TELA ALAMBRADO OU MATERIAL EQUIVALENTE; IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA DE EXAUSTÃO DE GASES, BEM COMO A EXECUÇÃO DE TODOS OS SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS NECESSÁRIOS, INCLUINDO MÃO DE OBRA, EQUIPAMENTOS, FERRAMENTAS, TRANSPORTE, MOBILIZAÇÃO, SOLDAGEM DA GEOMEMBRANA, CONEXÕES, ACESSÓRIOS, TESTES DE ESTANQUEIDADE, EPIS E DEMAIS MATERIAIS E INSUMOS INDISPENSÁVEIS À PERFEITA EXECUÇÃO DO OBJETO, EM CONFORMIDADE COM O PROJETO COMPLEMENTAR DAS VALAS DO ATERRO SANITÁRIO MUNICIPAL, ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS, NORMAS DA ABNT E LEGISLAÇÃO AMBIENTAL VIGENTE.	UND	1,00	429.915,88	429.915,88
				TOTAL	**429.915,88**
				TOTAL GERAL	**429.915,88**

ROSILDA GOMES DA SILVA
Solicit ant e

Assinado por 2 pessoas: JESSICA FERNANDA MONTEIRO VAZ FERNANDES e ROSILDA GOMES DA SILVA
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://palmitalpr.1doc.com.br/verificacao/576A-96B0-8D4C-DC04 e informe o código 576A-96B0-8D4C-DC04

VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS

Código para verificação: 576A-96B0-8D4C-DC04

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

- JESSICA FERNANDA MONTEIRO VAZ FERNANDES (CPF 080.XXX.XXX-13) em 28/07/2026 10:37:42 GMT-03:00
  Papel: Parte
  Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

- ROSILDA GOMES DA SILVA (CPF 599.XXX.XXX-72) em 28/07/2026 10:43:12 GMT-03:00
  Papel: Parte
  Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

https://palmitalpr.1doc.com.br/verificacao/576A-96B0-8D4C-DC04

Proc. Administrativo 6- 020/2026

De: Elton B. - COT

Para: Envolvidos internos acompanhando

Data: 31/07/2026 às 10:15:32

Setores envolvidos:

GAB-PREF, SMF-DEP-CONT, SMMAS, COT

Fornecimento e instalação de geomembrana, drenagem e sistema de exaustão de gases para nova vala do aterro sanitário municipal

AO DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE,

VENHO ATRAVÉS DESTE DESPACHO SOLICITAR QUE ESTE DEPARTAMENTO PROCEDA COM O RETORNO DA FASE DOS AUTOS PARA A ETAPA DE COTAÇÃO DE PREÇOS.

ESTA MEDIDA FAZ-SE ESTRITAMENTE NECESSÁRIA PARA QUE A EQUIPE RESPONSÁVEL ELABORE UMA NOVA PESQUISA DE PREÇOS, CONTEMPLANDO OBRIGATORIAMENTE A INCLUSÃO DE MAIS FONTES DE PESQUISA.

O OBJETIVO DESTA NOVA DILIGÊNCIA É EMBASAR COM MAIS FIDELIDADE, SEGURANÇA E PRECISÃO O VALOR ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO, REFLETINDO A REALIDADE DO MERCADO E ATENDENDO AOS PRINCÍPIOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA.

ENCAMINHO OS AUTOS PARA AS DEVIDAS PROVIDÊNCIAS.

–

Elton Otto Back
Diretor

Assinado por 1 pessoa: ELTON OTTO BACK
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://palmitalpr.1doc.com.br/verificacao/8BD9-0A64-008F-DE00 e informe o código 8BD9-0A64-008F-DE00

VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS

Código para verificação: 8BD9-0A64-008F-DE00

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

ELTON OTTO BACK (CPF 098.XXX.XXX-97) em 31/07/2026 10:15:42 GMT-03:00
Papel: Parte
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

https://palmitalpr.1doc.com.br/verificacao/8BD9-0A64-008F-DE00

Proc. Administrativo 7- 020/2026

De: Elton B. - COT

Para: Envolvidos internos acompanhando

Data: 31/07/2026 às 10:17:18

Setores (CC):

SMA-Comp.Lic

INCLUSÃO DE SETOR PARA ACOMPANHAMENTO.

–

Elton Otto Back
Diretor

Proc. Administrativo 8- 020/2026

De: Maria S. - SMF-DEP-CONT

Para: Envolvidos internos acompanhando

Data: 31/07/2026 às 13:54:35

Retorno de fase para devidas alterações.

–

Maria Daiane Oliveira Silva
Contabilidade

Proc. Administrativo 9- 020/2026

De: Maria S. - SMF-DEP-CONT

Para: COT - Central de controle e cotações

Data: 31/07/2026 às 13:57:09

Retorno de fase para devidas alterações.

–

Maria Daiane Oliveira Silva
Contabilidade

Proc. Administrativo 10- 020/2026

De: Elton B. - SMA-Comp.Lic

Para: COT - Central de controle e cotações

Data: 31/07/2026 às 14:06:06

RETORNO À FASE DE COTAÇÃO PARA NOVA PESQUISA DE PREÇOS.

–

Elton Otto Back
Diretor

Proc. Administrativo 11- 020/2026

De: Elton B. - SMA-Comp.Lic

Para: Envolvidos internos acompanhando

Data: 04/08/2026 às 14:31:08

Setores envolvidos:

GAB-PREF, SMA-Comp.Lic, SMF-DEP-CONT, SMMAS, COT

Fornecimento e instalação de geomembrana, drenagem e sistema de exaustão de gases para nova vala do aterro sanitário municipal

Considerando as sucessivas tramitações, devoluções e retificações ocorridas no presente processo, este Departamento de Licitações identificou a necessidade de intervir para sanar divergências e alinhar o escopo da presente contratação.

A partir da reanálise do Documento de Formalização de Demanda (DFD) previamente protocolado, do projeto base fornecido pelo Setor de Engenharia e das tratativas conjuntas com os setores envolvidos, os moldes da solicitação foram redefinidos para garantir total transparência e clareza ao processo.

Verificou-se que o descritivo técnico anterior apresentava imprecisões, gerando a forte premissa de que as empresas fornecedoras estivessem formulando seus orçamentos considerando a execução integral da obra. Para corrigir essa distorção e viabilizar a redução dos valores das cotações à realidade da demanda, faz-se necessário delimitar estritamente as responsabilidades:

- A cargo do Município (Contratante): Execução da terraplanagem e das escavações.

- A cargo da Empresa Vencedora (Contratada): Exclusivamente a instalação da manta e a montagem do sistema de drenagem e exaustão da vala.

Diante do exposto, encaminhamos em anexo o novo objeto com o descritivo completo e retificado, já suprimidas as obrigações que caberão ao próprio ente público, requerendo que seja realizada uma nova pesquisa de valor de mercado com base nestes termos.

À consideração e providências.

_

Elton Otto Back
Diretor

Anexos:
SOLICITACAO_ORCAMENTO_PARA_GEOMEMBRANA.pdf
Vala_Nova_Aterro_Sanitario_08_09_25.pdf

Assinado por 1 pessoa: ELTON OTTO BACK
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://palmitalpr.1doc.com.br/verificacao/C855-5A4C-2F2F-01B0 e informe o código C855-5A4C-2F2F-01B0

VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS

Código para verificação: C855-5A4C-2F2F-01B0

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

ELTON OTTO BACK (CPF 098.XXX.XXX-97) em 04/08/2026 14:31:21 GMT-03:00
Papel: Parte
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

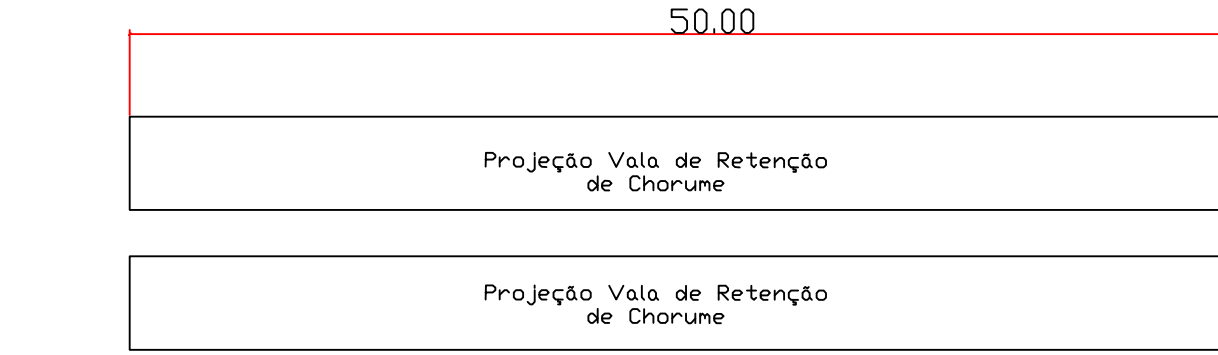
https://palmitalpr.1doc.com.br/verificacao/C855-5A4C-2F2F-01B0

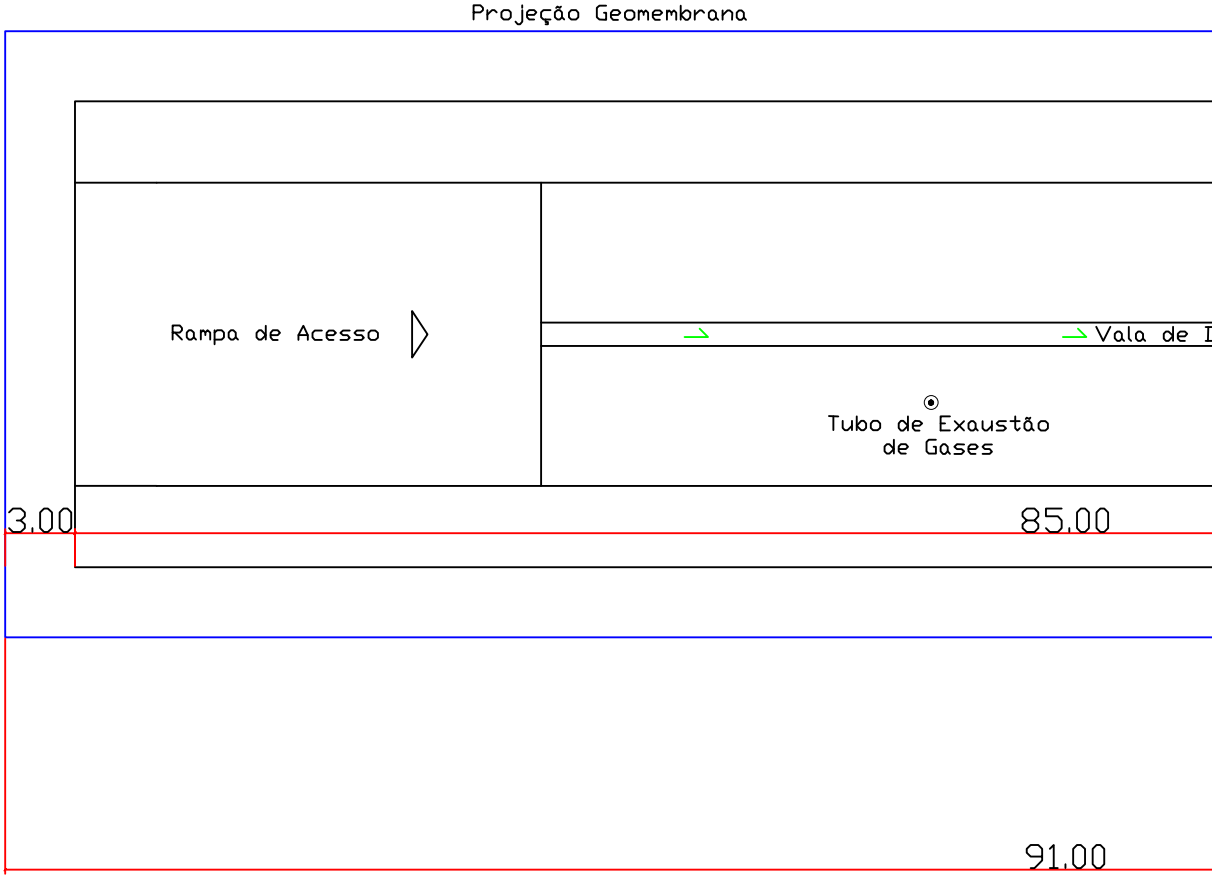
SOLICITAÇÃO DE ORÇAMENTO PARA:

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
01	Geomembrana 2 mm para vala principal	M²	3.483,10		
02	Geomembrana para cobertura da vala principal	M²	2.366,00		
03	Geomembrana para valas de retenção de chorume	M²	1.800,00		
04	Cobertura das valas de retenção	M²	1.000,00		
05	Tubo perfurado 200mm para exaustão de gases	Metro	20		
06	Tela Alambrado ou similar	M²	40		
07	Manta geotêxtil (bidin) para vala de drenagem	M²	1.100		
08	Tubo perfurado 400mm para vala de drenagem	Metro	63		
Observações: Todos os materiais deverão ser cotados considerando o fornecimento completo, prontos para instalação e pleno funcionamento, incluindo todos os acessórios, conexões e insum necessários à execução do serviço, tais como luvas, registros, colas, curvas, uniões, arames, gra de fixação e demais itens indispensáveis, ainda que não expressamente mencionados, sem qua ônus adicional para a Administração.					
09	Serviços técnicos especializados de instalação e aplicação de geomembrana sob regime de empreitada, englobando: a) Instalação, estiramento, ancoragem e soldagem de todas as mantas de geomembrana (vala principal e valas de retenção), bem como tubulações de exaustão e de drenagem conforme projeto; b) Execução de testes de estanqueidade e controle de qualidade nas soldas da geomembrana e nas tubulações; c) Assentamento da manta geotêxtil (bidim) e instalação dos tubos perfurados de 400mm (vala de drenagem) e 200mm (exaustão de gases), incluindo a fixação da tela alambrado; d) Fornecimento de toda a mão de obra qualificada, supervisão técnica, Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) e Coletiva (EPCs); e) Mobilização, desmobilização e fornecimento de todas as ferramentas, geradores elétricos e equipamentos acessórios necessários para a perfeita execução dos serviços, rigorosamente de acordo com as normas vigentes.	SERVIÇO	01		

CONDIÇÕES ESPECÍFICAS DE EXECUÇÃO E GARANTIA: 1. Das Obrigações da Contratante: Fica estabelecido que todo o serviço de terraplanagem e esc indispensável para a adequação do local e preparo para a instalação da geomembrana será exe por conta da Contratante. A Contratante também se compromete a disponibilizar, no local da ob retroescavadeira devidamente guarnecida de operador, para prestar suporte e realizar possíveis intervenções durante o ato da instalação. 2. Das Obrigações da Contratada: A atuação da empresa Contratada limitar-se-á à admin orientação técnica dos serviços de maquinário fornecidos pela Contratante durante o período da No entanto, é de responsabilidade direta e exclusiva da Contratada a execução da instalação da incluindo mão de obra, equipamentos, ferramentas, transporte, mobilização, soldagem da geomembrana, conexões, acessórios, testes de estanqueidade, EPIs e demais materiais e indispensáveis à perfeita execução do objeto, em conformidade com o Projeto Compleme Valas do Aterro Sanitário Municipal, especificações técnicas e legislação vigente. 3. Da Garantia: A empresa proponente deverá assegurar e declarar expressamente em su uma garantia mínima de 12 (doze) meses, com cobertura integral e solidária para a qu material fornecido e para o serviço de instalação prestado.					
VALOR TOTAL GLOBAL				R$:	

Projeto Complementar Valas Aterro Sanit





Proc. Administrativo 12- 020/2026

De: Jessica F. - COT

Para: COT - Central de controle e cotações

Data: 19/08/2026 às 14:11:21

Setores envolvidos:

GAB-PREF, SMA-Comp.Lic, SMF-DEP-CONT, SMMAS, COT

Fornecimento e instalação de geomembrana, drenagem e sistema de exaustão de gases para nova vala do aterro sanitário municipal

Segue relatorio e cotaçaõ de preço.

_

Jessica Fernanda Monteiro Vaz Fernandes
DIRETORA DO DEPTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

Anexos:
COTACAO_I.pdf
COTACAO_II.pdf
COTACAO_III.pdf
Relatorio_e_cotacao_de_precos_.pdf

Assinado por 1 pessoa: JESSICA FERNANDA MONTEIRO VAZ FERNANDES
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://palmitalpr.1doc.com.br/verificacao/7C48-4BDB-555E-1076 e informe o código 7C48-4BDB-555E-1076

COTAÇÃO DE PREÇO

RAZÃOS OCIAL: JL SOLUÇÕES AMBIENTAIS

ENDEREÇO: RUA ERNESTO PIAZZA, Nº234

CNPJ:09.425.934/0001-40

E-MAIL: atendimento@ljs.com.br

TELEFONE: 49 3327-0229

SOLICITAÇÃO DE ORÇAMENTO PARA:

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
01	Geomembrana 2 mm para vala principal	M^2	3.483,10	R$ 55,00	R$ 191.570,50
02	Geomembrana para cobertura da vala principal	M^2	2.366,00	R$ 55,00	R$ 130.130,00
03	Geomembrana para valas de retenção de chorume	M^2	1.800,00	R$ 55,00	R$ 99.000,00
04	Cobertura das valas de retenção	M^2	1.000,00	R$ 55,00	R$ 55.000,00
05	Tubo perfurado 200mm para exaustão de gases	Metro	20	R$ 50,00	R$ 1.000,00
06	Tela Alambrado ou similar	M^2	40	R$ 45,00	R$ 1.800,00
07	Manta geotêxtil (bidin) para vala de drenagem	M^2	1.100	R$ 12,00	R$ 13.200,00
08	Tubo perfurado 400mm para vala de drenagem	Metro	63	R$ 130,00	R$ 8.190,00
Observações: Todos os materiais deverão ser cotados considerando o fornecimento completo, prontos para instalação e pleno funcionamento, incluindo todos os acessórios, conexões e insumos necessários à execução do serviço, tais como luvas, registros, colas, curvas, uniões, arames, grampos de fixação e demais itens indispensáveis, ainda que não expressamente mencionados, sem qualquer ônus adicional para a Administração.					
09	**Serviços técnicos especializados de instalação e aplicação de geomembrana sob regime de empreitada, englobando:** a) Instalação, estiramento, ancoragem e soldagem de todas as mantas de geomembrana (vala principal e valas de retenção), bem como tubulações de exaustão e de drenagem conforme projeto; b) Execução de testes de estanqueidade e controle de qualidade nas soldas da	SERVIÇO	01	R$ 38.000,00	R$ 38.000,00

Assinado por 1 pessoa: JESSICA FERNANDA MONTEIRO VAZ FERNANDES
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://palmitalpr.1doc.com.br/verificacao/7C48-4BDB-5555-1076 e informe o código 7C48-4BDB-5555-1076

	geomembrana e nas tubulações; c) Assentamento da manta geotêxtil (bidim) e instalação dos tubos perfurados de 400mm (vala de drenagem) e 200mm (exaustão de gases), incluindo a fixação da tela alambrado; d) Fornecimento de toda a mão de obra qualificada, supervisão técnica, Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) e Coletiva (EPCs); e) Mobilização, desmobilização e fornecimento de todas as ferramentas, geradores elétricos e equipamentos acessórios necessários para a perfeita execução dos serviços, rigorosamente de acordo com as normas vigentes.				

CONDIÇÕES ESPECÍFICAS DE EXECUÇÃO E GARANTIA:

1. Das Obrigações da Contratante: Fica estabelecido que todo o serviço de terraplanagem e escavação indispensável para a adequação do local e preparo para a instalação da geomembrana será executado por conta da Contratante. A Contratante também se compromete a disponibilizar, no local da obra, uma retroescavadeira devidamente guarnecida de operador, para prestar suporte e realizar possíveis intervenções durante o ato da instalação.

2. Das Obrigações da Contratada: A atuação da empresa Contratada limitar-se-á à administração e orientação técnica dos serviços de maquinário fornecidos pela Contratante durante o período da obra. No entanto, é de responsabilidade direta e exclusiva da Contratada a execução da instalação da manta, incluindo mão de obra, equipamentos, ferramentas, transporte, mobilização, soldagem da geomembrana, conexões, acessórios, testes de estanqueidade, EPIs e demais materiais e insumos indispensáveis à perfeita execução do objeto, em conformidade com o Projeto Complementar das Valas do Aterro Sanitário Municipal, especificações técnicas e legislação vigente.

3. Da Garantia: A empresa proponente deverá assegurar e declarar expressamente em sua cotação uma garantia mínima de 12 (doze) meses, com cobertura integral e solidária para a qualidade do material fornecido e para o serviço de instalação prestado.

VALOR TOTAL GLOBAL	**R$: 537.890,50**

09.425.934/0001-40

JL SOLUÇÕES AMBIENTAIS EIRELI
Rua Ernesto Piazza - s/n
Bairro Industrial
NOVA ITABERABA - SC

ASSINATURA E CARIMBO DO RESPONSÁVEL

Assinado por 1 pessoa: JESSICA FERNANDA MONTEIRO VAZ FERNANDES
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://palmitalpr.1doc.com.br/verificacao/7C48-4BDB-555E-1076 e informe o código 7C48-4BDB-555E-1076

COTAÇÃO DE PREÇO

RAZÃO SOCIAL: FABIANA GÓES DA CUNHA DIAS SERVIÇOS

ENDEREÇO: RUA PAUL HARRIS Nº 63

CNPJ:50.696.623/0001-19

E-MAIL:palestraseliezerdias@gmail.com

TELEFONE: 11 99176-0897

SOLICITAÇÃO DE ORÇAMENTO PARA:

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
01	Geomembrana 2 mm para vala principal	M²	3.483,10	60,00	208.986,00
02	Geomembrana 2 mm para cobertura da vala principal	M²	2.366,00	60,00	141.960,00
03	Geomembrana para valas de retenção de chorume (2mm)	M²	1.800,00	60,00	108.000,00
04	Cobertura das valas de retenção	M²	1.000,00	20,00	20.000,00
05	Tubo perfurado 200mm para exaustão de gases	Metro	20	10,00	200,00
06	Tela Alambrado ou similar	M²	40	140,00	5.600,00
07	Manta geotêxtil (bidin) para vala de drenagem	M²	1.100	10,00	11.000,00
08	Tubo perfurado 400mm para vala de drenagem	Metro	63	35,00	2205,00
Observações: Todos os materiais deverão ser cotados considerando o fornecimento completo, prontos para instalação e pleno funcionamento, incluindo todos os acessórios, conexões e insumos necessários à execução do serviço, tais como luvas, registros, colas, curvas, uniões, arames, grampos de fixação e demais itens indispensáveis, ainda que não expressamente mencionados, sem qualquer ônus adicional para a Administração.					
09	**Serviços técnicos especializados de instalação e aplicação de geomembrana sob regime de empreitada, englobando:** a) Instalação, estiramento, ancoragem e soldagem de todas as mantas de geomembrana (vala principal e valas de retenção), bem como tubulações de exaustão e de drenagem conforme projeto; b) Execução de testes de estanqueidade e controle de qualidade nas soldas da geomembrana e nas tubulações; c) Assentamento da manta geotêxtil (bidim) e instalação dos tubos perfurados de 400mm (vala de drenagem) e 200mm (exaustão	SERVIÇO	01	250.000,00	250.000,00

Assinado por 1 pessoa: JESSICA FERNANDA MONTEIRO VAZ FERNANDES
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://palmitalpr.1doc.com.br/verificacao/7C48-4BDB-555E-1076 e informe o código 7C48-4BDB-555E-1076

	de gases), incluindo a fixação da tela alambrado; d) Fornecimento de toda a mão de obra qualificada, supervisão técnica, Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) e Coletiva (EPCs); e) Mobilização, desmobilização e fornecimento de todas as ferramentas, geradores elétricos e equipamentos acessórios necessários para a perfeita execução dos serviços, rigorosamente de acordo com as normas vigentes.				

CONDIÇÕES ESPECÍFICAS DE EXECUÇÃO E GARANTIA:

1. Das Obrigações da Contratante: Fica estabelecido que todo o serviço de terraplanagem e escavação indispensável para a adequação do local e preparo para a instalação da geomembrana será executado por conta da Contratante. A Contratante também se compromete a disponibilizar, no local da obra, uma retroescavadeira devidamente guarnecida de operador, para prestar suporte e realizar possíveis intervenções durante o ato da instalação.

2. Das Obrigações da Contratada: A atuação da empresa Contratada limitar-se-á à administração e orientação técnica dos serviços de maquinário fornecidos pela Contratante durante o período da obra. No entanto, é de responsabilidade direta e exclusiva da Contratada a execução da instalação da manta, incluindo mão de obra, equipamentos, ferramentas, transporte, mobilização, soldagem da geomembrana, conexões, acessórios, testes de estanqueidade, EPIs e demais materiais e insumos indispensáveis à perfeita execução do objeto, em conformidade com o Projeto Complementar das Valas do Aterro Sanitário Municipal, especificações técnicas e legislação vigente.

3. Da Garantia: A empresa proponente deverá assegurar e declarar expressamente em sua cotação uma garantia mínima de 12 (doze) meses, com cobertura integral e solidária para a qualidade do material fornecido e para o serviço de instalação prestado.

VALOR TOTAL GLOBAL	**R$: 747.951,00**

ELIÉZER FERREIRA DIAS

Responsável Técnico

Assinado por 1 pessoa: JESSICA FERNANDA MONTEIRO VAZ FERNANDES
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://palmitalpr.1doc.com.br/verificacao/7C48-4BDB-555E-1076 e informe o código 7C48-4BDB-555E-1076

COTAÇÃO DE PREÇO

RAZÃOS SOCIAL: AUTONOMY EMPREENDIMENTOS LTDA

ENDEREÇO: Rua Neocir Zilio, Lot. Nova Trichinha Nº 65 Dois Lajeados/RS

CNPJ: 12.113.877/0001-78

E-MAIL: admsiga70@gmail.com

TELEFONE: (54) 3471 1093

SOLICITAÇÃO DE ORÇAMENTO PARA:

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
01	Geomembrana 2mm para vala principal	M²	3.483,10	R$ 80,00	R$ 278.648,00
02	Geomembrana 2mm para cobertura da vala principal	M²	2.366,00	R$ 80,00	R$ 189.280,00
03	Geomembrana 2mm para valas de retenção de chorume	M²	1.800,00	R$ 80,00	R$ 144.000,00
04	Cobertura das valas de retenção	M²	1.000,00	R$ 80,00	R$ 80.000,00
05	Tubo perfurado 200mm para exaustão de gases	Metro	20	R$ 138,00	R$ 2.760,00
06	Tela Alambrado ou similar	M²	40	R$ 74,00	R$ 2.960,00
07	Manta geotêxtil (bidin) para vala de drenagem	M²	1.100	R$ 20,00	R$ 22.000,00
08	Tubo perfurado 400mm para vala de drenagem	Metro	63	R$ 270,00	R$ 17.010,00
Observações: Todos os materiais deverão ser cotados considerando o fornecimento completo, prontos para instalação e pleno funcionamento, incluindo todos os acessórios, conexões e insum necessários à execução do serviço, tais como luvas, registros, colas, curvas, uniões, arames, gra de fixação e demais itens indispensáveis, ainda que não expressamente mencionados, sem qua ônus adicional para a Administração.					
09	Serviços técnicos especializados de instalação e aplicação de geomembrana sob regime de empreitada, englobando: • Instalação, estiramento, ancoragem e soldagem de todas as mantas de geomembrana (vala principal e valas de retenção), bem como tubulações de exaustão e de drenagem conforme projeto; • Execução de testes de estanqueidade e controle de	SERVIÇO	01	R$ 45.000,00	R$ 45.000,00

Assinado por 1 pessoa: JESSICA FERNANDA MONTEIRO VAZ FERNANDES
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://palmitalpr.1doc.com.br/verificacao/7C48-4BDB-555E-1076 e informe o código 7C48-4BDB-555E-1076

	qualidade nas soldas da geomembrana e nas tubulações; • Assentamento da manta geotêxtil (bidim) e instalação dos tubos perfurados de 400mm (vala de drenagem) e 200mm (exaustão de gases), incluindo a fixação da tela alambrado; • Fornecimento de toda a mão de obra qualificada, supervisão técnica, Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) e Coletiva (EPCs); • Mobilização, desmobilização e fornecimento de todas as ferramentas, geradores elétricos e equipamentos acessórios necessários para a perfeita execução dos serviços, rigorosamente de acordo com as normas vigentes.				

CONDIÇÕES ESPECÍFICAS DE EXECUÇÃO E GARANTIA:

1. Das Obrigações da Contratante: Fica estabelecido que todo o serviço de terraplanagem e esc indispensável para a adequação do local e preparo para a instalação da geomembrana será exe por conta da Contratante. A Contratante também se compromete a disponibilizar, no local da ob retroescavadeira devidamente guarnecida de operador, para prestar suporte e realizar possíveis intervenções durante o ato da instalação.

2. Das Obrigações da Contratada: A atuação da empresa Contratada limitar-se-á à administr orientação técnica dos serviços de maquinário fornecidos pela Contratante durante o período da No entanto, é de responsabilidade direta e exclusiva da Contratada a execução da instalação da incluindo mão de obra, equipamentos, ferramentas, transporte, mobilização, soldagem da geomembrana, conexões, acessórios, testes de estanqueidade, EPIs e demais materiais e indispensáveis à perfeita execução do objeto, em conformidade com o Projeto Compleme Valas do Aterro Sanitário Municipal, especificações técnicas e legislação vigente.

3. Da Garantia: A empresa proponente deverá assegurar e declarar expressamente em su uma garantia mínima de 12 (doze) meses, com cobertura integral e solidária para a qu material fornecido e para o serviço de instalação prestado.

VALOR TOTAL GLOBAL	R$: 781.658,00 (setecentos e oitenta e um mil e seiscentos e cinquenta e oito reais)

RUDINEI CUNHA DOS SANTOS:91288401000

Assinado de forma digital por RUDINEI CUNHA DOS SANTOS:91288401000
Dados: 2026.08.12 09:04:12 -03'00'

ASSINATURA E CARIMBO DO RESPONSÁVEL

12.113.877/0001-78
AUTONOMY EMPREENDIMENTOS LTDA
R. Neocir Zilio, 65, RS 129, KM 109
Loteamento Nova Trichiana - CEP 99220-
DOIS LAJEADOS RS

Assinado por 1 pessoa: JESSICA FERNANDA MONTEIRO VAZ FERNANDES
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://pmdalipr.1doc.com.br/verificacao/7C48-4BDB-555E-1076 e informe o código 7C48-4BDB-555E-1076

RELATÓRIO DE COTAÇÃO

Objeto: Contratação de empresa especializada para fornecimento e instalação de geomembrana, sistema de drenagem de chorume e sistema de exaustão de gases para impermeabilização de nova vala do aterro sanitário municipal, conforme especificações técnicas constantes no Projeto Complementar das Valas do Aterro Sanitário Municipal.

Modalidade: Pregão Eletrônico

Fundamentação Legal: Art. 23 [1] da Lei nº 14.133/2021.

Metodologia de Pesquisa

A pesquisa de preços utilizou o(s) inciso(s) IV (Cotação Com Fornecedores — orçamentos de fornecedores) do art. 23, §1º, da Lei nº 14.133/2021. Para o inciso IV foram lidos orçamentos de fornecedores anexados à demanda. Expurgaram-se preços destoantes (IN SEGES/ME nº 65/2021, art. 6º, §4º) e o valor unitário de referência corresponde à média aritmética simples dos preços validados. Os incisos não utilizados foram suprimidos do mapa.

Jéssica Fernanda Monteiro Vaz Fernandes
Diretor do Depto de Compras e Licitação
Assinatura Digital conforme o Decreto Municipal nº 07/2026

Assinado por 1 pessoa: JESSICA FERNANDA MONTEIRO VAZ FERNANDES
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://palmitalpr.1doc.com.br/verificacao/7C48-4BDB-555E-1076 e informe o código 7C48-4BDB-555E-1076

#	Descrição do Produto	Inciso IV — Cotação Com Fornecedores			Média	Mediana
		JL SOLUÇÕES AMBIENTAIS — CNPJ 09.425.934/0001-40	FABIANA GÓES DA CUNHA DIAS SERVIÇOS — CNPJ 50.696.623/0001-19	AUTONOMY EMPREENDIMENTOS LTDA — CNPJ 12.113.877/0001-78		
01	GEOMEMBRANA 2 MM PARA VALA PRINCIPAL	R$ 55,00 em	R$ 60,00 em	R$ 80,00 em	R$ 65,00	R$ 60,00
02	GEOMEMBRANA PARA COBERTURA DA VALA PRINCIPAL 2MM	R$ 55,00 em	R$ 60,00 em	R$ 80,00 em	R$ 65,00	R$ 60,00
03	GEOMEMBRANA PARA VALAS DE RETENÇÃO DE CHORUME 2MM	R$ 55,00 em	R$ 60,00 em	R$ 80,00 em	R$ 65,00	R$ 60,00
04	COBERTURA DAS VALAS DE RETENÇÃO (GEOMEMBRANA 2MM)	R$ 55,00 em	R$ 20,00 em	R$ 80,00 em	R$ 51,67	R$ 55,00
05		R$ 50,00 em	R$ 10,00 em	R$ 138,00 em	R$ 66,00	R$ 50,00

	TUBO PERFURADO 200MM PARA EXAUSTÃO DE GASES (TUBO DE CONCRETO PERFURADO Ø 200 MM: TUBO CIRCULAR DE CONCRETO PERFURADO, DIÂMETRO NOMINAL DE 200 MM, DESTINADO À CAPTAÇÃO E CONDUÇÃO DE ÁGUAS DE INFILTRAÇÃO E GÁS.)					
06	TELA ALAMBRADO (TELA ARAME GALVANIZADO QUADRANGULAR/LOSANGULAR, FIO 2,11(14BWG) MALHA 8X8CM)	R$ 45,00 em	R$ 140,00 em	R$ 74,00 em	R$ 86,34	R$ 74,00
07	MANTA GEOTÊXTIL (BIDIN) PARA VALA DE DRENAGEM (GEOTÊXTIL NÃO TECIDO, 100% POLIPROPILENO, MASSA POR UNIDADE DE ÁREA DE APROXIMADAMENTE 300 G/M², DESTINADO À FILTRAÇÃO E SEPARAÇÃO, COM ELEVADA PERMEABILIDADE NORMAL AO PLANO, RESISTÊNCIA MECÂNICA COMPATÍVEL COM A INSTALAÇÃO E ABERTURA DE FILTRAÇÃO ADEQUADA AO SOLO LOCAL.)	R$ 12,00 em	R$ 10,00 em	R$ 20,00 em	R$ 14,00	R$ 12,00
08	TUBO PERFURADO 400MM PARA VALA DE DRENAGEM (TUBO DE CONCRETO PERFURADO Ø 400 MM: TUBO CIRCULAR DE CONCRETO PERFURADO, DIÂMETRO NOMINAL DE 400 MM, DESTINADO À CAPTAÇÃO E CONDUÇÃO DE ÁGUAS DE INFILTRAÇÃO, INSTALADO SOBRE CAMADA DE MATERIAL DRENANTE E ENVOLVIDO COM MANTA GEOTÊXTIL NÃO TECIDO TIPO BIDIM.)	R$ 130,00 em	R$ 35,00 em	R$ 270,00 em	R$ 145,00	R$ 130,00
09		R$ 38.000,00 em	R$ 250.000,00 em	R$ 45.000,00 em		

	SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS DE INSTALAÇÃO E APLICAÇÃO DE GEOMEMBRANA SOB REGIME DE EMPREITADA, ENGLOBANDO:A) INSTALAÇÃO, ESTIRAMENTO, ANCORAGEM E SOLDAGEM DE TODAS AS MANTAS DE GEOMEMBRANA (VALA PRINCIPAL E VALAS DE RETENÇÃO), BEM COMO TUBULAÇÕES DE EXAUSTÃO E DE DRENAGEM CONFORME PROJETO;B) EXECUÇÃO DE TESTES DE ESTANQUEIDADE E CONTROLE DE QUALIDADE NAS SOLDAS DA GEOMEMBRANA E NAS TUBULAÇÕES;C) ASSENTAMENTO DA MANTA GEOTÊXTIL (BIDIM) E INSTALAÇÃO DOS TUBOS PERFURADOS DE 400MM (VALA DE DRENAGEM) E 200MM (EXAUSTÃO DE GASES), INCLUINDO A FIXAÇÃO DA TELA ALAMBRADO;D) FORNECIMENTO DE TODA A MÃO DE OBRA QUALIFICADA, SUPERVISÃO TÉCNICA, EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL (EPIS) E COLETIVA (EPCS);E) MOBILIZAÇÃO, DESMOBILIZAÇÃO E FORNECIMENTO DE TODAS AS FERRAMENTAS, GERADORES ELÉTRICOS E EQUIPAMENTOS ACESSÓRIOS NECESSÁRIOS PARA A PERFEITA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS, RIGOROSAMENTE DE ACORDO COM AS NORMAS VIGENTES.				R$ 111.000,00	R$ 45.000,00
Total R$ 689.170,10 (seiscentos e oitenta e nove mil e cento e setenta reais e dez centavos)						

RESULTADO

Item	Descrição do Produto	Und	Qnt.	Valor Uni.	Valor Total
01	GEOMEMBRANA 2 MM PARA VALA PRINCIPAL	M²	3483.1	R$ 65,00	R$ 226.401,50
02	GEOMEMBRANA PARA COBERTURA DA VALA PRINCIPAL 2MM	M²	2366	R$ 65,00	R$ 153.790,00
03	GEOMEMBRANA PARA VALAS DE RETENÇÃO DE CHORUME 2MM	M²	1800	R$ 65,00	R$ 117.000,00
04	COBERTURA DAS VALAS DE RETENÇÃO (GEOMEMBRANA 2MM)	M²	1000	R$ 51,67	R$ 51.670,00
05	TUBO PERFURADO 200MM PARA EXAUSTÃO DE GASES (TUBO DE CONCRETO PERFURADO Ø 200 MM: TUBO CIRCULAR DE CONCRETO PERFURADO, DIÂMETRO NOMINAL DE 200 MM, DESTINADO À CAPTAÇÃO E CONDUÇÃO DE ÁGUAS DE INFILTRAÇÃO E GÁS.)	Metro	20	R$ 66,00	R$ 1.320,00
06	TELA ALAMBRADO (TELA ARAME GALVANIZADO QUADRANGULAR/LOSANGULAR, FIO 2,11(14BWG) MALHA 8X8CM)	M²	40	R$ 86,34	R$ 3.453,60
07	MANTA GEOTÊXTIL (BIDIN) PARA VALA DE DRENAGEM (GEOTÊXTIL NÃO TECIDO, 100% POLIPROPILENO, MASSA POR UNIDADE DE ÁREA DE APROXIMADAMENTE 300 G/M², DESTINADO À FILTRAÇÃO E SEPARAÇÃO, COM ELEVADA PERMEABILIDADE NORMAL AO PLANO, RESISTÊNCIA MECÂNICA COMPATÍVEL COM A INSTALAÇÃO E ABERTURA DE FILTRAÇÃO ADEQUADA AO SOLO LOCAL.)	M²	1100	R$ 14,00	R$ 15.400,00
08	TUBO PERFURADO 400MM PARA VALA DE DRENAGEM (TUBO DE CONCRETO PERFURADO Ø 400 MM: TUBO CIRCULAR DE CONCRETO PERFURADO, DIÂMETRO NOMINAL DE 400 MM, DESTINADO À CAPTAÇÃO E CONDUÇÃO DE ÁGUAS DE INFILTRAÇÃO, INSTALADO SOBRE CAMADA DE MATERIAL DRENANTE E ENVOLVIDO COM MANTA GEOTÊXTIL NÃO TECIDO TIPO BIDIM.)	Metro	63	R$ 145,00	R$ 9.135,00
09	SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS DE INSTALAÇÃO E APLICAÇÃO DE GEOMEMBRANA SOB REGIME DE EMPREITADA, ENGLOBANDO:A) INSTALAÇÃO, ESTIRAMENTO, ANCORAGEM E SOLDAGEM DE TODAS AS MANTAS DE GEOMEMBRANA (VALA PRINCIPAL E VALAS DE RETENÇÃO), BEM COMO TUBULAÇÕES DE EXAUSTÃO E DE DRENAGEM CONFORME PROJETO;B) EXECUÇÃO DE TESTES DE ESTANQUEIDADE E CONTROLE DE QUALIDADE NAS SOLDAS DA GEOMEMBRANA E NAS TUBULAÇÕES;C) ASSENTAMENTO DA MANTA GEOTÊXTIL (BIDIM) E INSTALAÇÃO DOS TUBOS PERFURADOS DE 400MM (VALA DE DRENAGEM) E 200MM (EXAUSTÃO DE GASES), INCLUINDO A FIXAÇÃO DA TELA ALAMBRADO;D) FORNECIMENTO DE TODA A MÃO DE OBRA QUALIFICADA, SUPERVISÃO TÉCNICA, EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL (EPIS) E COLETIVA (EPCS);E) MOBILIZAÇÃO, DESMOBILIZAÇÃO E	SERVIÇO	1	R$ 111.000,00	R$ 111.000,00

Assinado por 1 pessoa: JESSICA FERNANDA MONTEIRO VAZ FERNANDES
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://palmitalpr.1doc.com.br/verificacao/7C48-4BDB-555E-1076 e informe o código 7C48-4BDB-555E-1076

	FORNECIMENTO DE TODAS AS FERRAMENTAS, GERADORES ELÉTRICOS E EQUIPAMENTOS ACESSÓRIOS NECESSÁRIOS PARA A PERFEITA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS, RIGOROSAMENTE DE ACORDO COM AS NORMAS VIGENTES.				
TOTAL: R$ 689.170,10 (seiscentos e oitenta e nove mil e cento e setenta reais e dez centavos)					

[1] Art. 23. O valor previamente estimado da contratação deverá ser compatível com os valores praticados pelo mercado, considerados os preços constantes de bancos de dados públicos e as quantidades a serem contratadas, observadas a potencial economia de escala e as peculiaridades do local de execução do objeto.
§ 1º No processo licitatório para aquisição de bens e contratação de serviços em geral, conforme regulamento, o valor estimado será definido com base no melhor preço aferido por meio da utilização dos seguintes parâmetros, adotados de forma combinada ou não:
I - composição de custos unitários menores ou iguais à mediana do item correspondente no painel para consulta de preços ou no banco de preços em saúde disponíveis no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP);
II - contratações similares feitas pela Administração Pública, em execução ou concluídas no período de 1 (um) ano anterior à data da pesquisa de preços, inclusive mediante sistema de registro de preços, observado o índice de atualização de preços correspondente;
III - utilização de dados de pesquisa publicada em mídia especializada, de tabela de referência formalmente aprovada pelo Poder Executivo federal e de sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo, desde que contenham a data e hora de acesso;
IV - pesquisa direta com no mínimo 3 (três) fornecedores, mediante solicitação formal de cotação, desde que seja apresentada justificativa da escolha desses fornecedores e que não tenham sido obtidos os orçamentos com mais de 6 (seis) meses de antecedência da data de divulgação do edital;
V - pesquisa na base nacional de notas fiscais eletrônicas, na forma de regulamento

Assinado por 1 pessoa: JESSICA FERNANDA MONTEIRO VAZ FERNANDES
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://palmitalpr.1doc.com.br/verificacao/7C48-4BDB-555E-1076 e informe o código 7C48-4BDB-555E-1076

VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS

Código para verificação: 7C48-4BDB-555E-1076

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

JESSICA FERNANDA MONTEIRO VAZ FERNANDES (CPF 080.XXX.XXX-13) em 19/08/2026 14:15:44 GMT-03:00
Papel: Parte
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

https://palmitalpr.1doc.com.br/verificacao/7C48-4BDB-555E-1076

Proc. Administrativo 13- 020/2026

De: Jessica F. - COT

Para: SMF-DEP-CONT - SMF - Departamento de Contabilidade

Data: 19/08/2026 às 14:17:41

Setores envolvidos:

GAB-PREF, SMA-Comp.Lic, SMF-DEP-CONT, SMMAS, COT

Fornecimento e instalação de geomembrana, drenagem e sistema de exaustão de gases para nova vala do aterro sanitário municipal

Segue solicitação n°148/2026 - SMMAS.

_

Jessica Fernanda Monteiro Vaz Fernandes
DIRETORA DO DEPTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

Anexos:
Solicitacao_148.pdf

Assinado por 2 pessoas: JESSICA FERNANDA MONTEIRO VAZ FERNANDES e ROSILDA GOMES DA SILVA
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://palmitalpr.1doc.com.br/verificacao/2B1E-27A7-6601-0EAD e informe o código 2B1E-27A7-6601-0EAD

Município de Palmital
Solicitação 148/2026

Solicitação

Número	*Tipo*	*Emitido em*	*Quantidade de itens*
148	**Aquisição de Material**	17/07/2026	9

Solicitante

Código	*Nome*
2980-7	ROSILDA GOMES DA SILVA

Processo Gerado

Número: 0/2026

Local

38 Gabinete do Secretário de Meio Ambiente e Saneamento

Órgão

12 SECRETARIA MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE E SANEAMENTO

Forma de pagamento

Descrição	*Tipo*
MEDIANTE EMISSÃO DE NOTA FISCAL	Depósito bancário

Entrega

Local	*Prazo*
MUNICIPIO DE PALMITAL-PR	Dias

Descrição:

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA O FORNECIMENTO DE MATERIAIS, EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS E INSTALAÇÃO COMPLETA DO SISTEMA DE IMPERMEABILIZAÇÃO DA NOVA VALA DO ATERRO SANITÁRIO MUNICIPAL, COMPREENDENDO GEOMEMBRANA EM PEAD, SISTEMA DE DRENAGEM DE CHORUME, SISTEMA DE EXAUSTÃO DE GASES E DEMAIS COMPONENTES, MATERIAIS, EQUIPAMENTOS E SERVIÇOS NECESSÁRIOS À PERFEITA EXECUÇÃO DO OBJETO, EM CONFORMIDADE COM O PROJETO COMPLEMENTAR DAS VALAS DO ATERRO SANITÁRIO MUNICIPAL, ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS, NORMAS DA ABNT E LEGISLAÇÃO AMBIENTAL VIGENTE.

Lote

001 Lote 001

Código	Nome	Unidade	Quantidade	Unitário	Valor
040045	COBERTURA DAS VALAS DE RETENÇÃO (GEOMEMBRANA 2MM)	MT	1.000,00	51,67	51.670,00
040042	GEOMEMBRANA 2 MM PARA VALA PRINCIPAL	M²	3.483,10	65,00	226.401,50
040043	GEOMEMBRANA PARA COBERTURA DA VALA PRINCIPAL 2MM	M²	2.366,00	65,00	153.790,00
040044	GEOMEMBRANA PARA VALAS DE RETENÇÃO DE CHORUME 2MM	M²	1.800,00	65,00	117.000,00
040048	MANTA GEOTÊXTIL (BIDIN) PARA VALA DE DRENAGEM (GEOTÊXTIL NÃO TECIDO, 100% POLIPROPILENO, MASSA POR UNIDADE DE ÁREA DE APROXIMADAMENTE 300 G/M², DESTINADO À FILTRAÇÃO E SEPARAÇÃO, COM ELEVADA PERMEABILIDADE NORMAL AO PLANO, RESISTÊNCIA MECÂNICA COMPATÍVEL COM A INSTALAÇÃO E ABERTURA DE FILTRAÇÃO ADEQUADA AO SOLO LOCAL.)	M²	1.100,00	14,00	15.400,00
040050	SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS DE INSTALAÇÃO E APLICAÇÃO DE GEOMEMBRANA SOB REGIME DE EMPREITADA, ENGLOBANDO: A) INSTALAÇÃO, ESTIRAMENTO, ANCORAGEM E SOLDAGEM DE TODAS AS MANTAS DE GEOMEMBRANA (VALA PRINCIPAL E VALAS DE RETENÇÃO), BEM COMO TUBULAÇÕES DE EXAUSTÃO E DE DRENAGEM CONFORME PROJETO; B) EXECUÇÃO DE TESTES DE ESTANQUEIDADE E CONTROLE DE QUALIDADE NAS SOLDAS DA GEOMEMBRANA E NAS TUBULAÇÕES; C) ASSENTAMENTO DA MANTA GEOTÊXTIL (BIDIM) E INSTALAÇÃO DOS TUBOS PERFURADOS DE 400MM (VALA DE DRENAGEM) E 200MM (EXAUSTÃO DE GASES), INCLUINDO A FIXAÇÃO DA TELA ALAMBRADO; D) FORNECIMENTO DE TODA A MÃO DE OBRA QUALIFICADA, SUPERVISÃO TÉCNICA, EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL (EPIS) E COLETIVA (EPCS); E) MOBILIZAÇÃO, DESMOBILIZAÇÃO E FORNECIMENTO DE TODAS AS FERRAMENTAS, GERADORES ELÉTRICOS E EQUIPAMENTOS ACESSÓRIOS NECESSÁRIOS PARA A PERFEITA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS, RIGOROSAMENTE DE ACORDO COM AS NORMAS VIGENTES.	UND	1,00	111.000,00	111.000,00
040047	TELA ALAMBRADO (TELA ARAME GALVANIZADO QUADRANGULAR/LOSANGULAR, FIO 2,11(14BWG) MALHA 8X8CM)	M²	40,00	86,34	3.453,60
040046	TUBO PERFURADO 200MM PARA EXAUSTÃO DE GASES (TUBO DE CONCRETO PERFURADO Ø 200 MM: TUBO CIRCULAR DE CONCRETO PERFURADO, DIÂMETRO NOMINAL DE 200 MM, DESTINADO À CAPTAÇÃO E CONDUÇÃO DE ÁGUAS DE INFILTRAÇÃO E GÁS.)	MT	20,00	66,00	1.320,00
040049	TUBO PERFURADO 400MM PARA VALA DE DRENAGEM (TUBO DE CONCRETO PERFURADO Ø 400 MM: TUBO CIRCULAR DE CONCRETO PERFURADO, DIÂMETRO NOMINAL DE 400 MM, DESTINADO À CAPTAÇÃO E CONDUÇÃO DE ÁGUAS DE INFILTRAÇÃO, INSTALADO SOBRE CAMADA DE MATERIAL DRENANTE E ENVOLVIDO COM MANTA GEOTÊXTIL NÃO TECIDO TIPO BIDIM.)	MT	63,00	145,00	9.135,00
				TOTAL	**689.170,10**

Assinado por 2 pessoas: JESSICA FERNANDA MONTEIRO VAZ FERNANDES e ROSILDA GOMES DA SILVA
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://palmitalpr.1doc.com.br/verificacao/2B1E-27A7-6601-0EAD e informe o código 2B1E-27A7-6601-0EAD

TOTAL GERAL	**689.170,10**

ROSILDA GOMES DA SILVA
Solicit ant e

Assinado por 2 pessoas: JESSICA FERNANDA MONTEIRO VAZ FERNANDES e ROSILDA GOMES DA SILVA
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://palmitalpr.1doc.com.br/verificacao/2B1E-27A7-6601-0EAD e informe o código 2B1E-27A7-6601-0EAD

VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS

Código para verificação: 2B1E-27A7-6601-0EAD

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

- JESSICA FERNANDA MONTEIRO VAZ FERNANDES (CPF 080.XXX.XXX-13) em 19/08/2026 14:30:41 GMT-03:00
  Papel: Parte
  Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

- ROSILDA GOMES DA SILVA (CPF 599.XXX.XXX-72) em 19/08/2026 15:23:42 GMT-03:00
  Papel: Parte
  Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

https://palmitalpr.1doc.com.br/verificacao/2B1E-27A7-6601-0EAD

Proc. Administrativo 14- 020/2026

De: Maria S. - SMF-DEP-CONT

Para: SMMAS - SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE E SANEAMENTO

Data: 21/08/2026 às 15:09:14

Segue em anexo - Solicitação 148/2026.

_

Maria Daiane Oliveira Silva
Contabilidade

Anexos:

Solicitacao_148_2026.pdf

Assinado digitalmente (anexos) por:

Assinante	Data	Assinatura	
Maria Daiane Oliveira Silv...	21/08/2026 15:10:01	1Doc	MARIA DAIANE OLIVEIRA SILVA CPF 038.XXX.XXX-...

Para verificar as assinaturas, acesse **https://palmitalpr.1doc.com.br/verificacao/** e informe o código: **7450-7FC4-5BBB-AB56**

Município de Palmital

Solicitação 148/2026

Indicação de Recursos Orçamentários

Solicitação

Número	Tipo	Emitido em	Quantidade de itens
148	**Aquisição de Material**	17/07/2026	9

Solicitante

Código	Nome
2980-7	ROSILDA GOMES DA SILVA

Processo Gerado

Número: 0/2026

Local

38 Gabinete do Secretário de Meio Ambiente e Saneamento

Órgão

12 SECRETARIA MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE E SANEAMENTO

Forma de pagamento

Descrição	Tipo
MEDIANTE EMISSÃO DE NOTA FISCAL	Depósito bancário

Entrega

Local	Prazo
MUNICIPIO DE PALMITAL-PR	Dias

Descrição:

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA O FORNECIMENTO DE MATERIAIS, EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS E INSTALAÇÃO COMPLETA DO SISTEMA DE IMPERMEABILIZAÇÃO DA NOVA VALA DO ATERRO SANITÁRIO MUNICIPAL, COMPREENDENDO GEOMEMBRANA EM PEAD, SISTEMA DE DRENAGEM DE CHORUME, SISTEMA DE EXAUSTÃO DE GASES E DEMAIS COMPONENTES, MATERIAIS, EQUIPAMENTOS E SERVIÇOS NECESSÁRIOS À PERFEITA EXECUÇÃO DO OBJETO, EM CONFORMIDADE COM O PROJETO COMPLEMENTAR DAS VALAS DO ATERRO SANITÁRIO MUNICIPAL, ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS, NORMAS DA ABNT E LEGISLAÇÃO AMBIENTAL VIGENTE.

Lote

001 Lote 001

Código	Nome	Unidade	Quantidade	Unitário	Valor
	12 SECRETARIA MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE E SANEAMENTO 002 Departamento de Meio Ambiente e Saneamento 18.541.1801-2091 Manutenção da Politica Municipal de Resíduos Sólidos 3.3.90.30.00.00 MATERIAL DE CONSUMO				
	3.3.90.30.24.00 MATERIAL PARA MANUTENÇÃO DE BENS IMÓVEIS **05460** 00000 Recursos Ordinários (Liv res)				Do Exercício
040042	GEOMEMBRANA 2 MM PARA VALA PRINCIPAL	M²	3.483,10	65,00	226.401,50 *
040043	GEOMEMBRANA PARA COBERTURA DA VALA PRINCIPAL 2MM	M²	2.366,00	65,00	153.790,00 *
040044	GEOMEMBRANA PARA VALAS DE RETENÇÃO DE CHORUME 2MM	M²	1.800,00	65,00	117.000,00 *
040045	COBERTURA DAS VALAS DE RETENÇÃO (GEOMEMBRANA 2MM)	MT	1.000,00	51,67	51.670,00 *
040046	TUBO PERFURADO 200MM PARA EXAUSTÃO DE GASES (TUBO DE CONCRETO PERFURADO Ø 200 MM: TUBO CIRCULAR DE CONCRETO PERFURADO, DIÂMETRO NOMINAL DE 200 MM, DESTINADO À CAPTAÇÃO E CONDUÇÃO DE ÁGUAS DE INFILTRAÇÃO E GÁS.)	MT	20,00	66,00	1.320,00 *
040047	TELA ALAMBRADO (TELA ARAME GALVANIZADO QUADRANGULAR/LOSANGULAR, FIO 2,11(14BWG) MALHA 8X8CM)	M²	40,00	86,34	3.453,60 *
040048	MANTA GEOTÊXTIL (BIDIN) PARA VALA DE DRENAGEM (GEOTÊXTIL NÃO TECIDO, 100% POLIPROPILENO, MASSA POR UNIDADE DE ÁREA DE APROXIMADAMENTE 300 G/M², DESTINADO À FILTRAÇÃO E SEPARAÇÃO, COM ELEVADA PERMEABILIDADE NORMAL AO PLANO, RESISTÊNCIA MECÂNICA COMPATÍVEL COM A INSTALAÇÃO E ABERTURA DE FILTRAÇÃO ADEQUADA AO SOLO LOCAL.)	M²	1.100,00	14,00	15.400,00 *
040049	TUBO PERFURADO 400MM PARA VALA DE DRENAGEM (TUBO DE CONCRETO PERFURADO Ø 400 MM: TUBO CIRCULAR DE CONCRETO PERFURADO, DIÂMETRO NOMINAL DE 400 MM, DESTINADO À CAPTAÇÃO E CONDUÇÃO DE ÁGUAS DE INFILTRAÇÃO, INSTALADO SOBRE CAMADA DE MATERIAL DRENANTE E ENVOLVIDO COM MANTA GEOTÊXTIL NÃO TECIDO TIPO BIDIM.)	MT	63,00	145,00	9.135,00 *
	3.3.90.39.05.00 SERVIÇOS TÉCNICOS PROFISSIONAIS **05490** 00000 Recursos Ordinários (Liv res)				Do Exercício
040050	SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS DE INSTALAÇÃO E APLICAÇÃO DE GEOMEMBRANA SOB REGIME DE EMPREITADA, ENGLOBANDO: A) INSTALAÇÃO, ESTIRAMENTO, ANCORAGEM E SOLDAGEM DE TODAS AS MANTAS DE GEOMEMBRANA (VALA PRINCIPAL E VALAS DE RETENÇÃO), BEM COMO TUBULAÇÕES DE EXAUSTÃO E DE DRENAGEM CONFORME PROJETO; B) EXECUÇÃO DE TESTES DE ESTANQUEIDADE E CONTROLE DE QUALIDADE NAS SOLDAS DA GEOMEMBRANA E NAS TUBULAÇÕES; C) ASSENTAMENTO DA MANTA GEOTÊXTIL (BIDIM) E INSTALAÇÃO DOS TUBOS	UND	1,00	111.000,00	111.000,00 *

Assinado por 1 pessoa: MARIA DAIANE OLIVEIRA SILVA
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://palmitalpr.1doc.com.br/verificacao/7450-7FC4-5BBB-AB56 e informe o código 7450-7FC4-5BBB-AB56

PERFURADOS DE 400MM (VALA DE DRENAGEM) E 200MM (EXAUSTÃO DE GASES), INCLUINDO A FIXAÇÃO DA TELA ALAMBRADO;
D) FORNECIMENTO DE TODA A MÃO DE OBRA QUALIFICADA, SUPERVISÃO TÉCNICA, EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL (EPIS) E COLETIVA (EPCS);
E) MOBILIZAÇÃO, DESMOBILIZAÇÃO E FORNECIMENTO DE TODAS AS FERRAMENTAS, GERADORES ELÉTRICOS E EQUIPAMENTOS ACESSÓRIOS NECESSÁRIOS PARA A PERFEITA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS, RIGOROSAMENTE DE ACORDO COM AS NORMAS VIGENTES.

Total da dotação	**689.170,10**
TOTAL	**689.170,10**
TOTAL GERAL	**689.170,10**

Subtotal por fonte de recurso e conta de despesa

12.002.18.541.1801.2091	689.170,10
Cod 05460 Fonte 00000 G.Fonte E	578.170,10
Cod 05490 Fonte 00000 G.Fonte E	111.000,00

ROSILDA GOMES DA SILVA
Secrétaria Municipal de Meio Ambiente e Saneamento

*** Esta diferença de valores é justificada pelo valor residual decorrente do rateio**

Assinado por 1 pessoa: MARIA DAIANE OLIVEIRA SILVA
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://palmitalpr.1doc.com.br/verificacao/7450-7FC4-5BBB-AB56 e informe o código 7450-7FC4-5BBB-AB56

VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS

Código para verificação: 7450-7FC4-5BBB-AB56

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

MARIA DAIANE OLIVEIRA SILVA (CPF 038.XXX.XXX-95) em 21/08/2026 15:09:59 GMT-03:00
Papel: Parte
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

https://palmitalpr.1doc.com.br/verificacao/7450-7FC4-5BBB-AB56

Proc. Administrativo 15- 020/2026

De: Luiz S. - SMMAS

Para: SMMAS - SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE E SANEAMENTO

Data: 26/08/2026 às 15:32:13

Setores envolvidos:

GAB-PREF, SMA-Comp.Lic, SMF-DEP-CONT, SMMAS, COT

Fornecimento e instalação de geomembrana, drenagem e sistema de exaustão de gases para nova vala do aterro sanitário municipal

anexo ETP

_

Luiz Fernando Santiago
ADMINISTRATIVO

Anexos:
ETP_Impermeabilizacao_Vala_Aterro_Palmital_2026.pdf

Assinado por 1 pessoa: ROSILDA GOMES DA SILVA
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://palmitalpr.1doc.com.br/verificacao/5B1F-B117-226B-FD00 e informe o código 5B1F-B117-226B-FD00

Estudo Técnico Preliminar

1. INFORMAÇÕES BÁSICAS

Órgão: MUNICÍPIO DE PALMITAL (75.680.025/0001-82)

Área Requisitante: SECRETARIA MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE E SANEAMENTO.

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA O FORNECIMENTO DE MATERIAIS, EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS E INSTALAÇÃO COMPLETA DO SISTEMA DE IMPERMEABILIZAÇÃO DA NOVA VALA DO ATERRO SANITÁRIO MUNICIPAL, COMPREENDENDO GEOMEMBRANA EM PEAD, SISTEMA DE DRENAGEM DE CHORUME, SISTEMA DE EXAUSTÃO DE GASES E DEMAIS COMPONENTES, MATERIAIS, EQUIPAMENTOS E SERVIÇOS NECESSÁRIOS À PERFEITA EXECUÇÃO DO OBJETO, EM CONFORMIDADE COM O PROJETO COMPLEMENTAR DAS VALAS DO ATERRO SANITÁRIO MUNICIPAL, ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS, NORMAS DA ABNT E LEGISLAÇÃO AMBIENTAL VIGENTE.

2. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

A presente contratação tem como objetivo viabilizar a implantação da nova vala destinada à disposição final ambientalmente adequada dos resíduos sólidos urbanos no Aterro Sanitário Municipal de Palmital, assegurando a continuidade do serviço público de manejo de resíduos sólidos. A necessidade decorre da indispensabilidade de executar o sistema completo de impermeabilização da vala, incluindo geomembrana em polietileno de alta densidade (PEAD), com espessura de 2,00 mm, sistema de drenagem de chorume, sistema de exaustão de gases e estruturas complementares previstas no Projeto Complementar das Valas do Aterro Sanitário Municipal. Esses componentes são essenciais para impedir a infiltração de líquidos percolados no solo e nas águas subterrâneas, controlar os gases gerados pela decomposição dos resíduos e garantir segurança, estabilidade e eficiência operacional ao empreendimento. Considerando que o Município não dispõe dos materiais, equipamentos específicos nem de equipe técnica habilitada para executar a instalação, o estiramento, a ancoragem, a soldagem e os respectivos testes de estanqueidade, torna-se necessária a contratação de empresa especializada. A solução permitirá a operação regular da nova vala, reduzirá os riscos de contaminação ambiental e assegurará o atendimento às especificações do projeto, às normas técnicas da ABNT, à legislação ambiental vigente e às diretrizes estabelecidas pela Lei Federal nº 12.305/2010 e pela Lei Federal nº 14.133/2021.

3. PREVISÃO DA CONTRATAÇÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL

A presente demanda não se encontra detalhada no Plano de Contratações Anual (PCA) do exercício de 2026, em virtude de o referido instrumento ainda não ter sido integralmente elaborado e publicado pela Administração Municipal. Contudo, a contratação está alinhada ao planejamento estratégico e operacional do Município, pois visa assegurar a continuidade do serviço público de manejo e disposição final ambientalmente adequada dos resíduos sólidos urbanos, bem como o atendimento às obrigações técnicas e ambientais relacionadas ao funcionamento do Aterro Sanitário Municipal. Ressalta-se que a solução está contemplada no planejamento orçamentário da Secretaria Municipal do

Assinado por 1 pessoa: ROSILDA GOMES DA SILVA
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://palmitalpr.1doc.com.br/verificacao/5B1F-B117-226B-FD00 e informe o código 5B1F-B117-226B-FD00

Meio Ambiente e Saneamento, conforme a Solicitação nº 148/2026, vinculada à dotação destinada à manutenção da Política Municipal de Resíduos Sólidos. Dessa forma, embora não conste formalmente no PCA, a contratação possui previsão financeira e demonstra compatibilidade com as necessidades administrativas e ambientais do Município para o exercício de 2026.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

A contratação caracteriza-se como serviço comum de engenharia, com fornecimento de materiais, uma vez que seus padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos por meio do Projeto Complementar das Valas do Aterro Sanitário Municipal, das especificações técnicas e das normas aplicáveis. A execução deverá compreender o fornecimento, transporte, instalação, estiramento, ancoragem e soldagem da geomembrana em polietileno de alta densidade (PEAD), com espessura de 2,00 mm, bem como a implantação dos sistemas de drenagem de chorume, exaustão de gases e demais componentes indispensáveis ao funcionamento da nova vala.

A geomembrana deverá ser nova, homogênea, isenta de perfurações, rasgos, bolhas, trincas, deformações ou quaisquer defeitos que comprometam sua resistência, durabilidade ou estanqueidade. O material fornecido deverá possuir características técnicas compatíveis com o projeto, resistência química e mecânica adequada à disposição de resíduos sólidos urbanos e documentação que permita comprovar sua origem, qualidade e conformidade.

A empresa contratada deverá fornecer mão de obra qualificada, supervisão técnica, ferramentas, máquinas de soldagem, geradores elétricos, equipamentos de proteção individual e coletiva e todos os materiais e acessórios necessários à perfeita execução do objeto. Deverá, ainda, realizar os testes de estanqueidade e o controle de qualidade das soldas, corrigindo, sem ônus adicional para o Município, qualquer falha identificada antes do recebimento definitivo.

A execução deverá ser acompanhada por profissional legalmente habilitado, com emissão da respectiva Anotação de Responsabilidade Técnica - ART, observando-se o Projeto Complementar das Valas do Aterro Sanitário Municipal, as normas técnicas da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, as exigências dos órgãos ambientais e a legislação vigente. A contratada deverá comprovar capacidade técnica compatível com a instalação e soldagem de geomembrana em PEAD, sem a imposição de exigências excessivas ou desproporcionais que restrinjam injustificadamente a competitividade.

Efetuar a entrega e a execução do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, quantitativos, prazos e local estabelecidos no edital e seus anexos, acompanhadas da respectiva nota fiscal, certificados de qualidade dos materiais, relatórios dos testes realizados, ART e demais documentos técnicos exigidos. No que se refere às especificações dos materiais e serviços descritos, informa-se que não será utilizado catálogo eletrônico de padronização, ante a inexistência de item que contemple integralmente as particularidades do sistema projetado para o Aterro Sanitário Municipal.

Nessa esteira, convém explicar que a não utilização do catálogo eletrônico não fere o princípio da padronização, previsto no inciso I do art. 47 da Lei nº 14.133/2021, uma vez que há

Assinado por 1 pessoa: ROSILDA GOMES DA SILVA
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://palmitalpr.1doc.com.br/verificacao/5B1F-B117-226B-FD00 e informe o código 5B1F-B117-226B-FD00

discricionariedade da Administração Pública para utilizá-lo como padrão referencial para a especificação dos produtos e serviços, conforme preceitua o § 1º, inciso I, do art. 40 da Lei nº 14.133/2021:

> Art. 40. O planejamento de compras deverá considerar a expectativa de consumo anual e observar o seguinte: § 1º O termo de referência deverá conter os elementos previstos no inciso XXIII do caput do art. 6º desta Lei, além das seguintes informações: I - especificação do produto, preferencialmente conforme catálogo eletrônico de padronização, observados os requisitos de qualidade, rendimento, compatibilidade, durabilidade e segurança.

Os materiais deverão ser entregues em perfeito estado, devidamente acondicionados e identificados, sem indícios de violação, deterioração ou armazenamento inadequado. A contratada deverá garantir a qualidade dos materiais fornecidos e dos serviços executados, responsabilizando-se pela reparação ou substituição de qualquer componente que apresente defeito, desconformidade ou falha de instalação durante o período de garantia estabelecido no Termo de Referência.

A contratada também deverá manter, durante toda a execução, as condições de habilitação e qualificação exigidas, cumprir as normas de segurança do trabalho e ambientais e promover a destinação adequada das sobras, embalagens, recortes e demais resíduos gerados pela instalação.

5. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES PARA A CONTRATAÇÃO

As quantidades a serem contratadas foram definidas com base no Projeto Complementar das Valas do Aterro Sanitário Municipal, nas dimensões das estruturas projetadas e nos componentes necessários à implantação integral dos sistemas de impermeabilização, drenagem de chorume e exaustão de gases. A estimativa contempla as áreas da vala principal e das valas de retenção, incluindo as respectivas coberturas, sobras técnicas previstas no projeto e materiais complementares indispensáveis à execução.

A quantidade total de geomembrana em PEAD, com espessura de 2,00 mm, corresponde a 8.649,10 m², resultante da soma de 3.483,10 m² destinados à impermeabilização da vala principal, 2.366,00 m² para sua cobertura, 1.800,00 m² para as duas valas de retenção de chorume e 1.000,00 m² para a cobertura dessas valas. Os demais quantitativos foram dimensionados de acordo com as extensões e características técnicas dos sistemas previstos, conforme demonstrado a seguir:

Item	Descrição	Unidade	Quantidade
01	Geomembrana em PEAD, espessura de 2,00 mm, para impermeabilização da vala principal	m²	3.483,10
02	Geomembrana em PEAD, espessura de 2,00 mm, para cobertura da vala principal	m²	2.366,00
03	Geomembrana em PEAD, espessura de 2,00 mm, para impermeabilização das valas de retenção de chorume	m²	1.800,00

Assinado por 1 pessoa: ROSILDA GOMES DA SILVA
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://palmitalpr.1doc.com.br/verificacao/5B1F-B117-226B-FD00 e informe o código 5B1F-B117-226B-FD00

Item	Descrição	Unidade	Quantidade
04	Geomembrana em PEAD, espessura de 2,00 mm, para cobertura das valas de retenção de chorume	m²	1.000,00
05	Tubo perfurado em PEAD, Ø 200 mm, destinado ao sistema de exaustão de gases	m	20,00
06	Tela de arame galvanizado, malha quadrangular ou losangular, fio 2,11 mm (14 BWG), malha 8 x 8 cm, ou tecnicamente equivalente	m²	40,00
07	Manta geotêxtil não tecida, 100% polipropileno, massa aproximada de 300 g/m², destinada à vala de drenagem	m²	1.100,00
08	Tubo circular de concreto perfurado, diâmetro nominal de 400 mm, destinado ao sistema de drenagem de chorume	m	63,00
09	Serviços técnicos especializados para instalação completa do sistema, incluindo mão de obra, supervisão técnica, equipamentos, ferramentas, mobilização, soldagem, ancoragem, testes de estanqueidade, EPIs, EPCs e demais recursos necessários	serviço	1,00

Os quantitativos foram consolidados de forma conjunta, considerando que os materiais e os serviços compõem um único sistema funcional. Eventual redução ou execução isolada de qualquer componente poderá comprometer a estanqueidade, a drenagem, a exaustão de gases e a segurança operacional da nova vala.

6. LEVANTAMENTO DE MERCADO

Análise das alternativas possíveis:

No processo de planejamento, foram consideradas as seguintes alternativas para implantação do sistema de impermeabilização, drenagem de chorume e exaustão de gases da nova vala do Aterro Sanitário Municipal:

Execução direta pelo Município: Esta alternativa exigiria a aquisição separada dos materiais, a disponibilização de equipe técnica especializada, máquinas próprias para soldagem da geomembrana, equipamentos para realização dos testes de estanqueidade e profissional habilitado para supervisionar os serviços. O Município não dispõe dessa estrutura técnica e operacional, tornando a execução direta inviável e sujeita a riscos de falhas na instalação.

Aquisição dos materiais e contratação separada dos serviços: Nesta alternativa, o Município adquiriria os materiais de diferentes fornecedores e realizaria outra contratação para instalação. Embora possa ampliar pontualmente a concorrência, essa divisão aumenta os riscos de incompatibilidade entre materiais e métodos de instalação, atrasos, dificuldades de coordenação e indefinição de responsabilidade em caso de falhas, defeitos nas soldas ou problemas de estanqueidade.

Assinado por 1 pessoa: ROSILDA GOMES DA SILVA
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://palmitalpr.1doc.com.br/verificacao/5B1F-B117-226B-FD00 e informe o código 5B1F-B117-226B-FD00

Adesão a ata de registro de preços: Foram consideradas eventuais atas destinadas ao fornecimento de geomembranas e componentes de drenagem. Contudo, a solução possui características específicas definidas no Projeto Complementar das Valas do Aterro Sanitário Municipal e envolve instalação, soldagem, ancoragem, testes e integração entre diferentes componentes, circunstâncias que reduzem a possibilidade de utilização de uma ata que contemple integralmente o objeto.

Contratação conjunta do fornecimento de materiais e da execução dos serviços: Esta alternativa concentra em uma única contratação a responsabilidade pelo fornecimento, compatibilidade, instalação e desempenho dos componentes. A solução possibilita maior controle técnico, definição objetiva das responsabilidades, melhor coordenação da execução e realização dos testes necessários antes do recebimento definitivo.

Justificativa Técnica e Econômica da Escolha

A solução escolhida pela equipe de planejamento consiste na contratação conjunta de empresa especializada para o fornecimento dos materiais e a execução completa dos serviços, em razão da interdependência técnica existente entre a geomembrana, as soldas, as ancoragens, a manta geotêxtil e os sistemas de drenagem de chorume e exaustão de gases.

A contratação em conjunto reduz os riscos de incompatibilidade entre os materiais e a instalação, evita a transferência de responsabilidades entre fornecedores distintos e permite exigir da contratada o desempenho integral do sistema. Também reduz custos administrativos relacionados à realização e fiscalização de contratações separadas, à mobilização de diferentes empresas e à repetição de serviços preparatórios.

Portanto, a contratação de uma única empresa especializada apresenta-se como a alternativa tecnicamente mais segura e operacionalmente mais eficiente, com potencial para proporcionar melhor relação entre custo e benefício, maior controle de qualidade e adequada responsabilização pela perfeita execução do objeto.

7. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

A estimativa preliminar do valor da contratação encontra-se detalhada na Solicitação nº 148/2026, elaborada com base nos quantitativos definidos para o fornecimento dos materiais e para a execução dos serviços técnicos especializados. O valor total preliminar corresponde a R$ 689.170,10 (seiscentos e oitenta e nove mil cento e setenta reais e dez centavos), sendo R$ 578.170,10 destinados aos materiais e R$ 111.000,00 aos serviços de instalação.

A estimativa deverá ser confirmada mediante pesquisa formal de preços, considerando contratações similares realizadas pela Administração Pública, bancos públicos de preços, propostas de fornecedores especializados e demais parâmetros legalmente admitidos. A pesquisa deverá observar as peculiaridades do local de execução, os quantitativos do projeto, a geomembrana em PEAD com espessura de 2,00 mm, o tubo perfurado em PEAD de 200 mm destinado à exaustão de gases, o tubo perfurado de concreto de 400 mm destinado à drenagem de chorume e todos os equipamentos, testes, mobilizações e serviços necessários à execução completa do sistema.

Assinado por 1 pessoa: ROSILDA GOMES DA SILVA
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://palmitalpr.1doc.com.br/verificacao/5B1F-B117-226B-FD00 e informe o código 5B1F-B117-226B-FD00

Os valores registrados na Solicitação nº 148/2026 possuem caráter preliminar e deverão ser confirmados após a adequação das especificações técnicas, especialmente quanto à unidade da cobertura das valas de retenção, definida em metros quadrados, e ao tubo de exaustão de gases de 200 mm, definido como PEAD. A memória de cálculo, as cotações e os documentos utilizados para determinar o valor definitivo deverão integrar o processo administrativo, garantindo a rastreabilidade da estimativa e a demonstração de sua compatibilidade com os preços praticados no mercado, em conformidade com o art. 23 da Lei nº 14.133/2021.

8. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

A solução consiste na contratação conjunta de empresa especializada para o fornecimento dos materiais e a execução dos serviços necessários à implantação do sistema de impermeabilização da nova vala do Aterro Sanitário Municipal. A contratação compreenderá o fornecimento de 8.649,10 m² de geomembrana em PEAD com espessura de 2,00 mm, manta geotêxtil, tubo perfurado em PEAD de 200 mm para exaustão de gases, tubo perfurado de concreto de 400 mm para drenagem de chorume, tela de arame galvanizado e demais componentes, conexões e acessórios indispensáveis à funcionalidade do sistema.

A contratada será responsável pelo transporte, mobilização, estiramento, posicionamento, ancoragem e soldagem da geomembrana, assentamento da manta geotêxtil, instalação das tubulações de drenagem de chorume e exaustão de gases, fixação da tela e execução dos testes de estanqueidade e controle de qualidade. Também deverá fornecer mão de obra qualificada, supervisão técnica, ferramentas, máquinas de soldagem, geradores, EPIs, EPCs e todos os equipamentos necessários à perfeita execução dos serviços.

A instalação deverá obedecer ao Projeto Complementar das Valas do Aterro Sanitário Municipal, às especificações do Termo de Referência, às normas técnicas da ABNT, às orientações do responsável técnico e à legislação ambiental aplicável. A execução deverá ocorrer de forma coordenada, mantendo-se em uma única contratação a responsabilidade pela compatibilidade dos materiais, qualidade das soldas, estanqueidade e desempenho do sistema implantado.

A geomembrana destinada à cobertura da vala principal e das valas de retenção deverá ser fornecida nas quantidades previstas no projeto. Antes da elaboração do Termo de Referência, a Administração deverá definir se essa parcela será apenas fornecida nesta contratação, se será instalada dentro da vigência contratual ou se será objeto de contratação futura, bem como estabelecer as condições de armazenamento, conservação, garantia e responsabilidade pelo material.

Manutenção e Assistência Técnica

A contratada deverá garantir a qualidade dos materiais fornecidos e dos serviços executados, responsabilizando-se pela correção das soldas, reparação de perfurações, substituição de materiais defeituosos e solução de falhas de estanqueidade constatadas durante a execução, o recebimento ou o período de garantia.

O suporte técnico deverá incluir orientação quanto à inspeção, conservação e operação inicial do sistema, bem como a entrega dos certificados dos materiais, relatórios dos testes, registros das

Assinado por 1 pessoa: ROSILDA GOMES DA SILVA
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://palmitalpr.1doc.com.br/verificacao/5B1F-B117-226B-FD00 e informe o código 5B1F-B117-226B-FD00

soldas, ART, garantia e demais documentos necessários ao recebimento definitivo. As correções decorrentes de defeitos de fabricação ou execução deverão ser realizadas sem custos adicionais para o Município, dentro do prazo estabelecido no Termo de Referência.

9. JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA CONTRATAÇÃO

A presente contratação não será parcelada, devendo o objeto ser adjudicado em lote único, em razão da interdependência técnica e operacional existente entre o fornecimento dos materiais e a execução dos serviços de instalação do sistema de impermeabilização, drenagem de chorume e exaustão de gases da nova vala do Aterro Sanitário Municipal.

Embora os materiais possuam especificações, quantitativos e valores unitários individualizados, sua aplicação ocorre de forma conjunta e coordenada. A geomembrana, as soldas, as ancoragens, a manta geotêxtil, as tubulações e os demais componentes constituem um sistema único, cujo desempenho depende da compatibilidade dos materiais, da correta sequência de instalação e da realização dos testes de estanqueidade e controle de qualidade.

O parcelamento entre fornecedores distintos poderia ocasionar incompatibilidades técnicas, dificuldades de coordenação, atrasos e conflitos quanto à responsabilidade por defeitos, falhas nas soldas, vazamentos ou desempenho inadequado do sistema. A contratação em lote único permite concentrar em uma única contratada a responsabilidade pelo fornecimento, instalação, testes, correções e garantia da solução executada.

A opção pelo não parcelamento também reduz a necessidade de mobilizações distintas, evita a sobreposição de equipes e equipamentos e facilita a fiscalização e o recebimento do objeto. Os materiais permanecerão discriminados na proposta e na planilha orçamentária, com seus respectivos quantitativos, preços unitários e preços totais, possibilitando o controle dos custos e a verificação da compatibilidade dos valores praticados.

A decisão fundamenta-se no art. 18, § 1º, inciso VIII, no art. 40, § 3º, incisos I e II, e no art. 47, inciso II e § 1º, da Lei nº 14.133/2021. A pesquisa de mercado deverá confirmar a existência de número suficiente de empresas capazes de fornecer os materiais e executar os serviços reunidos no lote, demonstrando que essa modelagem não restringe injustificadamente a competitividade.

Dessa forma, o não parcelamento apresenta-se técnica e operacionalmente adequado, pois preserva a unidade de responsabilidade, reduz os riscos ao conjunto e proporciona maior controle sobre a qualidade e o desempenho do sistema.

10. DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS

A contratação busca assegurar a implantação adequada da nova vala do Aterro Sanitário Municipal, garantindo a continuidade do serviço público de disposição final dos resíduos sólidos urbanos e a proteção do solo, das águas superficiais e subterrâneas contra possíveis contaminações decorrentes da infiltração de chorume.

Assinado por 1 pessoa: ROSILDA GOMES DA SILVA
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://palmitalpr.1doc.com.br/verificacao/5B1F-B117-226B-FD00 e informe o código 5B1F-B117-226B-FD00

Segurança e desempenho ambiental: A instalação da geomembrana em PEAD com espessura de 2,00 mm, associada ao sistema de drenagem de chorume e à exaustão de gases, deverá proporcionar estanqueidade, controle dos líquidos percolados e condução segura dos gases gerados pela decomposição dos resíduos, reduzindo riscos ambientais e operacionais.

Economicidade e eficiência financeira: A contratação em lote único deverá reduzir custos indiretos decorrentes de múltiplas mobilizações, contratações separadas, sobreposição de equipes e conflitos de responsabilidade. A definição prévia dos quantitativos e dos preços unitários permitirá melhor controle orçamentário e fiscalização dos valores executados.

Melhor aproveitamento dos recursos materiais: A solução deverá assegurar a compatibilidade entre geomembrana, manta geotêxtil, tubulações, tela, conexões e demais componentes. A execução especializada e os testes de estanqueidade contribuirão para evitar perdas de materiais, retrabalhos, reparos prematuros e deterioração causada por instalação inadequada.

Otimização dos recursos humanos: A contratação de empresa especializada evitará a utilização de servidores municipais em atividades para as quais o Município não dispõe de equipe técnica, equipamentos ou capacitação específica. Os agentes públicos responsáveis poderão concentrar sua atuação no acompanhamento, fiscalização, conferência dos testes e recebimento do objeto.

Unidade de responsabilidade e controle de qualidade: A mesma contratada responderá pelo fornecimento, instalação, soldagem, ancoragem, testes, correções e garantia do sistema, permitindo identificar objetivamente a responsabilidade por eventuais defeitos ou falhas de desempenho.

Como resultados físicos, pretende-se obter o fornecimento dos componentes previstos no projeto e a instalação das parcelas correspondentes à etapa inicial de operação, compreendendo 8.649,10 m² de geomembrana em PEAD com espessura de 2,00 mm, 1.100,00 m² de manta geotêxtil, 20 m de tubo perfurado em PEAD de 200 mm para exaustão de gases, 63 m de tubo perfurado de concreto de 400 mm para drenagem de chorume e 40 m² de tela de arame galvanizado, além da realização e aprovação dos testes de estanqueidade e controle de qualidade. A forma e o momento de instalação da geomembrana destinada à cobertura deverão ser definidos pela Administração antes da elaboração do Termo de Referência.

11. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES

A presente contratação possui interdependência com as atividades de preparação, regularização e compactação da base e dos taludes da nova vala do Aterro Sanitário Municipal. Essas condições deverão estar concluídas e aprovadas pelo responsável técnico antes do início da instalação da geomembrana, pois irregularidades, materiais pontiagudos, recalques ou deficiências na compactação poderão provocar perfurações, deformações e comprometimento da estanqueidade do sistema.

Também são correlatas as atividades permanentes de operação do aterro sanitário, manejo e tratamento do chorume, controle dos gases, monitoramento ambiental e manutenção das

Assinado por 1 pessoa: ROSILDA GOMES DA SILVA
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://palmitalpr.1doc.com.br/verificacao/5B1F-B117-226B-FD00 e informe o código 5B1F-B117-226B-FD00

estruturas de drenagem. Essas atividades não integram diretamente o objeto desta licitação, mas dependem do funcionamento adequado do sistema que será implantado.

A instalação da geomembrana destinada à cobertura definitiva da vala principal corresponde a etapa vinculada ao encerramento ou à fase operacional tecnicamente indicada para a estrutura. Por essa razão, antes da elaboração do Termo de Referência, a Administração deverá definir se essa parcela será apenas fornecida nesta contratação, se será instalada dentro da vigência contratual ou se será objeto de contratação futura. Também deverão ser definidas as condições de armazenamento, conservação, garantia e responsabilidade pelo material.

Não foram identificadas outras contratações cuja ausência impeça o prosseguimento do processo licitatório. Contudo, a emissão da ordem de serviço deverá estar condicionada à liberação técnica da vala, à disponibilidade do local e à conclusão dos serviços preparatórios necessários à instalação dos materiais.

12. DESCRIÇÃO DE POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS

A contratação possui finalidade predominantemente ambiental, pois a implantação do sistema de impermeabilização, drenagem de chorume e exaustão de gases busca prevenir a contaminação do solo e das águas superficiais e subterrâneas, controlar os líquidos percolados e conduzir de forma segura os gases gerados pela decomposição dos resíduos sólidos urbanos.

Apesar dos benefícios esperados, a execução poderá gerar impactos temporários, como consumo de combustível e energia, emissão de gases e ruídos pelos equipamentos, movimentação de veículos, geração de embalagens, recortes e sobras de geomembrana, resíduos de manta geotêxtil e riscos de derramamento de combustíveis, lubrificantes ou outros produtos utilizados durante os serviços.

Requisitos de Baixo Consumo e Sustentabilidade

A contratada deverá planejar os cortes e o posicionamento das mantas de forma a reduzir perdas, utilizar equipamentos em condições adequadas de manutenção e limitar deslocamentos e mobilizações desnecessárias. Os materiais deverão possuir qualidade e durabilidade compatíveis com a vida útil esperada do sistema, evitando substituições prematuras, retrabalhos e consumo adicional de recursos.

A execução deverá preservar as áreas externas ao local dos serviços, impedir o descarte ou a queima de resíduos no aterro e adotar medidas para evitar danos à geomembrana, ao solo preparado e às estruturas existentes. Combustíveis, lubrificantes e demais produtos potencialmente contaminantes deverão ser armazenados, manuseados e transportados de forma segura.

A geomembrana destinada à instalação futura deverá permanecer protegida da radiação solar, de intempéries, umidade, perfurações, contato com produtos químicos e demais condições capazes de comprometer sua integridade ou garantia.

Logística Reversa e Desfazimento

Assinado por 1 pessoa: ROSILDA GOMES DA SILVA
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://palmitalpr.1doc.com.br/verificacao/5B1F-B117-226B-FD00 e informe o código 5B1F-B117-226B-FD00

As embalagens, aparas, recortes de geomembrana, sobras de tubos, tela e manta geotêxtil deverão ser separados, acondicionados e destinados de forma ambientalmente adequada. Sempre que tecnicamente possível, os materiais recicláveis deverão ser encaminhados para reutilização ou reciclagem por receptores habilitados, vedados seu abandono, enterramento ou queima no local.

A contratada deverá retirar os resíduos gerados por suas atividades e apresentar, quando solicitado, os respectivos comprovantes de destinação. Ao término dos serviços, a área deverá permanecer limpa, organizada e livre de materiais ou substâncias capazes de causar contaminação, acidentes ou interferências na operação do aterro.

13. CONCLUSÃO

Com base nas informações levantadas ao longo deste Estudo Técnico Preliminar, a equipe de planejamento conclui que a contratação de empresa especializada para o fornecimento dos materiais e a execução dos serviços de impermeabilização da nova vala do Aterro Sanitário Municipal é tecnicamente necessária e adequada ao atendimento do interesse público.

A solução compreende o fornecimento de 8.649,10 m² de geomembrana em PEAD com espessura de 2,00 mm, incluindo as parcelas destinadas à impermeabilização e à cobertura das estruturas, bem como a implantação dos sistemas de drenagem de chorume e exaustão de gases e dos demais componentes previstos no projeto. A instalação de cada parcela deverá observar a etapa operacional correspondente e o cronograma definido pelo responsável técnico.

A contratação contribuirá para prevenir a contaminação do solo e das águas, controlar os líquidos percolados e os gases gerados, assegurar maior segurança operacional e garantir a continuidade da disposição final ambientalmente adequada dos resíduos sólidos urbanos.

A adoção de lote único mostra-se tecnicamente justificável pela interdependência entre os materiais e os serviços, pela necessidade de compatibilidade entre os componentes e pela conveniência de concentrar em uma única contratada a responsabilidade pelo fornecimento, instalação, testes, correções e garantia. A pesquisa de mercado deverá confirmar que essa modelagem preserva a competitividade e apresenta vantagem econômica para a Administração.

A estimativa preliminar da contratação corresponde a R$ 689.170,10 (seiscentos e oitenta e nove mil cento e setenta reais e dez centavos), devendo o valor definitivo ser estabelecido mediante pesquisa formal de preços após a adequação das especificações técnicas. O Termo de Referência deverá definir as condições de fornecimento, armazenamento e instalação da geomembrana destinada à cobertura, compatibilizando essa etapa com o cronograma operacional da vala, a garantia dos materiais e a vigência contratual.

Diante do exposto, declara-se a viabilidade da contratação, condicionada à conclusão e aprovação da preparação da vala, à confirmação dos preços de mercado, à demonstração da competitividade do lote único e à definição da forma de contratação da geomembrana destinada à cobertura. Atendidas essas providências, recomenda-se o prosseguimento do processo licitatório em

Assinado por 1 pessoa: ROSILDA GOMES DA SILVA
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://palmitalpr.1doc.com.br/verificacao/5B1F-B117-226B-FD00 e informe o código 5B1F-B117-226B-FD00

conformidade com o planejamento apresentado, o projeto técnico, a legislação ambiental e a Lei nº 14.133/2021.

Palmital/PR, 26 de agosto de 2026.

LUIZ FERNANDO SANTIAGO
Equipe de Planejamento
Assinatura Digital conforme o Decreto Municipal nº 07/2026

ROSILDA GOMES DA SILVA
Secretária Municipal do Meio Ambiente e Saneamento
Assinatura Digital conforme o Decreto Municipal nº 07/2026

Assinado por 1 pessoa: ROSILDA GOMES DA SILVA
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://palmitalpr.1doc.com.br/verificacao/5B1F-B117-226B-FD00 e informe o código 5B1F-B117-226B-FD00

VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS

Código para verificação: 5B1F-B117-226B-FD00

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

ROSILDA GOMES DA SILVA (CPF 599.XXX.XXX-72) em 26/08/2026 15:48:50 GMT-03:00
Papel: Parte
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

https://palmitalpr.1doc.com.br/verificacao/5B1F-B117-226B-FD00

Proc. Administrativo 16- 020/2026

De: Luiz S. - SMMAS

Para: JUR-LIC - Procuradoria - Licitações

Data: 01/09/2026 às 15:40:36

Setores envolvidos:

GAB-PREF, SMA-Comp.Lic, SMF-DEP-CONT, SMMAS, COT, JUR-LIC

Fornecimento e instalação de geomembrana, drenagem e sistema de exaustão de gases para nova vala do aterro sanitário municipal

Em anexo TR, **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA O FORNECIMENTO DE MATERIAIS E EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE INSTALAÇÃO DO SISTEMA DE IMPERMEABILIZAÇÃO DA NOVA VALA DO ATERRO SANITÁRIO MUNICIPAL**

_

Luiz Fernando Santiago
ADMINISTRATIVO

Anexos:
TR_MODELO_003_PREENCHIDO_IMPERMEABILIZACAO_ATERRO.pdf

Assinado por 1 pessoa: ROSILDA GOMES DA SILVA
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://palmitalpr.1doc.com.br/verificacao/DD34-EF25-F7A8-A511 e informe o código DD34-EF25-F7A8-A511

TERMO DE REFERÊNCIA

1. INFORMAÇÕES BÁSICAS

Órgão: MUNICÍPIO DE PALMITAL (75.680.025/0001-82)

Área Requisitante: SECRETARIA MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE E SANEAMENTO.

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA O FORNECIMENTO DE MATERIAIS E EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE INSTALAÇÃO DO SISTEMA DE IMPERMEABILIZAÇÃO DA NOVA VALA DO ATERRO SANITÁRIO MUNICIPAL, COMPREENDENDO GEOMEMBRANA EM PEAD COM ESPESSURA DE 2,00 MM, SISTEMA DE DRENAGEM DE CHORUME, SISTEMA DE EXAUSTÃO DE GASES, MANTA GEOTÊXTIL, TELA DE ARAME GALVANIZADO E DEMAIS COMPONENTES, MATERIAIS, EQUIPAMENTOS, TESTES E SERVIÇOS NECESSÁRIOS À PERFEITA EXECUÇÃO DO OBJETO, EM CONFORMIDADE COM O PROJETO TÉCNICO, AS NORMAS DA ABNT E A LEGISLAÇÃO AMBIENTAL VIGENTE.

2. DEFINIÇÃO DO OBJETO

2.1. O objeto desta contratação é o fornecimento dos materiais e a execução integral dos serviços de instalação do sistema de impermeabilização da nova vala do Aterro Sanitário Municipal, incluindo a vala principal, as duas valas de retenção de chorume e suas coberturas, conforme as condições e exigências estabelecidas neste Termo de Referência, no Estudo Técnico Preliminar e no Projeto Complementar das Valas.

2.2. Detalhamento e Quantitativos

Abaixo, apresenta-se a descrição precisa do objeto, sua natureza, os quantitativos e os preços estimados, definidos com base na pesquisa de preços já realizada e consolidada na Solicitação nº 148/2026:

Item	Descrição	Unid.	Quant.	Valor unitário (R$)	Valor total (R$)
01	Geomembrana em PEAD, espessura de 2,00 mm, para impermeabilização da vala principal.	m²	3.483,10	65,00	226.401,50
02	Geomembrana em PEAD, espessura de 2,00 mm, para cobertura da vala principal.	m²	2.366,00	65,00	153.790,00
03	Geomembrana em PEAD, espessura de 2,00 mm, para impermeabilização das duas valas de retenção de chorume.	m²	1.800,00	65,00	117.000,00
04	Geomembrana em PEAD, espessura de 2,00 mm, para cobertura das duas valas de retenção de chorume.	m²	1.000,00	51,67	51.670,00
05	Tubo circular de concreto perfurado, diâmetro nominal de 200 mm, destinado ao sistema de exaustão de gases.	m	20,00	66,00	1.320,00
06	Tela de arame galvanizado quadrangular ou losangular, fio 2,11 mm - 14 BWG, malha 8 cm x 8 cm, ou tecnicamente equivalente.	m²	40,00	86,34	3.453,60

Assinado por 1 pessoa: ROSILDA GOMES DA SILVA
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://palmitalpr.1doc.com.br/verificacao/DD34-EF25-F7A8-A511 e informe o código DD34-EF25-F7A8-A511

07	Manta geotêxtil não tecida, 100% polipropileno, massa aproximada de 300 g/m², destinada à filtração e separação.	m²	1.100,00	14,00	15.400,00
08	Tubo circular de concreto perfurado, diâmetro nominal de 400 mm, destinado ao sistema de drenagem de chorume.	m	63,00	145,00	9.135,00
09	Serviços especializados para instalação completa do sistema, incluindo mobilização, mão de obra, equipamentos, soldagem, ancoragem, testes, correções e documentação final.	serviço	1,00	111.000,00	111.000,00
VALOR TOTAL ESTIMADO					**689.170,10**

3. VIGÊNCIA E PRAZO DE EXECUÇÃO

3.1. Da Vigência: O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses, contados a partir da assinatura do contrato, com eficácia após a devida publicidade no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP.

3.2. Da Prorrogação:

3.2.1. Objetos de Fornecimento Não Contínuo: Por possuir escopo definido e natureza não contínua, a vigência poderá ser automaticamente prorrogada quando o objeto não for concluído no período estabelecido, nos termos do Art. 111 da Lei nº 14.133/2021, sem prejuízo das providências cabíveis quando houver culpa da Contratada.

3.2.2. Serviços e Fornecimentos Contínuos: Não se aplica, pois o objeto possui escopo definido e natureza não contínua.

3.3. Do Prazo de Execução/Entrega: A Contratada deverá iniciar a mobilização e providenciar o fornecimento dos materiais em até 20 (vinte) dias corridos após o recebimento da Ordem de Serviço. A execução completa deverá ocorrer em até 90 (noventa) dias corridos, contados da Ordem de Serviço e da liberação formal e integral da área pela Administração Municipal, prevalecendo o evento que ocorrer por último.

3.4. Da Alteração do Prazo: Eventuais pedidos de prorrogação do prazo de execução deverão ser formulados por escrito e justificadamente pela Contratada, com antecedência mínima de 05 (cinco) dias do seu encerramento, ficando a aceitação a critério exclusivo da Administração Municipal de Palmital.

4. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

4.1. A fundamentação desta contratação, bem como a descrição detalhada da necessidade e a definição dos quantitativos almejados, encontra-se pormenorizada no Estudo Técnico Preliminar (ETP), documento que integra o presente processo administrativo.

Assinado por 1 pessoa: ROSILDA GOMES DA SILVA
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://palmitalpr.1doc.com.br/verificacao/DD34-EF25-F7A8-A511 e informe o código DD34-EF25-F7A8-A511

4.2. O referido Estudo Técnico Preliminar fundamenta a viabilidade técnica e econômica da solução escolhida, demonstrando que a contratação é o meio mais eficaz para o atendimento do interesse público e das demandas da Secretaria solicitante.

4.3. Em observância ao princípio da publicidade e ao disposto na Lei nº 14.133/2021, o ETP permanece disponível para consulta nos autos, servindo de base para a especificação do objeto e para os requisitos de contratação estabelecidos neste Termo de Referência.

5. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

5.1. A solução consiste no fornecimento, transporte, inspeção, instalação, controle de qualidade e garantia de todos os componentes necessários à impermeabilização da vala principal e das duas valas de retenção de chorume, incluindo suas respectivas coberturas, os sistemas de drenagem de chorume e exaustão de gases e os demais componentes previstos no projeto.

5.2. No planejamento da solução, foi considerado o ciclo de vida do objeto, abrangendo as seguintes fases:

5.2.1. Padronização e Qualidade: Fornecimento de geomembranas em PEAD, manta geotêxtil, tubos de concreto perfurados, tela galvanizada e materiais complementares em conformidade com o projeto, as especificações deste Termo de Referência e as normas técnicas aplicáveis.

5.2.2. Logística e Armazenamento: Transporte, recebimento, inspeção e acondicionamento adequado dos materiais, mantendo-os protegidos contra intempéries, perfurações, contaminações e demais condições capazes de comprometer sua integridade.

5.2.3. Utilização e Desempenho: Instalação, posicionamento, estiramento, ancoragem e soldagem das geomembranas, assentamento da manta, instalação das tubulações e da tela, realização dos ensaios e correção integral das falhas, assegurando a estanqueidade e o funcionamento do sistema.

5.2.4. Descarte e Impacto Ambiental: As embalagens, aparas, recortes e sobras deverão ser separados, acondicionados e destinados de forma ambientalmente adequada, vedados seu abandono, enterramento ou queima no local.

5.3. A Contratada deverá assumir a responsabilidade por todas as providências e obrigações relativas à qualidade dos materiais, à execução dos serviços, às soldas, aos testes, às correções, à segurança e à estanqueidade do sistema instalado.

Assinado por 1 pessoa: ROSILDA GOMES DA SILVA
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://palmitalpr.1doc.com.br/verificacao/DD34-EF25-F7A8-A511 e informe o código DD34-EF25-F7A8-A511

5.4. Em sujeição às normas técnicas, os materiais e serviços deverão atender ao Projeto Complementar das Valas, às normas aplicáveis da ABNT, às orientações da fiscalização e à legislação ambiental vigente.

6. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

6.1. Da Entrega e Critérios de Aceitação:

6.1.1. O prazo para mobilização e fornecimento dos materiais é de 20 (vinte) dias corridos, contados do recebimento da Ordem de Serviço.

6.1.2. Os materiais deverão ser entregues no Aterro Sanitário Municipal de Palmital/PR, no local indicado pela fiscalização, sem qualquer ônus adicional ao Município.

6.1.3. Os materiais deverão ser novos, sem uso, identificados, rastreáveis, acondicionados adequadamente e acompanhados de fichas técnicas e certificados de conformidade.

6.1.4. Caso não seja possível a entrega ou o início da execução na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões com pelo menos 05 (cinco) dias de antecedência para análise de eventual prorrogação.

6.2. Das Obrigações da Contratada:

6.2.1. A Contratada deverá assumir responsabilidade integral pela qualidade dos materiais e serviços, mantendo equipe com qualificação e experiência compatíveis com a instalação, soldagem, inspeção, ensaios e reparos.

6.2.2. Não será admitida a subcontratação da instalação, soldagem, controle de qualidade e testes das geomembranas. Serviços acessórios somente poderão ser subcontratados mediante autorização prévia da Administração.

6.2.3. A Contratada deverá executar diretamente as parcelas principais do objeto, não podendo transferir a terceiros sua responsabilidade pela qualidade, pelos prazos ou pelo desempenho do sistema.

6.3. Da Garantia e Substituição:

6.3.1. A garantia mínima dos materiais e serviços será de 5 (cinco) anos, contada do recebimento definitivo, sem prejuízo das garantias legais, dos vícios ocultos e das responsabilidades por danos ambientais.

Assinado por 1 pessoa: ROSILDA GOMES DA SILVA
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://palmitalpr.1doc.com.br/verificacao/DD34-EF25-F7A8-A511 e informe o código DD34-EF25-F7A8-A511

6.3.2. O material ou serviço que apresentar defeito, falha, dano, vazamento ou qualidade inferior deverá ser corrigido, refeito ou substituído pela Contratada no prazo estabelecido pela fiscalização, sem custos adicionais para o Município.

6.3.3. Os custos referentes ao transporte, à retirada, à substituição, aos reparos e aos novos testes dos materiais ou serviços rejeitados serão de inteira responsabilidade da Contratada.

7. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

7.1. O modelo de execução consiste no fornecimento dos materiais e na instalação completa do sistema de impermeabilização, drenagem de chorume e exaustão de gases da nova vala do Aterro Sanitário Municipal, visando à entrega integral, funcional e estanque do objeto.

7.2. Do Fluxo de Solicitação, Fornecimento e Execução:

7.2.1. Ordem de Serviço: A execução terá início após a emissão da Ordem de Serviço, a aprovação do cronograma e a liberação técnica da área pela Administração Municipal.

7.2.2. Fornecimento e Mobilização: Após o recebimento da Ordem de Serviço, a Contratada terá até 20 (vinte) dias corridos para mobilizar a equipe e providenciar o fornecimento dos materiais no Aterro Sanitário Municipal.

7.2.3. Execução Integrada: A instalação compreenderá as geomembranas da vala principal e das duas valas de retenção, inclusive as coberturas, a manta geotêxtil, as tubulações, a tela, as soldas, os ensaios, os reparos e a documentação final.

7.3. Dos Padrões de Qualidade e Conformidade:

7.3.1. Requisitos Técnicos: Os materiais e serviços deverão atender rigorosamente às especificações do projeto, deste Termo de Referência, das normas técnicas aplicáveis e da legislação ambiental vigente.

7.3.2. Responsabilidade da Contratada: A Contratada é integralmente responsável pela qualidade dos materiais e da execução, devendo corrigir, refazer ou substituir qualquer item ou serviço que apresente falha, dano, vazamento ou desconformidade.

7.3.3. Comunicação Formal: Todas as comunicações entre a Administração e a Contratada, inclusive pedidos de alteração, suspensão, reinício ou prorrogação, deverão ser realizadas por escrito.

7.4. Do Encerramento do Ciclo de Execução:

Assinado por 1 pessoa: ROSILDA GOMES DA SILVA
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://palmitalpr.1doc.com.br/verificacao/DD34-EF25-F7A8-A511 e informe o código DD34-EF25-F7A8-A511

7.4.1. A execução considera-se concluída somente após o Recebimento Definitivo pelo fiscal do contrato, mediante comprovação da instalação integral, aprovação dos testes, correção das pendências e entrega da documentação final.

8. MODELO DE GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

8.1. A gestão e a fiscalização da presente contratação serão exercidas de acordo com as regras e diretrizes estabelecidas no Decreto Municipal nº 14/2023 de Palmital, sem prejuízo das disposições da Lei Federal nº 14.133/2021.

8.2. Do Gestor do Contrato:

- O gestor, designado pela autoridade máxima, atuará como gerente funcional com a função de administrar o contrato desde sua concepção até a finalização, competindo-lhe especialmente:

- Aferir a documentação de regularidade fiscal que antecede cada pagamento;

- Analisar pedidos de reequilíbrio econômico-financeiro e eventuais alterações contratuais, após ouvir o fiscal;

- Acompanhar o desenvolvimento da execução por meio de relatórios e preencher o termo de avaliação de contratos administrativos;

- Inserir os dados referentes ao contrato no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP).

8.3. Do Fiscal do Contrato:

- O fiscal será o agente público responsável pelo acompanhamento técnico e administrativo da execução contratual, competindo-lhe:

- Anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução, determinando o que for necessário à regularização de falhas;

- Conferir e certificar as faturas relativas aos materiais e serviços, procedendo às medições e avaliações da execução;

- Esclarecer dúvidas técnicas, expedir notificações e exigir a observância das normas legais e especificações do objeto;

- Verificar a conformidade dos materiais e serviços com o projeto, as especificações, os certificados, os testes e os demais documentos apresentados pela Contratada.

8.4. Da Responsabilidade da Contratada:

Assinado por 1 pessoa: ROSILDA GOMES DA SILVA
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://palmitalpr.1doc.com.br/verificacao/DD34-EF25-F7A8-A511 e informe o código DD34-EF25-F7A8-A511

A fiscalização exercida pelo Município não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada por qualquer irregularidade, imperfeição técnica, vício, falha de estanqueidade ou dano decorrente da execução do objeto. O descumprimento das obrigações ensejará a aplicação das sanções administrativas previstas em lei.

9. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

9.1. Do Recebimento e Medição:

- Os materiais e serviços serão recebidos provisoriamente após a entrega ou conclusão da etapa, para verificação dos quantitativos, da integridade, da conformidade e dos resultados dos testes aplicáveis.

- A medição e o recebimento definitivo ocorrerão após conferência técnica do Fiscal do Contrato, aprovação dos testes, correção das pendências e entrega da documentação exigida.

- O Fiscal deverá certificar a fatura e atestar a conformidade dos materiais e serviços com a planilha, o projeto, o cronograma e as especificações deste Termo de Referência.

9.2. Do Prazo e Condições de Pagamento:

- O pagamento será efetuado no prazo de até 30 (trinta) dias, contados da emissão do ateste de conformidade na Nota Fiscal.

- Antes de cada pagamento, o Gestor do Contrato deverá aferir a documentação de regularidade fiscal e trabalhista da contratada.

- Caso ocorra erro na apresentação do documento de cobrança ou irregularidade fiscal, o prazo de pagamento será sobrestado até que a contratada providencie o saneamento.

9.3. Da Forma de Pagamento:

- O crédito será realizado em conta corrente indicada pela contratada, mediante ordem bancária.

- Serão retidos na fonte os tributos previstos na legislação vigente, salvo se a empresa comprovar enquadramento em regime tributário favorecido (ex: Simples Nacional).

10. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

10.1. Da Modalidade e Critério de Julgamento:

Assinado por 1 pessoa: ROSILDA GOMES DA SILVA
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://palmitalpr.1doc.com.br/verificacao/DD34-EF25-F7A8-A511 e informe o código DD34-EF25-F7A8-A511

- O fornecedor será selecionado por meio da modalidade PREGÃO, em sua forma ELETRÔNICA, conforme rito estabelecido pela Lei nº 14.133/2021.

- O critério de julgamento adotado será o de MENOR PREÇO GLOBAL, considerando o julgamento por LOTE ÚNICO.

10.2. Dos Requisitos de Habilitação:

- Para fins de habilitação, o licitante deverá comprovar sua regularidade conforme as exigências da Lei nº 14.133/2021, abrangendo:

- Habilitação Jurídica: Comprovação de existência legal e capacidade de contratar.

- Regularidade Fiscal, Social e Trabalhista: Prova de regularidade perante as Fazendas Federal, Estadual e Municipal, bem como FGTS e Justiça do Trabalho.

- Qualificação Econômico-Financeira e Técnica: Certidão negativa de falência, conforme o Art. 69 da Lei nº 14.133/2021, e comprovação de capacidade técnico-operacional mediante atestado(s) de instalação e soldagem de geomembrana em PEAD em quantidade mínima acumulada de 2.594,73 m².

10.3. Aplicação de tratamento diferenciado às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte:

- Nos termos da Lei Municipal nº 1.025/2016, que institui no âmbito do Município de Palmital o tratamento diferenciado e favorecido às Microempresas (ME), Empresas de Pequeno Porte (EPP) e Microempreendedores Individuais (MEI), em consonância com a Lei Complementar Federal nº 123/2006, poderá ser aplicado no presente processo licitatório o regime de benefícios destinados a esses empreendimentos, inclusive no que tange à regionalização do procedimento.

- A adoção dessas medidas visa incentivar o desenvolvimento econômico local, fomentar a geração de empregos e fortalecer os pequenos negócios, objetivos expressamente previstos na legislação municipal que determina que os órgãos da administração pública incorporem, em seus procedimentos e contratações, o tratamento diferenciado e favorecido às micro e pequenas empresas.

- Dessa forma, no momento da elaboração do edital e condução do procedimento licitatório, poderão ser observadas as disposições relativas à participação, exclusividade, regionalidade, preferência e demais benefícios previstos na legislação aplicável, desde que compatíveis com o objeto da contratação e com as regras da legislação de licitações vigente.

10.4. Das Atribuições dos Agentes Públicos (Decreto Municipal nº 14/2023):

Assinado por 1 pessoa: ROSILDA GOMES DA SILVA
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://palmitalpr.1doc.com.br/verificacao/DD34-EF25-F7A8-A511 e informe o código DD34-EF25-F7A8-A511

- A condução do certame ficará a cargo do Pregoeiro e sua respectiva Equipe de Apoio, devidamente designados pela autoridade máxima.

- Compete ao Pregoeiro coordenar a sessão pública, verificar a conformidade da proposta e julgar as condições de habilitação dos participantes.

- O Pregoeiro poderá, se necessário, sanear erros ou falhas que não alterem a substância das propostas ou dos documentos de habilitação.

10.5. Da Negociação:

- Encerrada a fase de lances, o Pregoeiro poderá negociar diretamente com o proponente que apresentou o melhor preço, visando obter condições ainda mais vantajosas para o Município de Palmital.

11. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

11.1. O valor estimado para a presente contratação é de R$ 689.170,10 (seiscentos e oitenta e nove mil cento e setenta reais e dez centavos), conforme consolidado no Mapa de Preços, na Solicitação nº 148/2026 e no Estudo Técnico Preliminar (ETP) anexos a este processo administrativo.

11.2. As estimativas de custo foram obtidas mediante a utilização dos seguintes parâmetros, conforme o Art. 23 da Lei nº 14.133/2021:

- Pesquisa de Mercado: Consulta direta a fornecedores do ramo, considerando preços praticados em condições semelhantes, conforme documentação integrante do processo administrativo.

- Preços Referenciais: Utilização dos parâmetros e fontes legalmente admitidos, conforme o Art. 23 da Lei nº 14.133/2021.

11.3. Os preços unitários referenciais, detalhados na tabela do Item 2.2 (Detalhamento e Quantitativos), refletem os resultados da pesquisa de preços realizada durante a fase preparatória.

11.4. Dos Documentos de Suporte:

- Memória de Cálculo: O cálculo dos quantitativos baseia-se no Projeto Complementar das Valas, na planilha orçamentária e na Solicitação nº 148/2026, documentos integrantes do processo administrativo.

Assinado por 1 pessoa: ROSILDA GOMES DA SILVA
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://palmitalpr.1doc.com.br/verificacao/DD34-EF25-F7A8-A511 e informe o código DD34-EF25-F7A8-A511

- Relatório de Cotações: As planilhas, fontes consultadas, propostas e demais documentos que dão suporte aos preços unitários e ao valor total constam do processo administrativo e encontram-se disponíveis para controle.

11.5. A responsabilidade pela exatidão dos parâmetros utilizados para a obtenção dos preços e pelos cálculos realizados é do servidor/setor responsável pela elaboração da fase preparatória, conforme as normas vigentes no Município de Palmital

12. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

12.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento do Município de Palmital - PR para o exercício vigente.

12.2. A indicação da dotação orçamentária e a reserva de saldo encontram-se informadas na Solicitação nº 148/2026: Órgão 12, Unidade 002, ação 18.541.1801-2091 - Manutenção da Política Municipal de Resíduos Sólidos, Fonte 00000.

12.3. A despesa observará as classificações 3.3.90.30.00/3.3.90.30.24, código 05460, para os materiais, e 3.3.90.39.05, código 05490, para os serviços, conforme registrado na Solicitação nº 148/2026.

12.4. Compete ao Gestor do Contrato, nos termos do Art. 8º do Decreto Municipal nº 14/2023, monitorar o saldo das dotações indicadas e garantir a regularidade fiscal da contratada antes de qualquer autorização de pagamento ou liquidação da despesa.

12.5. A contabilidade municipal atestou a existência de prévia dotação orçamentária para a cobertura das despesas, conforme o documento de reserva/solicitação que instrui os presentes autos.

13. DISPOSIÇÕES FINAIS

13.1. As informações contidas neste Termo de Referência foram elaboradas a partir dos dados levantados pela Secretaria solicitante.

13.2. A descrição do objeto, as justificativas, as estimativas de preço referencial, as memórias de cálculo e demais documentos de suporte são de inteira responsabilidade do(s) servidor(es) que os elaborou(aram).

13.3. O Agente de Contratação ou Pregoeiro poderá, em qualquer fase da licitação, promover diligências para esclarecer ou complementar a instrução do processo, conforme as atribuições conferidas pelo Art. 2º do Decreto Municipal nº 14/2023.

Assinado por 1 pessoa: ROSILDA GOMES DA SILVA
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://palmitalpr.1doc.com.br/verificacao/DD34-EF25-F7A8-A511 e informe o código DD34-EF25-F7A8-A511

13.4. Os casos omissos neste Termo de Referência serão deliberados pelo Pregoeiro ou pela Comissão de Contratação, em estrita observância à Lei Federal nº 14.133/2021 e demais normas municipais pertinentes.

Palmital/PR, 27 de agosto de 2026.

LUIZ FERNANDO SANTIAGO
Equipe de Planejamento
Assinatura Digital conforme o Decreto Municipal nº 07/2026

ROSILDA GOMES DA SILVA
Secretária Municipal do Meio Ambiente e Saneamento
Assinatura Digital conforme o Decreto Municipal nº 07/2026

Assinado por 1 pessoa: ROSILDA GOMES DA SILVA
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://palmitalpr.1doc.com.br/verificacao/DD34-EF25-F7A8-A511 e informe o código DD34-EF25-F7A8-A511

VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS

Código para verificação: DD34-EF25-F7A8-A511

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

ROSILDA GOMES DA SILVA (CPF 599.XXX.XXX-72) em 01/09/2026 15:42:38 GMT-03:00
Papel: Parte
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

https://palmitalpr.1doc.com.br/verificacao/DD34-EF25-F7A8-A511

Proc. Administrativo 17- 020/2026

De: Danilo S. - JUR-LIC

Para: SMA-Comp.Lic - SMA - Compras e Licitações

Data: 01/09/2026 às 15:56:04

Setores envolvidos:

GAB-PREF, SMA-Comp.Lic, SMF-DEP-CONT, SMMAS, COT, JUR-LIC

Fornecimento e instalação de geomembrana, drenagem e sistema de exaustão de gases para nova vala do aterro sanitário municipal

_

DANILO AMORIM SCHREINER
Procurador do Município

Anexos:
1_PARECER_LICITACAO_LEI_NOVA_INICIAL_.pdf

Assinado por 1 pessoa: DANILO AMORIM SCHREINER
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://palmitalpr.1doc.com.br/verificacao/DB52-9B97-904E-9CB5 e informe o código DB52-9B97-904E-9CB5

PARECER Nº 246/2026 – LIC (INICIAL)

DE: PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE PALMITAL (PR)

PARA: COMISSÃO DE LICITAÇÃO

REF.: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA O FORNECIMENTO DE MATERIAIS, EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS E INSTALAÇÃO COMPLETA DO SISTEMA DE IMPERMEABILIZAÇÃO DA NOVA VALA DO ATERRO SANITÁRIO MUNICIPAL, COMPREENDENDO GEOMEMBRANA EM PEAD, SISTEMA DE DRENAGEM DE CHORUME, SISTEMA DE EXAUSTÃO DE GASES E DEMAIS COMPONENTES, MATERIAIS, EQUIPAMENTOS E SERVIÇOS NECESSÁRIOS À PERFEITA EXECUÇÃO DO OBJETO, EM CONFORMIDADE COM O PROJETO COMPLEMENTAR DAS VALAS DO ATERRO SANITÁRIO MUNICIPAL, ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS, NORMAS DA ABNT E LEGISLAÇÃO AMBIENTAL VIGENTE.

A Secretaria Municipal de Transportes e demais Secretarias Municipais, encaminharam requerimento para o Exmo. Prefeito Municipal objetivando a abertura de procedimento para "CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA O FORNECIMENTO DE MATERIAIS, EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS E INSTALAÇÃO COMPLETA DO SISTEMA DE IMPERMEABILIZAÇÃO DA NOVA VALA DO ATERRO SANITÁRIO MUNICIPAL, COMPREENDENDO GEOMEMBRANA EM PEAD, SISTEMA DE DRENAGEM DE CHORUME, SISTEMA DE EXAUSTÃO DE GASES E DEMAIS COMPONENTES, MATERIAIS, EQUIPAMENTOS E SERVIÇOS NECESSÁRIOS À PERFEITA EXECUÇÃO DO OBJETO, EM CONFORMIDADE COM O PROJETO COMPLEMENTAR DAS VALAS DO ATERRO SANITÁRIO MUNICIPAL, ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS, NORMAS DA ABNT E LEGISLAÇÃO AMBIENTAL VIGENTE."

O pedido foi deferido pelo Prefeito através de despacho no Procedimento eletrônico.

Assinado por 1 pessoa: DANILO AMORIM SCHREINER
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://palmitalpr.1doc.com.br/verificacao/DB52-9B97-904E-9CB5 e informe o código DB52-9B97-904E-9CB5

A Secretaria Municipal de Finanças, através do Departamento de Contabilidade, verificou a existência de previsão de recursos orçamentários para aquisição, no Município de Palmital-PR.

Considerando a natureza da despesa, características do objeto e valor, esta Procuradoria opina pela imprescindibilidade da abertura de procedimento licitatório.

Não se olvidar ainda da necessidade de se realizar licitação exclusiva à Micro e Pequenas Empresas nos itens que não ultrapassem o valor de R$ 80.000,00 (oitenta mil reais) ou estabelecer cotas de 25% para micro e pequenas empresas quando o valor for superior a R$ 80 mil reais e houverem ao menos 3 fornecedores competitivos local ou regionalmente instalados, conforme preceituado no mesmo art. 48 supracitado, *in verbis:*

> Art. 48. Para o cumprimento do disposto no art. 47 desta Lei Complementar, a administração pública:
>
> I - deverá realizar processo licitatório destinado exclusivamente à participação de microempresas e empresas de pequeno porte nos itens de contratação cujo valor seja de até R$ 80.000,00 (oitenta mil reais);
>
> (...) III - deverá estabelecer, em certames para aquisição de bens de natureza divisível, cota de até 25% (vinte e cinco por cento) do objeto para a contratação de microempresas e empresas de pequeno porte.
>
> Art. 49. Não se aplica o disposto nos arts. 47 e 48 desta Lei Complementar quando:
>
> (...) II - não houver um mínimo de 3 (três) fornecedores competitivos enquadrados como microempresas ou empresas de pequeno porte sediados local ou regionalmente e capazes de cumprir as exigências estabelecidas no instrumento convocatório;

De outra banda, mas no mesmo sentido, no intuito de proporcionar maior transparência ao certame, obter melhores preços, economicidade e proporcionar maior visibilidade, dando garantia aos cidadãos Palmitalenses do bom uso do dinheiro público, esta Procuradoria sugere que a presente licitação seja realizada pela modalidade **"Pregão** Eletrônico**"**, que deve ser orientado pela Lei 14.133/2021 e suas eventuais alterações posteriores, bem como pelo Decreto Municipal nº 07/2024.

Assinado por 1 pessoa: DANILO AMORIM SCHREINER
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://palmitalpr.1doc.com.br/verificacao/DB52-9B97-904E-9CB5 e informe o código DB52-9B97-904E-9CB5

É o parecer, submeta-se à apreciação Superior.

Palmital-PR, 01 de Setembro de 2026

DANILO AMORIM SCHREINER
Procurador do município
OAB/PR 46.945

Assinado por 1 pessoa: DANILO AMORIM SCHREINER
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://palmitalpr.1doc.com.br/verificacao/DB52-9B97-904E-9CB5 e informe o código DB52-9B97-904E-9CB5

VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS

Código para verificação: DB52-9B97-904E-9CB5

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

DANILO AMORIM SCHREINER (CPF 046.XXX.XXX-50) em 01/09/2026 15:56:39 GMT-03:00
Papel: Parte
Emitido por: AC OAB G3 << AC Certisign G7 << Autoridade Certificadora Raiz Brasileira v5 (Assinatura ICP-Brasil)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

https://palmitalpr.1doc.com.br/verificacao/DB52-9B97-904E-9CB5

Proc. Administrativo 18- 020/2026

De: Luiz S. - SMMAS

Para: Envolvidos internos acompanhando

Data: 02/09/2026 às 15:14:45

Setores envolvidos:

GAB-PREF, SMA-Comp.Lic, SMF-DEP-CONT, SMMAS, COT, JUR-LIC

Fornecimento e instalação de geomembrana, drenagem e sistema de exaustão de gases para nova vala do aterro sanitário municipal

Pedimoa inclusão da clausula no termo de referencia

7.3.3. Responsabilidade do Contratante: Os serviços de escavação e terraplanagem ficarão a cargo exclusivo da Contratante (Município de Palmital). Com o objetivo de diminuir os custos da contratação para o Município, a Contratante disponibilizará, durante a instalação da manta, 01 (uma) máquina retroescavadeira e 01 (um) operador devidamente capacitado, totalmente livres de despesas com combustível, manutenção e demais custos, para auxiliar na instalação dos materiais. Dessa forma, a empresa Contratada fica responsável apenas pelo fornecimento e pela instalação dos produtos. Por fim, caberá também à Contratante disponibilizar o acompanhamento e o apoio técnico, que serão realizados pelo Engenheiro Matheus Augusto Lopes Schon, CREA-PR nº 199.305/D.

_

Luiz Fernando Santiago
ADMINISTRATIVO

Assinado por 2 pessoas: LUIZ FERNANDO SANTIAGO e ROSILDA GOMES DA SILVA
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://palmitalpr.1doc.com.br/verificacao/2DF3-7F38-5CF0-9649 e informe o código 2DF3-7F38-5CF0-9649

VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS

Código para verificação: 2DF3-7F38-5CF0-9649

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

LUIZ FERNANDO SANTIAGO (CPF 023.XXX.XXX-81) em 02/09/2026 15:15:05 GMT-03:00
Papel: Parte
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

ROSILDA GOMES DA SILVA (CPF 599.XXX.XXX-72) em 02/09/2026 15:16:13 GMT-03:00
Papel: Parte
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

https://palmitalpr.1doc.com.br/verificacao/2DF3-7F38-5CF0-9649

Proc. Administrativo 19- 020/2026

De: Elton B. - SMA-Comp.Lic

Para: JUR-LIC - Procuradoria - Licitações

Data: 02/09/2026 às 15:55:25

SEGUE ANEXA A MINUTA DO EDITAL PARA ANÁLISE JURÍDICA E EMISSÃO DE PARECER, A FIM DE VERIFICAR SUA CONFORMIDADE COM A LEGISLAÇÃO VIGENTE E DEMAIS NORMAS APLICÁVEIS.

–

Elton Otto Back
Diretor

Anexos:

EDITAL_PREGAO_ELETRONICO_33_2026_GEOMEMBRANA.pdf

Assinado digitalmente (anexos) por:

Assinante	Data	Assinatura	
Rosilda Gomes da Silva	02/09/2026 16:34:54	1Doc	ROSILDA GOMES DA SILVA CPF 599.XXX.XXX-72
Roberto Carlos Rossi	02/09/2026 16:43:23	1Doc	ROBERTO CARLOS ROSSI CPF 864.XXX.XXX-91

Para verificar as assinaturas, acesse **https://palmitalpr.1doc.com.br/verificacao/** e informe o código: **2F5F-4C50-0002-ABBD**

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 33/2026

PROCESSO LICITATORIO Nº 93/2026

O Município de Palmital, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ nº. 75.680.025/0001-82, torna público, para conhe dos interessados que, no dia 21/09/2026 às 08h30min, realizará licitação na modalidade Pregão Eletrônico, tipo MENOR PREÇO POR GLOBAL, regido pela Lei Federal nº 14.133 de 1º de abril de 2021, conforme especificações descritas no Termo de Referência (Anexo qual passa a ser parte integrante do presente Edital, devendo ser observadas as seguintes disposições:

Os trabalhos serão conduzidos por servidor designado, denominado Pregoeiro, mediante a inserção e monitoramento de dados gerad transferidos diretamente para a página eletrônica WWW.BNC.ORG.BR. O servidor terá, dentre outras, as seguintes atribuições: coord processo licitatório; receber, examinar e decidir as impugnações e consultas ao edital, apoiado pela sua equipe responsáve elaboração; conduzir a sessão pública na internet; verificar a conformidade da proposta com os requisitos estabelecidos neste edital; dirigir a etapa de lances; verificar e julgar as condições de habilitação; receber, examinar e decidir os recursos, encaminhando à autoridade c quando mantiver sua decisão; indicar o vencedor do certame; conduzir os trabalhos da equipe de apoio; e encaminhar o processo de instruído a autoridade responsável pela adjudicação e propor a homologação.

Modalidade da Licitação: Pregão Eletrônico.
Tipo de Licitação: Menor Preço.
Data de Emissão: 02/09/2026
Sessão de Abertura: 21/09/2026 às 08h30min.
Recebimento de Propostas: Até às 08:00h de 21/09/2026
Plataforma: endereço eletrônico https://bnc.org.br/
Órgão responsável: MUNICÍPIO DE PALMITAL/PR
Contatos: Telefone: (42) 3657-1222 (Ramal 25)
E-mail: licitapalmital@palmital.pr.gov.br.
horário de Atendimento: De segunda à sexta-feira, das 08:00h às 11h30min e das 13:00h às 17h30min
Canais de publicidade: Portal da Transparência do Município de Palmital (PR) - https://www.palmital.pr.gov.br/portal/portal-licitacoes
Site oficial do Município- https://www.palmital.pr.gov.br/ Plataforma - https://bnccompras.com/Process/ProcessSearchPublic?param1=

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é a escolha da proposta mais vantajosa para a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA O FORNECIMENTO DE MATERIAIS E EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE INSTALAÇÃO DO SISTEMA DE IMPERMEABILIZAÇÃO DA NOVA VALA DO ATERRO SANITÁRIO MUNICIPAL, COMPREENDENDO MATERIAIS, EQUIPAMENTOS, TESTES E SERVIÇOS NECESSÁRIOS À PERFEITA EXECUÇÃO DO OBJETO, EM CONFORMIDADE COM O PROJETO TÉCNICO, AS NORMAS DE EXECUÇÃO E A LEGISLAÇÃO AMBIENTAL VIGENTE.

1.2. O departamento solicitante foi: SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE E SANEAMENTO DO MUNICIPIO DE PALMITAL-PR. Conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos, que são parte integrante deste Edital.

1.3. O critério de julgamento adotado será o menor preço do POR LOTE GLOBAL, observadas as exigências contidas neste Edital e se Anexos quanto às especificações do objeto.

1.4. As quantidades constantes no ANEXO I deste edital poderão não ser adquiridas pelo Município. Se adquiridas, serão fornecidas p licitantes(s) vencedora(s), mediante emissão de ordem de fornecimento (REQUISIÇÃO/EMPENHO), de acordo com o disposto neste edita podendo o fornecimento ser parcial ou total, de acordo com as necessidades do Município.

1.5. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

Dotações					
Exercício da despesa	Conta da despesa	Funcional programática	Fonte de recurso	Natureza da despesa	Grupo da fonte
2026	5460	12.002.18.541.1801.2091	0	3.3.90.30.24.00	Do Exercício
2026	5490	12.002.18.541.1801.2091	0	3.3.90.39.05.00	Do Exercício

2. DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1. As regras referentes a registro de preços não se aplicam neste edital.

3. DO CREDENCIAMENTO

3.1. O Credenciamento é o Registro Cadastral no site WWW.BNC.ORG.BR, que permite a participação dos interessados na modalidad licitatória pregão Eletrônico, em sua forma eletrônica.

a) O credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível, para acesso ao Siste Eletrônico.

Assinado por 2 pessoas: ROSILDA GOMES DA SILVA e ROBERTO CARLOS ROSSI
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://palmitalpr.1doc.com.br/verificacao/2F5F-4C50-0002-ABBD e informe o código 2F5F-4C50-0002-ABBD

b) O uso da senha de acesso ao Sistema Eletrônico é de exclusiva responsabilidade da licitante, incluindo qualquer transação efe diretamente, ou por seu representante, não cabendo ao Provedor do Sistema ou ao Município de Palmital, responsabilidade por e danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

c) O credenciamento junto ao Provedor do Sistema implica a responsabilidade legal da licitante ou seu representante legal e a pr de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes.

3.2. O cadastro deverá ser feito diretamente no sítio WWW.BNC.ORG.BR

3.3. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presu sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este pregão Eletrônico.

3.4. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdade propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do prov sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de ace ainda que por terceiros.

3.5. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no WWW.BNC.ORG.BR e mantê-los atualizad junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registr identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.6. É de responsabilidade do licitante, além de credenciar-se previamente no sistema eletrônico utilizado no certame e de cumprir a do presente edital.

3.6.1. Responsabilizar-se formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assumir como firmes e verdadeiras suas propost seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por te

4. DA PARTICIPAÇÃO NO PREGÃO ELETRÔNICO

4.1. Poderão participar deste pregão Eletrônico interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação, e estejam com Credenciamento regular no Portal Eletrônico WWW.BNC.ORG.BR

4.2. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, nos limites previstos da Lei Compl nº 123, de 2006, e suas alterações posteriores.

4.3. Não poderão participar desta licitação os interessados:

4.3.1. Proibidos de participar de licitações e celebrar contratos administrativos, na forma da legislação vigente;

4.3.2. Que não atendam às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

4.3.3. Estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder admin ou judicialmente;

4.3.4. Que estejam sob falência, concurso de credores, concordata ou em processo de dissolução ou liquidação;

4.3.5. Entidades empresariais que estejam reunidas em consórcio;

4.3.6. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário).

4.3.7. Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de que lhe foi imposta;

4.3.8. Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do ór entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do co ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

4.3.9. Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo en

4.3.10. Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escra contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

4.3.11. Agente público do órgão licitante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exe ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria.

4.4. COMO CONDIÇÃO PARA PARTICIPAÇÃO NO PREGÃO ELETRÔNICO, A LICITANTE APRESENTARÁ A SEGUINTE DECLARAÇÃO UNIFICADA:

4.4.1. Que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos;

4.4.2. Que cumpre os requisitos para a habilitação definidos no Edital e que a proposta apresentada está em conformida exigências editalícias;

Assinado por 2 pessoas: ROSILA GOMES DA SILVA e ROBERTO CARLOS ROSSI
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://palmital.pr.1doc.com.br/verificacao/2F5F-4C50-0002-ABBD e informe o código 2F5F-4C50-0002-ABBD

4.4.3. Que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteric

4.4.4. Que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo m partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7°, XXXIII, da Constituição;

4.4.5. Que a proposta foi elaborada de forma independente, nos termos da Instrução Normativa SLTI/MP nº 2, de 16 de setembro d

4.4.6. Que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

4.5. A declaração falsa relativa ao cumprimento de qualquer condição sujeitará o licitante às sanções previstas em lei e neste Edital.

5. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS

5.1. Para participação no certame, os licitantes deverão cadastrar no sistema eletrônico, exclusivamente, a proposta com a descriçã ofertado e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública. A documentação de habilitação será ex posteriormente, na fase própria.

5.2. O envio da proposta, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.

5.3. As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma re de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da LC nº 123, de 2006.

5.4. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do pregão Eletrônico, ficando re pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema o desconexão.

5.5. Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente inserida no sistema.

5.6. Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorre a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.

5.7. Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para av do pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances e do prazo para envio dos documentos de habilitaçã

6. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

6.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

6.1.1. Valor unitário e total para cada item ou lote de itens (conforme o caso), em moeda corrente nacional;

6.1.2. Marca de cada item ofertado;

6.1.3. Fabricante de cada item ofertado;

6.1.4. Descrição detalhada do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência: indicando, no qu aplicável, o modelo, prazo de validade ou de garantia, número do registro ou inscrição do bem no órgão competente, quand caso;

6.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.

6.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerci quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens ou serviços.

6.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licita assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

6.5. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

6.6. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas, quando parti de licitações públicas;

6.7. Em se tratando de licitação que envolva o fornecimento de bens, a Administração poderá, excepcionalmente, nos termos dos ar 42 e 43 da Lei nº 14.133/2021, indicar marcas ou modelos e/ou exigir amostra ou prova de conceito, mediante procedimento de qualificação.

7. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

7.1. A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados n Edital.

Assinado por 2 pessoas: ROSILDA GOMES DA SILVA e ROBERTO CARLOS ROSSI
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://palmitalpr.1doc.com.br/verificacao/2F5F-4C50-0002-ABBD e informe o código 2F5F-4C50-0002-ABBD

7.2. O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformida requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis ou não apresentem as especificações técnicas exigidas no Te Referência.

7.2.1. Também será desclassificada a proposta que identifique o licitante.

7.2.2. Contiverem vícios insanáveis;

7.2.3. Não obedecerem às especificações técnicas pormenorizadas no edital;

7.2.4. Apresentarem preços inexequíveis ou permanecerem acima do orçamento estimado para a contratação;

7.2.5. Não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

7.2.6. Apresentarem desconformidade com quaisquer outras exigências do edital, desde que insanável.

7.2.7. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por participantes.

7.2.8. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de

7.3. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lance

7.4. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

7.5. Iniciada a etapa competitiva os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

7.5.1. O lance deverá ser ofertado de acordo com o tipo de licitação indicada no preambulo deste edital.

7.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas Edital.

7.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e regis sistema.

7.8. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediár em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser R$ 0,01 (hum centavos).

7.9. O intervalo entre os lances enviados pelo mesmo licitante não poderá ser inferior a vinte (20) segundos e o intervalo entre lance poderá ser inferior a três (3) segundos, sob pena de serem automaticamente descartados pelo sistema os respectivos lances.

7.10. Será adotado para o envio de lances no Pregão Eletrônico o modo de disputa “ABERTO”, em que os licitantes apresentarão lan públicos e sucessivos, com prorrogações.

7.11. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

7.12. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente se houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

7.13. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente

7.14. Encerrada a fase competitiva sem que haja a prorrogação automática pelo sistema, poderá o pregoeiro, assessorado pela equi apoio, justificadamente, admitir o reinício da sessão pública de lances, em prol da consecução do melhor preço.

7.15. Em caso de falha no sistema, os lances em desacordo com os subitens anteriores deverão ser desconsiderados pelo pregoeiro.

7.16. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado primeiro.

7.17. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, ve identificação do licitante.

7.18. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão Eletrônico, o sistema eletrôn permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

7.19. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será e terá reinício somente após comunicação expressa do Pregoeiro aos participantes do certame, publicada no Portal de Compras WWW.BNC.ORG.BR , quando serão divulgadas data e hora para a sua reabertura. E será reiniciada somente após decorridas vint quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

7.20. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

7.21. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a et lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da prim

Assinado por 2 pessoas: ROSILDA GOMES DA SILVA e ROBERTO CARLOS ROSSI
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://palmital.pr.1doc.com.br/verificacao/2F5F-4C50-0002-ABBD e informe o código 2F5F-4C50-0002-ABBD

colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. da LC nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

7.22. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinc cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

7.23. A melhor classificada nos termos do item anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriam valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação au para tanto.

7.24. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco p na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

7.25. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apres melhor oferta.

7.26. Quando houver propostas beneficiadas com as margens de preferência em relação ao produto estrangeiro, o critério de desem aplicado exclusivamente entre as propostas que fizerem jus às margens de preferência, conforme regulamento.

7.27. A ordem de apresentação pelos licitantes é utilizada como um dos critérios de classificação, de maneira que só poderá haver e entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

7.28. Em caso de empate entre duas ou mais propostas, serão utilizados os seguintes critérios de desempate, nesta ordem:

7.28.1. Disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

7.28.2. Avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros ca para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

7.28.3. Desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulam

7.28.4. Desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

7.29. Em igualdade de condições, se não houver desempate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços proc ou prestados por:

7.29.1. Empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadu distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este s

7.29.2. Empresas brasileiras;

7.29.3. Empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

7.29.4. Empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

7.30. Persistindo o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas empatadas.

7.31. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o pregoeiro deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposi licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes previstas neste Edital.

7.31.1. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

7.31.2. O pregoeiro solicitará ao licitante melhor classificado que, no prazo de 02 (DUAS) horas, envie a proposta adequada ao últim ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando nece confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

7.32. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

8. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA

8.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao obje compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos.

8.2. Será desclassificada a proposta ou o lance vencedor, que apresentar preço final superior ao preço máximo fixado , ou que apres preço manifestamente inexequível.

8.2.1. Considera-se inexequível a proposta que apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, i compatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da lic não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio lici para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

Assinado por 2 pessoas: ROSILDA GOMES DA SILVA, ROBERTO CARLOS ROSSI
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://palmitalpr.1doc.com.br/verificacao/2F5F-4C50-0002-ABBD e informe o código 2F5F-4C50-0002-ABBD

8.3. Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, dev apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita;

8.4. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das pr a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, 24 (vinte e quatro antecedência, e a ocorrência será registrada em ata;

8.5. O Pregoeiro poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no no prazo de 02 (DUAS) horas, sob pena de não aceitação da proposta.

8.5.1. O prazo estabelecido poderá ser prorrogado pelo Pregoeiro por solicitação escrita e justificada do licitante, formulada antes o prazo, e formalmente aceita pelo Pregoeiro.

8.5.2. Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo Pregoeiro, destacam-se os que contenham as características do ofertado, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, além de outras informações pertinentes, a exemplo de ca folhetos ou propostas, encaminhados por meio eletrônico, ou, se for o caso, por outro meio e prazo indicados pelo Pregoeiro prejuízo do seu ulterior envio pelo sistema eletrônico, sob pena de não aceitação da proposta.

8.6. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessiv na ordem de classificação.

8.7. Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a sua continuidade.

8.8. O Pregoeiro poderá encaminhar, por meio do sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que apresentou o lance mais vanta o fim de negociar a obtenção de melhor preço, vedada a negociação em condições diversas das previstas neste Edital.

8.8.1. Também nas hipóteses em que o Pregoeiro não aceitar a proposta e passar à subsequente, poderá negociar com o licitante que seja obtido preço melhor.

8.8.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

8.9. Nos itens não exclusivos para a participação de microempresas e empresas de pequeno porte, sempre que a proposta não for a antes de o Pregoeiro passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, prev artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso.

8.10. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o pregoeiro verificará a habilitação do licitante, observado o disposto nes

9. DA HABILITAÇÃO

9.1. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lug pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção qu a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos documentos inseridos no portal de compras públicas nos seguintes cadastros:

9.1.1. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS e o e o Cadastro Nacional de Empresas Punidas – (www.portaldatransparencia.gov.br/);

9.1.2. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiç (www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php).

9.1.3. Lista de Inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União – TCU (https://contas.tcu.gov.br/ords/f?p=1660:3:0)

9.1.4. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artig Lei n° 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administra proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

9.1.4.1. Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

9.1.4.2. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

9.1.4.3. O licitante será convocado para manifestação previamente à sua desclassificação.

9.1.5. Constatada a existência de sanção, o Pregoeiro reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.

9.1.6. No caso de inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos arts. 44 Lei Complementar nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

9.2. Caso atendidas as condições de participação, a habilitação dos licitantes será verificada, em relação à habilitação jurídica, à reg fiscal e trabalhista, à qualificação econômica financeira e habilitação técnica.

9.2.1. É dever do licitante manter a documentação vigentes na data da abertura da sessão pública, ou encaminhar, em conjunto c apresentação da proposta, a respectiva documentação atualizada.

Assinado por 1 pessoa: ROSILDA GOMES DA SILVA e ROBERTO CARLOS ROSSI
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://palmitalpr.1doc.com.br/verificacao/2F5F-4C50-0002-ABBD e informe o código 2F5F-4C50-0002-ABBD

9.3. Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos Edital e já apresentados, o licitante será convocado a encaminhá-los, em formato digital, via sistema, no prazo de 02 (DUAS) HO sob pena de inabilitação.

9.4. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos origin digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.

9.5. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.6. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os document estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em matriz.

9.6.1. Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e a CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

9.7. Ressalvado o disposto no item 5, os licitantes deverão encaminhar, nos termos deste Edital, a documentação relacionada nos it seguir, para fins de habilitação:

9.8. HABILITAÇÃO JURÍDICA:

9.8.1. No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respe sede;

9.8.2. Em se tratando de microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br;

9.8.3. No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório administradores;

9.8.4. Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no ca ser o participante sucursal, filial ou agência;

9.8.5. No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

9.8.6. No caso de cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente a na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o 107 da Lei nº 5.764, de 1971;

9.8.7. No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: decreto de autorização;

9.8.8. Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva;

OBS. As certidões negativas deverão ser do domicílio ou sede da licitante.

9.9. REGULARIDADE FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA:

9.9.1. CNPJ - Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

9.9.2. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamen Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os cré tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, n termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Nacional.

9.9.3. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.9.4. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a justiça do trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452 de maio de 1943;

9.9.5. Prova de regularidade junto à Fazenda Estadual, através da Certidão Negativa conjunta junto aos Tributos Estaduais, emitida Secretaria da Fazenda Estadual onde a empresa for sediada;

9.9.6. Prova de regularidade junto à Fazenda Municipal, através da Certidão Negativa junto aos Tributos Municipais, emitida pela S da Fazenda Municipal onde a empresa for sediada;

9.9.7. Caso o licitante detentor do menor preço seja qualificado como microempresa ou empresa de pequeno porte deverá apresen a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição, so de inabilitação.

9.9.8. Caso o vencedor seja que se enquadre no tratamento diferenciado da Lei 123/2006 (Lei das Micro e Pequena empresa s) ha alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, será assegurado o prazo de cinco dias úteis, cujo term corresponderá ao momento em que o proponente for declarado vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critér

Assinado por 2 pessoas: ROSILDA GOMES DA SILVA e JOELIO CARLOS ROSSI
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://palmital.1doc.com.br/verificacao/2F5F-4C50-0002-ABBD e informe o código 2F5F-4C50-0002-ABBD

administração pública, para regularização da documentação, para pagamento ou parcelamento do débito e para em eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

9.10. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:

9.10.1. Certidão Negativa de falência, de concordata, de recuperação judicial ou extrajudicial (Lei nº 11.101, de 9.2.2005), expedida distribuidor competente pela sede da empresa, datado dos últimos 90 (noventa) dias, ou que esteja dentro do prazo de valid expresso na própria Certidão;

9.11. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

9.11.1. Apresentação de atestado de capacidade técnica, expedido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove licitante forneceu, a qualquer tempo, produtos compatíveis em características com objeto licitado, comprovando o fornecime instalação e a soldagem de geomembrana em PEAD em quantidade mínima acumulada de 2.594,73 m².

9.12. DECLARAÇÕES:

9.12.1. Declaração de sujeição às condições estabelecidas no edital e de inexistência de fatos supervenientes impeditivos da habilit

9.12.2. Declaração nos termos do inciso XXXIII, art. 7º da constituição federal;

9.12.3. Declaração de elaboração independente de proposta;

9.12.4. Declaração do porte da empresa;

9.12.5. Declaração de idoneidade;

9.12.6. Cumprimento dos requisitos de habilitação;

9.12.7. Declaração de reserva de cargos para pessoa com deficiência.

9.13. A existência de restrição relativamente à regularidade fiscal, social e trabalhista não impede que a licitante qualificada como m ou empresa de pequeno porte seja declarada vencedora, uma vez que atenda a todas as demais exigências do edital.

9.13.1. A declaração do vencedor acontecerá no momento imediatamente posterior à fase de habilitação.

9.14. Caso a proposta mais vantajosa seja ofertada por licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, e um constatada a existência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal, social e trabalhista, a mesma será convocada pa prazo de 5 (cinco) dias úteis, após a declaração do vencedor, comprovar a regularização. O prazo poderá ser prorrogado por igua a critério da administração pública, quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa.

9.15. A não-regularização fiscal, social e trabalhista no prazo previsto no subitem anterior acarretará a inabilitação do licitante, sem das sanções previstas neste Edital, sendo facultada a convocação dos licitantes remanescentes, na ordem de classificação. Se, n de classificação, seguir-se outra microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa com alguma restr documentação fiscal, social e trabalhista, será concedido o mesmo prazo para regularização.

9.16. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no " nova data e horário para a continuidade da mesma.

9.17. Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou los em desacordo com o estabelecido neste Edital.

9.18. Nos itens não exclusivos a microempresas e empresas de pequeno porte, em havendo inabilitação, haverá nova verificação, po da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina ante estab para aceitação da proposta subsequente.

9.19. Constatado o atendimento às exigências de habilitação fixadas no Edital, o licitante será declarado vencedor.

10. DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA.

10.1. A proposta final do licitante declarado vencedor deverá ser encaminhada no prazo de 02 (DUAS) HORAS a contar da solicitação Pregoeiro no sistema eletrônico e deverá:

10.1.1. Ser redigida em língua portuguesa, digitada, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última ser assinada e as demais rubricadas pelo licitante ou seu representante legal.

10.1.2. Conter a indicação do banco, número da conta e agência do licitante vencedor, para fins de pagamento.

10.2. A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e apli eventual sanção à Contratada, se for o caso.

10.2.1. Todas as especificações do objeto contidas na proposta, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, Contratada.

Assinado por 2 pessoas: ROSELDA GOMES DA SILVA e ROBERTO CARLOS ROSSI
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://palmital.1doc.com.br/verificacao/2F5F-4C50-0002-ABBD e informe o código 2F5F-4C50-0002-ABBD

10.3. Os preços deverão ser expressos em moeda corrente nacional, o valor unitário em algarismos e o valor global em algarismos e extenso.

10.3.1. Ocorrendo divergência entre os preços unitários e o preço global, prevalecerão os primeiros; no caso de divergência entre o numéricos e os valores expressos por extenso, prevalecerão estes últimos.

10.4. A oferta deverá ser firme e precisa, limitada, rigorosamente, ao objeto deste Edital, sem conter alternativas de preço ou de qu condição que induza o julgamento a mais de um resultado, sob pena de desclassificação.

10.5. A proposta deverá obedecer aos termos deste Edital e seus Anexos, não sendo considerada aquela que não corresp especificações ali contidas ou que estabeleça vínculo à proposta de outro licitante.

10.6. As propostas que contenham a descrição do objeto, o valor e os documentos complementares estarão disponíveis na internet, homologação.

11. DOS RECURSOS

11.1. Declarado o vencedor e decorrida a fase de regularização fiscal e trabalhista da licitante qualificada como microempresa ou em pequeno porte, se for o caso, será concedido o prazo de no mínimo trinta minutos, para que qualquer licitante manifeste a intenç recorrer, de forma motivada, isto é, indicando contra qual(is) decisão(ões) pretende recorrer e por quais motivos, em campo pró sistema.

11.2. Havendo quem se manifeste, caberá ao Pregoeiro verificar a tempestividade e a existência de motivação da intenção de recor decidir se admite ou não o recurso, fundamentadamente.

11.2.1. Nesse momento o Pregoeiro não adentrará no mérito recursal, mas apenas verificará as condições de admissibilidade do rec

11.2.2. A falta de manifestação motivada do licitante quanto à intenção de recorrer importará a decadência desse direito.

11.2.3. Uma vez admitido o recurso, o recorrente terá, a partir de então, o prazo de três dias uteis para apresentar as razões pelo s eletrônico, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões também pelo sis eletrônico, em outros três dias uteis, que começarão a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegu imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

11.3. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

11.4. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, no endereço constante neste Edital.

12. DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

12.1. A sessão pública poderá ser reaberta:

12.1.1. Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente q que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.

12.1.2. Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contr retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, §1º da LC nº 1 Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

12.2. Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.

12.2.1. A convocação se dará por meio do sistema eletrônico (“chat”), ou e-mail, ou de acordo com a fase do procedimento licitatór

12.2.2. A convocação feita por e-mail dar-se-á de acordo com os dados contidos no certame, sendo responsabilidade do licitante ma seus dados cadastrais atualizados.

13. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

13.1. O objeto da licitação será adjudicado ao licitante declarado vencedor, por ato do Pregoeiro, caso não haja interposição de recu pela autoridade competente, após a regular decisão dos recursos apresentados.

13.2. Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licit

14. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

14.1. Não haverá exigência de garantia de execução para a presente contratação.

15. DO TERMO DE CONTRATO OU INSTRUMENTO EQUIVALENTE

Assinado por 2 pessoas: ROSILDA GOMES DA SILVA e ROBERTO CARLOS ROSSI
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://palmitalpr.1doc.com.br/verificacao/2F5F-4C50-0002-ABBD e informe o código 2F5F-4C50-0002-ABBD

15.1. Após a homologação da licitação, em sendo realizada a contratação, será firmado Termo de Contrato ou emitido instrumento e

15.2. O adjudicatário terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Cor aceitar instrumento equivalente, conforme o caso (Nota de Empenho/Carta Contrato/Autorização), sob pena de decair d contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

15.2.1. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato ou a instrumentoequivalente,a Administraçãopoderá encaminhá-lopara assinatura ou aceite da Adjudicatária,mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja assinado ou aceito no prazo de 05 dias, a contar da data de seu recebimento.

15.2.2. O prazo previsto no subitem anterior poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e a pela Administração.

15.3. O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida à empresa adjudicada, implica no reconhecimento de qu

15.3.1. Referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 14.1 2021;

15.3.2. A contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas no edital e seus anexos;

15.3.3. A contratada reconhece que as hipóteses de rescisão e os direitos da Administração previstos na Lei 14.133/2021.

15.4. O prazo de vigência da contratação será de 12 (doze) meses e poderá ser prorrogado conforme previsão no instrumento contra no termo de referência.

15.5. Previamente à contratação a Administração realizará consultas para identificar possível suspensão temporária de parti licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018, e nos termos do art. 6º, III, da Lei nº 10.52 de julho de 2002, consulta prévia ao CADIN.

15.6. Por ocasião da assinatura do contrato, será exigida a comprovação das condições de habilitação consignadas neste Edital, as q deverão ser mantidas pelo licitante durante a vigência do contrato.

15.6.1. Na hipótese de irregularidade, o contratado deverá regularizar a sua situação perante o cadastro no prazo de até 05 (cinco) úteis, sob pena de aplicação das penalidades previstas no edital e anexos.

15.7. Na assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, será exigida a comprovação das condições de habilitação consignad edital, que deverão ser mantidas pelo licitante durante a vigência do contrato ou da ata de registro de preços.

15.8. Na hipótese de o vencedor da licitação não comprovar as condições de habilitação consignadas no edital ou se recusar a assin contrato ou a ata de registro de preços, a Administração, sem prejuízo da aplicação das sanções das demais cominações legais q a esse licitante, poderá convocar outro licitante, respeitada a ordem de classificação, para, após a comprovação dos requisitos p habilitação, analisada a proposta e eventuais documentos complementares e, feita a negociação, assinar o contrato ou a ata de de preços.

16. DO REAJUSTAMENTO EM SENTIDO GERAL

16.1. O reajustamento do valor contratual será regido pelas normas e critérios previstos na legislação específica aplicável ao objeto licitação.

17. DO RECEBIMENTO DO OBJETO E DA FISCALIZAÇÃO

17.1. O prazo para mobilização e fornecimento dos materiais é de até 20 (vinte) dias corridos após o recebimento da Ordem de Serv execução completa deverá ocorrer em até 90 (noventa) dias corridos, contados da Ordem de Serviço e da liberação formal e inte área pela Administração Municipal, prevalecendo o evento que ocorrer por último.

17.2. Os materiais deverão ser entregues e instalados no Aterro Sanitário Municipal de Palmital/PR, no local indicado pela fiscalizaçã qualquer ônus adicional ao Município.

17.3. O material ou serviço que apresentar defeito, falha, dano, vazamento ou qualidade inferior deverá ser corrigido, refeito ou subs pela Contratada no prazo estabelecido pela fiscalização, sem custos adicionais para o Município.

17.4. Os custos referentes ao transporte, à retirada, à substituição, aos reparos e aos novos testes dos materiais ou serviços rejeitad de inteira responsabilidade da Contratada. A garantia mínima dos materiais e serviços será de 5 (cinco) anos, contada do recebi definitivo.

17.5. Os materiais deverão ser novos, sem uso, identificados, rastreáveis, acondicionados adequadamente e acompanhados de ficha e certificados de conformidade. O acondicionamento e o armazenamento devem manter os materiais protegidos contra in perfurações, contaminações e demais condições capazes de comprometer sua integridade.

17.6. A nota fiscal/fatura deverá ser apresentada de modo que o Fiscal do Contrato possa conferi-la, certificá-la e atestar a conformi materiais e serviços com a planilha, o projeto, o cronograma e as especificações deste Termo de Referência.

Assinado por 2 pessoas: ROSILDA GOMES DA SILVA e ROBERTO CARLOS ROSSI
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://palmitalpr.1doc.com.br/verificacao/4F5F-4C50-0002-ABBD e informe o código 4F5F-4C50-0002-ABBD

18. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

18.1. As obrigações da contratante e da contratada são as estabelecidas nos anexos do edital.

19. DO PAGAMENTO

19.1. O pagamento de cada compra será efetuado em até 30 (trinta) dias após o recebimento definitivo do objeto do contrato.

19.2. No caso de atraso no pagamento, o valor poderá ser corrigido e o índice de atualização financeira será o IPCA mensal incidente die desde a data final do período de adimplemento de cada parcela até a data do efetivo pagamento. No caso de extinção do IP utilizado outro índice que o Governo Federal determinar para substituí-lo.

19.3. A contratada suportará o ônus decorrente do atraso, caso as Notas Fiscais/Faturas contenham vícios ou incorreções que impos o pagamento.

20. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

20.1. O licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações:

a) dar causa à inexecução parcial do contrato;

b) dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviço públic ao interesse coletivo;

c) dar causa à inexecução total do contrato;

d) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

e) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

f) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo validade de sua proposta;

g) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

h) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a lici execução do contrato;

i) fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

j) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

k) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

l) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

20.2. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas no item 20.1 deste edital as seguintes sanções:

a) advertência;

b) multa de no mínimo 0,5% (cinco décimos por cento) e máximo de 30% (trinta por cento) do valor do objeto licitado ou co

c) impedimento de licitar e contratar, no âmbito da Administração Pública direta e indireta do órgão licitante, pelo prazo má 3 (três) anos.

d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

20.3. As sanções previstas nas alíneas “a”, “c” e “d” do item 20.2. do presente Edital poderão ser aplicadas cumulativamente com a na alínea “b” do mesmo item.

20.4. A aplicação de multa de mora não impedirá que a Administração a converta em compensatória e promova a extinção unilatera com a aplicação cumulada de outras sanções, conforme previsto no item 20.2 do presente Edital.

20.5. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administra contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

20.6. A aplicação das sanções previstas no item 20.2. deste Edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integra causado à Administração Pública.

Assinado por 2 pessoas: ROSILDA GOMES DA SILVA e ROBERTO CARLOS ROSSI
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://palmital.pr.1doc.com.br/verificacao/2F5F-4C50-0002-ABBD e informe o código 2F5F-4C50-0002-ABBD

20.7. Na aplicação da sanção prevista no item 20.2, alínea “b”, do presente edital, será facultada a defesa do interessado no prazo d (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

20.8. Para aplicação das sanções previstas nas alíneas “c” e “d” do item 20.2 do presente Edital o licitante ou o contratado será intim no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda

20.9. Na hipótese de deferimento de pedido de produção de novas provas ou de juntada de provas julgadas indispensáveis pela com licitante ou o contratado poderá apresentar alegações finais no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação.

20.10. Serão indeferidas pela comissão, mediante decisão fundamentada, provas ilícitas, impertinentes, desnecessárias, protela ou intempestivas.

20.11. A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, en dissimular a prática dos atos ilícitos previstos nesta Lei ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos da aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pess sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observa todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

20.12. É admitida a reabilitação do licitante ou contratado perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, exi cumulativamente:

a) reparação integral do dano causado à Administração Pública;

b) pagamento da multa;

c) transcurso do prazo mínimo de 01 (um) ano da aplicação da penalidade, no caso de impedimento de licitar e contratar, o (três) anos da aplicação da penalidade, no caso de declaração de inidoneidade;

d) cumprimento das condições de reabilitação definidas no ato punitivo;

e) análise jurídica prévia, com posicionamento conclusivo quanto ao cumprimento dos requisitos definidos neste artigo.

20.13. A sanção pelas infrações previstas nas alíneas “h” e “l” do item 20.1 do presente Edital exigirá, como condição de reabili licitante ou contratado, a implantação ou aperfeiçoamento de programa de integridade pelo responsável.

21. DA FRAUDE E DA CORRUPÇÃO

21.1. Todas participantes desta licitação devem observar e fazer observar por seus fornecedores e subcontratados, se adm subcontratação, o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação, contratação e execução do objeto.

21.2. Para os propósitos deste item, devem ser evitadas e inibidas as seguintes práticas:

21.3. “Prática Corrupta”: oferecer, dar, receber, ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influencia servidor público no processo de licitação ou na execução do contrato;

21.4. “Prática Colusiva”: esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento de repre ou prepostos do órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não competitivos;

21.5. “Prática Coercitiva”: causar dano ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, às pessoas ou a sua propriedade visando sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução de um contrato;

21.6. “Prática Obstrutiva”: destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas aos represent Município de Palmital (PR), com o objetivo de impedir materialmente a apuração de alegações de prática irregular, bem como cuja intenção seja impedir materialmente o exercício do direito de o Município de Palmital (PR)e/ou órgão de financiamento promover inspeção destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas, aos repres organismo financeiro multilateral, com objetivo de impedir materialmente a fiscalização da execução do recurso.

21.7. Considerando os compromissos encartados no item 19.1.1. e subitens, a participante vencedora, como condição para a contrat deverá concordar autorizar que o Município de Palmital (PR)e/ou organismos de financiamento multilateral (através de pessoas p formalmente indicadas) possam inspecionar o local de execução do contrato e todos os documentos e registros relacionados à li e à execução do contrato.

21.8. O Município de Palmital (PR), garantida a prévia defesa, aplicará as sanções administrativas pertinentes, previstas na Lei nº 14. se comprovar envolvimento de representante da empresa ou da pessoa física contratada em práticas corruptas, fraudulentas, co ou coercitivas, no decorrer da licitação ou na execução do contrato financiado por organismo financeiro multilateral, sem prejuíz demais medidas administrativas, criminais e cíveis.

22. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

22.1. Até 03 (três) dias úteis antes da data designada para a abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar este Edi

22.2. A impugnação deverá ser realizada EXCLUSIVAMENTE por FORMA ELETRÔNICA no sistema WWW.BNC.ORG.BR

Assinado por 2 pessoas: ROSILDA GOMES DA SILVA e ROBERTO CARLOS ROSSI
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://palmital.pr.1doc.com.br/verificacao/2F5F-4C50-0002-ABBD e informe o código 2F5F-4C50-0002-ABBD

22.3. Caberá ao Pregoeiro, auxiliado pelos responsáveis pela elaboração deste Edital e seus anexos, decidir sobre a impugnação no até prazo de até 03 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame, contados da data de rece da impugnação.

22.4. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

22.5. Os pedidos de esclarecimentos referentes a este processo licitatório deverão ser enviados ao Pregoeiro, até 03 (três) dias úteis à data designada para abertura da sessão pública, exclusivamente por meio eletrônico via internet, em campo próprio do Sistem de Compras Públicas no endereço eletrônico WWW.BNC.ORG.BR.

22.6. O pregoeiro responderá aos pedidos de esclarecimentos no prazo de prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil data da abertura do certame, contado da data de recebimento do pedido, e poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis elaboração do edital e dos anexos.

22.7. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame, a concessão de efeito suspens impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

22.8. As respostas aos pedidos de esclarecimentos serão divulgadas pelo sistema e vincularão os participantes e a administração.

22.9. As respostas às impugnações e aos esclarecimentos solicitados, bem como outros avisos de ordem geral, serão cadastradas no WWW.BNC.ORG.BR, sendo de responsabilidade dos licitantes, seu acompanhamento.

22.10. Não serão conhecidas as impugnações apresentadas após o respectivo prazo legal ou, no caso de empresas, que estejam subscritas por representante não habilitado legalmente ou não identificado no processo para responder pela proponente.

22.11. A petição de impugnação apresentada por empresa deve ser firmada por sócio, pessoa designada para a administração sociedade empresária, ou procurador, e vir acompanhada, conforme o caso, de estatuto ou contrato social e suas posteriores alt se houver, do ato de designação do administrador, ou de procuração pública ou particular (instrumento de mandato com poderes impugnar o Edital).

23. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

23.1. Da sessão pública do pregão Eletrônico divulgar-se-á Ata no sistema eletrônico.

23.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, (ex energia elétrica, internet, etc.) a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no me anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

23.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília – DF.

23.4. No julgamento das propostas e da habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das prop documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes va eficácia para fins de habilitação e classificação.

23.5. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

23.6. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, des não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

23.7. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhu responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

23.8. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

23.9. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja pos aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

23.10. O licitante é o responsável pela fidelidade e legitimidade das informações prestadas e dos documentos apresentados em fase da licitação.

23.10.1. A falsidade de qualquer documento apresentado ou a inverdade das informações nele contidas implicará a imediata desclas do proponente que o tiver apresentado, ou, caso tenha sido o vencedor, a rescisão do contrato ou do documento equivalent prejuízo das demais sanções cabíveis.

23.11. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prev as deste Edital.

23.12. A Prefeitura Municipal de Palmital, Estado do Paraná, poderá revogar este pregão Eletrônico por razões de interesse púb decorrente de fato superveniente que constitua óbice manifesto e incontornável, ou anulá-lo por ilegalidade, de ofício ou por pro de terceiros, salvo quando for viável a convalidação do ato ou do procedimento viciado, desde que observados os princípios da a defesa e contraditório.

23.12.1. A anulação do pregão Eletrônico induz à do contrato.

Assinado por 2 pessoas: ROSILA GOMES DA SILVA e ROBERTO CARLOS ROSSI
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://palmitalpr.1doc.com.br/verificacao/2F5F-4C50-0002-ABBD e informe o código 2F5F-4C50-0002-ABBD

23.12.2. A anulação da licitação por motivo de ilegalidade não gera obrigação de indenizar.

23.13. É facultado à autoridade superior, em qualquer fase deste pregão Eletrônico , promover diligência destinada a esclarecer completar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de informação ou de documentos que deveriam ter sido apresen para fins de classificação e habilitação. Podendo ocorrer diligência para:

I - complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária pa apurar fatos existentes à época da abertura do certame;

II - atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

23.14. O Edital está disponibilizado, na íntegra, no endereço eletrônico:

WWW.BNC.ORG.BR, WWW.PALMITAL.PR.GOV.BR, e também poderão ser lidos e/ou obtidos no Setor de Compras e Licitação na Prefe Municipal de Palmital, Estado do Paraná, Rua Moises Lupion nº 1001, nos dias úteis, no horário das 08:00h às 11h30min. e das 13:00 17h30min. mesmo endereço e período no qual os autos do procedimento licitatório, permanecerão com vista franqueada aos interes

23.15. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

ANEXO I – Termo de referência;

ANEXO II – Projeto complementar;

ANEXO III – Modelo de declaração Unificada;

ANEXO IV – Minuta Do Contrato.

Palmital, Estado do Paraná, 02 de setembro de 2026.

ROBERTO CARLOS ROSSI
Prefeito Municipal

Assinado por 2 pessoas: ROSILDA GOMES DA SILVA e ROBERTO CARLOS ROSSI
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://palmitalpr.1doc.com.br/verificacao/2F5F-4C50-0002-ABBD e informe o código 2F5F-4C50-0002-ABBD

ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 33/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 93/2026

Início da Sessão de Disputa: - 21/09/2026 às 08h30min, mais informações como limite de recebimento e abertura de propostas encon se no sistema eletrônico e no aviso publicado.

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA O FORNECIMENTO DE MATERIAIS E EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE INSTALAÇÃO DO SISTEMA DE IMPERMEABILIZAÇÃO DA NOVA VALA DO ATERRO SANITÁRIO MUNICIPAL, COMPREENDENDO MATERIAIS, EQUIPAMENTOS, TESTES E SERVIÇOS NECESSÁRIOS À PERFEITA EXECUÇÃO DO OBJETO, EM CONFORMIDADE COM O PROJETO TÉCNICO, AS NORMAS DE EXECUÇÃO E A LEGISLAÇÃO AMBIENTAL VIGENTE.

Validade da proposta: 60 (sessenta) dias.

Prazo de Entrega e Instalação: O prazo para mobilização e fornecimento dos materiais é de até 20 (vinte) dias corridos após o recebi da Ordem de Serviço. A execução completa deverá ocorrer em até 90 (noventa) dias corridos, contados da Ordem de Serviço e da lib formal e integral da área pela Administração Municipal, prevalecendo o evento que ocorrer por último.

Lote: 1 - Lote 001						
Item	Código do produto/ serviço	Nome do produto/serviço	Quantidade	Unidade	Preço máximo	Preço máximo total
1	40042	GEOMEMBRANA 2 MM PARA VALA PRINCIPAL	3.483,10	M²	65,00	226.401,50
2	40043	GEOMEMBRANA PARA COBERTURA DA VALA PRINCIPAL 2MM	2.366,00	M²	65,00	153.790,00
3	40044	GEOMEMBRANA PARA VALAS DE RETENÇÃO DE CHORUME 2MM	1.800,00	M²	65,00	117.000,00
4	40045	COBERTURA DAS VALAS DE RETENÇÃO (GEOMEMBRANA 2MM)	1.000,00	MT	51,67	51.670,00
5	40046	TUBO PERFURADO 200MM PARA EXAUSTÃO DE GASES (TUBO DE CONCRETO PERFURADO Ø 200 MM: TUBO CIRCULAR DE CONCRETO PERFURADO, DIÂMETRO NOMINAL DE 200 MM, DESTINADO À CAPTAÇÃO E CONDUÇÃO DE ÁGUAS DE INFILTRAÇÃO E GÁS.)	20,00	MT	66,00	1.320,00
6	40047	TELA ALAMBRADO (TELA ARAME GALVANIZADO QUADRANGULAR/LOSANGULAR, FIO 2,11(14BWG) MALHA 8X8CM)	40,00	M²	86,34	3.453,60
7	40048	MANTA GEOTÊXTIL (BIDIN) PARA VALA DE DRENAGEM (GEOTÊXTIL NÃO TECIDO, 100% POLIPROPILENO, MASSA POR UNIDADE DE ÁREA DE APROXIMADAMENTE 300 G/M², DESTINADO À FILTRAÇÃO E SEPARAÇÃO, COM ELEVADA PERMEABILIDADE NORMAL AO PLANO, RESISTÊNCIA MECÂNICA COMPATÍVEL COM A INSTALAÇÃO E ABERTURA DE FILTRAÇÃO ADEQUADA AO SOLO LOCAL.)	1.100,00	M²	14,00	15.400,00
8	40049	TUBO PERFURADO 400MM PARA VALA DE DRENAGEM (TUBO DE CONCRETO PERFURADO Ø 400 MM: TUBO CIRCULAR DE CONCRETO PERFURADO, DIÂMETRO NOMINAL DE 400 MM, DESTINADO À CAPTAÇÃO E CONDUÇÃO DE ÁGUAS DE INFILTRAÇÃO, INSTALADO SOBRE CAMADA DE MATERIAL DRENANTE E ENVOLVIDO COM MANTA GEOTÊXTIL NÃO TECIDO TIPO BIDIM.)	63,00	MT	145,00	9.135,00
9	40050	SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS DE INSTALAÇÃO E APLICAÇÃO DE GEOMEMBRANA SOB REGIME DE EMPREITADA, ENGLOBANDO: A) INSTALAÇÃO, ESTIRAMENTO, ANCORAGEM E SOLDAGEM DE TODAS AS MANTAS DE GEOMEMBRANA (VALA PRINCIPAL E VALAS DE RETENÇÃO), BEM COMO TUBULAÇÕES DE EXAUSTÃO E DE DRENAGEM	1,00	UND	111.000,00	111.000,00

Assinado por 2 pessoas: ROSILDA GOMES DA SILVA e ROBERTO CARLOS ROSSI
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://palmitalpr.1doc.com.br/verificacao/2F5F-4C50-0002-ABBD e informe o código 2F5F-4C50-0002-ABBD

		CONFORME PROJETO; B) EXECUÇÃO DE TESTES DE ESTANQUEIDADE E CONTROLE DE QUALIDADE NAS SOLDAS DA GEOMEMBRANA E NAS TUBULAÇÕES; C) ASSENTAMENTO DA MANTA GEOTÊXTIL (BIDIM) E INSTALAÇÃO DOS TUBOS PERFURADOS DE 400MM (VALA DE DRENAGEM) E 200MM (EXAUSTÃO DE GASES), INCLUINDO A FIXAÇÃO DA TELA ALAMBRADO; D) FORNECIMENTO DE TODA A MÃO DE OBRA QUALIFICADA, SUPERVISÃO TÉCNICA, EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL (EPIS) E COLETIVA (EPCS); E) MOBILIZAÇÃO, DESMOBILIZAÇÃO E FORNECIMENTO DE TODAS AS FERRAMENTAS, GERADORES ELÉTRICOS E EQUIPAMENTOS ACESSÓRIOS NECESSÁRIOS PARA A PERFEITA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS, RIGOROSAMENTE DE ACORDO COM AS NORMAS VIGENTES.				
TOTAL						689.170,10

ESPECIFICAÇÕES:

Local de Entrega e Execução: Aterro Sanitário Municipal de Palmital/PR.

Garantia: A garantia mínima exigida para os materiais e serviços será de 5 (cinco) anos, contada a partir do recebimento definitivo.

Responsabilidade do Contratante: Os serviços de escavação e terraplanagem ficarão a cargo exclusivo da Contratante (Mun Palmital). Com o objetivo de diminuir os custos da contratação para o Município, a Contratante disponibilizará, durante a instalação d 01 (uma) máquina retroescavadeira e 01 (um) operador devidamente capacitado, totalmente livres de despesas com combustível, m e demais custos, para auxiliar na instalação dos materiais. Dessa forma, a empresa Contratada fica responsável apenas pelo fornecim pela instalação dos produtos. Por fim, caberá também à Contratante disponibilizar o acompanhamento e o apoio técnico, que serão r pelo Engenheiro Matheus Augusto Lopes Schon, CREA-PR nº 199.305/D.

Obrigações da Contratada
- Assumir a responsabilidade integral pela qualidade dos materiais e serviços prestados, bem como pelas soldas, testes, se estanqueidade do sistema instalado.

- Executar diretamente as parcelas principais do objeto, sendo expressamente proibida a subcontratação da instalação da solda controle de qualidade e dos testes das geomembranas.

- Mobilizar a equipe e providenciar a entrega dos materiais e o início da instalação no local indicado no prazo de até 20 (vinte) dias co após receber a Ordem de Serviço.

- Garantir que as embalagens, recortes, aparas e sobras sejam separados, acondicionados e destinados de maneira ambien adequada, sendo proibido o abandono, queima ou enterramento desses materiais no local.

- Corrigir, refazer ou substituir qualquer material ou serviço que apresente defeito, falha, vazamento ou qualidade inferior no prazo d pela fiscalização, sem gerar custos adicionais para o Município.

- Arcar integralmente com todos os custos de transporte, retirada, substituição, reparos e novos testes de materiais ou serviços rejeit

Regras de Subcontratação: É expressamente vedada a subcontratação da instalação, soldagem, controle de qualidade e tes geomembranas. Serviços acessórios somente poderão ser subcontratados mediante autorização prévia da Administração.

Propostas:
Serão desclassificadas as propostas que apresentarem cotações contendo preços excessivos, simbólicos, de valor zero ou inexequíve forma da legislação em vigor, ou ainda, que ofereçam preços ou vantagens baseadas nas ofertas dos demais licitantes.

Estão inclusas no valor cotado todas as despesas com mão de obra e, bem como, todos os tributos e encargos fiscais, sociais, trabalh previdenciários e comerciais e, ainda, os gastos com transporte e acondicionamento dos produtos em embalagens adequadas

ROSILDA GOMES DA SILVA
Secretária Municipal de Meio Ambiente e Saneamento

Assinado por 1 pessoa: ROSILDA GOMES DA SILVA e ROBERTO CARLOS ROSSI
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://palmital.pr.1doc.com.br/verificacao/2F5F-4C50-0002-ABBD e informe o código 2F5F-4C50-0002-ABBD

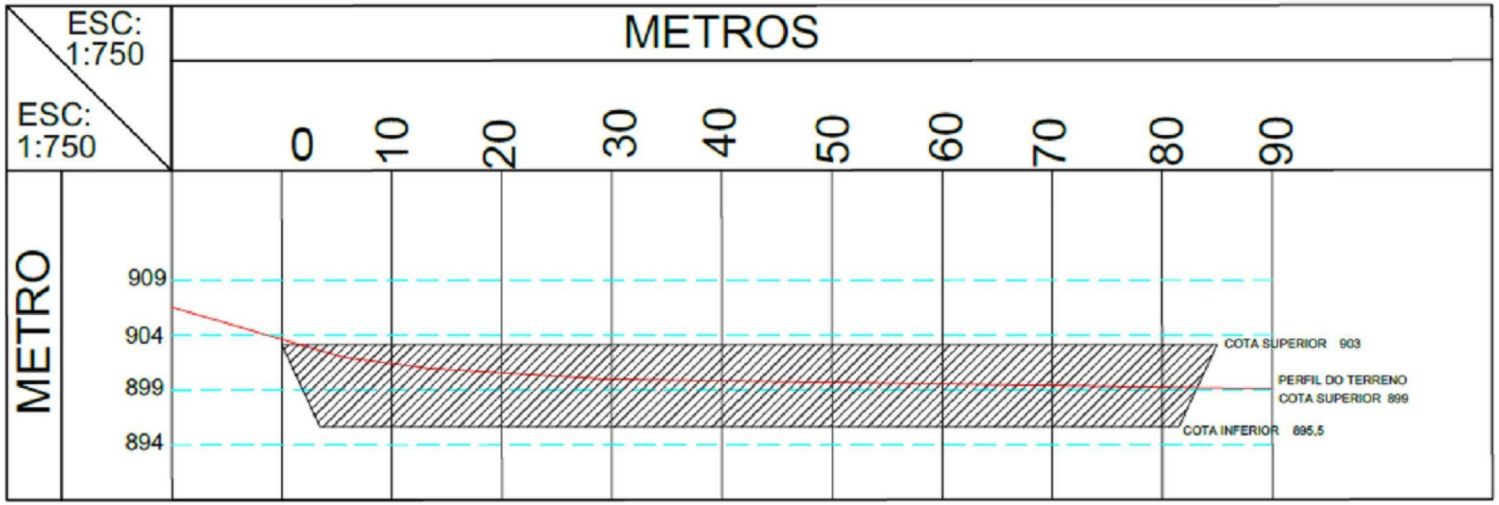
ANEXO II – PROJETO COMPLEMENTAR

Assinado por 2 pessoas: ROSILDA GOMES DA SILVA e ROBERTO CARLOS ROSSI
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://palmitalpr.1doc.com.br/verificacao/2F5F-4C50-0002-ABBD e informe o código 2F5F-4C50-0002-ABBD

483,10 m2
,00 m2

2
0 m2

Retenção



PERFIL LONGITUDINAL
TRINCHEIRA 02

ANEXO III - MODELO DE DECLARAÇÃO UNIFICADA

(papel timbrado da licitante)
Á pregoeira e equipe de apoio
Prefeitura Municipal de Palmital, Estado do Paraná

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 33/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 93/2026

Pelo presente instrumento, a empresa ....., CNPJ nº ....., com sede na ....., através de s
representante legal infra-assinado, que:
( ) Declara, sob as penas do artigo 299 do Código Penal, que se enquadra na situação de microempresa, empresa de pequeno porte
cooperativa, nos termos da Lei Complementar nº 123/06, alterada pela Lei Complementar nº 147/14, bem assim que inexi
supervenientes que conduzam ao seu desenquadramento desta situação.
*Marcar este item caso se enquadre na situação de microempresa, empresa de pequeno porte ou cooperativa.

1) Declaramos, para os fins do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, que não empregamos menores de dezoito
em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e nem menores de dezesseis anos, em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz,
dos quatorze anos de idade, em cumprimento ao que determina o inciso VI do art. 68 da Lei nº 14.133/2021..

2) Declaramos que assumimos inteira responsabilidade pela autenticidade de todos os documentos apresentados, sujeitando-nos a e
averiguações que se façam necessárias;

3) Comprometemo-nos a manter, durante todo o período de vigência do presente contrato, em compatibilidade com as obrigações as
todas as condições de habilitação e qualificação exigidas nesta licitação;

4) Comprometemo-nos a repassar na proporção correspondente, eventuais reduções de preços decorrentes de mudanças de alíquota
impostos incidentes sobre cumprimento do objeto, em função de alterações de legislação pertinente, publicadas durante a
contrato;

5) Declaramos que temos conhecimento e submetemo-nos ao disposto neste edital e anexos e legislação aplicada;

6) Declaramos que até a presente data inexistem fatos impeditivos para nossa habilitação e participação no
presente processo licitatório e estamos cientes da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

7) DECLARAMOS, ainda, que não fomos declarados inidôneos por nenhum órgão do poder público em qualquer de suas esferas;

8) Declaramos que em atendimento ao Acórdão nº 2745/2010 – TCE/PR, que seus sócios, dirigentes ou cotistas, bem com
representante neste ato _____, inscrito no CPF sob nº _____, portador(a) da carteira de identidade nº _____ não
são servidores do Município da Prefeitura de Palmital Paraná, nem cônjuge ou companheiro(a),parente em linha reta e/ou
consanguíneo ou afim de servidor(a) público deste Município, que nele exerça cargo em comissão ou função de confiança, seja memb
comissão de licitação, pregoeiro ou atividade ligada à contratação;

9) Declaramos para os devidos efeitos e sob pena da lei que não possuir em seu quadro societário servidor
público da ativa, empregado de empresa pública ou de sociedade de economia mista;

10) Declaramos, para os devidos fins de direito, na qualidade de Proponente dos procedimentos licitatórios, instaurados por este Mun
que o(a) responsável legal da empresa é o(a) Sr.(a)..... Portador(a) do RG sob nº
..... e CPF nº ....., cuja função/cargo é.....
administrador/procurador/diretor/etc), responsável pela assinatura do pregão eletrônico/contrato.

11) Declaramos, para os devidos fins que em caso de qualquer comunicação futura referente e este processo licitatório, bem como e
de eventual contratação, concordo que a pregão eletrônico /Contrato seja encaminhado para o seguinte endereço:
E-mail:
Telefone: ()

12) Caso altere o citado e-mail ou telefone comprometo-me em protocolizar pedido de alteração junto ao Sistema de Prot
Município, sob pena de ser considerado como intimado nos dados anteriormente fornecidos.

13) Nomeamos e constituímos o senhor(a)....., portador(a) do CPF/MF sob n.º....., para ser o
responsável para acompanhar a execução, referente ao Pregão Eletrônico n.º Nº e todos os atos necessários ao cumprimento das ob
contidas no instrumento convocatório, seus Anexos e na Ata de Registro de Preços/Contrato.

14) Declaramos, sob as penas da lei, para fins de atendimento ao disposto no art. 63, inciso IV, da Lei Federal nº 14.133/2021, que cu
plenamente as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, estabelecidas n
93 da Lei nº 8.213/1991, bem como as regras de acessibilidade previstas na legislação; OU declaramos que a empresa não se enqua
referida obrigatoriedade legal em razão de possuir quadro funcional inferior a 100 (cem) empregados.

15) Por ser expressão da verdade, firmamos a presente.
....., ..., ... de 2026.
Local e Data
Assinatura do Responsável pela Empresa
(Nome Legível/Cargo)

Assinado por 2 pessoas: ROSIELE DA SILVA GOMES e ROBERTO CARLOS ROSSI
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://palmitalpr.1doc.com.br/verificacao/2F5F-4C50-0002-ABBD e informe o código 2F5F-4C50-0002-ABBD

ANEXO IV – MINUTA DO CONTRATO

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
Departamento de Compras e Licitações
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 33/2026
PROCEDIMENTO LICITATÓRIO Nº 93/2026
CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº _____/2026

Pelo presente instrumento, o Município de PALMITAL-PR, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 75.680.025/0001-8 sede administrativa na Rua Moisés Lupion, n° 1001, Centro, Cep-85.270-000, Palmital, Estado do Paraná, neste ato, representado pelo Pre Municipal o Sr. ROBERTO CARLOS ROSSI, brasileiro, casado, portador do RG *******.303-2 SSP-PR e inscrito no CPF/MF sob o nº ********** residente e domiciliado na Rua Vicente Machado, nº 416, Centro, Palmital-PR, denominado simplesmente CONTRATANTE, e de ou Empresa <FORNECEDOR.CONTRATO#T&NOME>, pessoa jurídica de direito privado com endereço à <FORNECEDOR.CONTRATO#T&ENDERECOCOMPLETO> <FORNECEDOR.CONTRATO#T&CIDADEUF>, inscrita no CNPJ/MF sob <FORNECEDOR.CONTRATO#T&CNPJ>, neste ato representada por seu (sua) representante Legal, Senhor(a) <FORNECEDOR.CONTRATO#T&NOMEREPRESENTANTE>,portador do RG: <FORNECEDOR.CONTRATO#T&RGREPRESENTANTE> e inscrito no CPF/MF sob o nº <FORNECEDOR.CONTRATO#T&CPFREPRESENTANTE> denominada CONTRATADO(A), acordam e ajustam firma o presente Contrato, decorrente do resultado da licitação, modalidade Pregão Eletrônico, do tipo (MENOR PREÇO POR LOTE GLOBAL), nos da Lei Federal 14.133/2021, assim como pelas condições do Edital de Pregão Eletrônico Nº 33/2026, pelos termos da proposta do CONTRA datada de <DATAINICIOVIGENCIA> e pelas cláusulas a seguir expressas, definidoras dos direitos, obrigações e responsabilidades das part

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

O presente Contrato tem por objeto a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA O FORNECIMENTO DE MATERIAIS E EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE INSTALAÇÃO DO SISTEMA DE IMPERMEABILIZAÇÃO DA NOVA VALA DO ATERRO SANITÁRIO MUNICIPAL, COMPREENDENDO MATERIAIS, EQUIPAMENTOS, TESTES E SERVIÇOS NECESSÁRIOS À PERFEITA EXECUÇÃO DO OBJETO, EM CONFORMIDADE COM O PROJETO TÉCNICO, AS NORMAS DE EXECUÇÃO E A LEGISLAÇÃO AMBIENTAL VIGENTE. – TERMO DE REFERÊNCIA QUE FAZ PARTE INTEGRANTE DO EDITAL, com entrega única ou parcelada, atendendo ao pedido requis conforme as necessidades e quantidades solicitadas, contidas e estabelecidas no Anexo I do Edital de Pregão Eletrônico Nº 33/2026, parte deste, independente de transcrição, conforme segue:

Item	Descrição do Objeto	Quantidade	Unid.	VALOR UNIT	VALOR TOTAL
1	GEOMEMBRANA 2 MM PARA VALA PRINCIPAL	3.483,10	M²		
2	GEOMEMBRANA PARA COBERTURA DA VALA PRINCIPAL 2MM	2.366,00	M²		
3	GEOMEMBRANA PARA VALAS DE RETENÇÃO DE CHORUME 2MM	1.800,00	M²		
4	COBERTURA DAS VALAS DE RETENÇÃO (GEOMEMBRANA 2MM)	1.000,00	MT		
5	TUBO PERFURADO 200MM PARA EXAUSTÃO DE GASES (TUBO DE CONCRETO PERFURADO Ø 200 MM)	20,00	MT		
6	TELA ALAMBRADO (TELA ARAME GALVANIZADO QUADRANGULAR/LOSANGULAR, FIO 2,11 (14BWG) MALHA 8X8CM)	40,00	M²		
7	MANTA GEOTÊXTIL (BIDIM) PARA VALA DE DRENAGEM	1.100,00	M²		
8	TUBO PERFURADO 400MM PARA VALA DE DRENAGEM	63,00	MT		
9	SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS DE INSTALAÇÃO E APLICAÇÃO DE GEOMEMBRANA SOB REGIME DE EMPREITADA (conforme especificações do Anexo I do Edital)	1,00	UND		

VALOR TOTAL DOS ITENS: R$ <VALORCONTRATO> (<VALORCONTRATO#E>)

CLÁUSULA SEGUNDA – LEGISLAÇÃO APLICÁVEL E DA VINCULAÇÃO DO CONTRATO

A legislação aplicável a este Contrato é a constante da Lei Federal nº 14.133/2021, e demais disposições aplicáveis a Licitação Administrativos, bem como as Cláusulas deste instrumento e, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições privado.

§ 1º - Os casos omissos que se tornarem controvertidos em face das cláusulas do presente contrato serão resolvidos segundo os princípios aplicáveis, por despacho fundamentado por assessor jurídico desta municipalidade.

§ 2º - Integram este contrato, o Edital de Pregão Eletrônico Nº 33/2026 e seus Anexos, Proposta de Preços Escrita, de cujo inteiro teor as p declaram ter conhecimento e aceitam.

§ 3º - Após a assinatura deste Contrato, toda comunicação entre o CONTRATANTE e a CONTRATADA será feita através de correspondência devidamente protocolada.

Assinado por 2 pessoas: ROSILDA GOMES DA SILVA e ROBERTO CARLOS ROSSI
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://palmitalpr.1doc.com.br/verificacao/2F5F-4C50-0002-ABBD e informe o código 2F5F-4C50-0002-ABBD

§ 4º - Fica o presente contrato vinculado aos termos do Edital de Pregão Eletrônico Nº 33/2026 e respectivos anexos, na proposta comercia licitante vencedor, na Lei Federal 14.133/2021, ficando as partes obrigadas a cumprir todas as obrigações aí constantes.

CLÁUSULA TERCEIRA – SUBORDINAÇÃO ÀS NORMAS LEGAIS E CONTRATUAIS

As partes se declaram sujeitas às normas previstas à Lei Federal nº 14.133/2021, ao Edital de Pregão Eletrônico Nº 33/2026 e às cláusulas neste Contrato.

CLÁUSULA QUARTA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

Parágrafo Único – Constituem obrigações da CONTRATADA, além das demais previstas neste Contrato:

I - Fornecer o objeto no prazo estabelecido e no endereço situado no Aterro Sanitário Municipal de Palmital/PR, local indicado pela fiscaliza acompanhadas das notas fiscais para conferência, a qual ocorrerá no ato da entrega e no local de recebimento;

II - Fornecer o objeto deste contrato dentro dos elevados padrões de qualidade, eficiência e capacitação, conforme as especificações do ob edital ou melhor, assumindo inteira responsabilidade pelo mesmo;

III - Responsabilizar-se por todos e quaisquer prejuízos causados ao CONTRATANTE durante a vigência do presente contrato, bem como os à omissão pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais e quaisquer outras exigências legais inerentes a este instrumen

IV - Responsabilizar-se por quaisquer compromissos assumidos com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente contrato;

V - Cumprir todas as especificações previstas no Edital de Pregão Eletrônico Nº 33/2026 que deu origem ao presente instrumento;

VI – Obriga-se o(a) CONTRATADO(A) a fornecer a CONTRATANTE, todas as informações relativas ao fornecimento do objeto;

VII - Obriga-se ainda o(a) CONTRATADO(A) a apresentar certidão(ões) negativa(s) dos tributos antes de cada pagamento a ser efetuado pe Secretaria Municipal de Finanças, podendo os pagamentos ser suspensos até a sua devida regularização, sem prejuízo à CONTRATANTE;

VIII - Executar diretamente as parcelas principais do objeto, sendo expressamente proibida a subcontratação da instalação, da soldagem, de qualidade e dos testes das geomembranas, admitida a subcontratação de serviços acessórios somente mediante autorização Administração;

IX - Garantir que as embalagens, recortes, aparas e sobras dos materiais sejam separados, acondicionados e destinados de maneira ambie adequada, sendo proibido o abandono, queima ou enterramento desses materiais no local.

CLÁUSULA QUINTA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

Constituem obrigações da CONTRATANTE além das demais previstas neste Contrato:

I - Cumprir todos os compromissos financeiros assumidos com a CONTRATADA, efetuando os pagamentos de acordo com a Cláusula Nona

II - Fornecer e colocar à disposição da CONTRATADA todos os elementos e informações que se fizerem necessários à execução da contrata

III - Notificar, formal e tempestivamente, a CONTRATADA sobre as irregularidades observadas no cumprimento da contratação;

IV - Notificar a CONTRATADA, por escrito e com antecedência, sobre multas, penalidades e quaisquer débitos de sua responsabilidade;

V - Fiscalizar a execução da presente contratação por um representante da CONTRATANTE, ao qual competirá dirimir as dúvidas que surgi curso do fornecimento e de tudo dará ciência à Administração, conforme a Lei Federal n.º 14.133/2021;

VI - A fiscalização de que trata o subitem acima não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA pelos danos e prejuízos causad diretamente à CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução da contratação em conformidade com a Lei Fe 14.133/2021;

VII - Proporcionar todas as facilidades para que a contratada possa fornecer o objeto deste contrato, dentro dos elevados padrões de quali eficiência, capacitação e responsabilidade, conforme as especificações do objeto;

VIII – Efetuar o pagamento ao(a) CONTRATADO(A) até o 30° dia após o subsequente ao do fornecimento do objeto licitado, mediante apres de Nota Fiscal devidamente atestada por quem de direito;

IX - Disponibilizar, sem custos ao CONTRATADO, durante a instalação da manta, 01 (uma) máquina retroescavadeira e 01 (um) devidamente capacitado, totalmente livres de despesas com combustível, manutenção e demais custos, para auxiliar na instalação dos m uma vez que os serviços de escavação e terraplanagem ficam a cargo exclusivo da CONTRATANTE;

X - Disponibilizar o acompanhamento e o apoio técnico da execução contratual, a ser realizado pelo Engenheiro Matheus Augusto Lopes S CREA-PR nº 199.305/D.

CLÁUSULA SEXTA – FORNECIMENTO

I - O objeto deverá ter qualidade, e o prazo para mobilização e fornecimento dos materiais é de até 20 (vinte) dias corridos, contados a pa recebimento da Ordem de Serviço. A execução completa deverá ocorrer em até 90 (noventa) dias corridos, contados da Ordem de Serviço liberação formal e integral da área pela Administração Municipal, prevalecendo o evento que ocorrer por último, obedecendo às normas té sendo os materiais entregues e instalados no Aterro Sanitário Municipal de Palmital/PR, no local indicado pela fiscalização.

Assinado por 2 pessoas: ROSILDA GOMES DA SILVA e ROBERTO CARLOS ROSSI
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://palmital.1doc.com.br/verificacao/2F5F-4C50-0002-ABBD e informe o código 2F5F-4C50-0002-ABBD

II - O ato de recebimento do objeto licitado, não importa em sua aceitação. A critério da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Saneame objeto fornecido será submetido a verificação. Cabe ao fornecedor a devida correção, dentro de 24 (Vinte e Quatro) horas, do objeto que v recusado por não se enquadrar nas especificações estipuladas, apresentar defeitos de fabricação ou dano parcial ou geral, identificado na ou no período de verificação;

III - Por ocasião da entrega, a fatura ou documento fiscal, será obrigatoriamente emitido pela razão social, inclusive o CNPJ/MF do constant documentação de regularidade fiscal apresentada na habilitação e no contrato firmado;

a) Todas as despesas oriundas da necessidade de troca/substituição, inclusive laudos/perícias verificada(s) pelo CONTRATANTE, serão de e responsabilidade do(a) CONTRATADO(A);

IV - Os produtos ou objetos a serem fornecidos devem ser de qualidade compatível com o exigido no edital, compreendendo-se por esta e o melhor tipo de cada produto a ser fornecido e de acordo com a proposta apresentada. Os materiais deverão ser novos, sem uso, identifi rastreáveis, acondicionados adequadamente e acompanhados de fichas técnicas e certificados de conformidade;

V - A garantia mínima exigida para os materiais e serviços será de 5 (cinco) anos, contada a partir do recebimento definitivo.

CLÁUSULA SÉTIMA – ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO

No desempenho de suas atividades, é assegurado ao órgão fiscalizador o direito de verificar a perfeita execução do presente ajuste em to termos e condições.

§ 1º - A ação ou omissão total ou parcial do órgão fiscalizador não eximirá o(a) CONTRATADO(A) da responsabilidade de entregar o objeto qualidade com toda cautela e boa técnica.

§ 2º - Verificada a ocorrência de irregularidade no cumprimento do contrato, a Fiscalização tomará as providências legais e contratuais cab inclusive quanto à aplicação das penalidades previstas no presente contrato, na Lei Federal nº 14.133/2021.

§ 3º - A fiscalização por parte da CONTRATANTE não eximirá ou reduzirá em nenhuma hipótese, as responsabilidades da empresa contrata eventual falta que venha a cometer, mesmo que não observadas e/ou indicada pela fiscalização.

§ 4º - A execução deste contrato será acompanhada e fiscalizada por fiscal(is) designado(s) pela Portaria nº 420/2026, contando ainda com técnico do Engenheiro Matheus Augusto Lopes Schon, CREA-PR nº 199.305/D. <FISCAL.CONTRATO#T>

CLAUSULA OITAVA – DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

As despesas decorrentes da contratação, objeto desta licitação, correrão por Dotações Orçamentárias específicas, a saber:

Exercício da despesa	Conta da despesa	Funcional programática	Fonte de recurso	Natureza da despesa
2026	5460	12.002.18.541.1801.2091	0	3.3.90.30.24.00
2026	5490	12.002.18.541.1801.2091	0	3.3.90.39.05.00

CLÁUSULA NONA – PREÇO E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

I - O valor global deste contrato é de R$ <VALORCONTRATO> (<VALORCONTRATO#E>).

II - O pagamento à CONTRATADA será efetuado até o 30° dia subsequente após o fornecimento do objeto licitado, mediante apresentação Fiscal devidamente atestada por quem de direito. O pagamento ficará condicionado à comprovação da regularidade fiscal da Contratada (da Contratante).

III - Havendo erro na fatura/nota/recibo, ou outra circunstância que desaprove liquidação, a mesma ficará pendente e o pagamento sustad o adjudicatário tome as medidas saneadoras necessárias.

IV - No caso de atraso no pagamento, o valor poderá ser corrigido e o índice de atualização financeira será o IPCA mensal incidente pro rat desde a data final do período de adimplemento de cada parcela até a data do efetivo pagamento. No caso de extinção do IPCA, será utiliza índice que o Governo Federal determinar para substituí-lo.

CLÁUSULA DÉCIMA – VIGÊNCIA

O contrato terá vigência de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura, podendo, no interesse da Administração, media aditivo, ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos.

CLÁUSULA DÉCIMA-PRIMEIRA - DA FORMA DE REAJUSTE

11.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado.

11.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplica contratante, do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a c da anualidade.

Assinado por 2 pessoas: ROSILDA GOMES DA SILVA e ROBERTO CARLOS ROSSI
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://palmital.1doc.com.br/verificacao/2F5F-4C50-0002-ABBD e informe o código 2F5F-4C50-0002-ABBD

11.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reaju

11.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice(s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada p variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

11.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

11.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utiliza será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

11.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do remanescente, por meio de termo aditivo.

11.8. O reajuste poderá ser realizado por apostilamento.

11.9. A Administração terá o prazo de 1 (um) mês, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação mo igual período.

11.10. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 1 mês.

CLÁUSULA DÉCIMA-SEGUNDA – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

12.1. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas nesta Lei as seguintes sanções:

I - advertência;

II - multa;

III - impedimento de licitar e contratar;

IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

12.1.1. Na aplicação das sanções serão considerados:

I - a natureza e a gravidade da infração cometida;

II - as peculiaridades do caso concreto;

III - as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

IV - os danos que dela provierem para a Administração Pública;

V - a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.1.2. A advertência será aplicada exclusivamente pela infração administrativa prevista no inciso I do caput do art. 155 da Lei nº 14.133/ quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

12.1.3. A multa, calculada na forma do edital ou do contrato, não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% cento) do valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta e será aplicada ao responsável por qualquer das infrações admin previstas no art. 155 da Lei nº 14.133/2021.

12.1.4. O impedimento de licitar e contratar será aplicado ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, do caput do art. 155 da Lei nº 14.133/2021, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de li contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (trê

12.1.5. A declaração de inidoneidade para licitar ou contratar será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos in IX, X, XI e XII do caput do art. 155 da Lei nº 14.133/2021, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e V caput do referido artigo que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no § 4º deste artigo, e impedirá o res de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) an de 6 (seis) anos.

CLÁUSULA DÉCIMA-TERCEIRA - PENALIDADES

I - O descumprimento dos prazos ou das especificações exigidas ensejará aplicação ao inadimplente de multa garantida defesa prévia, no 0,5% (meio por cento) por dia corrido, calculado sobre o valor total do objeto licitado não entregue ou entregue fora do prazo ou ainda em com as especificações, até o limite de 30% (trinta por cento).

II - Pela inexecução total ou parcial do contrato, ou ainda pela desistência da proposta após a fase de habilitação, sem motivo justo decorr fato superveniente, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar a contratada as demais sanções previstas no Art. 156 da Le nº 14.133/2021.

CLÁUSULA DECIMA QUARTA - DA FRAUDE E DA CORRUPÇÃO

Os licitantes e o contratado devem observar e fazer observar, por seus fornecedores e subcontratados, se admitida subcontratação, o mai padrão de ética durante todo o processo de licitação, de contratação e de execução do objeto contratual.

Assinado por 2 pessoas: ROSILDA GOMES DA SILVA e ROBERTO CARLOS ROSSI
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://palmital.1doc.com.br/verificacao/2F5F-4C50-0002-ABBD e informe o código 2F5F-4C50-0002-ABBD

SUBCLÁUSULA PRIMEIRA - Para os propósitos desta cláusula, definem-se as seguintes práticas:

a) “prática corrupta”: oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação público no processo de licitação ou na execução de contrato;

b) “prática fraudulenta”: a falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução de contr

c) “prática conluiada”: esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento de representant prepostos do órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não-competitivos;

d) “prática coercitiva”: causar danos ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, às pessoas ou sua propriedade, visando influencia participação em um processo licitatório ou afetar a execução do contrato;

e) “prática obstrutiva”: (I) destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes do org financeiro multilateral, com o objetivo de impedir materialmente a apuração de alegações de prática prevista acima; (II) atos cuja intenção materialmente o exercício do direito de o organismo financeiro multilateral promover inspeção.

SUBCLÁUSULA SEGUNDA - Na hipótese de financiamento, parcial ou integral, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantament reembolso, este organismo imporá sanção sobre uma empresa ou pessoa física, inclusive declarando-a inelegível, indefinidamente ou por determinado, para a outorga de contratos financiados pelo organismo se, em qualquer momento, constatar o envolvimento da empresa, o ou por meio de um agente, em práticas corruptas, fraudulentas, colusivas, coercitivas ou obstrutivas ao participar da licitação ou da execu contrato financiado pelo organismo.

SUBCLÁUSULA TERCEIRA - Considerando os propósitos das cláusulas acima, a CONTRATADA concorda e autoriza que, na hipótese de o con vir a ser financiado, em parte ou integralmente, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, o organismo e/ou pessoas por ele formalmente indicadas possam inspecionar o local de execução do contrato e todos os documentos e conta relacionados à licitação e à execução do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA-QUINTA – EXTINÇÃO

O presente contrato poderá ser rescindido pelos motivos previstos no art. 137 da Lei Federal n.º 14.133/2021.

§ 1º - A extinção acarretará, independentemente de qualquer procedimento judicial ou extrajudicial por parte da CONTRATANTE, a retenção créditos decorrentes deste contrato, limitada ao valor dos prejuízos causados, além das sanções previstas neste ajuste, até a completa ind dos danos.

§ 2º - Fica expressamente acordado que, em caso de extinção, nenhuma remuneração será cabível, a não ser o ressarcimento autorizadas pela CONTRATANTE e, comprovadamente realizadas pela CONTRATADA, previstas no presente contrato.

§ 3º - Além dos motivos constantes do art. 137 da Lei Federal n.º 14.133/2021, a CONTRATANTE poderá extinguir o presente contrato, cas CONTRATADO(A), venha a não entregar o objeto licitado dentro das condições, prazos e especificações deste instrumento.

CLÁUSULA DÉCIMA-SEXTA - DO RECONHECIMENTO DOS DIREITOS DA ADMINISTRAÇÃO

O(A) CONTRATADO(A) reconhece desde já os direitos da Administração previstos na Lei Federal 14.133/2021, e incidentes sobre este cont particularmente o de extinção contratual administrativa.

CLÁUSULA DÉCIMA-SÉTIMA – NOVAÇÃO

A não utilização, por qualquer das partes, dos direitos a elas assegurados neste Contrato e na Lei 14.133/2021, e em geral, a não aplicaçã quaisquer sanções neles previstas não importa em novação a seus termos, não devendo, portanto, ser interpretada como renúncia ou des de aplicação ou de ações futuras, sendo que todos os recursos postos à disposição do CONTRATANTE serão considerados como cumulativo não alternativos, inclusive em relação a dispositivos legais.

CLÁUSULA DÉCIMA-OITAVA – ALTERAÇÕES

O presente Contrato poderá ser alterado para ajuste de condições supervenientes que impliquem em modificações nos casos previstos no Legais pertinentes à matéria, em especial na Lei 14.133/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA-NONA - DA DISPENSA DO OFERECIMENTO DE GARANTIA

A CONTRATANTE dispensa o(a) CONTRATADO(A) do oferecimento de garantia na presente contratação, conforme item 14.1 do Edital.

CLÁUSULA VIGÉSIMA - DO ATO AUTORIZATIVO DA CONTRATAÇÃO

A contratação em tela foi autorizada mediante a homologação confirmada do julgamento das propostas de eficácia à adjudicação Modalidade Pregão Eletrônico Nº 33/2026, mediante parecer exarado pela Procuradoria Jurídica de Palmital – Paraná e autorização do Pref Municipal.

CLÁUSULA VIGÉSIMA-PRIMEIRA – FORO

Fica eleito o foro da Comarca da Contratante, para dirimir dúvidas ou questões oriundas do presente Contrato.

Assinado por 2 pessoas: ROSILDA GOMES DA SILVA e ROBERT CARLOS ROSSI
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://palmital.1doc.com.br/verificacao/2F5F-4C50-0002-ABBD e informe o código 2F5F-4C50-0002-ABBD

Fica pactuado entre as partes, que este contrato adota a data da assinatura citada no extrato do contrato publicado como data do acordo estando as demais cláusulas vinculadas submetidas a esta data.

E por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente Instrumento Contratual em 02 (duas) vias iguais e rubricadas para todos de direito, na presença das testemunhas abaixo.

Palmital-PR, <DATAINICIOVIGENCIA>

ROBERTO CARLOS ROSSI
PREFEITO MUNICIPAL
CONTRATANTE

<FORNECEDOR.CONTRATO#T&NOME>
<FORNECEDOR.CONTRATO#T&NOMEREPRESENTANTE>
CPF: <FORNECEDOR.CONTRATO#T&CPFREPRESENTANTE>
CONTRATADO

Testemunhas:
<ASSINATURAS.CONTRATO#A>

Assinado por 2 pessoas: ROSILDA GOMES DA SILVA e ROBERTO CARLOS ROSSI
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://palmitalpr.1doc.com.br/verificacao/2F5F-4C50-0002-ABBD e informe o código 2F5F-4C50-0002-ABBD

VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS

Código para verificação: 2F5F-4C50-0002-ABBD

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

ROSILDA GOMES DA SILVA (CPF 599.XXX.XXX-72) em 02/09/2026 16:34:41 GMT-03:00
Papel: Parte
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

ROBERTO CARLOS ROSSI (CPF 864.XXX.XXX-91) em 02/09/2026 16:43:07 GMT-03:00
Papel: Parte
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

https://palmitalpr.1doc.com.br/verificacao/2F5F-4C50-0002-ABBD

Proc. Administrativo 20- 020/2026

De: Danilo S. - JUR-LIC

Para: SMA-Comp.Lic - SMA - Compras e Licitações

Data: 02/09/2026 às 16:26:43

Setores envolvidos:

GAB-PREF, SMA-Comp.Lic, SMF-DEP-CONT, SMMAS, COT, JUR-LIC

Fornecimento e instalação de geomembrana, drenagem e sistema de exaustão de gases para nova vala do aterro sanitário municipal

_

DANILO AMORIM SCHREINER
Procurador do Município

Anexos:
6_PARECER_LICITACAO_LEI_NOVA_EDITAL_.pdf

Assinado por 1 pessoa: DANILO AMORIM SCHREINER
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://palmitalpr.1doc.com.br/verificacao/CB3A-4CD4-A8FC-F649 e informe o código CB3A-4CD4-A8FC-F649

PARECER JURÍDICO Nº 252/2026- LIC

Processo Licitatório nº: 93/2026

Modalidade: Pregão Eletrônico nº 33/2026

Órgão solicitante: Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Saneamento

Objeto: Contratação de empresa especializada para o fornecimento de materiais e execução dos serviços de instalação do sistema de impermeabilização da nova vala do Aterro Sanitário Municipal de Palmital/PR

EMENTA: DIREITO ADMINISTRATIVO. LICITAÇÃO. PREGÃO ELETRÔNICO Nº 33/2026. PROCESSO LICITATÓRIO Nº 93/2026. CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA O FORNECIMENTO DE MATERIAIS E EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE IMPERMEABILIZAÇÃO DA NOVA VALA DO ATERRO SANITÁRIO MUNICIPAL. LEI FEDERAL Nº 14.133/2021. ANÁLISE DA MINUTA DO EDITAL E DE SEUS ANEXOS. PRESENÇA DOS REQUISITOS DE LEGALIDADE FORMAL E MATERIAL. RESSALVAS DE ORDEM TÉCNICO ADMINISTRATIVA. PARECER FAVORÁVEL AO PROSSEGUIMENTO DO CERTAME.

I. DO RELATÓRIO

Trata-se de minuta de edital de Pregão Eletrônico nº 33/2026, decorrente do Processo Licitatório nº 93/2026, autuado pelo Município de Palmital, Estado do Paraná, encaminhada a esta Procuradoria para exame prévio de legalidade e emissão de parecer jurídico, nos termos do art. 53 da Lei Federal nº 14.133/2021.

O certame tem por objeto a contratação de empresa especializada para o fornecimento de materiais e execução dos serviços de instalação do sistema de impermeabilização da nova vala do Aterro Sanitário Municipal, compreendendo materiais, equipamentos, testes e serviços

Assinado por 1 pessoa: DANILO AMORIM SCHREINER
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://palmitalpr.1doc.com.br/verificacao/CB3A-4CD4-A8FC-F649 e informe o código CB3A-4CD4-A8FC-F649

necessários à perfeita execução do objeto, conforme especificações técnicas do Termo de Referência (Anexo I) e do Projeto Complementar (Anexo II), estruturado em lote único, com julgamento pelo menor preço global, no valor máximo estimado de R$ 689.170,10.

Instruem o processo, além da minuta do Edital, os seguintes anexos, os quais passam a integrá-lo para todos os fins: Anexo I, Termo de Referência; Anexo II, Projeto Complementar; Anexo III, Modelo de Declaração Unificada; e Anexo IV, Minuta do Contrato. Consta, ainda, do item 1.5 do Edital, a indicação da dotação orçamentária que suportará a despesa.

É o relatório. Passa-se à fundamentação.

II. DA FUNDAMENTAÇÃO

1. Da legalidade formal e da modalidade eleita

O certame observa a modalidade pregão, na forma eletrônica, tipo menor preço, nos moldes dos arts. 6º, inciso XLI, e 29 da Lei nº 14.133/2021, adequada à natureza do objeto, que se qualifica como bem e serviço comum, cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos no instrumento convocatório, tal como especificado no Termo de Referência e no Projeto Complementar.

Constam do preâmbulo do Edital os elementos exigidos pelos arts. 25 e 92 da Lei nº 14.133/2021, a saber, órgão responsável, definição precisa do objeto, dotação orçamentária, prazo de validade da proposta, condições de participação, critérios de julgamento e sanções aplicáveis, estando a minuta redigida em linguagem clara e objetiva, em atendimento ao princípio da publicidade e da vinculação ao instrumento convocatório (art. 5º da Lei nº 14.133/2021).

2. Do objeto e do critério de julgamento por lote único

O objeto licitado compreende, conjuntamente, o fornecimento de materiais (geomembranas, tubos perfurados, manta geotêxtil e tela alambrado) e a execução dos correspondentes serviços técnicos especializados de instalação, soldagem e testes de estanqueidade do sistema

Assinado por 1 pessoa: DANILO AMORIM SCHREINER
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://palmitalpr.1doc.com.br/verificacao/CB3A-4CD4-A8FC-F649 e informe o código CB3A-4CD4-A8FC-F649

de impermeabilização, estruturado em lote único, com julgamento pelo menor preço global (item 1.3 do Edital).

O parcelamento do objeto constitui regra geral nas contratações públicas, nos termos do art. 40, inciso V, alínea b, e do art. 47, incisos II e IV, da Lei nº 14.133/2021, voltada à ampliação da competitividade e à promoção do acesso de um maior número de licitantes ao certame. A reunião de itens em lote único, todavia, é admissível quando demonstrada a inviabilidade técnica ou econômica do fracionamento, circunstância que se verifica, no presente caso, diante da necessidade de unidade de responsabilidade técnica pela instalação, soldagem e estanqueidade do conjunto formado por materiais e mão de obra, cuja execução fragmentada entre fornecedores distintos poderia comprometer a integridade, a rastreabilidade e a garantia mínima de 5 (cinco) anos exigida para o sistema de impermeabilização como um todo, o que é corroborado pela vedação expressa, constante das obrigações da Contratada, à subcontratação da instalação, da soldagem, do controle de qualidade e dos testes das geomembranas.

Recomenda-se, não obstante, que os autos contenham justificativa técnica expressa e fundamentada para a formação do lote único, subscrita pelo setor técnico responsável, de modo a dar cumprimento ao art. 40, parágrafo único, inciso IV, da Lei nº 14.133/2021, e a prevenir eventuais questionamentos administrativos ou pelos órgãos de controle quanto à restrição da competitividade.

3. Da dotação orçamentária

A dotação orçamentária encontra-se indicada no item 1.5 do Edital, contemplando as contas de despesa nº 5460 e nº 5490, funcional programática 12.002.18.541.1801.2091, fonte de recurso 0 (recursos do exercício), naturezas de despesa 3.3.90.30.24.00 e 3.3.90.39.05.00, dando cumprimento ao disposto no art. 18, § 1º, inciso IV, e no art. 54 da Lei nº 14.133/2021. Cabe à unidade orçamentária competente confirmar, previamente à publicação do aviso, a suficiência e a prévia reserva de crédito compatível com o preço máximo total estimado de R$ 689.170,10.

Assinado por 1 pessoa: DANILO AMORIM SCHREINER
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://palmitalpr.1doc.com.br/verificacao/CB3A-4CD4-A8FC-F649 e informe o código CB3A-4CD4-A8FC-F649

4. Das exigências de habilitação

As exigências de habilitação jurídica, fiscal, social, trabalhista, econômico-financeira e técnica, elencadas nos itens 9.8 a 9.11 do Edital, guardam pertinência temática e proporcionalidade com o objeto licitado, em conformidade com os arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133/2021, não se verificando, à primeira vista, exigências que extrapolem o necessário à comprovação da qualificação mínima dos licitantes.

Especificamente quanto à qualificação técnica, a exigência de atestado de capacidade técnica comprovando o fornecimento, a instalação e a soldagem de geomembrana em PEAD em quantidade mínima acumulada de 2.594,73 m² (item 9.11.1) corresponde a percentual compatível com o somatório das áreas de geomembrana do objeto, mantendo-se dentro do parâmetro comumente adotado pela jurisprudência do Tribunal de Contas da União, segundo o qual tais exigências não devem, em regra, superar 50% (cinquenta por cento) das quantidades previstas no objeto licitado, sob pena de indevida restrição à competitividade.

O tratamento diferenciado dispensado às microempresas e às empresas de pequeno porte observa a Lei Complementar nº 123, de 2006, com as alterações promovidas pela Lei Complementar nº 147, de 2014, estando corretamente disciplinado quanto ao empate ficto (itens 7.21 a 7.26 do Edital) e quanto ao prazo de regularização fiscal e trabalhista (itens 9.13 a 9.15 do Edital).

5. Da minuta de contrato e das sanções administrativas

A minuta de contrato, constante do Anexo IV, contempla as cláusulas essenciais exigidas pelo art. 92 da Lei nº 14.133/2021, contendo, dentre outras, disposições sobre o objeto, as obrigações das partes, o preço e as condições de pagamento, o prazo de vigência, a forma de reajuste, a fiscalização, as sanções administrativas, a extinção contratual e o foro competente.

A vigência contratual foi fixada em 12 (doze) meses, contados da assinatura, prazo compatível com a execução integral do objeto, que compreende até 20 (vinte) dias corridos para mobilização e fornecimento dos materiais e até 90 (noventa) dias corridos para a execução completa dos

Assinado por 1 pessoa: DANILO AMORIM SCHREINER
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://palmitalpr.1doc.com.br/verificacao/CB3A-4CD4-A8FC-F649 e informe o código CB3A-4CD4-A8FC-F649

serviços, contados da Ordem de Serviço, prazo esse que comporta, ainda, eventual margem para o cumprimento das etapas de recebimento provisório e definitivo.

As sanções administrativas previstas nas cláusulas décima segunda e décima terceira da minuta contratual, bem como no item 20 do Edital, observam os parâmetros fixados nos arts. 155 e 156 da Lei nº 14.133/2021, notadamente quanto aos percentuais de multa, fixados entre 0,5% (cinco décimos por cento) e 30% (trinta por cento) do valor do objeto licitado ou contratado, em conformidade com o § 5º do art. 156 da referida Lei.

A dispensa de garantia de execução, prevista no item 14.1 do Edital e na cláusula décima nona da minuta contratual, insere-se na discricionariedade da Administração, nos termos do art. 96 da Lei nº 14.133/2021, não havendo, em tese, óbice legal a essa opção. Recomenda-se, contudo, que o gestor pondere o vulto financeiro da contratação (R$ 689.170,10) e o prazo de garantia mínima exigido para os materiais e serviços (5 anos) na avaliação da conveniência da referida dispensa, registrando a respectiva motivação nos autos.

6. Dos prazos de impugnação, esclarecimento e recursal

Os prazos estabelecidos para impugnação do Edital e para pedidos de esclarecimento, fixados em 3 (três) dias úteis antes da data designada para a abertura da sessão pública (itens 22.1 e 22.5 do Edital), bem como os prazos para manifestação da intenção de recorrer e para apresentação de razões e contrarrazões (itens 11.1 a 11.2.3 do Edital), atendem aos arts. 164 e 165 da Lei nº 14.133/2021.

III. DAS RECOMENDAÇÕES

Sem prejuízo do parecer favorável ao prosseguimento do certame, recomenda-se à Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Saneamento e ao Pregoeiro, previamente à publicação do aviso, a adoção das seguintes providências:

a) juntar aos autos justificativa técnica expressa e fundamentada para a formação do lote único, conforme item II, 2, deste parecer;

Assinado por 1 pessoa: DANILO AMORIM SCHREINER
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://palmitalpr.1doc.com.br/verificacao/CB3A-4CD4-A8FC-F649 e informe o código CB3A-4CD4-A8FC-F649

b) certificar, nos autos, a efetiva publicação do aviso do Edital nos veículos de imprensa oficial e nos sítios eletrônicos indicados no preâmbulo, em observância à ampla publicidade exigida pelo art. 54 da Lei nº 14.133/2021.

IV. DA CONCLUSÃO

Ante o exposto, e à vista dos elementos constantes dos autos, esta Procuradoria manifesta-se pela aprovação, sob o aspecto jurídico-formal, da minuta do Edital de Pregão Eletrônico nº 33/2026 e de seus Anexos I a IV, por atenderem, em seus termos, às disposições da Lei Federal nº 14.133/2021 e da legislação correlata, condicionado o prosseguimento do certame ao atendimento das recomendações elencadas no item III deste parecer.

É o parecer, que se submete à superior consideração da autoridade competente, a quem caberá a decisão final quanto à deflagração do certame, nos termos do art. 53 da Lei nº 14.133/2021.

Palmital, Estado do Paraná, 02 de setembro de 2026.

DANILO AMORIM SCHREINER
Procurador do Município
OAB/PR nº 46.945

Assinado por 1 pessoa: DANILO AMORIM SCHREINER
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://palmitalpr.1doc.com.br/verificacao/CB3A-4CD4-A8FC-F649 e informe o código CB3A-4CD4-A8FC-F649

VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS

Código para verificação: CB3A-4CD4-A8FC-F649

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

DANILO AMORIM SCHREINER (CPF 046.XXX.XXX-50) em 02/09/2026 16:27:26 GMT-03:00
Papel: Parte
Emitido por: AC OAB G3 << AC Certisign G7 << Autoridade Certificadora Raiz Brasileira v5 (Assinatura ICP-Brasil)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

https://palmitalpr.1doc.com.br/verificacao/CB3A-4CD4-A8FC-F649

Proc. Administrativo 21- 020/2026

De: Luiz S. - SMMAS

Para: Envolvidos internos acompanhando

Data: 02/09/2026 às 16:32:27

Setores envolvidos:

GAB-PREF, SMA-Comp.Lic, SMF-DEP-CONT, SMMAS, COT, JUR-LIC

Fornecimento e instalação de geomembrana, drenagem e sistema de exaustão de gases para nova vala do aterro sanitário municipal

EM ANEXO JUSTIFICATIVA TÉCNICA PARA FORMAÇÃO DE LOTE ÚNICO

_

Luiz Fernando Santiago
ADMINISTRATIVO

Anexos:
Justificativa_Tecnica_Lote_Unico_PE33_2026.pdf

Assinado por 2 pessoas: LUIZ FERNANDO SANTIAGO e ROSILDA GOMES DA SILVA
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://palmitalpr.1doc.com.br/verificacao/2C52-A80D-2971-FC02 e informe o código 2C52-A80D-2971-FC02

MUNICÍPIO DE PALMITAL

ESTADO DO PARANÁ

SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE E SANEAMENTO

JUSTIFICATIVA TÉCNICA PARA FORMAÇÃO DE LOTE ÚNICO

Processo Licitatório nº: 93/2026

Modalidade: Pregão Eletrônico nº 33/2026

Tipo: Menor Preço por Lote Global

Objeto: Contratação de empresa especializada para o fornecimento de materiais e execução dos serviços de instalação do sistema de impermeabilização da nova vala do Aterro Sanitário Municipal de Palmital/PR

Setor técnico responsável: Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Saneamento, com apoio técnico do Engenheiro Matheus Augusto Lopes Schon, CREA-PR nº 199.305/D

1. DO OBJETO E DA FINALIDADE DESTA JUSTIFICATIVA

A presente manifestação tem por finalidade justificar, sob o aspecto técnico e operacional, a formação de lote único (Lote 001) para a contratação de empresa especializada no fornecimento de materiais e na execução dos serviços de instalação do sistema de impermeabilização da nova vala do Aterro Sanitário Municipal, no âmbito do Pregão Eletrônico nº 33/2026, atendendo à recomendação constante do Parecer Jurídico nº 252/2026 e ao disposto no art. 40, parágrafo único, inciso IV, da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

O objeto reúne, em um único conjunto funcional, o fornecimento de geomembrana de PEAD (vala principal, cobertura da vala principal e valas de retenção de chorume), de manta geotêxtil, de tubos perfurados para drenagem e exaustão de gases, de tela alambrado, e a execução dos correspondentes serviços técnicos especializados de instalação, estiramento, ancoragem, soldagem e testes de estanqueidade e controle de qualidade, conforme discriminado no item 9 da planilha do Termo de Referência (Anexo I do Edital).

2. DAS RAZÕES TÉCNICAS PARA A VEDAÇÃO AO FRACIONAMENTO

Assinado por 2 pessoas: LUIZ FERNANDO SANTIAGO e ROSILDA GOMES DA SILVA
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://palmitalpr.1doc.com.br/verificacao/2C52-A80D-2971-FC02 e informe o código 2C52-A80D-2971-FC02

O fracionamento do objeto em itens ou lotes distintos, com contratação de fornecedores e executores diversos para o fornecimento dos materiais e para a prestação dos serviços de instalação, mostra-se tecnicamente inviável e potencialmente lesivo ao interesse público, pelas razões a seguir expostas.

a) Continuidade e compatibilidade das soldas: a estanqueidade do sistema de impermeabilização depende da execução de soldagem contínua e homogênea entre todas as mantas de geomembrana aplicadas na vala principal, na sua cobertura e nas valas de retenção de chorume. A emenda de mantas fornecidas ou instaladas por fornecedores distintos, com espessuras, composições ou processos de fabricação não integralmente compatíveis, eleva o risco de falhas de solda, delaminação e perda de estanqueidade, comprometendo a integridade de toda a estrutura;

b) Unidade de responsabilidade técnica: a instalação, a soldagem e os testes de estanqueidade e controle de qualidade constituem etapas interdependentes de um mesmo processo executivo, de modo que a divisão dessas atividades entre contratados distintos dificultaria a identificação do responsável técnico em caso de vazamento, falha ou vício construtivo, em prejuízo da rastreabilidade exigida para obras de saneamento ambiental;

c) Garantia mínima de 5 (cinco) anos: o Edital exige garantia mínima de 5 (cinco) anos para os materiais e serviços, contada do recebimento definitivo. A fragmentação da contratação entre fornecedor de materiais e executor da instalação inviabilizaria, na prática, a exigibilidade dessa garantia de forma unificada, gerando risco de disputa entre contratados quanto à origem do vício (material ou execução);

d) Vedação contratual à subcontratação das etapas essenciais: as obrigações da Contratada, conforme o Termo de Referência, vedam expressamente a subcontratação da instalação, da soldagem, do controle de qualidade e dos testes das geomembranas, o que pressupõe que tais atividades sejam executadas por um único contratado, dotado de responsabilidade técnica integral sobre o sistema;

e) Economia de escala e de mobilização: a execução por um único contratado permite a mobilização única de equipe técnica especializada, equipamentos de soldagem, geradores e ferramentas específicas, com redução de custos de mobilização e desmobilização que, em caso de fracionamento, seriam replicados por cada contratado, onerando indiretamente a Administração;

f) Interdependência cronológica das etapas: o assentamento da manta geotêxtil, a instalação dos tubos perfurados de drenagem e de exaustão de gases e a fixação da tela alambrado guardam sequência técnica e cronológica com a instalação da geomembrana, de modo que a coordenação de múltiplos contratados para etapas sucessivas e interdependentes aumentaria o risco de atrasos, retrabalho e conflitos de responsabilidade entre eles.

3. DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

Assinado por 2 pessoas: LUIZ FERNANDO SANTIAGO e ROSILDA GOMES DA SILVA
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://palmitalpr.1doc.com.br/verificacao/2C52-A80D-2971-FC02 e informe o código 2C52-A80D-2971-FC02

O art. 40, inciso V, alínea b, e o art. 47, incisos II e IV, da Lei nº 14.133/2021 estabelecem o parcelamento do objeto como regra geral, voltada à ampliação da competitividade. O próprio art. 40, parágrafo único, inciso IV, todavia, ressalva a possibilidade de não parcelamento quando comprovada a inviabilidade técnica ou econômica da divisão, hipótese que se verifica no presente caso, à vista da unidade funcional e da interdependência técnica das etapas que compõem o sistema de impermeabilização, tal como demonstrado no item 2 desta justificativa.

Registre-se, ainda, que a exigência de qualificação técnica constante do item 9.11.1 do Edital, correspondente a aproximadamente 45% (quarenta e cinco por cento) da quantidade total de geomembrana do objeto, preserva a competitividade do certame, não obstante a formação do lote único, na medida em que não restringe a disputa a um universo reduzido de licitantes aptos a comprovar a experiência mínima exigida.

4. DA CONCLUSÃO

Diante do exposto, esta Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Saneamento, com o apoio técnico do Engenheiro Matheus Augusto Lopes Schon, CREA-PR nº 199.305/D, conclui pela inviabilidade técnica do fracionamento do objeto do Pregão Eletrônico nº 33/2026, justificando-se a manutenção da licitação em lote único (Lote 001), com julgamento pelo menor preço global, nos termos do art. 40, parágrafo único, inciso IV, da Lei Federal nº 14.133/2021.

Encaminhe-se a presente justificativa para juntada aos autos do Processo Licitatório nº 93/2026, dando-se ciência ao Departamento de Licitação e à Procuradoria Geral do Município.

Palmital, Estado do Paraná, 02 de setembro de 2026.

ROSILDA GOMES DA SILVA

Secretária Municipal de Meio Ambiente e Saneamento

MATHEUS AUGUSTO LOPES SCHON

Engenheiro, CREA-PR nº 199.305/D

Assinado por 2 pessoas: LUIZ FERNANDO SANTIAGO e ROSILDA GOMES DA SILVA
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://palmitalpr.1doc.com.br/verificacao/2C52-A80D-2971-FC02 e informe o código 2C52-A80D-2971-FC02

VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS

Código para verificação: 2C52-A80D-2971-FC02

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

- LUIZ FERNANDO SANTIAGO (CPF 023.XXX.XXX-81) em 02/09/2026 16:33:09 GMT-03:00
  Papel: Parte
  Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

- ROSILDA GOMES DA SILVA (CPF 599.XXX.XXX-72) em 02/09/2026 16:33:45 GMT-03:00
  Papel: Parte
  Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

https://palmitalpr.1doc.com.br/verificacao/2C52-A80D-2971-FC02

Proc. Administrativo 22- 020/2026

De: Elton B. - SMA-Comp.Lic

Para: Envolvidos internos acompanhando

Data: 02/09/2026 às 16:40:59

DIANTE DO PARECER FAVORÁVEL PELA PUBLICAÇÃO , PROCEDO A JUNTADA DO AVISO DE LICITAÇÃO, PARA FINS DE DIVULGAÇÃO E GARANTIA DA AMPLA PUBLICIDADE DO CERTAME, ASSEGURANDO A TRANSPARÊNCIA E O REGULAR PROSSEGUIMENTO DO PROCESSO LICITATÓRIO.

–

Elton Otto Back
Diretor

Anexos:

AVISO_DE_LICITACAO.pdf

Assinado digitalmente (anexos) por:

Assinante	Data	Assinatura	
Roberto Carlos Rossi	02/09/2026 16:45:34	1Doc	ROBERTO CARLOS ROSSI CPF 864.XXX.XXX-91

Para verificar as assinaturas, acesse **https://palmitalpr.1doc.com.br/verificacao/** e informe o código: **833C-7350-5FF6-3F84**

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 33/2026

PROCEDIMENTO LICITATÓRIO Nº 93/2026

O Município de Palmital-PR, Estado do Paraná com fundamento na Lei Federal nº 14.133/2021, e na Lei complemer 123/06 regulamentada pelo decreto nº 8.538/15, Lei complementar Nº 147/14 Lei Municipal N° 1.025/16 e de regulamentares aplicáveis à espécie, comunica que realizará licitação conforme as seguintes especificações:

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA O FORNECIMENTO DE MATERIAIS E EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE INSTALAÇÃO DO SISTEMA DE IMPERMEABILIZAÇÃO DA NOVA VALA DO ATERRO SANITÁRIO MUNICIPAL, COMPREENDENDO MATERIAIS, EQUIPAMENTOS, TESTES E SERVIÇOS NECESSÁRIOS À PERFEITA EXECUÇÃO DO OBJETO, EM CONFORMIDADE COM O PROJETO TÉCNICO, AS NORMAS DE EXECUÇÃO E A LEGISLAÇÃO AMBIENTAL VIGENTE.

DATA DE ABERTURA: 21/09/2026 às 08:30 HS

CRITÉRIO DE JULGAMENTO: Menor Preço por Lote Global.

PLARAFORMA ELETRÔNICA: www.bnc.org.br ou https://bnccompras.com/Process/ProcessSearchPublic?param1=1

INFORMAÇÕES: O Edital e anexos estão disponíveis também no site https://www.palmital.pr.gov.br/portal/portal-licitacoes.php também podendo ser retirados na sede da Prefeitura Municipal de Palmital, sito à Rua Moisés Lupion nº 1 Centro, em Palmital – Paraná, Fone: (42) 3657-1222, de segunda à sexta-feira, no horário de expediente.

Palmital, 02 de setembro de 2026.

ROBERTO CARLOS ROSSI
Prefeito Municipal

Assinado por 1 pessoa: ROBERTO CARLOS ROSSI
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://palmitalpr.1doc.com.br/verificacao/833C-7350-5FF6-3F84 e informe o código 833C-7350-5FF6-3F84

VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS

Código para verificação: 833C-7350-5FF6-3F84

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

ROBERTO CARLOS ROSSI (CPF 864.XXX.XXX-91) em 02/09/2026 16:45:32 GMT-03:00
Papel: Parte
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

https://palmitalpr.1doc.com.br/verificacao/833C-7350-5FF6-3F84

Proc. Administrativo 23- 020/2026

De: Elton B. - SMA-Comp.Lic

Para: Envolvidos internos acompanhando

Data: 02/09/2026 às 16:41:35

SEGUE ANEXADO O EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DA PLATAFORMA BNC, PARA FINS DE COMPROVAÇÃO DA DIVULGAÇÃO E PUBLICIDADE DO CERTAME.

–

Elton Otto Back
Diretor

Anexos:

001_Extrato_de_publicacao_33_2026_BNC.pdf

Assinado digitalmente (anexos) por:

Assinante	Data	Assinatura	
Antonio Ferraz de Lima Net...	02/09/2026 16:43:34	1Doc	ANTONIO FERRAZ DE LIMA NETO CPF 669.XXX.XXX-...

Para verificar as assinaturas, acesse **https://palmitalpr.1doc.com.br/verificacao/** e informe o código: **CA53-9DAD-8008-1993**

Extrato de publicação

PREGÃO ELETRÔNICO - 33/2026
Nº PROC. ADM. 93/2026

Extrato de publicação gerado automaticamente pelo sistem
público para conhecimento dos interessados que o órgão M
PALMITAL, de acordo com a regulamentação LEI Nº 14.133
PREGÃO ELETRÔNICO sendo conduzido por ANTONIO FERRA
NETO e tendo como autoridade ROBERTO CARLOS R

PUBLICAÇÃO: 02/09/2026 16:39
INÍCIO REC. PROPOSTA: 03/09/2026 08:00
FIM REC. PROPOSTA: 21/09/2026 08:00
INÍCIO DISPUTA: 21/09/2026 08:30
TIPO DE LANCE: MENOR LANCE
TIPO ENCERRAMENTO: ABERTO
EXCLUSIVO ME: NÃO
VALOR TOTAL DO PROCESSO: R$ 689.170,1000

OBJETO DO PROCESSO

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA O FORNECIMENTO DE MATERIAIS E EXECUÇÃO DOS SE
DO SISTEMA DE IMPERMEABILIZAÇÃO DA NOVA VALA DO ATERRO SANITÁRIO MUNICIPAL, COMPREEN
EQUIPAMENTOS, TESTES E SERVIÇOS NECESSÁRIOS À PERFEITA EXECUÇÃO DO OBJETO, EM CONFORMID
TÉCNICO, AS NORMAS DE EXECUÇÃO E A LEGISLAÇÃO AMBIENTAL VIGENTE.

OBSERVAÇÕES DO PROCESSO

OS DOCUMENTOS QUE NÃO POSSUÍREM CAMPO PRÓPRIO PARA INCLUSÃO NO SISTEMA DEVERÃO SER
“OUTROS DOCUMENTOS”, DEVENDO ESTAR UNIFICADOS EM UM ÚNICO ARQUIVO NO FORMATO PDF. (a
campo próprio)

Para demais informações contato via e-mail: licitapalmital@gmail.com, telefone: 4236571222 ou acesso pelo link: https://bnccom
param1=%5Bgkz%5D7UbS%2FtGWwKf4BUvrXw_ssMxMJrg7CjVV4u0bH7pkckCvKE8DMpLnhZQvGTAQOdoVKsmdSs7NipDrjq4AJC

VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS

Código para verificação: CA53-9DAD-8008-1993

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

ANTONIO FERRAZ DE LIMA NETO (CPF 669.XXX.XXX-91) em 02/09/2026 16:43:33 GMT-03:00
Papel: Parte
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

https://palmitalpr.1doc.com.br/verificacao/CA53-9DAD-8008-1993

Proc. Administrativo 24- 020/2026

De: Elton B. - SMA-Comp.Lic

Para: SMA-Comp.Lic - SMA - Compras e Licitações

Data: 03/09/2026 às 08:42:29

SEGUEM ANEXADAS AS PUBLICAÇÕES REALIZADAS NO DIÁRIO OFICIAL DOS MUNICÍPIOS DO PARANÁ (AMP), NO JORNAL CORREIO DO CIDADÃO, NA ATOTECA DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ (TCE-PR), BEM COMO O COMPROVANTE DE CADASTRO DO PROCEDIMENTO NO PORTAL NACIONAL DE CONTRATAÇÕES PÚBLICAS (PNCP), PARA FINS DE COMPROVAÇÃO E PUBLICIDADE DOS ATOS.

_

Elton Otto Back
Diretor

Anexos:

002_PUBLICACAO_AMP.pdf

003_Guarapuava_03_09_2026_02_Correio_do_Cidadao_Noticias_de_Guarapuava_e_regiao.pdf

004_AtoTeca.pdf

005_Portal_Nacional_de_Contratacoes_Publicas.pdf

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMITAL
AVISO DO PREGÃO ELETRÔNICO 33/2026

AVISO DE LICITAÇÃO

Pregão Eletrônico Nº 33/2026

PROCEDIMENTO LICITATÓRIO Nº 93/2026

O Município de Palmital-PR, Estado do Paraná com fundamento na Lei Federal nº 14.133/2021, e na Lei complementar n° 123/06 regulamentada pelo decreto nº 8.538/15, Lei complementar Nº 147/14 Lei Municipal N° 1.025/16 e demais normas regulamentares aplicáveis à espécie, comunica que realizará licitação conforme as seguintes especificações:

OBJETO: **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA O FORNECIMENTO DE MATERIAIS E EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE INSTALAÇÃO DO SISTEMA DE IMPERMEABILIZAÇÃO DA NOVA VALA DO ATERRO SANITÁRIO MUNICIPAL, COMPREENDENDO MATERIAIS, EQUIPAMENTOS, TESTES E SERVIÇOS NECESSÁRIOS À PERFEITA EXECUÇÃO DO OBJETO, EM CONFORMIDADE COM O PROJETO TÉCNICO, AS NORMAS DE EXECUÇÃO E A LEGISLAÇÃO AMBIENTAL VIGENTE.**

DATA DE ABERTURA: 21/09/2026 às 08:30 HS
CRITÉRIO DE JULGAMENTO: Menor Preço por Lote Global.

PLARAFORMA ELETRÔNICA: www.bnc.org.br ou https://bnccompras.com/Process/ProcessSearchPublic?param1=1

INFORMAÇÕES: O Edital e anexos estão disponíveis também no site **https://www.palmital.pr.gov.br/portal/portal-licitacoes.php** também podendo ser retirados na sede da Prefeitura Municipal de Palmital, sito à Rua Moisés Lupion nº 1001 – Centro, em Palmital – Paraná, Fone: (42) 3657-1222, de segunda à sexta-feira, no horário de expediente.

Palmital, 02 de setembro de 2026.

ROBERTO CARLOS ROSSI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Elton Otto Back
Código Identificador:70F25BCB

Matéria publicada no Diário Oficial dos Municípios do Paraná no dia 03/09/2026. Edição 3609
A verificação de autenticidade da matéria pode ser feita informando o código identificador no site:
https://www.diariomunicipal.com.br/amp/

Município De Palmital
CNPJ: 75.680.025/0001-82

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 32 /2026
PROCEDIMENTO LICITATÓRIO Nº 92/2026

OBSERVAÇÃO: LICITAÇÃO EXCLUSIVA PARA MICROEMPRESA (ME), EMPRESAS DE PEQUENO PORTE (EPP) E MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL (MEI),
EM ATENÇÃO AS DISPOSIÇÕES PREVISTAS NA LEI COMPLEMENTAR Nº 123/06 REGULAMENTADA PELO DECRETO Nº 8.538/15, LEI COMPLEMENTAR Nº 147/14 E LEI MUNICIPAL Nº 1.025/16.

O Município de Palmital-PR, Estado do Paraná com fundamento na Lei Federal nº 14.133/2021, e na Lei complementar nº 123/06 regulamentada pelo decreto nº 8.538/15, Lei complementar Nº 147/14 Lei Municipal Nº 1.025/16 e demais normas regulamentares aplicáveis à espécie, comunica que realizará licitação conforme as seguintes especificações:

OBJETO : AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ESPORTIVOS PARA ATENDER AS DEMANDAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES PELO PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES.

DATA DE ABERTURA: 17/09/2026 às 08:30 HS

CRITÉRIO DE JULGAMENTO: Menor Preço por Item.

PLARAFORMA ELETRÔNICA: www.bnc.org.br ou https://bnccompras.com/Process/ProcessSearchPublic?param1=1

INFORMAÇÕES: O Edital e anexos estão disponíveis também no site https://www.palmital.pr.gov.br/portal/portal-licitacoes.php também podendo ser retirados na sede da Prefeitura Municipal de Palmital, sito à Rua Moisés Lupion nº 1001 - Centro, em Palmital – Paraná, Fone: (42) 3657-1222, de segunda à sexta-feira, no horário de expediente.

Palmital, 01 de setembro de 2026.

ROBERTO CARLOS ROSSI
Prefeito Municipal

Rua Moisés Lupion, 1001 - Centro – CEP 852100-000 - Palmital – PR -Fone Fax: (42) 3657-1222 http://www.palmital.pr.gov.br

PREFEITURA MUNICIPAL DE TURVO

DEPARTAM ENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
RESULTADO DA LICITAÇÃO
CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 13/ 2026

Por meio do presente termo torno público, para conhecimento de tantos quanto possa interessar que foi declarada **FRACASSADA** a licitação conduzida pelo Município de Turvo na forma da "Concorrência Eletrônica nº 13/2026", cujo objeto visa o CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE OBRA DE PAVIMENTO RÍGIDO, CONCRETO, NA RUA XAXIM, NA SEDE DO MUNICÍPIO DE TURVO, pelo valor máximo de R$ 480.807,24 (quatrocentos e oitenta mil, oitocentos e sete reais e vinte e quatro centavos), na qual uma das empresa enviou a proposta porem os documentos de habilitação não estavam em conformidade com o edital as duas empresas participantes subsequentes não apresentaram a proposta ajustada conforme as solicitações no sistema. Nesta oportunidade, então considerando a manutenção das razões que ensejaram o procedimento infrutífero, determino, nesta oportunidade, a publicação do ato em Diário Oficial e o arquivamento do processo a que ele se refere, devendo, entretanto, serem reaproveitados todos os atos que puderem ser utilizados em novo procedimento licitatório. Nada mais havendo, publique-se e cumpra-se.

Turvo/PR, 02 de setembro de 2026.

ANTONIO MARCOS SEGURO
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE TURVO

PREFEITURA M UNICIPAL DE TURVO SECRETARIA M UNICIPAL DE ADM INISTRAÇÃO DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 105/2026
COMPRAS GOV Nº 40/2026

A pregoeira da Prefeitura Municipal de Turvo/PR, no uso de suas atribuições legais, torna público que fará realizar a licitação a seguir caracterizada:

Modalidade: Pregão Eletrônico
Tipo: Menor preço
Objeto: Contratação de empresa especializada para o fornecimento de materiais permanentes destinados à estruturação da sede da associação comercial e empresarial de turvo – acet, conforme plano de trabalho aprovado, com a finalidade de promover a melhoria da infraestrutura física, tecnológica e operacional da entidade, proporcionando melhores condições para a realização de reuniões; capacitações, cursos, eventos empresariais e demais atividades institucionais voltadas ao fortalecimento do comércio e ao desenvolvimento econômico local – REABERTURA.
Cadastro das Propostas: Até às 08h30min de 25 de setembro de 2026.
Início da Sessão: 25 de setembro de 2026 a partir das 08h30min.
Local: www.comprasgovernamentais.gov.br "**Acesso Identificado**"
Valor: R$ 32.903,09 (trinta e dois mil novecentos e três reais e nove centavos)
Comissão Julgadora: Constituída pela Decreto N.º 79/2026.

O procedimento licitatório obedecerá ao disposto na Lei Federal N.º 14.133/21 e suas alterações posteriores. O Edital completo se encontra a disposição dos interessados no site da Prefeitura Municipal de Turvo (http://www.turvo.pr.gov.br/), bem como no portal daCompras.gov (www.comprasgovernamentais.gov.br). Maiores informações poderão ser obtidas pelo telefone (42) 3642-1145 (ramal 206), através do e-mail licitacao@turvo.pr.gov.br, ou, ainda, na Prefeitura Municipal, em sua sede na Avenida 12 de Maio, 353, Turvo /PR CEP 85150-016, de segunda a sexta – feira das 08h00m às 12h00m e das 13h00m às 17h00m.

Turvo/PR, 31 de agosto de 2026.

Priscila Martinelli
Pregoeira (Decreto Nº 79/2026)

FONE: (42) 3642-1145 | www.turvo.pr.gov.br
CEP 85150-000 | CNPJ 78.279.973/0001-07 | AV. 12 DE MAIO, 353, CENTRO, TURVO - PR

PREF
EDIT
O Município de **Turvo**
de setembro do ano de
Prefeitura Municipal de
Brasil, **CONCORRÊN**
preço global, modo de
Local do objeto
Estrada Saudade Santa Anita
A Pasta Técnica com o
adendos e anexos, pode
comercial, solicitada
obtida no Portal Nac
adicionais, dúvidas e p
Agente de Contratação
(42) 3642-1145 ou Wha

MUNICÍPIO DE NOVA TEBAS
Dedicação e amor por nossa terra

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO DE REEQUILIBRIO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 204/2025 DECORRENTE DA INEXIGIBILIDADE N.º 044/2025.

CONTRATANTE: **MUNICÍPIO DE NOVA TEBAS.**
CONTRATADA: **LEIS LTDA**
CNPJ: **03.725.725/0001-35**

CLÁUSULA PRIMEIRA – QUANTIDADE E VALORES TOTAIS: Fica reequilibrado o valor total do presente contrato, tendo em decorrência o reajuste do valor dos serviços, conforme consta na tabela abaixo:

Gabinete do Prefeito
Avenida Belo Horizonte 695 - Centro - CEP: 85.250-000 - Estado do Paraná
Fone (42) 3141-2281 - CNPJ: 80.620.172/0001-05 e-mail: gabprefeitontebas@gmail.com

MUNICÍPIO DE NOVA TEBAS
Dedicação e amor por nossa terra

ITEM	DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS	UND	QTDE DISPONÍVEL	VALOR ATUAL	% DE REEQUILÍBRIO (IPCA)	VALOR REEQUILIBRADO	VALOR TOTAL A REEQUILIBRAR
01	CONTRATO DE SERVIÇO TÉCNICO ESPECIALIZADO DE CONSOLIDAÇÃO, COMPILAÇÃO E GERENCIAMENTO DOS ATOS OFICIAIS DO MUNICÍPIO, PERMITINDO A CONSULTA AO CONTEÚDO DAS NORMAS EM VERSÕES ESPECÍFICAS (VERSIONAMENTO DAS ALTERAÇÕES); INTEGRAÇÃO DAS LEIS ESTADUAIS DO PARANÁ NO BANCO DE LEGISLAÇÃO MUNICIPAL E NO RESULTADO DAS PESQUISAS REALIZADAS; E ACESSO À MAIOR BASE DE LEGISLAÇÃO MUNICIPAL E ESTADUAL DO PAÍS, COM MAIS DE 10 MILHÕES DE NORMAS PESQUISÁVEIS.	Mês	48	R$ 365,00	4,44383535%	R$ 381,22	R$ 778,56
VALOR ORIGINAL DO CONTRATO							R$ 21.900,00
VALOR ATUALIZADO DO CONTRATO							R$ 22.678,56

Gabinete do Prefeito
Avenida Belo Horizonte 695 - Centro - CEP: 85.250-000 - Estado do Paraná
Fone (42) 3141-2281 - CNPJ: 80.620.172/0001-05 e-mail: gabprefeitontebas@gmail.com

MUNICÍPIO DE NOVA TEBAS
Dedicação e amor por nossa terra

CLAUSULA SEGUNDA – JUSTIFICATIVA E FUNDAMENTAÇÃO: Os valores foram reequilibrados a partir do Processo Administrativo 6704/2026, Parecer Jurídico nº 481/2026 e demais documentos comprobatórios anexos. Permanecem inalteradas as demais condições do Contrato original desde que não colidam com as deste Termo.

Nova Tebas, 01 de setembro de 2026.

PEDRO LOURENÇO
PREFEITO DO MUNICIPIO DE NOVA TEBAS – PR

Gabinete do Prefeito
Avenida Belo Horizonte 695 - Centro - CEP: 85.250-000 - Estado do Paraná
Fone (42) 3141-2281 - CNPJ: 80.620.172/0001-05 e-mail: gabprefeitontebas@gmail.com

MUNICÍPIO DE NOVA TEBAS
Dedicação e amor por nossa terra

EXTRATO DE
PREGÃO
PROC
CONTRATANTE: **F**
C
OBJETO: **CONTRATA**
SEGURO VEICULAR P
NOVA TEBAS/PR
DATA DA ATA DE REG
VIGÊNCIA: O prazo de
meses contados da dat
forma do artigo 105 e 1
PAGAMENTO: O paga
contar da data da assin
da nota fiscal.
VALOR TOTAL: R$ 7.0
FORO: Comarca de Ma
PED
LOU
PREFE
Avenida Belo H
Fone (42) 3141-2281 -

FUNDAÇÃO PROTEGER
Divisão de Compras, Licitação e Contratos

AVISO
PREGÃO ELETRÔNICO N.° 17/2026
SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS
COM BENEFÍCIOS PARA MICRO E PEQUENAS EMPRESAS

A Fundação Proteger (UASG - 931521), através desta Presidência, devidamente autorizada, torna público que fará realizar a licitação abaixo:
PROCESSO ADMINISTRATIVO N.°20/2026.
OBJETO: Registro de preços para futura eventual aquisição de medicamento à base de canabidiol, na concentração de 100 mg/mL -Full Spectrum, destinado ao atendimento de acolhidos vinculados às unidades da Fundação Proteger, conforme prescrição médica individualizada, visando assegurar o tratamento, a estabilidade clínica e a melhoria da qualidade de vida dos usuários, conforme especificações técnicas, quantitativos estimados e condições estabelecidas neste instrumento.

VALOR MÁXIMO DISPONÍVEL: R$173.720,19 (Cento e Setenta e Três Mil, Setecentos e Vinte Reais e Dezenove Centavos).
TIPO: MENOR PREÇO - POR ITEM.
SUPORTE LEGAL: Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, Lei nº 3742/2024, Decretos Municipais nº 6.320/2017, 7545/2019, 9.463/2022, 9.781/2022, 10.140/2023, 10.475/2023 e demais legislação aplicável.

SISTEMA EMPREGADO: BLL (Bolsa de Licitações e Leilões) <<https://bll.org.br/>.
CREDENCIAMENTO E CADASTRAMENTO DE PROPOSTAS: Ocorrerá até às 08h30min do dia 17/09/2026 (horário de Brasília).

Município De Palmital
CNPJ: 75.680.025/0001-82

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 33/2026

PROCEDIMENTO LICITATÓRIO Nº 93/2026

O Município de Palmital-PR, Estado do Paraná com fundamento na Lei Federal nº 14.133/2021, e na Lei complementar nº 123/06 regulamentada pelo decreto nº 8.538/15, Lei complementar Nº 147/14 Lei Municipal Nº 1.025/16 e demais normas regulamentares aplicáveis à espécie, comunica que realizará licitação conforme as seguintes especificações:

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA O FORNECIMENTO DE MATERIAIS E EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE INSTALAÇÃO DO SISTEMA DE IMPERMEABILIZAÇÃO DA NOVA VALA DO ATERRO SANITÁRIO MUNICIPAL, COMPREENDENDO MATERIAIS, EQUIPAMENTOS, TESTES E SERVIÇOS NECESSÁRIOS À PERFEITA EXECUÇÃO DO OBJETO, EM CONFORMIDADE COM O PROJETO TÉCNICO, AS NORMAS DE EXECUÇÃO E A LEGISLAÇÃO AMBIENTAL VIGENTE.

DATA DE ABERTURA: 21/09/2026 às 08:30 HS

CRITÉRIO DE JULGAMENTO: Menor Preço por Lote Global.

PLARAFORMA ELETRÔNICA: www.bnc.org.br ou https://bnccompras.com/Process/ProcessSearchPublic?param1=1

INFORMAÇÕES: O Edital e anexos estão disponíveis também no site https://www.palmital.pr.gov.br/portal/portal-licitacoes.php também podendo ser retirados na sede da Prefeitura Municipal de Palmital, sito à Rua Moisés Lupion nº 1001 – Centro, em Palmital – Paraná, Fone: (42) 3657-1222, de segunda à sexta-feira, no horário de expediente.

MUNICÍPIO DE GUARAPUAVA
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
Departamento de Licitações e Contratos

AVISO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 117/2026
SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS
COM BENEFÍCIOS PARA MICRO E PEQUENAS EMPRESAS

O Município de Guarapuava, através do Departamento de Licitações e Contratos, devidamente autorizado, torna público que fará realizar a Licitação abaixo:
PROCESSO Nº 219/2026.
OBJETO: Registro de preços para eventual contratação de empresa especializada para o fornecimento de licenças de uso, por subscrição, de solução integrada de software destinada à modelagem, elaboração, análise, compatibilização e gestão de projetos nas áreas de arquitetura, engenharia, infraestrutura e geoinformação, incluindo atualizações e suporte técnico, bem como para a prestação de serviços técnicos especializados sob demanda.
VALOR MÁXIMO: R$ 674.683,20 (seiscentos e setenta e quatro mil, seiscentos e oitenta e três reais e vinte centavos).
TIPO DE LICITAÇÃO: Menor Preço – Por Lote.
SUPORTE LEGAL: Lei Federal nº 14.133, de 2021, Decretos Municipais nos: 6.320/2017, 7545/2019, 9.463/2022, 9.781/2022, 10.140/2023, 10.475/2023.
SISTEMA EMPREGADO: BLL (Bolsa de Licitações e Leilões) <https://bl lcompras.com/>.
CREDENCIAMENTO E CADASTRAMENTO DE PROPOSTAS: Ocorrerá até às 09h00min

EXTRATO DE
PREGÃO
PROC
CONTRATANTE: **F**
CONTRATADA: **PO**
OBJETO: **CONTRATA**
SEGURO VEICULAR P
NOVA TEBAS/PR
DATA DA ATA DE RE
VIGÊNCIA: O prazo de
meses contados da dat
forma do artigo 105 e 1

TCEPR
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

AtoTeca

Pesquisa Sair

Visualizar Ato Administrativo

Base

Base: Ato Administrativo

Versionar

Informações

Emitente: MUNICÍPIO DE PALMITAL

Identificador: 5079356/1

Tipo Documento: Pregão Eletrônico

Subentidade:

Número: 33

Ano: 2026

Data da Assinatura: 02/09/2026

Ementa: CONTRATAÇÃO DE EMPRESAESPECIALIZADA PARA O FORNECIMENTO DE MATERIAIS E EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE INSTALAÇÃO DO SISTEMA DE IMPERMEABILIZAÇÃO DA NOVA VALA DO ATERRO SANITÁRIO MUNICIPAL, COMPREENDENDO MATERIAIS, EQUIPAMENTOS, TESTES E SERVIÇOS NECESSÁRIOS À PERFEITA EXECUÇÃO DO OBJETO,EM CONFORMIDADE COM O PROJETO TÉCNICO, AS NORMAS DE EXECUÇÃO E A LEGISLAÇÃO AMBIENTAL VIGENTE.

Assunto: Pregão eletrônico;

Dados da Publicação

Data	Título	Número	Páginas	Link
03/9/2026	Diário Oficial dos Municípios do Paraná	3609	70F25BCB	Ver Publicação

Arquivo(s)

Principal/Anexo	Nome	Baixar
Principal	EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO 33-2026 - GEOMEMBRANA.pdf	
Anexo	002 PUBLICAÇÃO AMP.pdf	

Voltar

Usuário Logado: ANTONIO FERRAZ DE LIMA NETO

Emitente Logada: MUNICÍPIO DE PALMITAL

Edital nº 33/2026

Última atualização 02/09/2026

Acessar Contratação **Processo Eletrônico na origem não inform**

Órgão/Entidade: 75.680.025/0001-82 - MUNICIPIO DE PALMITAL

Unidade compradora: 219 - Prefeitura Municipal de Palmital - DP **Localidade da Unida**

Órgão/Entidade sub-rogado: não informad **Unidade compradora sub-rogada:** não

Localidade da Unidade sub-rogada: não informada

Modalidade da contratação: Pregão - Eletrôni **Amparo legal:** Lei 14.133/2021, Art.

Modo de disputa: Aberto **Registro de preço:** Não

Fonte orçamentária: Não informada

Data de divulgação no PNCP: 02/09/2026 **Situação:** Divulgada no PNCP

Data de início de recebimento de propostas: 03/09/2026 08:00 (horário de Brasíl

Data fim de recebimento de propostas: 21/09/2026 08:00 (horário de Brasília)

Id contratação PNCP: 75680025000182-1-000055/202 **Fonte:** Bolsa Nacional De Co

Objeto:

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA O FORNECIMENTO DE MATERIAIS
INSTALAÇÃO DO SISTEMA DE IMPERMEABILIZAÇÃO DA NOVA VALA DO ATERRO SANI
COMPREENDENDO MATERIAIS, EQUIPAMENTOS, TESTES E SERVIÇOS NECESSÁRIOS À
EM CONFORMIDADE COM O PROJETO TÉCNICO, AS NORMAS DE EXECUÇÃO E A LEGIS

VALOR TOTAL ESTIMADO DA COMPRA

R$ 689.170,10

VALOR TOTAL HOMOLOGADO DA COMPRA

R$ 0,00

1	GEOMEMBRANA 2 MM PARA VALA PRINCIPAL	3483.1
2	GEOMEMBRANA PARA COBERTURA DA VALA PRINCIPAL 2MM	2366
3	GEOMEMBRANA PARA VALAS DE RETENÇÃO DE CHORUME 2MM	1800
4	COBERTURA DAS VALAS DE RETENÇÃO (GEOMEMBRANA 2MM)	1000
5	TUBO PERFURADO 200MM PARA EXAUSTÃO DE GASES (TUBO DE CONCRETO PERFURADO Ø 200 MM: TUBO CIRCULAR DE CONCRETO PERFURADO, DIÂMETRO NOMINAL DE 200 MM, DESTINADO À CAPTAÇÃO E CONDUÇÃO DE ÁGUAS DE INFILTRAÇÃO E GÁS.)	20

Exibir: 5 | 1-5 de 9 itens

Voltar

Criado pela Lei nº 14.133/21, o Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) é o sítio eletrônico oficial destinado à divulgação centralizada e obrigatória dos atos exigidos em sede de licitações e contratos administrativos abarcados pelo novel diploma.

É gerido pelo Comitê Gestor da Rede Nacional de Contratações Públicas, um colegiado deliberativo com suas atribuições estabelecidas no Decreto nº 10.764, de 9 de agosto de 2021.

O desenvolvimento dessa versão do Portal é um esforço conjunto de construção de uma concepção direta legal, homologado pelos indicados a compor o aludido comitê.

A adequação, fidedignidade e corretude das informações e dos arquivos relativos às contratações disponibilizadas no PNCP por força da Lei nº 14.133/2021 são de estrita responsabilidade dos órgãos e entidades contratantes.

https://portaldeservicos.gestao.gov.br

0800 978 9001

Texto destinado a exibição de informações relacionadas à **licença de uso.**

Proc. Administrativo 25- 020/2026

De: Antonio N. - SMA-Comp.Lic

Para: Envolvidos internos acompanhando

Data: 21/09/2026 às 17:12:05

PROCEDO À JUNTADA DA DOCUMENTAÇÃO DHABILITAÇÃO DA EMPRESA VENCEDORA, ONDE FOI DEVIDAMENTE ANALISADA PELO AGENTE DE CONTRATAÇÃO E EQUIPE DE APOIO, TENDO SUA REGULARIDADE E ATENDIMENTO AOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO ATESTADOS. DESSA FORMA, A REFERIDA DOCUMENTAÇÃO É FORNECIDA PARA JUNTADA AOS AUTOS DO PROCESSO, A FIM DE COMPROVAR A HABILITAÇÃO DA EMPRESA NO PRESENTE CERTAME.

_

Antonio Ferraz de Lima Neto
Agente de Contratação

Anexos:

Atestado_de_Capacidade_Tecnica.pdf
Ato_Constitutivo_Estatuto_ou_Contrato_Social_.pdf
Cadastro_de_CNPJ.pdf
Cedula_de_identidade_e_CPF_dos_socios.pdf
Certidao_conjunta_de_debitos_relativos_a_Tributos_Federais.pdf
Certidao_de_regularidade_debito_para_com_o_Fundo_de_Garantia_por_Tempo_de_Servico_FGTS_.pdf
Certidao_de_regularidade_de_debito_com_a_Fazenda_Estadual.pdf
Certidao_de_regularidade_de_debito_com_a_Fazenda_Municipal.pdf
Certidao_Negativa_de_Debitos_Trabalhistas_CNDT_.pdf
Certidao_Negativa_de_Falencia_ou_Concordata.pdf
Comprovacao_de_enquadramento_em_MEEPP.pdf
Declaracao_Unificada_Conforme_Modelo_Anexo_ao_Edital.pdf
Outros_documentos_OUTROS_DOCUMENTOS.pdf
Proposta_em_papel_timbrado_assinada_e_com_CNPJ.pdf

Certidão de Acervo Técnico - CAT
Resolução nº 1.137, de 03 de abril de 2023

CREA-PR

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Paraná

CAT COM REGISTRO DE ATESTADO
1720230003625

Atividade concluída

CERTIFICAMOS, em cumprimento ao disposto na Resolução n° 1.137, de 03 de abril de 2023, do Confea, que consta dos assentamentos deste Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Paraná - Crea-PR, o Acervo Técnico do profissional ROBSON MURILO FELIPSEN referente à(s) Anotação(ões) de Responsabilidade Técnica - ART abaixo discriminada(s):

Profissional: **ROBSON MURILO FELIPSEN** RNP: **1716022410**
Registro: **PR-158073/D**
Título profissional: ENGENHEIRO CIVIL

Número da ART: **1720232917390** Situação da ART: BAIXA POR CONCLUSÃO DE OBRA/SERVIÇO
Tipo de ART: ART de Obra ou Serviço Registrada em: 06/06/2023 Baixada em: 12/07/2023 Forma de registro: Inicial
Participação técnica: Individual

Empresa contratada: **GIORGI SISTEMA DE IRRIGACAO LTDA**

Contratante: **MUNICIPIO DE FENIX** CNPJ: **76.950.021/0001-30**

Rua: RUA JANGADA Nº: 25

Complemento: PAÇO MUNICIPAL Bairro: CENTRO

Cidade: FENIX UF: PR CEP: 86950-000

Contrato: DISPENSA 25/2023 celebrado em 05/05/2023

Valor do contrato: R$ 17.360,00 Tipo de contratante: Pessoa Jurídica (Direito Público) brasileira

Ação Institucional:

Endereço da obra/serviço: ESTRADA RURAL Nº: S/N

Complemento: ATERRO SANITÁRIO Bairro: ZONA RURAL

Cidade: FENIX UF: PR CEP: 86950-000

Coordenadas Geográficas: -23,899815 x -51,988443

Data de início: 05/05/2023 Conclusão efetiva: 12/07/2023

Finalidade: Outro

Proprietário: MUNICIPIO DE FENIX CNPJ: 76.950.021/0001-30

Atividade Técnica: **1-** Execução de instalação de impermeabilização aplicada à construção civil , 700 M2; **2-** Execução de obra de sistema de esgoto/resíduos sólidos aterro sanitário, 700 M2

Observações:
INSTALAÇÃO DE 700,00 M² DE GEOMEMBRANA PEAD 1,00 MM NO ATERRO SANITÁRIO DE FÊNIX

Informações complementares:
O registro da empresa contratada perante o Crea-PR ocorreu em 17/05/2023.
O vínculo do profissional com a empresa contratada perante o Crea-PR iniciou em 17/05/2023.

Observações da certidão:
O Crea-PR certifica os dados da ART.

O atestado anexado foi assinado eletronicamente.

CERTIFICAMOS, finalmente, que se encontra vinculado à presente Certidão de Acervo Técnico - CAT o atestado contendo 2 folha(s), expedido pelo contratante da obra/serviço, a quem cabe a responsabilidade pela veracidade e exatidão das informações nele constantes.

Certidão de Acervo Técnico nº 1720230003625/2023

21/07/2023 14:21

A autenticidade e a validade desta certidão deve ser confirmada no site do Crea-PR https://www.crea-pr.org.br / Consultas Públicas, informando o número do protocolo: 208222/2023.

A CAT à qual o atestado está vinculado é o documento que comprova o registro do atestado no Crea.

A CAT é válida em todo território nacional.

A CAT perderá a validade no caso de modificação dos dados técnicos qualitativos ou quantitativos nela contidos em razão de substituição ou anulação de ART.

A autencidade e a validade desta certidão deve ser confirmada no site do Crea-PR, no endereço https://www.crea-pr.org.br, informando o número do protocolo: 208222/2023.

A falsificação deste documento constitui crime previsto no Código Penal Brasileiro, sujeitando o autor à respectiva ação penal.

A autenticidade e a validade desta certidão deve ser confirmada no site do Crea-PR https://www.crea-pr.org.br / Consultas Públicas, informando o número do protocolo: 208222/2023.

ATESTADO DE CONCLUSÃO DE OBRA

A autenticidade e a validade desta certidão deve ser confirmada no site do Crea-PR https://www.crea-pr.org.br/Consultas Públicas, informando o número do protocolo: 208222/2023.

CAT nº 1720230003625 de 21/07/2023, página 1 de 4

Atestamos para os devidos fins que a GIORGI SISTEMA DE IRRIGAÇÃO LTDA, inscrita no CNPJ nº 29.726.514/0001-00, com sede na RUA PROJETADA A, 2432, JARDIM IPÊ II, em ITAIPULÂNDIA/PR, executou os serviços assim discriminados abaixo:

Tipo de Obra: AQUISIÇÃO DE GEOMEMBRANA EM POLIETILENO DE ALTA DENSIDADE - PEAD PARA MANUTENÇÃO DO ATERRO SANITÁRIO.

Dimensão: 700,00 M².

Endereço: ESTRADA RURAL, S/N
ATERRO SANITÁRIO ZONA RURAL - FENIX/PR 86950-000
Início dos Serviços: 05/05/2023

Termino dos Serviços: 12/07/2023

Dispensa: 25/2023

Responsável Técnico: ROBSON MURILO FELIPSEN – CREA N° 158073/D

Os Serviços foram executados, conforme ART nº 1720232917390, de acordo com o projeto, memoriais descritivos e cronograma físico financeiro, concluído totalmente, em perfeitas condições. E conforme processo de dispensa número 25/2023, planilha quantitativa e orçamentária.

Ord.	Item	Descrição	Unidade	Quantidade	Vlr. Unitário	Vl Total
1	18751	GEOMEMBRANA EM POLIETILENO - DE ALTA DENSIDADE PEAD, COM ESPESSURA MÍNIMA DE 1,00 MM, INSTALADA.	M²	700,00	24,8000	17.360,0

Total: 17.360,00

RUA JANGADA, 25 – Cx. Postal 24 – Fone / Fax: 0 44 3162-8000 – C.N.P.J. 76.950.021/0001-30
E-mail: – pmfenix@fenix.pr.gov.br

Atestamos que tal fornecimento e instalação foram executados satisfatoriamente, nã
havendo em nossos registros, até a presente data, fatos que desabonem sua conduta
e responsabilidade com as obrigações assumidas.

Fênix, 17 de julho de 2023.

FRANK MAIKON SONTAG DE MOURA:00726316946

Assinado digitalmente por FRANK MAIKON SONTAG DE MOURA: 00726316946
Razão: Eu sou o autor deste documento
Localização: sua localização de assinatura aqui
Data: 2023.07.20 09:33:44-03'00'

FRAMK MAIKON SONTAG DE MOURA
Engenheiro Civil
CREA-PR 144204/D

A autenticidade e a validade desta certidão deve ser confirmada no site do Crea-PR https://www.crea-pr.org.br / Consultas Públicas, informando o número do protocolo: 208222/2023.

CAT nº 172023000625 de 21/07/2023, página 4 de 4

CREA-PR
Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Paraná

RUA JANGADA, 25 – Cx. Postal 24 – Fone / Fax: 0 44 3162-8000 – C.N.P.J. 76.950.021/0001-30
E-mail: – pmfenix@fenix.pr.gov.br

Certidão de Acervo Técnico - CAT
Resolução nº 1.137, de 03 de abril de 2023

CREA-PR

Certidão de Acervo Técnico Parcial com Atestado

1720240002038

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Paraná

Atividade em andamento

CERTIFICAMOS, em cumprimento ao disposto na Resolução n° 1.137, de 03 de abril de 2023, do Confea, que consta dos assentamentos deste Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Paraná - Crea-PR, o Acervo Técnico do profissional ROBSON MURILO FELIPSEN referente à(s) Anotação(ões) de Responsabilidade Técnica - ART abaixo discriminada(s):

Profissional: **ROBSON MURILO FELIPSEN**
Registro: **PR-158073/D** RNP: **1716022410**
Título profissional: ENGENHEIRO CIVIL

Número da ART: **1720240852145**
Tipo de ART: ART de Obra ou Serviço Registrada em: 20/02/2024 Forma de registro: Inicial Participação técnica: Individual

Empresa contratada: **GIORGI SISTEMA DE IRRIGACAO LTDA**

Contratante: **MUNICÍPIO DE GOIOERÊ** CNPJ: **78.198.975/0001-63**
Rua: AVENIDA AMAZONAS Nº: 280
Complemento: PREFEITURA Bairro: CENTRO
Cidade: GOIOERE UF: PR CEP: 87360-000
Contrato: Pregão n° 115/2023 celebrado em 14/12/2023
Valor do contrato: R$ 260.520,00 Tipo de contratante: Pessoa Jurídica (Direito Privado) brasileira
Ação Institucional:
Endereço da obra/serviço: RODOVIA PR 180, KM 6, LOTE A SUBDIVISÃO DO LOTE 34 E 35 Nº: S/N
Complemento: ATERRO SANITÁRIO Bairro: BAIRRO RURAL FONTE AZUL
Cidade: GOIOERE UF: PR CEP: 87360-000
Coordenadas Geográficas: -24,135585 x -53,055852
Data de início: 14/12/2023 Previsão de término: 13/12/2024
Finalidade:
Proprietário: MUNICÍPIO DE GOIOERÊ CNPJ: 78.198.975/0001-63
Atividade Técnica: **1- Execução** Execução de instalação de impermeabilização aplicada à construção civil , 8000 M2

Observações:
INSTALAÇÃO DE 8000,00 M² DE GEOMEMBRANA PEAD 2MM NO ATERRO SANITÁRIO DE GOIOERÊ

Observações da certidão:
O Crea-PR certifica os dados da ART.

CERTIFICAMOS, finalmente, que se encontra vinculado à presente Certidão de Acervo Técnico - CAT o atestado contendo 2 folha(s), expedido pelo contratante da obra/serviço, a quem cabe a responsabilidade pela veracidade e exatidão das informações nele constantes.

Certidão de Acervo Técnico nº 1720240002038/2024

12/04/2024 10:11

A CAT à qual o atestado está vinculado é o documento que comprova o registro do atestado no Crea.

A CAT é válida em todo território nacional.

A CAT perderá a validade no caso de modificação dos dados técnicos qualitativos ou quantitativos nela contidos em razão de substituição ou anulação de ART.

A autencidade e a validade desta certidão deve ser confirmada no site do Crea-PR, no endereço https://www.crea-pr.org.br, informando o número do protocolo: 96710/2024.

A falsificação deste documento constitui crime previsto no Código Penal Brasileiro, sujeitando o autor à respectiva ação penal.

A autenticidade e a validade desta certidão deve ser confirmada no site do Crea-PR https://www.crea-pr.org.br / Consultas Públicas, informando o número do protocolo: 96710/2024.

PREFEITURA MUNICIPAL DE GOIOERÊ

ESTADO DO PARANÁ

CNPJ/MF Nº 78.198.975/0001/63

ATESTADO PARCIAL DE CONCLUSÃO DE OBRA

A autenticidade e a validade desta certidão deve ser confirmada no site do Crea-PR https://www.crea-pr.org.br / Consultas Públicas, informando o número do protocolo: 96710/2024.

CAT nº 172024000038 de 12/04/2024, página 2 de 3

Atestamos para os devidos fins que a **GIORGI SISTEMA DE IRRIGACAO LTDA**, inscrita no **CNPJ nº 29.726.514/0001-00**, com sede na RUA PROJETADA A, 2432, JARDIM IPÊ II, em ITAIPULÂNDIA/PR, executou os serviços assim discriminados abaixo:

Tipo de Obra:

REGISTRO DE PREÇOS VISANDO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM APLICAÇÃO DE GEOMEMBRANA LISA PEAD E MANTA GEOTÊXTIL, PARA ATENDER A DEMANDA DA SECRETARIA DE AGRICULTURA, MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS.

Dimensão Executada: 2.310,00 M² geomembrana PEAD 2mm.
170,00 M² manta geotêxtil 200 g/m².

Endereço: Rodovia PR 180, km 6, Lote A subdivisão do Lote 34 e 35, Bairro Rural Fonte Azul – GOIOERÊ - PR - CEP: 87360-000

Início da primeira etapa dos serviços: 14/12/2023
Termino da primeira etapa dos serviços: 02/02/2024

Termino do prazo de vigência do contrato: 13/12/2024

Responsável Técnico: ROBSON MURILO FELIPSEN – CREA N° 158073/D

Os Serviços foram executados, conforme ART nº 1720240852145, de acordo com o projeto, memoriais descritivos e cronograma físico financeiro, concluído parcialmente, e em perfeitas condições. Pregão Eletronico nº 115/2023, ATA de Registro de Preço nº 402/2023 e conforme planilha quantitativa e orçamentária.

Item	Descrição do Objeto	Marca	Qtde	Valor Unit R$
01	GEOMEMBRANA LISA PEAD EM POLIETILENO	LONAX	8.000 M²	30,89

	ESPESSURA MÍNIMA 2MM - M²			
02	MANTA GEOTEXTIL EM POLIETILENO DE 200G/M². A contratada ficará responsável pela entrega no local indicado conforme Solicitação de Fornecimento.	FIBRATEX	1.000 M²	5,56
03	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE APLICAÇÃO DO ITEM 01 E 02. Incluindo a	PROPRIA	8.000 SERV	0,98

Atestamos que tal fornecimento e instalação foram executados satisfatoriamente, não havendo em nossos registros, até a presente data, fatos que desabonem sua conduta e responsabilidade com as obrigações assumidas.

Goioerê, 11 de abril de 2024.

Thiago Dias Azenha

Thiago Dias Azenha
Engenheiro Ambiental
CREA-PR-156044/D

A autenticidade e a validade desta certidão deve ser confirmada no site do Crea-PR https://www.crea-pr.org.br / Consultas Públicas, informando o número do protocolo: 96710/2024.

CAT nº 172024002038 de 12/04/2024, página 3 de 3

CREA-PR
Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Paraná

Certidão de Acervo Técnico - CAT
Resolução nº 1.137, de 03 de abril de 2023

CREA-PR

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Paraná

CAT COM REGISTRO DE ATESTADO
1720240008904

Atividade concluída

CERTIFICAMOS, em cumprimento ao disposto na Resolução n° 1.137, de 03 de abril de 2023, do Confea, que consta dos assentamentos deste Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Paraná - Crea-PR, o Acervo Técnico do profissional ROBSON MURILO FELIPSEN referente à(s) Anotação(ões) de Responsabilidade Técnica - ART abaixo discriminada(s):

Profissional: **ROBSON MURILO FELIPSEN**
Registro: **PR-158073/D** RNP: **1716022410**
Título profissional: ENGENHEIRO CIVIL

Número da ART: **1720246411248** Situação da ART: BAIXA POR CONCLUSÃO DE OBRA/SERVIÇO
Tipo de ART: ART de Obra ou Serviço Registrada em: 06/11/2024 Baixada em: 05/12/2024 Forma de registro: Inicial
Participação técnica: Individual

Empresa contratada: **GIORGI SISTEMA DE IRRIGACAO LTDA**

Contratante: **MUNICIPIO DE MARILENA** CNPJ: **75.971.010/0001-73**
Rua: RUA DANTE PASQUALETTO Nº: 855
Complemento: PAÇO MUNICIPAL Bairro: CENTRO
Cidade: MARILENA UF: PR CEP: 87960-000
Contrato: PREGÃO N 28/2024 celebrado em 08/07/2024
Valor do contrato: R$ 107.706,90 Tipo de contratante: Pessoa Jurídica (Direito Público) brasileira
Ação Institucional:
Endereço da obra/serviço: PR-569 Nº: S/N
Complemento: PARQUE IRACEMA Bairro: RURAL
Cidade: MARILENA UF: PR CEP: 87960-000
Coordenadas Geográficas: -22,748426 x -53,016028
Data de início: 08/07/2024 Conclusão efetiva: 05/12/2024
Finalidade: Outro
Proprietário: MUNICIPIO DE MARILENA CNPJ: 75.971.010/0001-73
Atividade Técnica: **1-** Execução de instalação de impermeabilização aplicada à construção civil , 4310 M2

Observações:
INSTALAÇÃO DE 4.310,00 M² DE GEOMEMBRANA PEAD 1,5 MM NO ATERRO MUNICIPAL DE MARILENA

Observações da certidão:
O Crea-PR certifica os dados da ART.

O atestado anexado foi assinado eletronicamente.

CERTIFICAMOS, finalmente, que se encontra vinculado à presente Certidão de Acervo Técnico - CAT o atestado contendo 2 folha(s), expedido pelo contratante da obra/serviço, a quem cabe a responsabilidade pela veracidade e exatidão das informações nele constantes.

Certidão de Acervo Técnico nº 1720240008904/2024
14/12/2024 10:24

A autenticidade e a validade desta certidão deve ser confirmada no site do Crea-PR https://www.crea-pr.org.br / Consultas Públicas, informando o número do protocolo: 338731/2024.

CAT nº 1720240008904 de 13/12/2024, página 1 de 4

A CAT à qual o atestado está vinculado é o documento que comprova o registro do atestado no Crea.

A CAT é válida em todo território nacional.

A CAT perderá a validade no caso de modificação dos dados técnicos qualitativos ou quantitativos nela contidos em razão de substituição ou anulação de ART.

A autencidade e a validade desta certidão deve ser confirmada no site do Crea-PR, no endereço https://www.crea-pr.org.br, informando o número do protocolo: 338731/2024.

A falsificação deste documento constitui crime previsto no Código Penal Brasileiro, sujeitando o autor à respectiva ação penal.

A autenticidade e a validade desta certidão deve ser confirmada no site do Crea-PR https://www.crea-pr.org.br / Consultas Públicas, informando o número do protocolo: 338731/2024.

567879:;6<=>?;@9ABC9>=7?<69D7@

EFGHIJIJKHLHMN

OPQRPOSTUSQUVOWOVXSOSQUPYVZXVOU

l[\]^_^`abc^_^abd[efdabgfhb][i^fb[d[df_[fjaklm[^[`c_[b^\ahj_^j^d^k[n[\mjamabb[_efoab^p^fna
dfb_f`fh^dabd[ga_`^b^jfbg^jq_f^k\m`c_fhda\a`jad^bbm^b_[bcahb^pf]fd^d[bkhra_[bj^hdah^d^lm[^
d[b^pah[s
G[\hf\^`[hj[^j[bj^`ab^fhd^lm[abb[_efoabd[b_fjab[h\ahj_^`tb[\ah\]mudab[^j[hd[`^b
[bc[\fgf\^ov[b[[nfiwh\f^bd[^\a_da\a`ac_ax[jak`[`a_f^]d[b\_fjfea[ha_`^bjy\hf\^bs

VTZPzOPOZPQ{U

ZT|Q}zO~TURTVXO { M K JIE HL EMH
VZW s { t s
QZSQzQ T{L HIHMGEKHF H EGJkM t EMGLJ
zQWzQRQZPOZPQU Q JF HKHLE IJIHF HtKLE E GJ
VW { s s t
WzT XRRXTZ SQV EF E IJFFHMGJF |O
EM EM E LEHtKL s LJ

VTZPzOPT{U

T¡ QPT{ JMGLHGH¢£JIEE KLEFHKHL EMGJIE s E LHMH
IE IH EMGE MEGLH E kHMHFGKMELHFIE
IE HL EMHkEFGHIJIJKHLHMNs
¥zQO{¦s k § HGLJ EGLE¨EMGJFEIE¨©
QZSQzQ T{ LJIJ HKLt kE LH E t kHL EMHtKL
WzTVQRRT{KLE £JM ¦
VTZPzOPT{M ¦
SOPOUSQUXZªVXT{ ¦
SOPOUSQUPQz|ªZT{ ¦
«O TzUSOUT¡zO{L¬ s k § EMGJFEFE FLEH FEMJ EMGH
EMGH JF©

VTZPzOPOSTUO®{

ZT|Q}zO~TURTVXO { JL F FGE HIE LL H HJ GIH
VZW s s ¦ { t
zQRWTZR¥«Q UPYVZXVT{LJ¤FJM L KFEM LEHtKL s J E
zQ ¦ ¦ ¦

A autenticidade e a validade desta certidão deve ser confirmada no site do Crea-PR https://www.crea-pr.org.br / Consultas Públicas, informando o número do protocolo: 338731/2024.

CAT nº 172024000890 4 de 13/12/2024, página 3 de 4

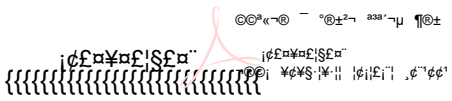
567879:;6<=>?;@9ABC9>=7?<69D7@

EFGHIJIJKHLHMN

IEFOLPQRJIJFFELSPQJFLEHTPUHIJFV

TWXYZ[			
TWXY \]^_X`a^aY		b_`a^aYaY cYa`a^	IYdef`ghW
[	ijk[Z	lm	nWf_Ye`lY_XWaYoYWlYlpf^_^[jqZllraYs`a^lY_XY`_dX^t^a^r u^f^^XY_aYf^daYl^_a^daWK^fv]YPf^eYl^aWc]_`ewu`WaY c^f`tY_^j

c^f`tY_^xKLr[[aYaYyYlpfWaYzZzij



YdtY aWdF^_XWdT`l^

E_ j O`s`t

OLEHKL_ [[j zzxl

LMK_ [[q Z[

OKn_ Z jz j[i k

A autenticidade e a validade desta certidão deve ser confirmada no site do Crea-PR https://www.crea-pr.org.br / Consultas Públicas, informando o número do protocolo: 338731/2024.

Certidão de Registro Profissional e Negativa de Débitos

O Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Paraná-CREA-PR, certifica que o(a) profissional abaixo encontra-se regularmente registrado(a) nos termos da Lei Federal nº 5.194/66 possibilitando-o(a) a exercer sua profissão no Estado do Paraná, circunscrita à(s) atribuição(ões) constantes de seu registro.

Certidão nº: 87031/2026 Validade: 31/01/2027

Nome civil:
MAURO JOSE KOTZ

CPF:
[redacted]

Carteira - CREA-PR Nº:
PR-100331/D

Documento de Identidade:
[redacted]

Registro Nacional:
[redacted]

Órgão emissor:
SSP-PR/PR

Registrado(a) desde:
08/01/2009

Filiação:
PAI: FLAVIO JACOB KOTZ
MÃE: TERESINHA MARGARIDA KOTZ

Naturalidade:
MISSAL/PR

Encontra-se quite com a anuidade do exercício 2026.
Não possui débito(s) referente a processo(s) de fiscalização e/ou dívida ativa até a presente data.

TÍTULOS

Título: ENGENHEIRO AMBIENTAL

Data da anotação do título profissional: 05/12/2023

UNIÃO DINÂMICA DE FACULDADES CATARATAS

Curso: ENGENHARIA AMBIENTAL

Data da Colação de Grau: 25/07/2008 - Diplomação: 30/06/2008

Situação: Regular

Atribuições profissionais:

Resolução do Confea N.º 447/2000 de 22/09/2000

Lei Federal N.º 5.194/1966 - Art. 7º de 24/12/1966

Resolução do Confea Nº 310/1986-Água (1) de 23/07/1986

Obs.: O profissional possui extensão de atribuições para os seguintes campos de atuação da engenharia civil e sanitária, conforme formação curricular: sistemas de abastecimento de água, incluindo captação, adução, reservação, distribuição e tratamento de água; - sistemas de distribuição de excretas e de
águas residuárias (esgoto) em soluções individuais ou sistemas de esgotos, incluindo
tratamento; e para topografia.

Resolução do Confea Nº 310/1986-Esgoto (2) de 23/07/1986

Obs.: O profissional possui extensão de atribuições para os seguintes campos de atuação da engenharia civil e sanitária, conforme formação curricular: sistemas de abastecimento de água, incluindo captação, adução, reservação, distribuição e tratamento de água; - sistemas de distribuição de excretas e de
águas residuárias (esgoto) em soluções individuais ou sistemas de esgotos, incluindo
tratamento; e para topografia.

Decisão Plenária Confea PL-129 /1984 (Topografia) de 31/05/1984

Obs.: O profissional possui extensão de atribuições para os seguintes campos de atuação da engenharia civil e sanitária, conforme formação curricular: sistemas de abastecimento de água, incluindo captação, adução, reservação, distribuição e tratamento de água; - sistemas de distribuição de excretas e de
águas residuárias (esgoto) em soluções individuais ou sistemas de esgotos, incluindo
tratamento; e para topografia.

Decisão Normativa do Confea Nº 116/2021 (Lei 10.267/2001) de 21/12/2021

Obs.: Possui atribuição para GEORREFERENCIAMENTO DE IMÓVEIS RURAIS, para o desenvolvimento de atividades atinentes à determinação dos vértices dos limites definidores dos imóveis rurais para fins de inclusão no Cadastro Nacional de Imóveis Rurais - CNIR, conforme estabelecido na Decisão Normativa do Confea nº 116/2021.

Certidão de Registro Profissional e Negativa de Débitos

Título: ENGENHEIRO CIVIL

Data da anotação do título profissional: 30/07/2025

UNIVERSIDADE PITAGORAS UNOPAR ANHANGUERA

Curso: ENGENHARIA CIVIL

Data da Colação de Grau: 11/07/2025 - Diplomação: 15/07/2025

Situação: Regular

Atribuições profissionais:

Decreto Federal N.º 23.569/1933 - Art. 28º de 11/12/1933

Lei Federal N.º 5.194/1966 - Art. 7º de 24/12/1966

Resolução do Confea N.º 218/1973 - Art. 7º de 29/06/1973

RESPONSABILIDADE TÉCNICA/QUADRO TÉCNICO:

ANGELI ENGENHARIA E ASSESSORIA AMBIENTAL LTDA

CNPJ: 05017195000104

Desde: 10/03/2010 Carga Horária: 20h

IRRIGABEM SISTEMA DE IRRIGACAO LTDA

CNPJ: 10957001000182

Desde: 17/10/2025 Carga Horária: 1h

GIORGI SISTEMA DE IRRIGACAO LTDA

CNPJ: 29726514000100

Desde: 22/10/2025 Carga Horária: 1h

Para fins de: Licitações

Certificamos que caso ocorra(m) alteração(ões) nos elementos contidos neste documento, esta Certidão perderá sua validade para todos os efeitos.
A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada na página do CREA-PR (http://www.crea-pr.org.br), através do protocolo n.º 221886/2026, ressaltando a impossibilidade de execução de quaisquer serviços ou obras sem a participação efetiva de seu(s) responsável(eis) técnico(s).
Emitida via Internet em 04/08/2026 10:40:45

Dispensa-se a assinatura neste documento, conforme Instrução de Serviço Nº 03/2021.
A falsificação deste documento constitui-se em crime previsto no Código Penal Brasileiro, sujeitando o autor à respectiva ação penal.

Anotação de Responsabilidade Técnica - ART
Lei nº 6.496, de 7 de dezembro de 1977

CREA-PR

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Paraná

ART de Cargo ou Função
1720256186956

1. Responsável Técnico

MAURO JOSE KOTZ

Título profissional: ENGENHEIRO CIVIL

RNP: **1706880600**

Carteira: **PR-100331/D**

2. Contratante

GIORGI SISTEMA DE IRRIGACAO LTDA

CNPJ: **29.726.514/0001-00**

RUA PROJETADA A, 2432
CENTRO - ITAIPULANDIA/PR 85880-000

Tipo de contratante: Pessoa Jurídica (Direito Privado) brasileira

Registro: 81507

3. Vínculo contratual

Unidade administrativa: **MATRIZ**

RUA PROJETADA A, 2432
CENTRO - ITAIPULANDIA/PR 85880-000

Data de Início: 16/10/2025 Previsão de término:

Tipo de vínculo: Prestador de serviço

Identificação do cargo/função: Engenheiro Civil e Engenheiro Ambiental

4. Atividade Técnica

	Quantidade	Unidade
Desempenho de cargo, Desempenho de função técnica	01:00	H/D

A mudança de cargo ou função exige o registro de nova ART

5. Observações

Também desempenharei o cargo técnico como Engenheiro Ambiental da empresa

7. Assinaturas

Declaro serem verdadeiras as informações registradas nesta Anotação de Responsabilidade Técnica.

Documento assinado eletronicamente por MAURO JOSE KOTZ, registro Crea-PR PR-100331/D, na área restrita do profissional com uso de login e senha, na data 21/10/2025 e hora 13h46.

GIORGI SISTEMA DE IRRIGACAO LTDA - CNPJ: 29.726.514/0001-00

8. Informações

- A ART é válida somente quando quitada, conforme informações no rodapé deste formulário ou conferência no site www.crea-pr.org.br.

- A autenticidade deste documento pode ser verificada no site www.crea-pr.org.br ou www.confea.org.br

- A guarda da via assinada da ART será de responsabilidade do profissional e do contratante com o objetivo de documentar o vínculo contratual.

Acesso nosso site www.crea-pr.org.br
Central de atendimento: 0800 041 0067

CREA-PR
Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Paraná

Valor da ART: R$ 103,03 Registrada em : 21/10/2025 Valor Pago: R$ 103,03

Certidão de Registro de Pessoa Jurídica e Negativa de Débitos

O Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Paraná-CREA-PR, certifica que a empresa encontra-se regularmente registrada nos termos da Lei Federal nº 5.194, de 24 de dezembro de 1966, estando habilitada a exercer suas atividades no Estado do Paraná, circunscrita à(s) atribuição(ões) de seu(s) responsável(eis) técnico(s).

Certidão nº: 87029/2026 Validade: 31/01/2027

Razão social:
GIORGI SISTEMA DE IRRIGACAO LTDA

CNPJ:
29.726.514/0001-00

Num. Registro:
81507

Data do Registro:
17/05/2023

Capital Social:
R$ 25.000,00

Endereço:
RUA PROJETADA A, 2432, CENTRO

CEP:
85880-000

Cidade:
ITAIPULANDIA-PR

Nº da Alteração Contratual:
0

Data da última alteração:
20/02/2018

Objetivo Social:
Obras de irrigação; Atividades de apoio à agricultura, operação de sistemas de irrigação, geomembrana e biodigestor; Comércio varejista de ferragens e ferramentas; Comércio atacadista de defensivos agrícolas, adubos, fertilizantes e corretivos do solo; Instalação de maquinas e equipamentos industriais; Comércio atacadista de maquinas, aparelhos e equipamentos para uso agropecuário; Comércio atacadista de maquinas e equipamentos; Comércio varejista de materiais de construção em geral e Comércio varejista de materiais elétrico.

Restrição de atividade:
Atividades da empresa circunscritas as atribuições de seu responsável técnico.

Encontra-se quite com o exercício 2026
Não possui débito(s) referente a processo(s) de fiscalização e/ou dívida ativa até a presente data.

Responsáveis técnicos pela Matriz - CNPJ: 29.726.514/0001-00

NOME CIVIL: MAURO JOSE KOTZ

Carteira: PR-100331/D - Data de expedição: 08/01/2009

Desde 22/10/2025 - Carga horária: 1h

Situação: Ativo

TÍTULO: ENGENHEIRO AMBIENTAL - Situação: Regular

Decisão Normativa do Confea Nº 116/2021 (Lei 10.267/2001)

Obs.: Possui atribuição para GEORREFERENCIAMENTO DE IMÓVEIS RURAIS, para o desenvolvimento de atividades atinentes à determinação dos vértices dos limites definidores dos imóveis rurais para fins de inclusão no Cadastro Nacional de Imóveis Rurais - CNIR, conforme estabelecido na Decisão Normativa do Confea nº 116/2021.

Decisão Plenária Confea PL-129 /1984 (Topografia)

Obs.: O profissional possui extensão de atribuições para os seguintes campos de atuação da engenharia civil e sanitária, conforme formação curricular: sistemas de abastecimento de água, incluindo captação, adução, reservação, distribuição e tratamento de água; - sistemas de distribuição de excretas e de
águas residuárias (esgoto) em soluções individuais ou sistemas de esgotos, incluindo
tratamento; e para topografia.

Lei Federal N.º 5.194/1966 - Art. 7º

Resolução do Confea N.º 447/2000

Resolução do Confea Nº 310/1986-Água (1)

Obs.: O profissional possui extensão de atribuições para os seguintes campos de atuação da engenharia civil e sanitária, conforme formação curricular: sistemas de abastecimento de água, incluindo captação, adução, reservação, distribuição e tratamento de água; - sistemas de distribuição de excretas e de
águas residuárias (esgoto) em soluções individuais ou sistemas de esgotos, incluindo
tratamento; e para topografia.

Resolução do Confea Nº 310/1986-Esgoto (2)

Obs.: O profissional possui extensão de atribuições para os seguintes campos de atuação da engenharia civil e sanitária, conforme formação curricular: sistemas de abastecimento de água, incluindo captação, adução, reservação, distribuição e tratamento de água; - sistemas de distribuição de excretas e de
águas residuárias (esgoto) em soluções individuais ou sistemas de esgotos, incluindo
tratamento; e para topografia.

CREA-PR
Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Paraná

Certidão de Registro de Pessoa Jurídica e Negativa de Débitos

TÍTULO: ENGENHEIRO CIVIL - Situação: Regular

Decreto Federal N.º 23.569/1933 - Art. 28º

Lei Federal N.º 5.194/1966 - Art. 7º

Resolução do Confea N.º 218/1973 - Art. 7º

Para fins de: Licitações

Certificamos que caso ocorra(m) alteração(ões) nos elementos contidos neste documento, esta Certidão perderá sua validade para todos os efeitos.
A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada na página do CREA-PR (http://www.crea-pr.org.br), através do protocolo n.º 221877/2026, ressaltando a impossibilidade de execução de quaisquer serviços ou obras sem a participação efetiva de seu(s) responsável(eis) técnico(s).
Emitida via Internet em 04/08/2026 10:39:45

Dispensa-se a assinatura neste documento, conforme Instrução de Serviço Nº 03/2021.
A falsificação deste documento constitui-se em crime previsto no Código Penal Brasileiro, sujeitando o autor à respectiva ação penal.

Certidão de Acervo Técnico - CAT
Resolução nº 1.137, de 03 de abril de 2023

CREA-PR

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Paraná

CAT SEM REGISTRO DE ATESTADO
1720260000114

CERTIFICAMOS, em cumprimento ao disposto na Resolução n° 1.137, de 03 de abril de 2023, do Confea, que consta dos assentamentos deste Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Paraná - Crea-PR, o Acervo Técnico do profissional MAURO JOSE KOTZ referente à(s) Anotação(ões) de Responsabilidade Técnica - ART abaixo discriminada(s):

Profissional: **MAURO JOSE KOTZ**
Registro: **PR-100331/D** RNP: **1706880600**
Título profissional: ENGENHEIRO AMBIENTAL, ENGENHEIRO CIVIL

Número da ART: **1720256796037** Situação da ART: BAIXA POR CONCLUSÃO DE OBRA/SERVIÇO
Tipo de ART: ART de Obra ou Serviço Registrada em: 17/11/2025 Baixada em: 17/11/2025 Forma de registro: Substituição
Participação técnica: Individual

Empresa contratada: **IRRIGABEM SISTEMA DE IRRIGACAO LTDA**

Contratante: **MUNICIPIO DE IVAIPORÃ** CNPJ: **75.741.330/0001-37**

Rua: RUA RIO GRANDE DO NORTE Nº: 1000

Complemento: Bairro: CENTRO

Cidade: IVAIPORA UF: PR CEP: 86870-900

Contrato: celebrado em 17/10/2025 Vinculado a ART: 1720256166890

Valor do contrato: R$ 16.348,50 Tipo de contratante: Pessoa Jurídica (Direito Público) brasileira

Ação Institucional:

Endereço da obra/serviço: ESTRADA SANTA BARBARA Nº: S/N

Bairro: ATERRO SANITÁRIO

Cidade: SANTA BARBARA (IVAIPORA) UF: PR CEP: 86879-970

Coordenadas Geográficas: -24,249241 x -51,635797

Data de início: 17/10/2025 Conclusão efetiva: 07/11/2025

Finalidade:

Proprietário: MUNICIPIO DE IVAIPORÃ CNPJ: 75.741.330/0001-37

Atividade Técnica: **1-** Execução de instalação de impermeabilização aplicada à construção civil , 8650 M2

Observações:
Impermeabilização em geomembrana de 1 milímetro

Observações da certidão:
O Crea-PR certifica os dados da ART.

Certidão de Acervo Técnico nº 1720260000114/2026

24/03/2026 09:30

Esta CAT não comprova o registro do atestado emitido pelo contratante da obra ou serviço referenciado na Lei nº 8.666/1993.

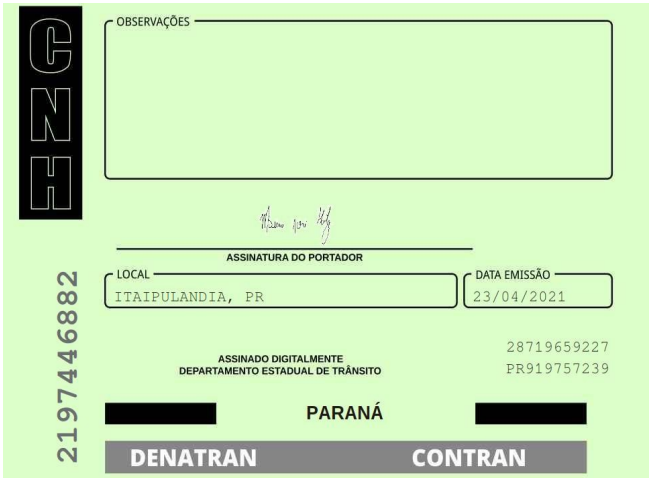
Esta CAT perderá a validade no caso de modificação dos dados técnicos qualitativos e quantitativos nela contidos em razão de substituição ou anulação de ART.

A CAT é válida em todo o território nacional.

A autenticidade e a validade desta certidão deve ser confirmada no site do Crea-PR, no endereço https://www.crea-pr.org.br, informando o número do protocolo: 3408/2026.

A falsificação deste documento constitui crime previsto no Código Penal Brasileiro, sujeitando o autor à respectiva ação penal.





QR-CODE

Documento assinado com certificado digital em conformidade com a Medida Provisória nº 2200-2/2001. Sua validade poderá ser confirmada por meio do programa Assinador Serpro.

As orientações para instalar o Assinador Serpro e realizar a validação do documento digital estão disponíveis em: https://www.serpro.gov.br/assinador-digital.

SERPRO / SENATRAN

CONTRATO PARTICULAR DE SERVIÇOS TÉCNICOS

Por meio deste instrumento “CONTRATO PARTICULAR DE SERVIÇOS TÉCNICOS”, de um lado a empresa GIORGI SISTEMA DE IRRIGAÇÃO LTDA com sede à rua Projetada A, 2432, Anel Viário, CEP: 85.880-000, município de Itaipulândia, Estado do Paraná, inscrita no CNPJ nº 29.726.514/0001-00 e Inscrição Estadual nº [redacted], neste ato representada por sua sócia administradora a Sra. SANDRA TERESINHA NACONESKI GIORGI, brasileira, casada, empresária, portadora do RG nº [redacted] e do CPF nº [redacted], doravante denominada de simplesmente CONTRATANTE, e do outro lado o Sr. MAURO JOSE KOTZ, brasileiro, portador do RG nº [redacted] e do CPF nº [redacted] com título Profissional de Engenheiro Civil e Engenheiro Ambiental, Carteira - CREA-PR Nº: PR-100331/D, doravante denominado de simplesmente CONTRATADO, tem entre si acertado o seguinte:

CLÁUSULA 1º - Caberá ao Contratado desenvolver atividades como (X) Responsável Técnico conforme suas atribuições profissionais de Engenheiro Civil e Engenheiro Ambiental e compatíveis com os objetivos sociais da empresa, conforme discriminado na ART de Desempenho de Cargo ou Função;

CLÁUSULA 2º - A vigência do presente contrato será de 4 (quatro) anos, a partir da sua assinatura;

CLÁUSULA 3º - O Contratado terá carga horária de 1 (uma) hora diária;

CLÁUSULA 4º - O Contratante assegura ao Contratado absoluta independência técnica;

CLÁUSULA 5º - Os honorários profissionais do Contratado será de R$: 1.518,00 (mil quinhentos e dezoito reais) mensais, conforme Lei Federal nº 4.950-A de 22 de Abril de 1966 e Resolução 397/95 do CONFEA;

CLÁUSULA 6º - Este contrato poderá ser rescindido por qualquer das partes mediante aviso prévio de 30 (trinta) dias;

CLÁUSULA 7º - Durante a vigência deste contrato e pelo prazo previsto em Lei ficará o Contratado responsável pelas atividades técnicas da empresa Contratante;

CLÁUSULA 8º - Para dirimir quaisquer controvérsias oriundas do presente contrato, as partes elegem o foro da Comarca de São Miguel do Iguaçu.

Por estarem as partes de pleno acordo com disposto neste instrumento particular de prestação de serviços, assinam-no em duas vias de igual teor.

Itaipulândia-Pr, 10 de outubro de 2025.

GIORGI SISTEMA DE IRRIGAÇÃO LTDA	MAURO JOSE KOTZ
CNPJ nº 29.726.514/0001-00	CREA-PR 100331/D
Contratante	Contratado

1ª ALTERAÇÃO CONTRATUAL
GIORGI SISTEMA DE IRRIGAÇÃO LTDA
CNPJ 29.726.514/0001-00
NIRE 41208740345

ROBERTO APARECIDO GIORGI, natural de Maringá, Estado do Paraná, brasileiro, maior, casad
regime de comunhão parcial de bens, nascido em [redacted] empresário, portador da
Identidade Civil Registro Geral sob nº. [redacted] e inscrito no CPF sob nº. [redacted]
residente e domiciliado na Rua [redacted],
do Paraná, CEP: 85.880-000, e SANDRA TERESINHA NACONESKI GIORGI, natural de São M
Iguaçu, Estado do Paraná, brasileira, maior, casada sob o regime de comunhão parcia
nascida em 25/11/1981, empresária, portadora da Cédula de Identidade Civil Registro Geral s
[redacted] inscrita no CPF sob nº [redacted] residente e [redacted]
[redacted] Únicos sóc
sociedade empresária limitada "GIORGI SISTEMA DE IRRIGAÇAO LTDA", estabelecida na Cida
Itaipulândia, Estado do Paraná, à Rua Projetada A, nº 2432, Anel Viário, CEP 85.880-0
Contrato Social devidamente registrado e arquivado na Junta Comercial do Paraná sob nº.
41208740345, por despacho em sessão de 20/02/2018, CNPJ/MF sob nº. 29.726.514/00
resolvem por este instrumento, alterar o contrato social de acordo com as cláusulas
seguintes:

CLAUSULA PRIMEIRA: Retirada de sócios e transferência de quotas: O Sócio ROBERTO APARE
GIORGI, possuidor de 12.750 (doze mil setecentos e cinquenta) quotas de capital social, no v
R$ 1,00 (um real) cada uma, totalizando R$ 12.750,00 (doze mil setecentos e cinque
inteiramente integralizadas, retira-se da sociedade, vendendo e transferindo 12.750 (d
setecentos e cinquenta) quotas no valor de R$ 1,00 (um real) cada, totalizando R$ 12.750,00
mil setecentos e cinquenta reais) para a sócia Sra. SANDRA TERESINHA NACONESKI GIORGI,
qualificada, bem como declara ter recebido neste ato em moeda corrente do país, dando-e
recebendo junto ao cessionário, plena, geral e rasa quitação.

CLAUSULA SEGUNDA: O Capital Social da sociedade é inteiramente subscrito na forma previs
ato na importância de R$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais), divididos em 25.000 (vinte e cin
quotas no valor de R$ 1,00 (um real) cada uma, totalmente integralizadas, em moed
nacional e distribuídos entre os sócios quotistas da seguinte forma:

SÓCIOS	QUOTAS	VALOR R$	POCENTAGEM
SANDRA TERESINHA NACONESKI GIORGI	25.000	25.000,00	100%
TOTAL	25.000	25.000,00	100%

CLAUSULA TERCEIRA: As quotas sociais são indivisíveis em relação à sociedade, e poc
cedidas ou transferidas, formalizando, se realizada a cessão delas, a alteração contratual per
de acordo como que estipulam os Artigos 1056 e 1057 de 10/01/2002 – Código Civil.

CLAUSULA QUARTA: A responsabilidade da sócia é restrita ao valor de suas cotas soc
responde solidariamente pela integralização do capital social, nos termos do art. 1.052
10.406/2002.

CLAUSULA QUINTA: A sócia remanescente assume o ativo e o passivo da sociedade.

CLÁUSULA SEXTA - A empresa, GIORGI SISTEMA DE IRRIGAÇÃO LTDA, Declara, sob as penas
que passou a se enquadrar na condição de EMPRESA DE PEQUENO PORTE, nos Term
Complementar n° 123, de 14/12/2006.

1ª ALTERAÇÃO CONTRATUAL
GIORGI SISTEMA DE IRRIGAÇÃO LTDA
CNPJ 29.726.514/0001-00
NIRE 41208740345

CLAUSULA SÉTIMA: Alteram-se as atividades da empresa que anteriormente eram: Obras de irrigação; Atividades de apoio à agricultura, operação de sistemas de irrigação, geome biodigestor; Comércio varejista de ferragens e ferramentas; Comércio atacadista de de agrícolas, adubos, fertilizantes e corretivos do solo; Instalação de maquinas e equipamentos industriais; Comércio atacadista de maquinas, aparelhos e equipamentos para uso agr Comércio atacadista de maquinas e equipamentos; Comércio varejista de materiais de em geral e Comércio varejista de materiais elétrico., passando doravante para: Obras de irrig Atividades de apoio à agricultura, operação de sistemas de irrigação, geomembrana e biodig Comércio varejista de ferragens e ferramentas; Comércio atacadista de defensivos agrícolas, adubos, fertilizantes e corretivos do solo; Instalação de maquinas e equipamentos indu Comércio atacadista de maquinas, aparelhos e equipamentos para uso agropecuário; C atacadista de maquinas e equipamentos; Comércio varejista de materiais de construção; Com varejista de materiais elétrico; Transporte rodoviário de carga, exceto produtos perigosos e mudanças, intermunicipal, interestadual e internacional.

CLAUSULA OITAVA: Permanecem inalteradas as demais cláusulas vigentes que não colidirem disposições do presente instrumento.

CLAUSULA NONA: Em virtude das alterações, fica o presente Contrato vigorando com as cláu condições seguintes, totalmente consolidadas neste presente instrumento de alteração contr

CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL
GIORGI SISTEMA DE IRRIGAÇÃO LTDA
CNPJ/MF Nº. 29.726.514/0001-00
NIRE 41208740345

SANDRA TERESINHA NACONESKI GIORGI, natural de São Miguel do Iguaçu, Estado do brasileira, maior, casada sob o regime de comunhão parcial de bens, nascida em [redacted] empresária, portadora da Cédula de Identidade Civil Registro Geral sob nº. [redacted] inscr CPF sob nº [redacted], residente e [redacted] município de Itaipulândia, Estado do Paraná, CEP: 85.880-000. Únicos sócios da sociedade em limitada “GIORGI SISTEMA DE IRRIGAÇÃO LTDA”, estabelecida na Cidade de Itaipulândia, Esta Paraná, à Rua Projetada A, nº 2432, Anel Viário, CEP 85.880-000, com Contrato Social devida registrado e arquivado na Junta Comercial do Paraná sob nº. 41208740345, por despacho em de 20/02/2018, CNPJ/MF sob nº. 29.726.514/0001-00., resolvem, consolidar seu contrato soci passará a reger-se pelo que está contida nas clausulas a seguir:

CLAUSULA PRIMEIRA - A sociedade empresária limitada girará sob o nome empresarial d SISTEMA DE IRRIGAÇÃO LTDA, será regida por este contrato social, pelo Código Civil 10.406 de 10 de janeiro de 2002.

CLÁUSULA SEGUNDA - A empresa GIORGI SISTEMA DE IRRIGAÇÃO LTDA, Declara, sob as pena Lei, que se enquadra na condição de EMPRESA DE PEQUENO PORTE - EPP, nos Term Complementar n° 123, de 14/12/2006.

1ª ALTERAÇÃO CONTRATUAL
GIORGI SISTEMA DE IRRIGAÇÃO LTDA
CNPJ 29.726.514/0001-00
NIRE 41208740345

CLAUSULA TERCEIRA - O prazo de duração da sociedade é de tempo indeterminado e operações sociais, é na data de 20/02/2018. É garantida a continuidade da pessoa jurídica di impedimento por força maior ou impedimento temporário ou permanente dos titulares, pode empresa ser alterada para atender uma nova situação.

CLAUSULA QUARTA - A sociedade terá a sua sede, na Cidade de Itaipulândia, Estado do Paran Rua Projetada A, nº 2432, Anel Viário, CEP 85.880-000, que é seu domicilio, podendo, a qu tempo, a critério de seus sócios, abrir ou fechar filiais em qualquer parte do território Nacion

CLAUSULA QUINTA – A sociedade tem como objeto social: Obras de irrigação; Atividades de a agricultura, operação de sistemas de irrigação, geomembrana e biodigestor; Comércio varejis ferragens e ferramentas; Comércio atacadista de defensivos agrícolas, adubos, fertiliza corretivos do solo; Instalação de maquinas e equipamentos industriais; Comércio ataca maquinas, aparelhos e equipamentos para uso agropecuário; Comércio atacadista de maquin equipamentos; Comércio varejista de materiais de construção; Comércio varejista de m elétrico; Transporte rodoviário de carga, exceto produtos perigosos e mudanças, interm interestadual e internacional.

CLAUSULA SEXTA - O Capital Social da sociedade é inteiramente subscrito na forma previst ato na importância de R$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais), divididos em 25.000 (vinte e cin quotas no valor de R$ 1,00 (um real) cada uma, totalmente integralizados, em moed nacional e distribuídos entre os sócios quotistas da seguinte forma:

SÓCIOS	QUOTAS	VALOR R$	POCENTAGEM
SANDRA TERESINHA NACONESKI GIORGI	25.000	25.000,00	100%
TOTAL	25.000	25.000,00	100%

CLAUSULA SÉTIMA - As quotas sociais são indivisíveis em relação à sociedade, e poderão ser ou transferidas, formalizando, se realizada a cessão delas, a alteração contratual perti acordo como que estipulam os Artigos 1056 e 1057 de 10/01/2002 – Código Civil.

CLAUSULA OITAVA - A responsabilidade do sócio é restrita ao valor de suas cotas so responde solidariamente pela integralização do capital social, nos termos do art. 1.052 10.406/2002.

CLAUSULA NONA - Até dois anos depois de averbada a modificação do contrato, responde o c solidariamente com o cessionário, perante a sociedade e terceiros, pelas obrigações que tinh sócio.

CLAUSULA DÉCIMA - A sócia que desejar transferir suas quotas deverá notificar por e sociedade, discriminando-lhe o preço, forma e prazo de pagamento, para que através caso o quadro social esteja composto por mais de um sócio, exerça ou renuncie ao preferência, o que deverá fazer dentro de sessenta (60) dias, contados do recebimento da notificação, ou em maior prazo a critério do sócio alienante. Decorrido sem que seja direito de preferência, as quotas poderão ser livremente ofertadas a terceiros, estranhos à sociedade, como se sociedade de capital pura fosse.

1ª ALTERAÇÃO CONTRATUAL
GIORGI SISTEMA DE IRRIGAÇÃO LTDA
CNPJ 29.726.514/0001-00
NIRE 41208740345

CLAUSULA DÉCIMA PRIMEIRA- A sociedade será administrada pela sócia administradora já qualificado anteriormente, SANDRA TERESINHA NACONESKI GIORGI, a qual compete pri individualmente o uso da firma e a representação ativa e passiva, em juízo, ou fora dele, esta mesmos dispensados da prestação de caução, podendo praticar todos os atos necessários à consecução do objeto social, sendo-lhes, no entanto, vedado o uso do nome da Socie qualquer pretexto ou modalidade, em operações ou negócios estranhos ao objeto social, bem a prestação de fiança ou aval, e o comprometimento dos mesmo em atos de liberalidade ou podendo passar poderes para terceiros por procuração.

Parágrafo Único – A sócia que participar ativamente na administração da sociedade fará jus a retirada mensal a título de pró-labore a ser fixada anualmente pelo consenso unânime cuja importância, e acordo com a legislação do Imposto de Renda, será contabilizada como d de administração da sociedade.

CLAUSULA DÉCIMA SEGUNDA –
a) O exercício social coincide com o ano civil, devendo em 31 de dezembro de cada ano ser p o Balanço Geral de Sociedade obedecido às prescrições legais e técnicas pertinentes a m resultados serão atribuídos ao sócio proporcionalmente as suas quotas de capital podendo os a critério do sócio, serem distribuídos ou ficarem em reserva na Sociedade, conforme determ Artigo 1065 da Lei 10.406 de 10/01/2002 – Código Civil.
b) Conselho Fiscal – A sociedade não tem Conselho Fiscal e não realiza Assembleia d Compete ao sócio decidir sobre negócios da sociedade, as deliberações tomadas por votos, contadas segundo o valor das cotas de capital de cada um, conforme determina o artig da Lei 10.406/2002.

CLAUSULA DÉCIMA TERCEIRA - As reuniões pela sócia deve realizar-se ao menos uma vez por nos quatro meses seguintes ao término do exercício social, sob deliberação, além de outras m indicadas na lei ou no contrato: (I) - tomar as contas dos administradores e deliberar sobre o patrimonial e o de resultado econômico; (II) - designar administradores, quando for o caso; tratar de qualquer outro assunto constante da ordem do dia.

CLAUSULA DÉCIMA QUARTA - Na eventual necessidade de qualquer categoria de sócio retirar-se da sociedade, por motivo de falecimento, falência, impedimento ou de livre e espon vontade, a sociedade não acarretará a dissolução, a qual continuará sua atividade no sócio remanescente ou sucessor, mediante alteração do contrato social, indicando o evento e registrado na Junta Comercial, em 30 (trinta) dias da data da alteração.

Parágrafo Primeiro - Em caso de falecimento da sócia, aos herdeiros deste fica assegurado o de substituí-lo se assim o desejarem, podendo ser os mesmos incluídos na sociedade, de aco o artigo. 1.028 do Código Civil que assim traz: “No caso de morte de sócio, liquidar-se-á sua salvo:
I - se o contrato dispuser diferentemente;
II - se os sócios remanescentes optarem pela dissolução da sociedade;
III - se, por acordo com os herdeiros, regular-se a substituição do sócio falecido.”

Parágrafo Segundo - Para qualquer motivo que seja para a saída do sócio da socieda fundador, sucessor e/ou herdeiro, seus haveres sociais serão apurados em balanço ge

1ª ALTERAÇÃO CONTRATUAL
GIORGI SISTEMA DE IRRIGAÇÃO LTDA
CNPJ 29.726.514/0001-00
NIRE 41208740345

com demonstração de resultado, a ser levantado em 30 (trinta) dias da data da comunicação do interesse da sociedade ou dos sócios remanescentes.

Parágrafo Terceiro: A retirada, exclusão ou morte do sócio não o exime, ou a seus h responsabilidade pelas obrigações sociais anteriores, até dois anos após averbada a re sociedade; nem nos dois primeiros casos, pelas posteriores e em igual prazo, enquant requerer a averbação.

CLAUSULA DÉCIMA QUINTA - As divergências que eventualmente ocorrerem na interpr termos e dos casos omissos no presente instrumento serão resolvidas sob o amparo legal da 10.406 e outros instrumentos vigentes, que regem a matéria.

CLAUSULA DÉCIMA SEXTA - O sócio declara, sob as penas da lei, de que não está in exercer a administração da sociedade, por lei especial, ou em virtude de condenação crimina se encontrar(em) sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, pecu contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de de concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade.

CLAUSULA DÉCIMA SÉTIMA- O endereço do sócio, constante do Contrato Social ou de alteração serão válidos para o encaminhamento de convocações, cartas, avisos e etc., relativ societários de seu interesse. A responsabilidade de informação de alterações destes e exclusiva dos sócios, que deverão fazê-lo por escrito.

CLAUSULA DÉCIMA OITAVA – Fica eleito o Foro da Comarca de São Miguel do Iguaçu Paraná, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para o exerc cumprimento dos direitos e obrigações resultantes deste contrato.

E por estar assim justo e contratado, lavra, data e assina o presente instrumento, elaborado única, de igual teor e forma para o mesmo fim, para que valha na melhor forma do direito, esta via destinada ao registro e arquivamento na Junta Comercial do Estado do Paran por si e seus herdeiros a cumpri-lo em todos os seus termos.

Itaipulândia-PR, 25 de agosto de 2023.

ROBERTO APARECIDO GIORGI

SANDRA TERESINHA NACONESKI GIORGI

ASSINATURA ELETRÔNICA

Certificamos que o ato da empresa GIORGI SISTEMA DE IRRIGAÇAO LTDA consta assinado digitalmente por:

IDENTIFICAÇÃO DO(S) ASSINANTE(S)	
CPF/CNPJ	Nome
[redacted]	
[redacted]	

A validade deste documento, se impresso, fica sujeito à comprovação de sua autenticidade nos respectivos portais, informando seus respectivos códigos de verificação.

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA
29.726.514/0001-00 **MATRIZ**		**20/02/2018**

NOME EMPRESARIAL
GIORGI SISTEMA DE IRRIGACAO LTDA

TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA)	PORTE
GIORGI SISTEMA DE IRRIGACAO	**EPP**

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL
42.22-7-02 - Obras de irrigação

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS
01.61-0-99 - Atividades de apoio à agricultura não especificadas anteriormente
33.21-0-00 - Instalação de máquinas e equipamentos industriais
46.61-3-00 - Comércio atacadista de máquinas, aparelhos e equipamentos para uso agropecuário; partes e peças
46.69-9-99 - Comércio atacadista de outras máquinas e equipamentos não especificados anteriormente; partes e peças
46.83-4-00 - Comércio atacadista de defensivos agrícolas, adubos, fertilizantes e corretivos do solo
47.42-3-00 - Comércio varejista de material elétrico
47.44-0-01 - Comércio varejista de ferragens e ferramentas
47.44-0-99 - Comércio varejista de materiais de construção em geral
49.30-2-02 - Transporte rodoviário de carga, exceto produtos perigosos e mudanças, intermunicipal, interestadual e internacional

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA
206-2 - Sociedade Empresária Limitada

LOGRADOURO	NÚMERO	COMPLEMENTO
R PROJETADA A	**2432**	********

CEP	BAIRRO/DISTRITO	MUNICÍPIO	UF
85.880-000	**ANEL VIARIO**	**ITAIPULANDIA**	**PR**

ENDEREÇO ELETRÔNICO	TELEFONE
GIORGISISTEMAS@OUTLOOK.COM	**(45) 9916-1764**

ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR)
*****

SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL
ATIVA	**20/02/2018**

MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL

SITUAÇÃO ESPECIAL	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL
********	********

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 2.119, de 06 de dezembro de 2022.

Emitido no dia **16/09/2026** às **09:05:23** (data e hora de Brasília).


REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
ESTADO DO PARANÁ
SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA
E ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA
DEPARTAMENTO DA POLÍCIA CIVIL
INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO
NOME SANDRA TERESINHA NACONESKI GIORGI
FILIAÇÃO
JOSÉ NACONESKI SOBRINHO
CELI DONINI NACONESKI
[redacted]
ÓRGÃO EXPEDIDOR
IIPR
ASSINATURA DO TITULAR
CARTEIRA DE IDENTIDADE
309-19-00985
LEI Nº 7.116, DE 29 DE AGOSTO DE 1983
CPF [redacted]
REGISTRO GERAL [redacted]
REGISTRO CIVIL
DATA DE EXPEDIÇÃO 05/12/2019
COMARCA=S.MIGUEL IGUAÇU/PR, ITAIPULANDIA
C.CAS=2645, LIVRO=10B, FOLHA=36
POLEGAR DIREITO
MARCUS VINICIUS DA COSTA MICHELOTTO
DIRETOR
ASSINATURA DO DIRETOR
VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL
NÃO PLASTIFIQUE

Cadastro de Pessoa Física (CPF) - Receita Federal **QR CODE**

República Federativa do Brasil
Ministério da Economia
Secretaria da Receita Federal

Receita Federal

CPF
[redacted]

Nome
SANDRA TERESINHA NACONESKI GIORGI

Nascimento
[redacted]

REGULAR

Este documentoo digital não pode ser utilizado como documento de identificação.

MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITOS DE NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO

Nome: GIORGI SISTEMA DE IRRIGACAO LTDA
CNPJ: 29.726.514/0001-00

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que:

1. constam débitos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) com exigibilidade suspensa nos termos do art. 151 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional (CTN), ou objeto de decisão judicial que determina sua desconsideração para fins de certificação da regularidade fiscal, ou ainda não vencidos; e

2. não constam inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) na Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Conforme disposto nos arts. 205 e 206 do CTN, este documento tem os mesmos efeitos da certidão negativa.

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <http://rfb.gov.br> ou <http://www.pgfn.gov.br>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.
Emitida às 00:54:18 do dia 25/06/2026 <hora e data de Brasília>.
Válida até 22/12/2026.
Código de controle da certidão: **F6FB.9163.3C00.6B17**
Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

Voltar Imprimir

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 29.726.514/0001-00

Razão social: GIORGI SISTEMA DE IRRIGACAO LTDA

Endereço: RUA PROJETADA A 2432 / ANEL VIARIO / ITAIPULANDIA / PR / 85880-000

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Servico - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 11/09/2026 a 10/10/2026

Certificação Número: 2026091104125002658676

Informação obtida em 16/09/2026 09:08:18

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa: **www.caixa.gov.br**

Estado do Paraná
Secretaria de Estado da Fazenda
Receita Estadual do Paraná

Certidão Negativa

de Débitos Tributários e de Dívida Ativa Estadual
Nº 40372562-01

Certidão fornecida para o CNPJ/MF: **29.726.514/0001-00**
Nome: **GIORGI SISTEMA DE IRRIGACAO LTDA**

Ressalvado o direito da Fazenda Pública Estadual inscrever e cobrar débitos ainda não registrados ou que venham a ser apurados, certificamos que, verificando os registros da Secretaria de Estado da Fazenda, constatamos não existir pendências em nome do contribuinte acima identificado, nesta data.

Obs.: Esta certidão engloba todos os estabelecimentos da empresa e refere-se a débitos de natureza tributária e não tributária, bem como ao descumprimento de obrigações tributárias acessórias.

Válida até 14/01/2027 - Fornecimento Gratuito

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada via Internet
www.fazenda.pr.gov.br

MUNICIPIO DE ITAIPULANDIA

Estado do Paraná
SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
DEPTO DE TRIBUTAÇÃO E CADASTRO TÉCNICO

Certidão Negativa de Débitos Nº 13896 / 2026

CONTRIBUINTE GLOBAL

Requerente: GIORGI SISTEMA DE IRRIGACAO LTDA **CPF/CNPJ:** 29726514000100

Contribuinte: GIORGI SISTEMA DE IRRIGACAO LTDA
CPF/CNPJ: 29.726.514/000100
Logradouro: R RUA PROJETADA A, Nº: 2432
Bairro: JARDIM CURITIBANO **Cidade:** ITAIPULANDIA
Complemento:
Observação:

CÓDIGO VALIDAÇÃO: 2EB15505BCA0C4E40B06DD9B7290F468

Finalidade: LICITAÇÃO

A Prefeitura Municípal de Itaipulândia PR, CERTIFICA que o contribuinte acima identificado, em relação ao objeto da certidão encontrase em **SITUAÇÃO REGULAR** perante a Fazenda Municipal.

A presente Certidão, não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referente a recolhimento que não tenham sido efetuados e que venham a ser apurados por esta Prefeitura, conforme prerrogativa do artigo 149 da Lei Federal nº. 5.172 de 25 de outubro de 1999 Código Tributário Nacional.

Reservase o direito da Fazenda Municipal cobrar dívidas posteriormente constatadas, mesmo referente aos períodos compreendidos nesta certidão.

Esta certidão é válida até **15/12/2026**.

Prefeitura Municípal de Itaipulândia, quartafeira, 16 de setembro de 2026.

Validade de 90 dias a partir da data de emissão.

Atenção: Esta Certidão foi emitida via internet e para verificar sua AUTENTICIDADE utilize o código informado acima. Acesse www.itaipulandia.pr.gov.br, PORTAL DO CONTRIBUINTE, clique na opção DOCUMENTOS e posterior selecionando a opção AUTENTICAR DOCUMENTOS.

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: GIORGI SISTEMA DE IRRIGACAO LTDA (MATRIZ E FILIAIS)
CNPJ: 29.726.514/0001-00
Certidão nº: 77003834/2026
Expedição: 16/09/2026, às 09:09:28
Validade: 15/03/2027 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **GIORGI SISTEMA DE IRRIGACAO LTDA (MATRIZ E FILIAIS)** , inscrito(a) no CNPJ sob o nº **29.726.514/0001-00 , NÃO CONSTA** como inadimplente no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.
Certidão emitida com base nos arts. 642-A e 883-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentados pelas Leis ns.º 12.440/2011 e 13.467/2017, e no Ato 01/2022 da CGJT, de 21 de janeiro de 2022.
Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho.
No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.
A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (http://www.tst.jus.br).
Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE
Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho, Comissão de Conciliação Prévia ou demais títulos que, por disposição legal, contiver força executiva.

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
COMARCA DE CURITIBA *ESTADO DO PARANÁ*

1º OFICIO DISTRIBUIDOR, PART. E CONTADOR JUDICIAL DO FORO CENTRAL DA COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA
AV. CÂNDIDO DE ABREU, 535 1º ANDAR - FONE: (41) 3027-5253
EDIFÍCIO DO FÓRUM CÍVEL - CENTRO-CÍVICO
CEP: 80530-906
www.1distribuidorcuritiba.com.br

PEDIDO DE CERTIDÕES

EDIFÍCIO DO FÓRUM CÍVEL
AV. CÂNDIDO DE ABREU, 535 - TÉRREO - CEP 80530-906

E M P R E G A D O S J U R A M E N T A D O S

SANDRA LUCIA PELIKI
LUIZ CARLOS KOFANOVSKI
ISABEL ANGELA WYPYCH
MARIANY BEATRIZ DA SILVA SCAPINELI
FERNANDA GALLASSINI
KARINA BAVARO ALVES

JOSÉ BORGES DA CRUZ FILHO
TITULAR

RECUPERAÇÃO JUDICIAL * FALÊNCIA * CONCORDATA * CRIME * CIVEL
VARAS CRIMINAIS-VARAS DA FAZENDA-VARAS DA FAMÍLIA-PRECATÓRIA DA VARA DE EXECUÇÕES PENAIS
EXECUÇÕES FISCAIS DO ESTADO E DO MUNICÍPIO - REGISTROS PÚBLICOS - TRIBUNAL DO JURI
TABELIONATOS - JUIZADO ESPECIAL CIVEL E CRIMINAL

CERTIDÃO NEGATIVA
FEITOS AJUIZADOS

CERTIFICO, a pedido de parte interessada, para FINS GERAIS, que revendo os livros de registros de distribuições físicas e eletrônicas de 1ª a 3ª VARAS ESTADUAIS de AÇÕES DE FALÊNCIAS, RECUPERAÇÃO JUDICIAL E EXTRAJUDICIAL, existentes nesta serventia, dos mesmos NÃO CONSTA qualquer ação contra:

GIORGI SISTEMA DE IRRIGACAO LTDA

CNPJ.29.726.514/0001-00
no período de 18 de março de 1963 (data da instalação deste cartório - Lei No.4.677, de 29/12/62) a 04/08/2026 .

O REFERIDO É VERDADE E DOU FÉ.

Curitiba, 06 de agosto de 2026 .

LUIZ CARLOS KOFANOVSKI
Escrevente Juramentado

Emitida por: LUIZ
Lei nº19.803 de 21/Dez/18
Tabela XVI dos Distribuidores nº VI letra a (R$ 48.00)

ASSINADO DIGITALMENTE POR:
1 OFICIO DE DISTRIBUIDOR DO FORO CENTRAL DA COMAR:75155267000157
Data: 06/08/2026 13:21:01

***** Se impressa, verificar sua autenticidade no http://www.1distribuidorcuritiba.com.br/autentica usando o codigo 717DEAA6 *****

CERTIDÃO SIMPLIFICADA

Sistema Nacional de Registro de Empresas Mercantis - SINREM

Certificamos que as informações abaixo constam dos documentos arquivados nesta Junta Comercial e são vigentes na data da sua expedição.

Nome Empresarial: GIORGI SISTEMA DE IRRIGAÇAO LTDA **NIRE :** 41208740345 **Natureza Jurídica:** Sociedade Empresária Limitada			**Protocolo:** PRC2603762447
NIRE (Sede) 41208740345	**CNPJ** 29.726.514/0001-00	**Data de Ato Constitutivo** 20/02/2018	**Início de Atividade** 20/02/2018

Endereço Completo
Rua Projetada A, Nº 2432, ANEL VIARIO - Itaipulândia/PR - CEP 85880-000

Objeto Social
OBRAS DE IRRIGACAO ATIVIDADES DE APOIO A AGRICULTURA, OPERACAO DE SISTEMAS DE IRRIGACAO, GEOMEMBRANA E BIODIGESTOR COMERCIO VAREJISTA DE FERRAGENS E FERRAMENTAS COMERCIO ATACADISTA DE DEFENSIVOS AGRICOLAS, ADUBOS, FERTILIZANTES E CORRETIVOS DO SOLO INSTALACAO DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS INDUSTRIAIS COMERCIO ATACADISTA DE MAQUINAS, OBRAS DE IRRIGACAO ATIVIDADES DE APOIO A AGRICULTURA, OPERACAO DE SISTEMAS DE IRRIGACAO, GEOMEMBRANA E BIODIGESTOR COMERCIO VAREJISTA DE FERRAGENS E FERRAMENTAS COMERCIO ATACADISTA DE DEFENSIVOS AGRICOLAS, ADUBOS, FERTILIZANTES E CORRETIVOS DO SOLO INSTALACAO DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS INDUSTRIAIS COMERCIO ATACADISTA DE MAQUINAS, APARELHOS E EQUIPAMENTOS PARA USO AGROPECUARIO COMERCIO ATACADISTA DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS COMERCIO VAREJISTA DE MATERIAIS DE CONSTRUCAO COMERCIO VAREJISTA DE MATERIAIS ELETRICO TRANSPORTE RODOVIARIO DE CARGA, EXCETO PRODUTOS PERIGOSOS E MUDANCAS, INTERMUNICIPAL, INTERESTADUAL E INTERNACIONAL

Capital Social R$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais) **Capital Integralizado** R$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais)	**Porte** EPP (Empresa de Pequeno Porte)	**Prazo de Duração** Indeterminado

Dados do Sócio

Nome	CPF/CNPJ	Participação no capital	Espécie de sócio	Administrador	Término do mandato
SANDRA TERESINHA NACONESKI GIORGI	[redacted]	R$ 25.000,00	Sócio	S	Indeterminado

Dados do Administrador

Nome	CPF	Término do mandato
SANDRA TERESINHA NACONESKI GIORGI	[redacted]	Indeterminado

Último Arquivamento				
Data 13/12/2025	**Número** 20256229600	**A** 202	REUNIÃO/ASSEMBLEIA DE SOCIOS	**Situação** ATIVA **Status** SEM STATUS

Esta certidão [illegible] 07:36:05 (horário de Brasília).
Se impressa, verificar su[illegible]enticid[illegible] **www.emp[illegible].pr.gov.br** com o código **GD1BOPUS**.
Em caso de divergência de dados, solicitar a correção através do "Fale Cono[illegible] ww[illegible]untac[illegible].gov.br/webservices/jucepar/faleconosco) no prazo de 30 dias da emissão deste documento

[illegible] DE M[illegible] SARAIVA BIGONHA
[illegible]

ANEXO III

DECLARAÇÃO UNIFICADA

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 33/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 93/2026

Á pregoeira e equipe de apoio
Prefeitura Municipal de Palmital, Estado do Paraná

Pelo presente instrumento, a empresa GIORGI SISTEMA DE IRRIGAÇÃO LTDA, inscrita no CNPJ sob nº 29.726.514/0001-00, sediada rua Projetada A, 2432, Anel Viário, CEP: 85.880-000, município de Itaipulândia, Estado do Paraná, através de seu representante legal infra-assinado, que:

(X) Declara, sob as penas do artigo 299 do Código Penal, que se enquadra na situação de microempresa, empresa de pequeno porte ou cooperativa, nos termos da Lei Complementar nº 123/06, alterada pela Lei Complementar nº 147/14, bem assim que inexistem fatos supervenientes que conduzam ao seu desenquadramento desta situação.

1) Declaramos, para os fins do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, que não empregamos menores de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e nem menores de dezesseis anos, em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir dos quatorze anos de idade, em cumprimento ao que determina o inciso VI do art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

2) Declaramos que assumimos inteira responsabilidade pela autenticidade de todos os documentos apresentados, sujeitando-nos a eventuais averiguações que se façam necessárias.

3) Comprometemo-nos a manter, durante todo o período de vigência do presente contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas nesta licitação.

4) Comprometemo-nos a repassar na proporção correspondente, eventuais reduções de preços decorrentes de mudanças de alíquotas de impostos incidentes sobre cumprimento do objeto, em função de alterações de legislação pertinente, publicadas durante a vigência do contrato.

5) Declaramos que temos conhecimento e submetemo-nos ao disposto neste edital e anexos e legislação aplicada.

6) Declaramos que até a presente data inexistem fatos impeditivos para nossa habilitação e participação no presente processo licitatório e estamos cientes da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

7) declaramos, ainda, que não fomos declarados inidôneos por nenhum órgão do poder público em qualquer de suas esferas.

8) Declaramos que em atendimento ao Acórdão nº [redacted] que seus sócios, dirigentes ou cotistas, bem como seu representante neste ato a Sra. SANDRA TERESINHA NACONESKI GIORGI, portadora do RG sob n[redacted]e do CPF nº [redacted] não são servidores do Município da Prefeitura de Palmital Paraná, nem cônjuge ou companheiro(a), parente em linha reta e/ou colateral, consanguíneo ou afim de servidor(a) público deste Município, que nele exerça cargo em comissão ou função de confiança, seja membro da comissão de licitação, pregoeiro ou atividade ligada à contratação.

9) Declaramos para os devidos efeitos e sob pena da lei que não possuir em seu quadro societário servidor público da ativa, empregado de empresa pública ou de sociedade de economia mista.

10) Declaramos, para os devidos fins de direito, na qualidade de Proponente dos procedimentos licitatórios, instaurados por este Município, que o(a) responsável legal da empresa é a Sra. SANDRA TERESINHA NACONESKI GIORGI, portadora do RG sob nº [redacted] e do CPF nº [redacted] cuja função/cargo é sócia administradora, responsável pela assinatura do pregão eletrônico/contrato.

11) Declaramos, para os devidos fins que em caso de qualquer comunicação futura referente e este processo licitatório, bem como em caso de eventual contratação, concordo que a pregão eletrônico /Contrato seja encaminhado para o seguinte endereço:

E-mail: giorgisistemas@outlook.com

Telefone: [redacted]

12) Caso altere o citado e-mail ou telefone comprometo-me em protocolizar pedido de alteração junto ao Sistema de Protocolo deste Município, sob pena de ser considerado como intimado nos dados anteriormente fornecidos.

13) Nomeamos e constituímos a Sra. SANDRA TERESINHA NACONESKI GIORGI, portadora do RG sob nº[redacted]e do CPF nº [redacted]para ser o responsável para acompanhar a execução, referente ao Pregão Eletrônico n.º 33/2026 e todos os atos necessários ao cumprimento das obrigações contidas no instrumento convocatório, seus Anexos e na Ata de Registro de Preços/Contrato.

14) Declaramos, sob as penas da lei, para fins de atendimento ao disposto no art. 63, inciso IV, da Lei Federal nº 14.133/2021, que cumprimos plenamente as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social,

estabelecidas no art. 93 da Lei nº 8.213/1991, bem como as regras de acessibilidade previstas na legislação; OU declaramos que a empresa não se enquadra na referida obrigatoriedade legal em razão de possuir quadro funcional inferior a 100 (cem) empregados.

15) Por ser expressão da verdade, firmamos a presente.

Itaipulândia - Pr, 17 de Setembro de 2026.

GIORGI SISTEMA DE IRRIGAÇÃO LTDA
SANDRA TERESINHA N. GIORGI
RG nº [redacted]
CPF nº [redacted]
Titular